

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

Wagner Serafini dos Santos

**EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA SOBRE A REVOLTA MILITAR DE 1926
EM SANTA MARIA, RS, BRASIL**

**Santa Maria, RS
2016**

Wagner Serafini dos Santos

**EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA SOBRE A REVOLTA MILITAR DE 1926
EM SANTA MARIA, RS, BRASIL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em História e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin

Santa Maria, RS
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Santos, Wagner Serafini dos
Exposição fotográfica sobre a revolta militar de 1926 em Santa Maria, RS, Brasil / Wagner Serafini dos Santos. - 2016.
226 p.; 30cm

Orientadora: Maria Medianeira Padoin
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, RS, 2016

1. Exposição Fotográfica 2. Patrimônio Cultural 3. Revolta Militar 4. Santa Maria I. Padoin, Maria Medianeira II. Título.

Wagner Serafini dos Santos

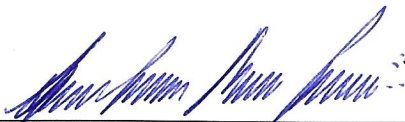
**EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA SOBRE A REVOLTA MILITAR DE 1926
EM SANTA MARIA, RS, BRASIL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em História e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

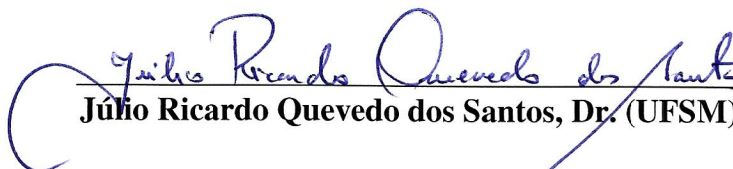
Aprovado em 17 de fevereiro de 2016:



Maria Medianeira Padoin, Dr.^a (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



André Luis Ramos Soares, Dr. (UFSM)



Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2016

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Gilberto Fernando dos Santos e Ione Serafini dos Santos, e à minha avó materna, Zeli Nascimento Serafini, por tudo o que significam para mim. Dedico também aos meus avós paternos Izaura Oliveira dos Santos e José dos Santos, e ao meu avô materno, Luiz Serafini, os quais infelizmente não se encontram mais entre nós, mas que continuam vivos nas melhores lembranças que tenho de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado graças à oportunidade concedida pelo Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural da UFSM, e também graças ao valioso auxílio de muitas pessoas. Agradeço especialmente:

- à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin, pela dedicação na orientação de todo o meu trabalho e pelo interesse no tema pesquisado;

- ao Prof. Carlos Blaya Perez, pelas dicas em relação à máquina fotográfica que eu deveria usar na minha pesquisa, e pelas sugestões apresentadas no dia da qualificação deste trabalho;

- ao Prof. André Luis Ramos Soares, pelas sugestões apresentadas também na qualificação deste trabalho;

- ao Prof. Daniel Flores e ao advogado Robson Seerig, pelas contribuições na minha redação dos termos de autorização que constam nos apêndices;

- aos meus chefes Dione Calil Gomes e Cleber Domingos Trindade da Rosa, por viabilizarem a conciliação dos meus horários de serviço e de estudo;

- ao meu amigo Marco Antonio Zanini, que me incentivou a cursar o Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural;

- a todas as instituições que me possibilitaram acesso a imagens, livros e documentos para a minha pesquisa: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, Casa de Memória Edmundo Cardoso, Centro Histórico Coronel Pillar, Colégio Marista Santa Maria, Memorial Mallet e Museu Educativo Gama doença;

- à arquivista Maria Candida da Silveira Skrebsky, do Centro Histórico Coronel Pillar, e a Therezinha de Jesus Pires Santos, coordenadora da Casa de Memória Edmundo Cardoso, pelas sugestões para a exposição fotográfica resultante da minha pesquisa;

- à diretora do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, Daniéle Xavier Calil, por ceder o espaço do Arquivo para a referida exposição;

- ao meu amigo Jorge Ubiratã da Silva Lopes, o Byrata, pelo excelente trabalho na criação dos projetos gráficos da exposição fotográfica, do respectivo catálogo e do convite;

- à minha amiga Livia Gonçalves Martins, pela revisão do abstract;

- aos meus pais, Gilberto Fernando dos Santos e Ione Serafini dos Santos, pelo apoio que me forneceram durante todo o meu tempo de mestrado.

RESUMO

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA SOBRE A REVOLTA MILITAR DE 1926 EM SANTA MARIA, RS, BRASIL

AUTOR: Wagner Serafini dos Santos
ORIENTADORA: Maria Medianeira Padoin

Este trabalho de conclusão de mestrado faz parte da Linha de Pesquisa Patrimônio História e Patrimônio Cultural do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria. O objetivo deste trabalho foi realizar uma exposição fotográfica sobre a revolta militar ocorrida na cidade de Santa Maria (RS) em novembro de 1926, a partir de pesquisa realizada nos jornais *Correio da Serra*, *Gaspar Martins*, *Diário do Interior* e *O Castilhistas*, em fotografias e documentos diversos daquela época, a fim de divulgar ao público esse capítulo da história local. Foram pesquisados os acervos do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, da biblioteca do Colégio Marista Santa Maria (Biblioteca Irmão Daniel), da Casa de Memória Edmundo Cardoso, do Centro Histórico Coronel Pillar, do Memorial Mallet e do Museu Educativo Gama de Azevedo. A revolta começou com a sublevação de dois quartéis do Exército Brasileiro, o 5º Regimento de Artilharia Montada (atual 3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado ó Regimento Mallet) e o 7º Regimento de Infantaria (atual 7º Batalhão de Infantaria Blindado ó Regimento Gomes Carneiro), os quais atacaram as forças do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar (atual 1º Regimento de Polícia Montada ó Regimento Coronel Pillar), resultando num bombardeio sobre a região central da cidade. A batalha terminou com a retirada dos militares rebelados, que saíram de Santa Maria devido à resistência da Brigada Militar. Trabalhamos para mostrar os acontecimentos da revolta militar a partir do enfoque da imprensa de Santa Maria daquela época, paralelamente ao enfoque dos livros que descrevem o fato. A exposição foi criada para ser exibida de forma itinerante na própria cidade de Santa Maria. De acordo com a metodologia empregada, a pesquisa é aplicada, exploratória, bibliográfica e documental. A dissertação informa como os jornais, as fotografias e outros documentos pesquisados relacionam-se com o patrimônio cultural santamariense, reproduz as informações coletadas nessas fontes e contextualiza a história da revolta militar de 1926, mostrando que esta fez parte do movimento tenentista da década de 1920.

Palavras-chave: Exposição Fotográfica. Patrimônio Cultural. Revolta Militar. Santa Maria.

ABSTRACT

PHOTOGRAPHIC EXHIBITION ABOUT THE MILITARY REVOLT OF 1926 IN SANTA MARIA, RS, BRAZIL

AUTHOR: Wagner Serafini dos Santos
ADVISOR: Maria Medianeira Padoin

This master degree's conclusion study is part of History Heritage and Cultural Heritage Research Line of Professional Masters Course in Cultural Heritage of Universidade Federal de Santa Maria. The purpose of this study was carrying out a photographic exhibition about the military revolt that took place in Santa Maria city (RS) in November 1926, from research conducted in *Correio da Serra*, *Gaspar Martins*, *Diário do Interior* and *O Castilhista* newspapers, in photographs and several documents of that time in order to spread this local history chapter. It was surveyed the collections of the Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, the library of the Colégio Marista Santa Maria (Biblioteca Irmão Daniel), Casa de Memória Edmundo Cardoso, Centro Histórico Coronel Pillar, Memorial Mallet and the Museu Educativo Gama de Azevedo. The revolt began with the uprising of two Brazilian Army barracks, the 5º Regimento de Artilharia Montada (current 3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado ó Regimento Mallet) and the 7º Regimento de Infantaria (current 7º Batalhão de Infantaria Blindado ó Regimento Gomes Carneiro), which attacked the 1º Regimento de Cavalaria of the Brigada Militar (current 1º Regimento de Polícia Montada ó Regimento Coronel Pillar) forces, resulting in a bombardment over downtown area. The battle ended with the withdrawal of the rebellious military, who left Santa Maria due to the Brigada Militar resistance. We worked to show the military revolt events from the Santa Maria's press viewpoint of that time, alongside the focus of books describing the fact. The exhibition was created to be displayed on a mobile way in Santa Maria town. According to the placed methodology, the research is applied, exploratory, bibliographic and documentary. The dissertation reports as newspapers, pictures and other surveyed documents relate to Santa-Mariense cultural heritage, reproduces the information collected in these sources and contextualizes the military revolt of 1926 history, showing that this was part of the tenentista movement of the 1920s.

Keywords: Photographic Exhibition. Cultural Heritage. Military Revolt. Santa Maria.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01	ó Av. Rio Branco, Praça Saldanha Marinho e Rua do Acampamento	34
Imagem 02	ó O efetivo da Brigada Militar na primeira quadra da Rua Dr. Bozano	34
Imagem 03	ó Boletim n.º 320 do 1º R.C., de 16/11/1926	74
Imagem 04	ó Capa da edição de 21/11/1926 do jornal <i>Correio da Serra</i>	80
Imagem 05	ó Jornal <i>Diário de Santa Maria</i> de 09/11/2015: caderno <i>Diário 2</i>	151
Imagem 06	ó Jornal <i>A Razão</i> de 23/11/2015: caderno <i>Segundo A Razão</i>	152
Imagem 07	ó <i>Banner</i> de abertura (título e ficha técnica da exposição)	155
Imagem 08	ó <i>Banner</i> n.º 1 da exposição	157
Imagem 09	ó <i>Banner</i> n.º 2 da exposição	159
Imagem 10	ó <i>Banner</i> n.º 3 da exposição	161
Imagem 11	ó <i>Banner</i> n.º 4 da exposição	163
Imagem 12	ó <i>Banner</i> n.º 5 da exposição	165
Imagem 13	ó <i>Banner</i> n.º 6 da exposição	167
Imagem 14	ó <i>Banner</i> n.º 7 da exposição	169
Imagem 15	ó <i>Banner</i> n.º 8 da exposição	171
Imagem 16	ó <i>Banner</i> n.º 9 da exposição	173
Imagem 17	ó Capa e contracapa do catálogo, com texto interno (frente da folha)	175
Imagem 18	ó Parte interna do catálogo (verso da folha)	176
Imagem 19	ó Esquema de dobras do catálogo	177
Imagem 20	ó Convite para a exposição fotográfica	178
Imagem 21	ó Exposição no <i>hall</i> da Reitoria da UFSM (01)	179
Imagem 22	ó Exposição no <i>hall</i> da Reitoria da UFSM (02)	180
Imagem 23	ó Exposição no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (01)	180
Imagem 24	ó Exposição no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (02)	181
Imagem 25	ó Exposição na Câmara de Vereadores de Santa Maria (01)	181
Imagem 26	ó Exposição na Câmara de Vereadores de Santa Maria (02)	182
Imagem 27	ó Exposição na Câmara de Vereadores de Santa Maria (03)	182
Imagem 28	ó Exposição na Câmara de Vereadores de Santa Maria (04)	183

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	PATRIMÔNIO CULTURAL E HISTÓRIA / MEMÓRIA	23
2.1	RELAÇÃO DA CULTURA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL COM A PESQUISA	23
2.1.1	Conceitos de cultura e de patrimônio cultural	23
2.1.2	Análise dos jornais, boletins e fotografias.....	31
2.2	OS LOCAIS DE PESQUISA ENQUANTO LUGARES DE MEMÓRIA	37
2.2.1	Histórico das instituições	37
2.2.2	Memória e lugares de memória	42
2.2.3	Os locais de pesquisa	45
2.3	CONTEXTO HISTÓRICO	50
2.3.1	Da eleição de 1922 ao Tenentismo	55
2.3.2	O levante militar de 1926 em Santa Maria	66
3	PLANEJAMENTO DA EXPOSIÇÃO	131
3.1	FOTOGRAFIA E EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA COMO DIFUSORAS DO CONHECIMENTO HISTÓRICO	131
3.2	CONCEITOS DE EXPOSIÇÃO	135
3.3	CRIAÇÃO, MONTAGEM E DIVULGAÇÃO DA EXPOSIÇÃO	138
4	A EXPOSIÇÃO	153
4.1	OS <i>BANNERS</i> DA EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA	154
4.1.1	<i>Banner</i> de abertura: A revolta militar de Santa Maria	154
4.1.2	<i>Banner</i> n.º 1: O levante dos quartéis do Exército.....	156
4.1.3	<i>Banner</i> n.º 2: A Brigada Militar reage	158
4.1.4	<i>Banner</i> n.º 3: Começa a batalha.....	160
4.1.5	<i>Banner</i> n.º 4: O cenário do combate.....	162
4.1.6	<i>Banner</i> n.º 5: Atendimento médico aos feridos	164
4.1.7	<i>Banner</i> n.º 6: Bombardeio e final da batalha	166
4.1.8	<i>Banner</i> n.º 7: Repercussão na imprensa local	168
4.1.9	<i>Banner</i> n.º 8: Repercussão na imprensa local	170
4.1.10	<i>Banner</i> n.º 9: Repercussão na imprensa local	172
4.2	CATÁLOGO	174
4.3	CONVITE	177
4.4	A EXPOSIÇÃO MONTADA	179
5	CONCLUSÃO	185
	REFERÊNCIAS	191
	APÊNDICE A ó TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS DE ACERVO: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA	209
	APÊNDICE B ó TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS DE ACERVO: CASA DE MEMÓRIA EDMUNDO CARDOSO ...	211
	APÊNDICE C ó TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS DE ACERVO: 1º RPMON / CENTRO HISTÓRICO CORONEL PILLAR	213
	APÊNDICE D ó TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS DE ACERVO: COLÉGIO MARISTA SANTA MARIA	215

APÊNDICE E ó TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS DE ACERVO: 3º GAC AP / MEMORIAL MALLET	216
APÊNDICE F ó TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS DE ACERVO: MUSEU EDUCATIVO GAMA DEÇA - UFSM ...	217
APÊNDICE G ó TEXTO PARA O LANÇAMENTO DA EXPOSIÇÃO	218
APÊNDICE H ó TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE <i>BANNERS</i> DE EXPOSIÇÃO: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA	219
APÊNDICE I ó TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE <i>BANNERS</i> DE EXPOSIÇÃO: CASA DE MEMÓRIA EDMUNDO CARDOSO	220
APÊNDICE J ó TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE <i>BANNERS</i> DE EXPOSIÇÃO: CENTRO HISTÓRICO CORONEL PILLAR	221
APÊNDICE K ó EXEMPLAR DO CATÁLOGO	222
APÊNDICE L ó EXEMPLAR DO CONVITE	223
ANEXO A ó DECLARAÇÃO: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA	224
ANEXO B ó OFÍCIO N.º 14/CHCP/2013	225
ANEXO C ó DECLARAÇÃO: CASA DE MEMÓRIA EDMUNDO CARDOSO	226

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala na história de Santa Maria, normalmente são lembrados fatos como o acampamento militar que originou o atual centro urbano da sede deste município, a chegada e o apogeu da ferrovia, que transformou Santa Maria num importante entroncamento ferroviário sul-rio-grandense ao longo do século XX, o surgimento do comércio local e a fundação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a primeira universidade brasileira inaugurada fora do eixo das capitais. Porém, existe um episódio da história santa-mariense que não costuma ser mencionado para o público: a revolta militar de novembro de 1926.

Segundo as informações de Belém (2000, p. 282-285), Beltrão (2013, p. 628-635) e Lopes Sobrinho (2000, p. 73-83), a revolta começou com um levante em dois quartéis do Exército Brasileiro na madrugada de 16/11/1926: o 5º Regimento de Artilharia Montada (5º R.A.M., atual 3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado ó Regimento Mallet)¹ e o 7º Regimento de Infantaria (7º R.I., atual 7º Batalhão de Infantaria Blindado ó Regimento Gomes Carneiro)², que atacaram as forças do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar (1º R.C., atual 1º Regimento de Polícia Montada ó Regimento Coronel Pillar)³. Travou-se uma batalha que levou a um bombardeio sobre o centro urbano nos dias 16 e 17 de novembro de 1926, resultando em mortos e feridos entre os combatentes e a população, além de prejuízos materiais. Este cenário de guerra foi uma consequência dos movimentos tenentistas da década de 1920, os quais se levantaram contra a política e os governos da chamada República Velha. No caso de Santa Maria, a batalha de 1926 terminou com a vitória da Brigada Militar, auxiliada por militares do Exército que não aderiram à revolta, além de voluntários civis.

Em meio ao caos instalado pela batalha na cidade, os jornais santa-marienses daquele tempo noticiaram os acontecimentos assim que puderam circular. E opinaram sobre a revolta militar liderada por alguns membros do Exército, a exemplo do jornal *Diário do Interior*, na edição de 20 de novembro de 1926:

¹ Segundo Rechia (1999, p. 140). Localiza-se na Rua Marechal Hermes, em Santa Maria (RS), conforme AMARAL (2007, p. 255).

² Na época do combate, o antigo 7º Regimento de Infantaria localizava-se na Avenida Borges de Medeiros, em Santa Maria (RS). Hoje, o atual 7º Batalhão de Infantaria Blindado está sediado na cidade de Santa Cruz do Sul (RS). Disponível em: <www.7bib.eb.mil.br/index.php/resumo-historico>. Acesso em: 09 fev. 2015.

³ Localizado na Rua Pinto Bandeira, em Santa Maria (RS). Disponível em: <<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Estrutura/Chcp/nossahistoria.php.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

Efetivamente, a selvageria ó que outro nome não pode ter o bombardeio de uma cidade quase indefesa durante 24 horas, mais ou menos, e cujas dolorosas consequências todos sentimos e deploramos ó é passível das censuras mais fortes, merece a mais formal condenação, porque ela nos envergonha e porque ela desprestigia os que a praticaram, especialmente tratando-se de membros de uma classe que deveriam ser um exemplo de nobreza de sentimentos, sofrendo gestos e atitudes que os pudessem comprometer e diminuir aos olhos dos seus colegas e da Nação, perdendo, de todo, a confiança dos seus chefes e dos seus subordinados. (BELÉM, 2000, p. 282).

Após a repercussão na imprensa local, a revolta militar de 1926 foi abordada nas obras de Amaral (2007), Belém (2000), Beltrão (2013) e Lopes Sobrinho (2000) ao longo das décadas posteriores. Fatos relacionados ao episódio também são mencionados por Fernandes (2011), Norberto (1950) e Schiling (1955). Porém, o assunto não é muito divulgado publicamente. Nós, por exemplo, apenas soubemos dessa revolta militar por acaso, em 2002, ao vermos na Internet uma fotografia do centro da cidade de Santa Maria tomada pelas forças da Brigada Militar em 1926, após o término da batalha.

A curiosidade acerca da foto levou-nos ó na época aluno de jornalismo da UFSM ó a pesquisar o tema nos livros de História e no acervo de jornais do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (mantido pela Prefeitura Municipal de Santa Maria), resultando numa reportagem publicada na edição n.º 01 da revista *Fora de Pauta* (agosto e setembro de 2002), editada pelo Curso de Comunicação Social da UFSM. A pesquisa para a reportagem incluiu transcrições do noticiário das edições de novembro e dezembro de 1926 do extinto jornal santa-mariense *Correio da Serra*, trazendo à tona informações não contidas nos livros consultados.

Em vista do material coletado na pesquisa de 2002, refletimos sobre quantas outras informações a respeito da revolta militar de 1926 estão guardadas no acervo de jornais do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Não só nas edições do *Correio da Serra*, mas também naquelas de outros jornais santa-marienses já extintos, como o *Diário do Interior*, o *Gaspar Martins* e *O Castilhistas*. Sem contar fotografias e documentos diversos relacionados ao tema, passíveis de serem encontrados tanto no próprio Arquivo Histórico como em outras instituições de Santa Maria, às quais recorreremos para este trabalho: Biblioteca Irmão Daniel (pertencente ao Colégio Marista Santa Maria), Casa de Memória Edmundo Cardoso (mantida pela família de Edmundo Cardoso), Centro Histórico Coronel Pillar (mantido pelo 1º Regimento de Polícia Montada), Memorial Mallet (pertencente ao Regimento Mallet) e Museu Educativo Gama d'Æça (mantido pela UFSM).

As instituições mencionadas no parágrafo anterior preservam acervos contendo materiais relacionados ao passado santa-mariense, levando-nos a buscar mais informações a

respeito da revolta militar ocorrida em 1926. Desse modo, tornou-se necessário um aprofundamento da pesquisa, via projeto vinculado ao Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural da UFSM, cujo resultado poderia ser divulgado publicamente, inclusive para os demais pesquisadores que recorrem àquelas instituições. Delimitamos o tema da seguinte maneira: narrar os acontecimentos da revolta militar ocorrida em Santa Maria em 1926 a partir do enfoque dos jornais santa-marienses então em circulação, paralelamente ao enfoque dos livros de História.

Mas para cumprir essa proposta, alguns questionamentos tinham que ser respondidos: como aprofundar a coleta de dados e informações para narrar a história da revolta militar de 1926 em Santa Maria? Quais fontes bibliográficas e documentais deveriam ser consultadas, além daquelas já conhecidas por nós? E como divulgar o resultado da pesquisa ao público interessado na história de Santa Maria?

Para a solução dos questionamentos acima buscamos investigar as edições dos antigos jornais santa-marienses *Correio da Serra*, *Diário do Interior*, *Gaspar Martins* e *O Castilhistas*, além de outras fontes, incluindo fotos, livros e documentos em geral. O planejamento inicial da pesquisa levou-nos a consultar os acervos do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, da Casa de Memória Edmundo Cardoso e do Centro Histórico Coronel Pillar. Durante a realização deste trabalho, decidimos obter mais imagens em outras instituições, então recorremos à Biblioteca Irmão Daniel, ao Memorial Mallet e ao Museu Educativo Gama de Azevedo. Tudo para reunir e organizar informações e imagens em relação à revolta militar de 1926, a serem exibidas em uma exposição fotográfica itinerante, produto deste trabalho e forma escolhida por nós para divulgar a história daquela revolta.

A fim de concretizarmos nossa meta, alguns objetivos tinham de ser cumpridos, começando pela transcrição do noticiário dos jornais santa-marienses *Correio da Serra*, *Diário do Interior*, *Gaspar Martins* e *O Castilhistas* acerca dos fatos relacionados à revolta militar de 1926 em Santa Maria, bem como a reprodução fotográfica de algumas páginas desses jornais, de outras fotografias e outros documentos relacionados ao tema da pesquisa. Também havia a necessidade de contextualizarmos o assunto, por meio da pesquisa bibliográfica tanto sobre a batalha em si quanto sobre o seu período histórico: a República Velha e o Tenentismo.

Este trabalho justifica-se pela possibilidade de ajudar a preservar e, especialmente, divulgar um pouco mais da história santa-mariense. Outra justificativa é o fato de termos de registrar o valor patrimonial, tanto do tema quanto das fontes pesquisadas. Para tanto,

realizamos uma análise a partir das conceituações de cultura e patrimônio cultural apresentadas por diferentes autores.

De acordo com Souza e Martiarena (2008, p. 9), a expressão patrimônio cultural remete direta ou indiretamente ao passado, e o significado de patrimônio deve ser encontrado como algo que nos é deixado. O que é deixado são vestígios do passado, os quais somente podem ser considerados patrimônio quando, segundo Haigert (2006, p. 142-143), constituem-se num legado selecionado conscientemente para ser transmitido ao futuro. Em outras palavras, existe uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o Patrimônio Cultural às gerações futuras (HAIGERT, 2006, p. 143).

Assim, entendemos os vestígios, fontes desse processo histórico, como a construção dessa memória histórica por meio de uma exposição fotográfica. Este legado pode ser entendido como o que Di Blasi (2009, p. 300) chama de acervo patrimonial de uma cultura, constituído pela acumulação contínua de objetos, obras, trabalhos, valores e saberes produzidos pela sociedade. Os itens acumulados são bens culturais, classificados por Haigert (2006, p. 143) em duas categorias: materiais e imateriais. Os bens materiais são aqueles que se pode pegar e/ou tocar, como um livro, uma casa, uma panela, um quadro, um documento, um instrumento musical, um jornal, uma fotografia, um ônibus, etc. (HAIGERT, 2006, p. 143). Já os bens imateriais são aqueles que acontecem em dado momento, mas não se materializam através do tempo nem se perpetuam, a menos que sejam registrados por algum meio (escrito, falado, filmado, fotografado): música, procissão, ritual de umbanda, forma de plantio, processo de fabricação de vinho, e assim por diante.

Sendo assim, ao longo deste trabalho analisamos as relações das fontes documentais pesquisadas com a cultura e o patrimônio cultural santa-marienses, por serem aquelas fontes bens culturais materiais acumulados nos acervos do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, da Biblioteca Irmão Daniel, da Casa de Memória Edmundo Cardoso, do Centro Histórico Coronel Pillar, do Memorial Mallet e do Museu Educativo Gama de Azevedo. Bens estes acumulados conscientemente pelas referidas instituições a fim de serem preservados e legados às gerações futuras. Por outro lado, analisamos também a relação do produto deste trabalho (a exposição) com o patrimônio cultural de Santa Maria.

Com relação à metodologia e à classificação deste trabalho, adotamos o modelo apresentado por Gil (2010), que divide as classificações segundo critérios específicos, tais como: finalidade, objetivos mais gerais e métodos empregados. Também são utilizados conceitos de outros autores para complementar o modelo aqui adotado.

Segundo a finalidade, a pesquisa deste trabalho é aplicada, uma vez que é voltada à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica. (GIL, 2010, p. 27). Os conhecimentos adquiridos são as informações contidas nos jornais e demais documentos relativos ao levante militar ocorrido em Santa Maria no ano de 1926, com o objetivo de reuni-las e divulgá-las ao público via exposição fotográfica.

Dentro dos objetivos mais gerais, esta é uma pesquisa exploratória, uma vez que proporciona maior familiaridade com o problema, segundo os critérios de Gil (2010, p. 27) e Handem, Matioli, Pereira e Nascimento (2007, p. 91). Em outras palavras, a consulta das informações e dados contidos em jornais e outros documentos visam a aprofundar o que se sabe a respeito do supracitado levante militar. Além disso, também consta o levantamento bibliográfico nesta dissertação, o qual faz parte da pesquisa exploratória, devido à necessidade da consulta de obras de diferentes autores tanto para contextualizar o tema pesquisado quanto para formalizar este trabalho, através da obtenção de conceitos necessários à parte teórica.

No que diz respeito aos métodos empregados, nossa pesquisa é bibliográfica e documental. Na visão de Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 6) e de Gil (2010, p. 30), a pesquisa bibliográfica e a documental estão próximas por terem semelhanças, mas são duas categorias distintas devido aos tipos de documentos analisados por elas. A pesquisa bibliográfica utiliza materiais de diferentes autores já publicados a respeito de um determinado tema, incluindo livros, revistas, jornais, teses, dissertações, anais de eventos científicos, e assim por diante, além de outras modalidades de fontes, tais como discos, fitas magnéticas, CDs e material disponibilizado pela Internet. Já a pesquisa documental percorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 6), elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc. (GIL, 2010, p. 30). A pesquisa documental também pode se valer de documentos escritos ou não escritos, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres (HANDEM; MATIOLI; PEREIRA; NASCIMENTO, 2007, p. 105). Existem casos dúbios, que merecem maior atenção:

Mas há fontes que ora são consideradas bibliográficas, ora documentais. Por exemplo, relatos de pesquisa, relatórios e boletins e jornais de empresas, atos jurídicos, compilações, estatísticas, etc. O que geralmente se recomenda é que seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização, e fonte bibliográfica quando for obtido em bibliotecas ou bases de dados. (GIL, 2010, p. 30 e 31).

Em vista dessas informações é que consideramos a nossa pesquisa bibliográfica e documental. Esta pesquisa abrange a verificação do noticiário publicado nos jornais santamarienses na época da revolta militar de 1926, fotografias e outros documentos relacionados àquela revolta, além do conteúdo dos livros de História, a fim de contextualizar a batalha havida em Santa Maria entre os militares rebelados e a Brigada Militar dentro da realidade brasileira da época. Ressalte-se que a revolta de 1926 é tratada neste trabalho através dos diferentes pontos de vista das fontes pesquisadas, sem se restringir a somente um enfoque. Por fim, a exposição fotográfica citada nesta introdução tem por meta ser fonte de informações ao público interessado na história de Santa Maria, bem como aos pesquisadores dessa área. A metodologia empregada na criação, montagem e divulgação da exposição é explicada no segundo capítulo do desenvolvimento deste trabalho, com base em bibliografia específica sobre exposições.

O desenvolvimento encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro é o **Patrimônio cultural e história / memória**, no qual analisamos o enquadramento dos elementos pesquisados nas conceituações de cultura e patrimônio cultural, de que forma as instituições consultadas durante a pesquisa caracterizam-se como espaços de memória, além de um contexto histórico, onde abordamos o Tenentismo e a revolta militar de 1926 em Santa Maria. Em relação a esta revolta, mostramos como os acontecimentos foram narrados por diferentes autores, pelos boletins da Brigada Militar da época e pelo noticiário dos jornais santamarienses pesquisados neste trabalho (*Correio da Serra, Diário do Interior, Gaspar Martins e O Castilhista*). Dentre eles, não foi possível a localização, em Santa Maria, de exemplares do *Diário do Interior* de novembro e dezembro de 1926, sendo, porém, aproveitadas as informações publicadas por esse jornal ao longo de 1927.

No capítulo seguinte, **Planejamento da exposição**, discorreremos sobre as fotos e a exposição fotográfica como difusoras do conhecimento histórico. Após, tratamos quais documentos foram pesquisados para a realização deste trabalho, abordamos conceitos sobre o que é uma exposição, a organização da proposta da exposição fotográfica e as instituições às quais esta exposição foi destinada.

Por sua vez, o terceiro capítulo do desenvolvimento é intitulado **A exposição** e apresenta o plano visual da exposição fotográfica, do respectivo catálogo e dos convites, materiais elaborados ao término da pesquisa. O trabalho é finalizado com apresentação de imagens da exposição realizada, as referências, apêndices e anexos.

2 PATRIMÔNIO CULTURAL E HISTÓRIA / MEMÓRIA

2.1 RELAÇÃO DA CULTURA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL COM A PESQUISA

A pesquisa para este trabalho valeu-se dos extintos jornais *O Castilhista*, *Gaspar Martins*, *Diário do Interior* e *Correio da Serra*, além de boletins da Brigada Militar e de fotografias, visando a obter informações relacionadas ao levante militar de 1926 em Santa Maria ainda não registradas nos livros de História. Esses diferentes documentos constituem um patrimônio cultural? Eles fazem parte da cultura santa-mariense? Para responder a essas questões, primeiramente serão abordados alguns conceitos de cultura e de patrimônio cultural. Depois, será feita uma análise das conceituações apresentadas para verificar suas relações com os jornais, boletins e fotos pesquisados.

2.1.1 Conceitos de cultura e de patrimônio cultural

Existem diferentes concepções acerca do que se entende por cultura. Como aponta Eliot (2011, p. 25), quando se fala em cultura pode-se pensar no **aprendizado** e no contato mais próximo com a sabedoria acumulada do passado [...]. Podemos, ainda, estar pensando na **filosofia** em seu sentido mais amplo [...]. Ou podemos estar pensando nas **artes** [...] (grifos do autor). O campo semântico⁴ é amplo: de acordo com um levantamento de Kroeber e Kluckohn (1952, p. 47 apud VANNUCCHI, 2006, p. 22), há mais de cento e cinquenta definições para cultura. O vocábulo consta em obras de Antropologia, Filosofia, História e Sociologia, além de ser utilizado pela Biologia como sinônimo de cultivo de bactérias (VANNUCCHI, 2006, p. 22). A variedade de significados é explicada por Chaui (2008, p. 55) com base na origem do termo:

Vinda do verbo latino *colere*, na origem cultura significa o cultivo, o cuidado. Inicialmente, era o cultivo e o cuidado com a terra, donde agricultura, com as crianças, donde puericultura, e com os deuses e o sagrado, donde culto. Como cultivo, a cultura era concebida como uma ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios.

Chaui (2008, p. 55) informa que o sentido original da palavra cultura foi se perdendo ao longo da história do ocidente, até que o termo ressurgiu no século XVIII como sinônimo

⁴ Segundo Mesquita (2007, p. 122), campo semântico diz respeito às diferentes acepções que uma mesma palavra pode assumir em contextos diferentes.

de civilização. A partir do Iluminismo, a cultura passou a ser vista como padrão ou critério para medir o grau de civilização das sociedades, sendo considerada um conjunto de práticas que incluía as artes, ciências, filosofia, técnicas e ofícios, permitindo avaliar e hierarquizar o valor dos regimes políticos, segundo um critério de evolução (CHAUI, 2008, p. 55). Gradativamente, cultura virou sinônimo de progresso de uma civilização, arremata Chaui (2008, p. 55).

Por sua vez, Bauman (2012, p. 12) aponta que a concepção de cultura utilizada na segunda metade do século XVIII diferenciava as realizações humanas dos chamados fatos brutos da natureza: aquilo que os homens podem fazer é cultura, e aquilo a que devem obedecer é natureza. Já no século XIX, em virtude da constituição da Antropologia como ciência, reapareceu o conceito iluminista de cultura, profundamente político e ideológico segundo Chaui (2008, p. 55), que afirma terem os antropólogos adotado inicialmente um padrão calcado nesse conceito para medir a evolução ou o grau de progresso de uma cultura e esse padrão foi [...] o da Europa capitalista (CHAUI, 2008, p. 55-56). A autora complementa informando que, ainda no século XIX, a ideia de cultura foi modificada (especialmente via filosofia alemã), passando a ser elaborada como a diferença entre natureza e história, sendo a ruptura da adesão imediata à natureza, adesão própria aos animais (CHAUI, 2008, p. 56) e inaugurando o mundo propriamente humano. Os antropólogos, porém, criaram outros conceitos de cultura ao longo dos séculos XIX e XX, conforme o relato de Marconi e Presotto (2015, p. 22-23), no qual são apresentadas conceituações que vão desde Tylor (1871) até Geertz (1973). Ao final, as autoras resumem:

Pelo visto, o conceito de cultura varia no tempo, no espaço e em sua essência. Tylor [1871], Linton [1936], Boas [1938] e Malinowski [1944] consideram a cultura como ideias. Para Kroeber e Kluckhohn [1952], Beals e Hoijer [1953], ela consiste em abstrações do comportamento. Keesing [1958] e Foster [1962] a definem como comportamento aprendido. Leslie A. White [1959] apresenta outra abordagem: a cultura deve ser vista não como comportamento, mas em si mesma, ou seja, fora do organismo humano. Ele, Foster e outros englobam no conceito de cultura os elementos materiais e não materiais da cultura. A colocação de Geertz [1973] difere das anteriores, na medida em que propõe a cultura como um mecanismo de controle do comportamento. (MARCONI; PRESOTTO, 2015, p. 23-24).

Dentre os autores mencionados anteriormente, Laraia (2014, p. 25) considera que Tylor foi o responsável pela definição atual do conceito de cultura para a língua inglesa, ainda no século XIX. Trata-se do vocábulo *culture*, que tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou

qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (TYLOR, 1871, p. 1 apud LARAIA, 2014, p. 25).

Retomando a ideia de cultura como ruptura da adesão à natureza, relatada por Chaui (2008, p. 56), Kroeber (1917 apud LARAIA, 2014, p. 28-49) mostrou que o ser humano afastou-se do mundo animal graças à cultura: o homem passou a depender mais do aprendizado do que de atitudes determinadas pela genética. Graças ao aprendizado, o ser humano chegou ao processo cultural da comunicação oral (LARAIA, 2014, p. 51-52), a qual integra a linguagem humana. Nas palavras de Mesquita (2007, p. 16), **linguagem** é a capacidade de o homem comunicar-se, seja por meio de ícones, índices ou símbolos. E dela, faz parte a **língua**, simbólica (grifos do autor). Saussure (2013, p. 40-41) também afirma ser a língua uma parte da linguagem, por isso, ambas não se confundem, sendo que a língua não se reduz ao som. Ela é um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos (SAUSSURE, 2013, p. 41). Para o autor, a língua também é distinta da fala e pode ser estudada separadamente: "Não falamos mais as línguas mortas, mas podemos muito bem assimilar-lhes o organismo linguístico" (SAUSSURE, 2013, p. 46). E conclui ser a língua **um sistema de signos que exprimem ideias** [...], comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc. Ela é apenas o principal desses sistemas (SAUSSURE, 2013 p. 47, grifo nosso).

White (1955 apud LARAIA, 2014, p. 55) afirma que toda cultura depende de símbolos e que estes devem ter uma forma física. Segundo Bauman (2012, p. 143), a linguagem, ou a produção de símbolos em geral, foi desde logo aclamada [...] como o cerne universal e básico da cultura humana, como seu alicerce. E arremata ao citar o potencial gerador de cultura da linguagem humana, pela sua capacidade de reproduzir e produzir novas estruturas (BAUMAN, 2012, p. 146) por meio da livre combinação de símbolos limitada apenas por regras lógicas de gramática e sintaxe (CLAIRE; RUSSEL apud BAUMAN, 2012, p. 146). Eliot (2011, p. 63) afirma que a própria língua é uma salvaguarda para a transmissão da cultura, e que ela (a língua) somente sobrevive com tal propósito quando é uma língua literária. Conforme Saussure (2013, p. 258), língua literária é toda espécie de língua culta, oficial ou não, a serviço da comunidade inteira, e não se restringe à literatura.

Eliot (2011, p. 41-67) também declara que a cultura é criada por uma sociedade como um todo, e que uma cultura nacional resulta de culturas locais, as quais também são formadas por culturas locais menores. Independente do alcance geográfico, a base de uma sociedade é a cultura de seu povo, e seus traços culturais fortalecem a união e a sobrevivência das

peças que a formam (SOUZA; MARTIARENA, 2008, p. 13). Num sentido amplo, a cultura inclui todas as atividades e interesses que caracterizam um povo e através dos quais ele expressa sua forma específica de ser (ELIOT, 2011, p. 34; HAIGERT, 2006, p. 145). Isso abrange diferentes aspectos do modo de vida das comunidades, os seus traços culturais, tais como a organização econômica e política, as formas de agrupamento social, os hábitos e costumes, as crenças e práticas religiosas, as manifestações artísticas, os processos históricos, as atividades científicas e a tecnologia (BRUSADIN, 2012, p. 37; HAIGERT, 2006, p. 146; KEESING, 1974 apud LARAIA, 2014, p. 59-60; SOUZA; MARTIARENA, 2008, p. 9). Vannucchi (2006, p. 23-24) conclui que tudo o que é produzido pelo ser humano é cultura, e por essa razão os homens são seres culturais por natureza.

Para Chauí (2008, p. 65), a cultura deve ser tratada como trabalho da inteligência, da sensibilidade, da imaginação, da reflexão, da experiência e do debate, e como trabalho no interior do tempo. Em resumo, a cultura deve ser entendida como trabalho (CHAUI, 2008, p. 64), conceito este que apresenta um desdobramento:

Captar a cultura como trabalho significa, enfim, compreender que o resultado cultural (a obra) se oferece aos outros sujeitos sociais, se *exponde* a eles, como algo a ser recebido por eles para fazer parte de sua inteligência, sensibilidade e imaginação e ser retrabalhada pelos receptores, seja por que a interpretam, seja por que uma obra suscita a criação de outras. A exposição das obras culturais lhes é essencial, existem para serem dadas à sensibilidade, percepção, inteligência, reflexão e imaginação dos outros. (CHAUI, 2008, p. 65, grifo da autora).

Conforme as abordagens dos autores citados, a cultura é vista como algo produzido pela sociedade, indo de culturas locais até as nacionais, onde o homem é um ser produtor de cultura, por sua vez, um trabalho. Isso leva à seguinte constatação:

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. (LARAIA, 2014, p. 45).

A cultura gera o chamado patrimônio cultural, formado pelos elementos destacados por Laraia (2014, p. 45): o conhecimento e a experiência adquirida. Ao longo do tempo, o conceito de patrimônio cultural foi ampliado na medida em que o próprio conceito de cultura também se ampliou (BRUSADIN, 2012, p. 36).

O campo semântico da palavra "patrimônio" abarca diferentes significados atualmente. O mais comum é conjunto de bens que uma pessoa ou entidade possui, mas que,

transportado a dado território, passa a ser o conjunto de bens que estão dentro de seus limites de competência administrativa (BRUSADIN, 2012, p. 36). Na época da Revolução Francesa, diferentes elementos passaram a ser considerados patrimônios da França: livros, manuscritos, selos, medalhas, pedras gravadas, estátuas, armas, mausoléus, quadros, desenhos, mapas, máquinas, dentre outros (CHOAY, 2006, p. 99-100). Não se usava a expressão patrimônio cultural. Pensava-se em termos de patrimônio monumental, com ênfase nos chamados monumentos históricos (CHOAY, 2006, p. 95-123). Tais concepções atravessaram os séculos:

[...] até a primeira metade do século XX, patrimônio cultural foi sinônimo de obras monumentais, obras de arte consagradas, propriedades de grande luxo associadas às classes dominantes, pertencentes à sociedade política ou civil. Os prédios considerados merecedores de cuidados especiais eram antigos palácios, residências de nobres ou locais onde aconteceram fatos relevantes para a história política de determinado local. (BARRETO, 2000 apud BRUSADIN, 2012, p. 36).

Essa percepção de patrimônio cultural ainda resistia na segunda metade do século XX, influenciando o texto da Convenção do Patrimônio Mundial (elaborado em 1972 e adotado pela UNESCO), o qual baseia o conceito de patrimônio cultural universal no de monumento histórico (CHOAY, 2006, p. 207). Entretanto, outros elementos também são considerados patrimônio cultural na atualidade, como obras de arte, acervos históricos, seja documentação escrita ou fotográfica, etc. Além dos bens imateriais ou intangíveis (SOUZA; MARTIARENA, 2008, p. 15). A visão do patrimônio cultural adotada hoje também abarca os mais diferentes elementos de uma cultura, sem o elitismo e a monumentalidade anteriores:

[...] em oposição a uma seletividade que privilegiava os bens culturais produzidos pelas classes hegemônicas as pirâmides, palácios, objetos ligados à nobreza ou à aristocracia, reconhece-se que o patrimônio de uma nação também se compõe dos produtos da cultura popular: música indígena, textos de camponeses e operários, sistemas de autoconstrução e preservação dos bens materiais e simbólicos elaborados por todos os grupos sociais. (CANCLINI, 1994, p. 96).

Nas palavras de Eliot (2011, p. 103), o mesmo o mais humilde artefato material, que é produto e símbolo de uma civilização particular, é um emissário da cultura que o originou [...]. Os artefatos (ou bens) materiais, juntamente com os imateriais, com o passar do tempo transformam-se em vestígios do passado. Estes poderão se tornar patrimônio cultural ou não, segundo Haigert (2006, p. 142-143).

Souza e Martiarena (2008, p. 09-10) concebem a expressão patrimônio cultural como referência direta ou indireta ao passado, e que precisa ser preservado a fim de se eliminar o risco de ser destruído. Sendo assim, o patrimônio cultural constitui-se de certos

vestígios do passado que foram preservados conscientemente por um grupo significativo da população, o qual deseja transmitir esse patrimônio às gerações futuras (HAIGERT, 2006, p. 142-143). Todavia, Canclini (1994, p. 95-96) ressalva que o patrimônio cultural não abrange somente a herança ou as expressões ômortasö da cultura de um povo, tais como sítios arqueológicos, bens arquitetônicos coloniais ou objetos em desuso, mas também aqueles bens culturais ainda correntes, como novos artesanatos, línguas, conhecimentos e assim por diante. A própria Constituição do Brasil, em seu artigo 216, reconhece bens materiais e imateriais do passado e do presente como integrantes do patrimônio cultural do país, relacionados à identidade, ação e memória dos variados grupos que formam a sociedade brasileira: formas de expressão; modos de criar, fazer e viver; criações científicas, artísticas e tecnológicas; obras, objetos, documentos, edificações e espaços voltados às manifestações artístico-culturais; conjuntos urbanos e sítios (BRASIL, 2001, p. 127).

Alguns elementos da cultura e do patrimônio cultural são enquadrados por Medeiros e Surya (2012, p. 295) na categoria de patrimônio histórico:

Patrimônio histórico seria, portanto, o conjunto de manifestações culturais, artísticas ou sociais de determinada sociedade que, de alguma maneira, seja ela natural, física ou sensorial, se faz presente no meio em que se vive ó materializadas através de paisagens, jardins, edificações, monumentos, objetos e obras de arte ó, sendo importantes peças a ser conservadas, por representarem parte de uma cultura e o modo de vida de uma época.

Esta é a mesma linha de pensamento de Choay (2006, p. 11), para quem o patrimônio histórico é õum bem destinado ao usufruto de uma comunidadeö, sendo esse mesmo patrimônio õconstituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanosö (CHOAY, 2006, p. 11).

A explicação para a semelhança conceitual entre as categorias de patrimônio vem através de Lemos (2013, p. 7), segundo o qual o patrimônio histórico é um segmento do patrimônio cultural. Outra explicação é obtida por meio de Paoli (2012, p. 183), ao descrever o surgimento da noção de patrimônio histórico a partir da ideia de ruptura entre o passado anterior à Revolução Industrial e a òera da máquinaö. A autora prossegue informando que òessa ideia promoveria a tomada de distância do passado, fundamental para que ele se constitua como *patrimônio* no sentido que entendemos hojeö, levando ao agrupamento de

todos os vestígios do passado sob a genérica denominação de "histórico" (PAOLI, 2012, p. 183, grifo da autora).

Mas da mesma forma que acontece em relação ao patrimônio cultural, nem todo vestígio ou artefato do passado se torna patrimônio histórico. Lemos (2013, p. 22) demonstra por meio de exemplos quando algo se torna um patrimônio realmente histórico:

Muitas vezes, alguns daqueles objetos triviais de todo dia se diferenciam de seus iguais devido ao fato de terem participado de eventos que se convencionou chamar de históricos. Passam a ter uma respeitabilidade que os demais não possuem. É a sacralização do objeto. [...] e assim muitos visitantes de museus se embevecem, contemplando a caneta que serviu à assinatura de um ato público qualquer, a espada usada por um herói numa batalha qualquer, a primeira lâmpada incandescente empregada na inauguração do sistema de iluminação pública de uma cidade qualquer, a caneca humilde com a qual um santo padre diariamente tomava o seu desjejum, o sapato usado por um político importante ao ser assassinado, a pistola que matou esse político, o exemplar raro do jornal que deu em primeira mão essa notícia e assim por diante.

O enquadramento do patrimônio histórico dentro do cultural encontra apoio em Boham⁵ (1974 apud PELEGRINI, 2009, p. 25), que divide o patrimônio cultural em três grandes grupos: o primeiro deles refere-se ao meio ambiente. O segundo engloba a produção intelectual humana armazenada ao longo da história. O último agrega os bens culturais resultantes do processo de sobrevivência humana. Conforme os exemplos apresentados por Lemos (2013, p. 22) anteriormente, percebe-se a ligação entre o patrimônio histórico e o conhecimento a ele relacionado, que pertence ao campo da História, ciência humana responsável por estudar o passado e as transformações sofridas pelas sociedades humanas, como define Borges (2013, p. 49-56). Dessa forma, os elementos materiais do patrimônio histórico enquadram-se no grupo dos bens culturais, que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer (LE MOS, 2013, p. 10), enquanto o conhecimento histórico correspondente enquadra-se no grupo da produção intelectual humana, que abrange os elementos não tangíveis do Patrimônio Cultural (LE MOS, 2013, p. 9).

As diferentes concepções acerca do patrimônio cultural mostram que ele é formado por elementos preservados do passado e também por aqueles que continuam fazendo parte da vida de um povo, independente da natureza e da origem desses elementos. Em comum, tanto os bens patrimoniais culturais do passado quanto os do presente compreendem tudo o que forma a identidade de um grupo e que o diferencia de outros grupos (CANCLINI, 1994, p. 99;

⁵ Consultor da UNESCO, de acordo com Pelegrini (2009, p. 25).

HAIGERT, 2006, p. 143). Pesavento (2004, p. 89-91) explica ser a identidade uma construção simbólica de sentido, com base em elementos de positividade, que trabalha com a ideia de pertencimento e agrega as pessoas em torno de atributos e características valorizados, que rendam reconhecimento social a seus detentores (PESAVENTO, 2004, p. 91). O sentimento de pertencimento pode ser tanto em relação a um grupo quanto a um local (HAIGERT, 2006, p. 154), e a identidade responde [...] a uma necessidade [do ser humano] de acreditar em algo positivo e a que o indivíduo possa se considerar como pertencente (PESAVENTO, 2004, p. 91). Para Haigert (2006, p. 155), as identidades são formadas culturalmente. Por essa razão, o conjunto de valores, regras de convivência, padrões de expressão e manifestação cultural são considerados como identidade cultural (HAIGERT, 2006, p. 154).

A identidade também está relacionada à delimitação das fronteiras culturais pelos Estados-Nações, os quais estabelecem o que faz parte ou não das respectivas nações, construindo identidades nacionais que forneçam imagens às suas populações (OLIVEN, 1992 apud SOUZA, 1995, p. 152). Mas a identidade não está delimitada geograficamente, de forma única, pelo território nacional:

Assim, há uma modalidade identitária que diz respeito aos recortes de território, mas que extrapola, em seus significados, as divisões político-administrativas. Modalidades referentes ao espaço são aquelas que dizem respeito às realidades do plano continental, nacional, regional ou mesmo cidadão. Mas as identidades podem se dar ainda com relação a recortes temporais, quando se atribuem lógicas de sentido e pertencimento a momentos ou épocas precisos. Conferem-se atribuições específicas para valoração e atribuição de sentido ao passado ó antigo, clássico, moderno, contemporâneo ó, que permitem a identificação. (PESAVENTO, 2004, p. 90-91).

A vinculação dos bens patrimoniais culturais com a identidade relaciona-se com a visão de Fonseca (2009, p. 69), para quem a atual concepção de patrimônio cultural está centrada na relação da sociedade com sua própria cultura. Segundo a autora, o patrimônio cultural possui uma função que vai além da ação de se proteger o bem patrimonial, pois ele deve ter uma representatividade para diferentes grupos sociais, possibilitando que estes se reconheçam no repertório desse patrimônio. E para que isso aconteça, diferentes ações devem ser tomadas após a proteção, incluindo a identificação, documentação, promoção e difusão do patrimônio cultural, sendo que as duas últimas ações viabilizam a reapropriação simbólica dos bens. Conclui a autora que se deve abrir espaço para a sociedade participar da construção e apropriação do seu patrimônio cultural (FONSECA, 2009, p. 67).

As conceituações apresentadas até aqui mostram que a cultura, a identidade e o patrimônio cultural podem ser locais, regionais e nacionais. Então, pode-se considerar como

nível local a realidade cultural de Santa Maria para a análise a seguir, uma vez que os documentos a serem abordados nas próximas linhas estão relacionados especificamente ao passado santa-mariense.

2.1.2 Análise dos jornais, boletins e fotografias

Considerando as sentenças de Vannucchi (2006, p. 23-24), infere-se que os jornais, os boletins e as fotografias pesquisados para este trabalho são elementos culturais por serem produtos da ação humana, segundo o conceito de que tudo o que o homem faz é cultura. E isso independe da classe social da qual provém o bem cultural, conforme se percebe nos apontamentos de Canclini (1994, p. 96). Mas tal questão pode ser analisada sob outros conceitos e argumentos.

Os extintos jornais *Correio da Serra*, *Diário do Interior*, *Gaspar Martins* e *O Castilhistas* enquadram-se na cultura santa-mariense por resultarem do trabalho humano local. Isso vem ao encontro da acepção de cultura como aquilo que o ser humano pode fazer, conforme Bauman (2012, p. 12), incluindo todas as atividades características de um povo, de acordo com Eliot (2011, p. 34). E podem ser atividades profissionais, dentro da organização de uma comunidade, segundo Keesing (1974 apud LARAIA, 2014, p. 59-60). Assim, a cultura não se restringe às artes, ao contrário do que supõe o senso comum. Por isso a inclusão de um trabalho profissional (produção de jornal) característico de uma sociedade (santa-mariense), dentro do universo cultural local, uma vez que os quatro jornais mencionados eram sediados e produzidos na cidade de Santa Maria, conforme Belém (2000, p. 238-239) e Cardoso (2008, p. 33-50) apontam em relação aos três primeiros, e Beltrão (2013, p. 518-622) aponta em relação a todos.

O raciocínio acima pode ser aplicado aos boletins da Brigada Militar, mas com algumas diferenças: uma parte dos boletins pesquisados foi realizada pelo antigo 1º Regimento de Cavalaria, atual 1º Regimento de Polícia Montada, sediado em Santa Maria; outra parte foi realizada pela Brigada Militar em Porto Alegre. Independente da origem, os boletins são elementos culturais por resultarem de uma atividade profissional, mas característicos de uma organização, a Brigada Militar, por serem de caráter interno dessa força policial. Por esse motivo, os boletins não são elementos da cultura santa-mariense nem da porto-alegrense, porque não foram originalmente concebidos para serem vistos pela população, contrariando o pressuposto de Chauí (2008, p. 65) de que a obra cultural é oferecida e exposta aos outros sujeitos sociais. Portanto, os boletins pesquisados são

elementos culturais por representarem algo que o homem pode fazer, conceito abordado por Bauman (2012, p. 12), porém, restritos às unidades da Brigada Militar onde eles foram redigidos.

Com relação às fotografias pesquisadas, mesmo na impossibilidade de se afirmar se todas foram produzidas profissionalmente ou não, como resultam de uma atividade humana presente na sociedade de Santa Maria, também são parte da cultura santa-mariense. Levantamentos da produção fotográfica local realizados por Blaya Perez (1999), Marchiori e Noal Filho (1997; 2008), Cardoso (2008) e Marchiori, Machado e Noal Filho (2008) fornecem imagens de Santa Maria que se iniciam na segunda metade do século XIX e se estendem pelo século XX, comprovando a regularidade do trabalho dos fotógrafos no município. Conforme ressaltam Marchiori e Noal Filho (1997, p. 286), ôinúmeros fotógrafos registraram a paisagem urbana e humana de Santa Maria, com destaque para o trabalho profissional de Venâncio Schleiniger, no período de 1910 a 1960. Portanto, a produção de fotos é uma atividade usual da sociedade santa-mariense, embora não seja exclusiva do lugar.

Independente do caráter profissional ou amador, o que há de comum nas produções de jornais, boletins e fotografias é o fato de serem atividades resultantes de capacidades, experiências e conhecimentos adquiridos pelo homem dentro da sociedade em que vive, o que as enquadra como elementos da cultura, de acordo com Tylor (1871, p. 1 apud LARAIA, 2014, p. 25) e Laraia (2014, p. 45). Por esse motivo, o processo de criação daqueles documentos pesquisados é outro aspecto a ser analisado, para se verificar quais elementos culturais encontram-se neles.

A redação dos textos dos jornais e dos boletins da Brigada Militar envolve o uso da escrita, um sistema de signos que representa outro sistema de signos, o da língua, segundo Saussure (2013, p. 58). Ambos fazem parte da linguagem humana, descrita por Mesquita (2007, p. 15) como a ôcapacidade de comunicar-se por meio de signos, além de considerada como alicerce da cultura segundo Bauman (2012, p. 143). Os textos encontram-se dentro dos padrões de uma língua literária, a qual é apontada por Eliot (2011, p. 63) como transmissora de cultura. Por sua vez, a escrita é formada por letras, classificadas como símbolos por Luft (1991, p. 386), os quais também integram a cultura de acordo com Bauman (2012, p. 143). Já a produção do jornal envolve outro recurso cultural apontado por Keesing (1974 apud LARAIA, 2014, p. 59-60): a tecnologia, representada pelas máquinas utilizadas para a redação dos textos, para a confecção do papel onde será impresso o jornal, e para a própria impressão, apenas para citar alguns exemplos. Esse padrão de uso tecnológico repete-se nos boletins da Brigada Militar, com uma diferença: enquanto aqueles produzidos em Porto

Alegre eram impressos, os de Santa Maria eram datilografados. E o uso da tecnologia também é inerente à produção das fotografias, seja pela fabricação das câmeras e dos filmes utilizados no registro das imagens, seja novamente pela confecção do papel fotográfico, e até mesmo pelo material usado na revelação dos filmes.

As narrativas dos boletins da Brigada Militar e dos jornais *Correio da Serra*, *Diário do Interior*, *Gaspar Martins* e *O Castilhistas* acerca da revolta militar de 1926 em Santa Maria são uma fonte de conhecimento sobre um episódio da história local. Através deles podemos ter uma visão sobre os fatos que levaram a cidade a virar uma praça de guerra naquela ocasião. Por sua vez, as fotografias nos trazem o conhecimento sobre o aspecto da cidade na época desse evento histórico (Imagem 01), e uma delas registra o término da batalha, com a Brigada Militar cruzando a primeira quadra da Rua Doutor Bozano, trecho compreendido hoje pelo Calçadão Salvador Isaia (Imagem 02). E por serem fontes dessas informações, os referidos jornais e boletins, assim como suas narrativas e as imagens das fotos enquadram-se como fontes históricas.

Ferreira (1995, p. 605) afirma que documento é qualquer base de conhecimento, fixada materialmente e disposta de maneira que se possa utilizar para consulta, estudo, prova, etc., sendo a documentação, num sentido restrito, o conjunto de documentos gráficos que reúne uma gama de conhecimentos e técnicas. Então, os jornais e os boletins anteriormente relacionados são documentos gráficos, fixados materialmente, e que trazem um conhecimento histórico através de suas narrativas da batalha havida em Santa Maria em 1926. Ao mesmo tempo, são fontes de consulta e de estudo para quem recorre a eles. O fato de estarem esses documentos à disposição do público vai ao encontro de uma característica do patrimônio histórico citada por Choay (2006, p. 11): ser destinado ao usufruto de uma comunidade.

Uma conceituação mais ampla considera o documento uma unidade de registro de **informações**, qualquer que seja o **suporte** ou o **formato** (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73, grifos do autor). Neste sentido, suporte é o material no qual são registradas as **informações** (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 159, grifo do autor), enquanto o formato é o conjunto das características físicas de apresentação, das técnicas de registro e da estrutura da **informação** e conteúdo de um **documento** (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 94, grifos do autor). Dentre outros significados, a informação pode ser entendida como os elementos referenciais (quaisquer que sejam), a noção, a ideia, ou a mensagem que constituem o conhecimento sobre algo ou alguém contido no documento (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 107; ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1990, p. 60; FERREIRA, 2010, p. 1158). Nesta linha conceitual e dentre outros significados, documentação é

Imagem 01 ó Av. Rio Branco, Praça Saldanha Marinho e Rua do Acampamento



Fonte: SCHLEINIGER, V. **Av. Rio Branco, Praça Saldanha Marinho e Largo da Acampamento**. 1925. 1 fotografia, p&b. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Imagem 02 ó O efetivo da Brigada Militar na primeira quadra da Rua Dr. Bozano



Fonte: SCHLEINIGER, V. **Primeiro Batalhão de Cavalaria da Brigada Militar, em desfile pela Rua Dr. Bozano**. 1926. 1 fotografia, p&b. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

simplesmente o conjunto de documentos, independente da natureza destes (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 72; ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1990, p. 39; LUFT, 1991, p. 221). Então, os jornais, boletins e fotografias pesquisados são isoladamente documentos, de naturezas diferentes, os quais em conjunto formam documentações. O suporte desses documentos é o papel, de diferentes tipos, variando ainda o formato: dimensões diversas, documentos gráficos (jornais e boletins impressos, boletins datilografados) e fotográficos, informações textuais e imagens. E tanto os textos quanto as imagens são os elementos referenciais e as fontes de conhecimento, conforme abordado anteriormente, contidos nos documentos mencionados. Estes são hoje vestígios do passado preservados conscientemente pelo Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, pela Casa de Memória Edmundo Cardoso, pelo Centro Histórico Coronel Pillar, pelo Colégio Marista Santa Maria, pelo Memorial Mallet e pelo Museu Educativo Gama de Azevedo, formando um legado para as gerações atuais e futuras para o conhecimento da história de Santa Maria.

Pelas concepções de Haigert (2006, p. 142-143), essa preservação enquadraria os jornais, boletins e fotografias como patrimônio cultural, não fosse um porém: a preservação deve ser feita por um grupo significativo da população, segundo o mesmo autor. Por isso, como os documentos em questão são preservados exclusivamente pelas instituições que os detêm, o fato por si só não é suficiente para classificá-los como patrimônio cultural, embora sejam fontes históricas. Conforme já visto, os jornais, boletins e fotografias são elementos culturais, mas isso não os torna obrigatoriamente um patrimônio cultural. Para tanto, esses documentos e o seu conteúdo precisam chegar ao conhecimento de mais pessoas além daquelas que já sabem da sua existência, tornando-os um "legado vivo" recebido do passado, vivenciado no presente e transmitido às gerações futuras, como destaca Pelegrini (2009, p. 11) ao se referir ao patrimônio. Neste ponto entra a proposta da exposição fotográfica sobre a revolta militar de 1926 em Santa Maria: além de divulgar a história dessa revolta, a exposição também possibilita divulgar as imagens de jornais, boletins e fotografias relacionados a esse tema, ampliando o público ciente desses documentos e do seu conteúdo, que ainda poderão chegar às novas gerações futuramente. Ao mesmo tempo, a exposição viabiliza a integração desses documentos com a identidade santa-mariense, característica do patrimônio cultural ressaltada por Canclini (1994, p. 99), Pesavento (2004, p. 89-91), e pela própria Constituição do Brasil (2001, p. 127), conforme visto anteriormente.

De que forma os documentos pesquisados relacionam-se com a identidade santa-mariense? As fotografias mostram como era a cidade de Santa Maria entre o final da década de 1920 e o começo da década de 1930, com destaque para a arquitetura das construções

flagradas pelas imagens. Atualmente existem obras bibliográficas dedicadas à reprodução de fotografias antigas de Santa Maria (incluindo algumas daquelas pesquisadas para este trabalho), juntamente com informações relacionadas a elas e ao próprio passado local, a exemplo de Blaya Perez (1999), Breitman [193-], Cardoso (2008), Marchiori e Noal Filho (1997; 2008) e Marchiori, Machado e Noal Filho (2008). O destaque das fotos pelos autores confere um sentido de positividade às imagens, como forma de valorizar a cidade de Santa Maria, ainda mais pelas edificações fotografadas ainda existentes: Vila Belga, Estação Ferroviária, prédio da SUCV, palacete do Dr. Astrogildo de Azevedo (atual Museu Gama D'Ágã), Catedral Metropolitana, Catedral do Mediador, quartel da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, residência da família Mariano da Rocha, Teatro Treze de Maio, dentre outras. A presença dessas construções fornece uma identidade à paisagem santa-mariense, pois são características do lugar pelo seu tempo de existência, e a reprodução das antigas fotografias em bibliografias atuais reforça tal identidade, pelo interesse que despertam no público leitor. Caso não fossem importantes nem positivas para a identidade santa-mariense, as fotos não seriam reproduzidas com destaque por diferentes autores, ou sequer mantidas nos acervos das instituições onde se desenvolveu a pesquisa para este trabalho.

Por outro lado, temos as narrativas dos jornais e dos boletins da Brigada sobre o levante militar e a batalha de novembro de 1926. Embora as batalhas em si sejam algo negativo pela destruição que causam, pode-se elencar algo de positivo a partir delas através do conhecimento histórico. No caso dos eventos de novembro de 1926 em Santa Maria, há diferentes elementos de positividade para a identidade local, começando pela vitória da Brigada Militar no combate, ao controlar a situação pela resistência, a qual provocou a desistência e a retirada dos militares rebelados. O auxílio à Brigada prestada por militares do Exército Brasileiro contrários ao levante, além de civis, mostra a união para a defesa da legalidade e da própria cidade. Apesar de lamentáveis as mortes registradas ao longo da batalha, o baixo número de pessoas mortas em face da proporção que tomou o combate é outro elemento de positividade que se pode extrair desse evento: 13 mortos, dos quais apenas quatro eram civis (BELÉM, 2000, p. 283-284; BELTRÃO, 2013, p. 628-632; LOPES SOBRINHO, 2000, p. 74-83). Repita-se: é lamentável a ocorrência de mortes durante a revolta militar de 1926, e a positividade nesse caso reside no fato de que o número de vítimas fatais não foi ainda maior.

Diante dessas considerações sobre a identidade santa-mariense, tanto as fotografias quanto as narrativas dos jornais e dos boletins acerca da batalha de 1926 possuem condições para serem enquadradas no patrimônio cultural de Santa Maria, a partir da realização da

exposição fotográfica. Inicialmente, os documentos e o seu conteúdo devem ser vistos como fontes históricas, tornando-se patrimônio cultural a partir do momento em que a exposição encontra-se montada e acessível ao público, criando as condições para que a história da revolta militar de 1926 e os respectivos documentos façam parte da identidade e da memória santa-marienses, o que atende aos pressupostos do artigo 216 da Constituição do Brasil (BRASIL, 2001, p. 127) mencionados anteriormente. Conforme Pelegrini (2009, p. 33), a própria memória é um elemento constituinte da identidade individual e coletiva [...], essencial para a continuidade das práticas culturais e para a reconstrução de si. A realização da exposição fotográfica atende também aos pressupostos de Fonseca (2009, p. 67), ao promover e difundir um episódio da história de Santa Maria e os bens culturais a ele relacionados, tornando esses elementos um patrimônio cultural no qual o público se reconheça e se aproprie simbolicamente.

2.2 OS LOCAIS DE PESQUISA ENQUANTO LUGARES DE MEMÓRIA

O traço comum entre as instituições onde se desenvolveu a pesquisa para este trabalho encontra-se na preservação de documentos relacionados, de alguma forma, à história e à memória do Município de Santa Maria, embora também possuam itens que nem sempre dizem respeito especificamente ao passado santa-mariense. Esses locais seriam, então, lugares de memória? A fim de responder ao questionamento, serão apresentados a seguir um breve histórico das instituições e alguns conceitos acerca da memória e dos lugares de memória.

2.2.1 Histórico das instituições

A Biblioteca Irmão Daniel faz parte do Colégio Marista Santa Maria⁶, inaugurado pelos irmãos maristas em 12/02/1905, na Rua Floriano Peixoto, n.º 1217. Inicialmente chamado Ginásio Santa Maria, o estabelecimento particular de ensino começou as atividades em 16/02/1905, sendo reconhecido pelo governo federal no dia 3 de setembro desse mesmo ano. Em 1926 foi municipalizado, tendo sua denominação alterada para Ginásio Municipal de Santa Maria. Em 28/07/1931 foi estadualizado, juntamente com o então Ginásio Santo Anna, pelo Decreto n.º 4.834, passando ambos a formar o Ginásio Estadual Santa Maria. O decreto visava a facilitar a equiparação dos Ginásios com o Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, o que

⁶ COLÉGIO MARISTA SANTA MARIA. **Sobre a biblioteca**. Santa Maria, 2015. Disponível em: <<http://colegiomarista.org.br/santamaria/biblioteca/sobre>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

aconteceu em 13/06/1932, por meio do Decreto n.º 21.525 do governo federal. Atualmente, os dois antigos Ginásios funcionam separadamente, como dois colégios particulares (BEBER, 1998, p. 15-16; BELÉM, 2000, p. 223; BELTRÃO, 2013, p. 526-624).

Ainda em relação à Biblioteca Irmão Daniel, ela funciona junto à Biblioteca Infantil do atual Colégio Marista Santa Maria, e ambas possuem mais de quinze mil títulos no acervo, disponibilizando para a comunidade escolar também o acesso a revistas e jornais. As duas bibliotecas têm por missão propiciar um ambiente de aprendizagem, descontração e lazer entre alunos, professores, pais e toda a equipe do colégio⁷. Além dessas informações, contidas no *site* daquele estabelecimento de ensino, acrescentamos que o acervo da Biblioteca Irmão Daniel inclui uma série de fotografias, retratando ex-alunos, irmãos maristas, personalidades históricas e as dependências do próprio colégio em diferentes épocas.

Passando à esfera do poder público, o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria foi criado sob a administração do prefeito Vidal Castilho Dania, através da Lei Municipal n.º 784, de 22/12/1958, e está vinculado à Secretaria de Município da Cultura da Prefeitura de Santa Maria⁸. O Arquivo surgiu com a função de conservar objetos e documentos relacionados à história do Município de Santa Maria, e funcionou junto à Biblioteca Pública Municipal Henrique Bastide, no prédio do Theatro Treze de Maio, até 1992. Nesse mesmo ano, o Arquivo Histórico foi desvinculado da Biblioteca Pública e passou a integrar a estrutura da Secretaria de Município da Cultura, por meio da Lei n.º 3.568, de 16/12/1992, assinada pelo prefeito Evandro Behr. No segundo semestre de 1997, foi o Arquivo transferido para a Casa de Cultura de Santa Maria, onde permaneceu até maio de 2008, quando passou a ocupar as dependências do Centro Integrado de Cultura Evandro Behr⁹.

Na atualidade, o Arquivo Histórico preserva e organiza os dados produzidos pela administração pública municipal de Santa Maria, assim como documentos de outras procedências. Todo esse material está distribuído nos seguintes acervos: documental, iconográfico e bibliográfico. A Instituição também reúne coleções de jornais, moedas e revistas nacionais e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Maria. Hoje, a finalidade do Arquivo é disponibilizar aos cidadãos instrumentos para pesquisa, possibilitando acesso à informação através de todos os seus acervos, tanto sobre história do Brasil quanto sobre

⁷ COLÉGIO MARISTA SANTA MARIA. **Sobre a biblioteca**. Santa Maria, 2015. Disponível em: <<http://colegiomarista.org.br/santamaria/biblioteca/sobre>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Secretaria de Município da Cultura. **Arquivo Histórico Municipal**. Santa Maria, 2013. Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/cultura/48-arquivo-historico-municipal>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

⁹ ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Histórico**. Santa Maria, 2015. Disponível em: <<http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/index.php/historico>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

história local e regional. O item mais antigo do Arquivo Histórico é o jornal *Mercantil*, de Porto Alegre, datado de 1853¹⁰.

Por sua vez, o Museu Educativo Gama d'Água foi criado pela UFSM em 23/07/1968, durante a gestão do reitor José Mariano da Rocha Filho. Através da Portaria n.º 3.225/68, foi designada para organizar e dirigir o Museu a professora Terezinha Isaia Paviane, do Curso de História Natural da UFSM. Terminou sucedida na direção do órgão pela professora Maria Zulmira Dias Mariano da Rocha, do Curso de Geografia da mesma universidade. Apesar de a planta original da Cidade Universitária prever uma sede para o Museu Gama d'Água, este começou a funcionar provisoriamente na sala 5106 do antigo Centro de Ciências Pedagógicas, atual Centro de Educação da UFSM. Somente em 1985 foi inaugurada a sede própria, no prédio anteriormente ocupado pela Prefeitura de Santa Maria¹¹ (palacete de 1913, antiga residência do Dr. Astrogildo César de Azevedo¹²), ocasião em que foram reunidos os acervos dos museus Gama d'Água e Victor Bersani. Mantido inicialmente pela Sociedade União dos Caixeiros Viajantes (SUCV) e possuindo mais de 3500 peças (a maioria da área de História), o Museu Victor Bersani fora anexado ao museu da UFSM antes de 1985, mas permanecera funcionando no local de origem até a inauguração da sede própria. Na atualidade, o Museu Educativo Gama d'Água preocupa-se com a preservação, catalogação, ampliação e recuperação do seu acervo, além de pesquisar personalidades e acontecimentos históricos¹³.

Já o Centro Histórico Coronel Pillar tem sua origem vinculada à proposta de criação de um Museu da Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria em 1994, e à tentativa de reorganizar o arquivo do 1º Regimento de Polícia Montada (1º RPMon) quatro anos depois. Idealizado pelo capitão Worney Dellani Mendonça e pelo 1º sargento Renato Adolfo Morales da Silva, com apoio do major Manoelito Carlos Savaris (na época subcomandante do 1º RPMon), o Centro Histórico Coronel Pillar teve sua criação aprovada pelo então comandante do 1º RPMon, tenente-coronel Nelson Pafiadache da Rocha. E assim, aquele Centro Histórico foi inaugurado no quartel do 1º Regimento de Polícia Montada da Brigada Militar do Rio Grande do Sul em 13/11/1998, sendo o ato de criação da Instituição publicado no Boletim Interno n.º 063, em 05/04/1999. O nome do Centro Histórico Coronel Pillar foi escolhido para homenagear o tenente-coronel Fabrício Baptista de Oliveira Pillar, primeiro comandante do

¹⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Secretaria de Município da Cultura. **Arquivo Histórico Municipal**. Santa Maria, 2013. Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/cultura/48-arquivo-historico-municipal>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

¹¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Museu Educativo Gama d'Água. **Museu Educativo**. Santa Maria, 2015. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/mgd/intro.html>>. Acesso em: 18/08/2015.

¹² Conforme explicam Marchiori e Noal Filho (1997, p. 156).

¹³ UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Museu Educativo Gama d'Água. **Museu Educativo**. Santa Maria, 2015. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/mgd/intro.html>>. Acesso em: 18/08/2015.

antigo 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, atual 1º Regimento de Polícia Montada¹⁴. Hoje, o Centro Histórico é uma instituição cultural militar e de natureza pública, vinculada ao 1º RPMon, e constituída por arquivo, museu e biblioteca. Sua missão é a pesquisa, preservação e difusão da memória e da história da Guarnição da Brigada Militar de Santa Maria, e por isso desenvolve políticas arquivísticas e museológicas¹⁵, pesquisa e organização de exposições. Dentre outras atividades, o Centro Histórico Coronel Pillar também recebe visitas mediadas para escolas, atende pesquisadores e apoia a pesquisa e a extensão universitárias¹⁶.

Também o Memorial Mallet originou-se de uma proposta elaborada em 1994, por iniciativa do major Cléber Nonemacher de Mesquita e do tenente-coronel Alexandre Amendola: trazer os restos mortais do marechal Emilio Luiz Mallet para o Regimento Mallet, unidade militar do Exército Brasileiro da qual ele fora comandante e hoje é patrono. A ideia fora aceita pelo coronel Carlos Eugênio Kasper, então comandante do Regimento Mallet, e pelos descendentes do próprio marechal, começando pelo tenente-coronel, professor e historiador Pedro Jacinto de Mallet Joubin (tetraneto de Emilio Luiz Mallet). Uma comissão liderada pelo general José Sampaio Maia foi nomeada em 07/10/1994, através da Portaria n.º 525 do Ministério do Exército, para se encarregar do traslado dos restos mortais do marechal Mallet e da sua esposa Joaquina Castorina de Medeiros Mallet. A comissão também se empenhou na construção do Memorial, composto por um mausoléu e um museu, este incluindo biblioteca, arquivo histórico e parque de artilharia a céu aberto (AMARAL, 2007, p. 129; AMENDOLA, 2010, p. 322-324).

Profissionais da UFSM trabalharam no projeto do Memorial: arquiteto Luiz Gonzaga Binato, engenheiro civil Paulo Jorge Sarkis, engenheiro eletricitista Renato Walter e engenheiro florestal José Newton Cardoso Marchiori. Teve início a busca de itens para o acervo, incluindo a espada de gala de Emilio Luiz Mallet (doada pelo tenente-coronel Pedro Jacinto de Mallet Joubin), armamento obtido em depósitos do Rio de Janeiro (armas portáteis antigas e canhões), peças reformadas pelo Arsenal de Guerra de General Câmara (um canhão Krupp C-28, 40 lanças de tipo imperial e réplica de uma estatua de foguetes a Congrève), bem como doações de armamento do Museu do Exército e de materiais da FAB¹⁷, da Marinha

¹⁴ CENTRO HISTÓRICO CORONEL PILLAR. **Nossa história**. Santa Maria, 2013b. Disponível em: <<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Estrutura/Chcp/nossahistoria.php.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

¹⁵ CENTRO HISTÓRICO CORONEL PILLAR. **Quem somos**. Santa Maria, 2013c. Disponível em: <<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Estrutura/Chcp/quemsomos.php.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

¹⁶ CENTRO HISTÓRICO CORONEL PILLAR. **Missão, visão e atividades**. Santa Maria, 2013a. Disponível em: <<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Estrutura/Chcp/missao.php.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

¹⁷ Força Aérea Brasileira (FRÖHLICH, 2011, p. 76).

e do GBOEx¹⁸, além do Estandarte Imperial de Batalha criado pelo marechal Mallet em 1865, até então no Museu Histórico Nacional. Durante o período de 13 a 22 de agosto de 1995 foi realizado o traslado dos restos mortais do marechal e de sua esposa, da cidade do Rio de Janeiro para Santa Maria, aonde chegaram de trem, sendo desembarcados do vagão especial o Barão de Mauá na Estação Ferroviária. Completado o traslado, em 22/08/1995 foi inaugurado o Memorial Mallet, cujo museu continuou recebendo itens para o acervo, enriquecido por telas, fotos, ilustrações, dentre outros (AMARAL, 2007, p. 129-131; AMENDOLA, 2010, p. 324-342).

Por seu turno, a Casa de Memória Edmundo Cardoso surgiu a partir do acervo pessoal de Edmundo Cardoso, santa-mariense nascido em 29/01/1917 e que atuou como jornalista, funcionário da justiça, escritor, ator e diretor de teatro. O interesse pelas artes e pela cultura, despertado pelo convívio com a intelectualidade local, levou Edmundo a reunir livros, jornais, fotografias, revistas e documentos relativos a personalidades, fatos e acontecimentos de Santa Maria. Também preservou documentos por ele produzidos e recebidos, decorrentes de atividades profissionais e participações em eventos e instituições, bem como de relações familiares e de amizade com personalidades do cenário histórico-cultural santa-mariense. Todo esse material passou a ser guardado mais adequadamente a partir de 1944, quando Edmundo Cardoso comprou sua residência, além de servir de referência a estudantes e pesquisadores interessados na história local, atendidos pelo dono do acervo (SIMÕES, 2011, p. 7-11).

Após o falecimento de Cardoso, em 05/12/2002, sua esposa e sua filha decidiram criar um espaço de memória, originando a Casa de Memória Edmundo Cardoso, composta por três acervos: arquivo, biblioteca e museu. O arquivo reúne documentos de vários gêneros relativos à história de Santa Maria: textuais, iconográficos, cartográficos, sonoros, audiovisuais e filmográficos. A biblioteca possui cerca de seis mil livros catalogados, os quais tratam sobre artes, teatro, cinema e história de Santa Maria e do Rio Grande do Sul; o museu é formado por obras de arte e objetos tridimensionais. A Casa de Memória Edmundo Cardoso é mantida com recursos das próprias organizadoras, e tem como finalidade organizar, preservar, divulgar e disponibilizar suas fontes documentais aos pesquisadores e comunidade em geral. A pesquisa no local é gratuita, sendo cobrado apenas o valor de reprodução eletrostática e/ou digitalizada (quando solicitada pelos pesquisadores) de documentos realizada pela Instituição (SIMÕES, 2011, p. 11-17).

¹⁸ Grêmio Beneficente dos Oficiais do Exército, conforme GBOEX Previdência e Seguro de Pessoas (2015).

2.2.2 Memória e lugares de memória

Pereira (2006, p. 97) adota um ponto de vista filosófico para explicar que memória é a capacidade de reter um dado da experiência ou conhecimento adquirido e trazê-lo à mente; e esta é necessária para a constituição das experiências e do conhecimento científico. Além disso, toda a produção do conhecimento se dá a partir de memórias de um passado que é consolidado no presente (PEREIRA, 2006, p. 97). Dessa forma, a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente (NORA, 1993, p. 9).

Também Ferreira (2010, p. 1372) trata a memória como a capacidade de se evocar informações adquiridas e retidas anteriormente, acrescentando que ela pode ser ainda um relato ou narração acerca de algo, ou então um vestígio, um sinal, uma lembrança. Na concepção de Andrade (2008, p. 570), as memórias constituem-se de registros vividos oriundos das lembranças. Por isso, a memória, obviamente, nunca está toda escrita (PEREIRA, 2006, p. 95). Entretanto, as memórias não se restringem ao universo individual. Pollak (1992 apud CORREIA, 2009, p. 243), Nora (1993, p. 8) e Halbwachs (2006 apud PEREIRA, 2006, p. 96) concebem-nas como de natureza coletiva, mantidas por determinados grupos. É o que Nora (1993, p. 8-14) chama de sociedades-memória, nas quais os valores e os saberes, assim como a própria memória, são transmitidos espontaneamente de uma geração a outra, sem a necessidade de criação de medidas perpetuadoras desse processo. Por outro lado, Halbwachs (2006 apud PEREIRA, 2006, p. 96) entende que a memória sobrevive apenas enquanto seus personagens encontram-se vivos ou simplesmente se lembram.

Na visão de Pereira (2006, p. 101-102), a memória não reconstitui fielmente o passado, mas sim o reconstrói de forma atualizada e reconfigurada, em um processo contínuo. Ao mesmo tempo, a memória também é uma construção do passado, influenciada pelas emoções e vivências, sendo os eventos lembrados de acordo com a experiência adquirida e as necessidades do presente. Por isso, Nora (1993, p. 9) estabelece uma diferença entre memória e história: enquanto a primeira é considerada vida e sempre em evolução porque é mantida por grupos vivos, a segunda é uma representação do passado. Em outras palavras, a memória vive através dos gestos, hábitos, ofícios e saberes do corpo, para citar alguns exemplos. Isto quer dizer que a memória integra a realidade e o cotidiano das pessoas, diferentemente da história. Esta contém rastros, distâncias e mediações, sendo vivida como um dever e não mais espontânea (NORA, 1993, p. 8-14).

Choay (2006, p. 112), Oliveira e Orrico (2009, 125), Pereira (2006, p. 100) e Pollak (1992 apud Correia, 2009, p. 244) estabelecem que a memória leva à construção da

identidade, a qual pode ser ãindividual, coletiva e institucionalö (PEREIRA, 2006, p. 100). Entretanto, Pollak (1992, p. 4 apud PEREIRA, 2006, p. 97) ressalta o caráter seletivo da memória, enfatizando que nem tudo permanece gravado ou registrado. Conseqüentemente, a memória transforma-se em objeto de disputa entre indivíduos, grupos e classes, onde a luta é determinar o que permanecerá lembrado e o que será esquecido. A razão desse embate são as relações de poder, que determinam o controle de um grupo sobre o outro, incluindo as memórias consideradas merecedoras de preservação (PEREIRA, 2006, p. 98; OLIVEIRA; ORRICO, 2009, p. 123). Exemplos desse fato são as escolhas de datas a serem comemoradas ou as histórias consideradas importantes para a coletividade e, por isso, destinadas aos arquivos de memória (PEREIRA, 2009, p. 98). Neste ponto, Nora (1993, p. 14) estabelece diferenças entre o que ele considera memória verdadeira e memória arquivística:

É, antes de tudo, uma memória, diferentemente da outra, arquivística. Ela se apoia inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem. [...] Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas. Daí a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo e que afeta, ao mesmo tempo, a preservação integral de todo o presente e a preservação integral de todo o passado.

A necessidade de preservação das memórias por meio dos arquivos relaciona-se com o fim da memória espontânea na sociedade atual, isto é, aquela memória vivida nos atos cotidianos. O sentimento de que a memória espontânea deixou de existir leva à necessidade da consagração de lugares para a preservação das memórias: são os chamados lugares de memória (NORA, 1993, p. 8-13).

Abreu, J. G. (2005, p. 216) define os lugares de memória como cristalizações do passado, podendo ser eles ãobjetos, instrumentos ou instituições, não dependendo a sua definição da natureza concreta que os molda, mas apenas da realidade que os habita: uma realidade de que os mesmos são, então, depositáriosö, condensando o trabalho da história com a perpetuação da memória. A lista de lugares de memória de Nora (1993, p. 13) inclui aniversários, arquivos, associações, cemitérios, coleções, festas, processos verbais, monumentos e museus. Segundo Choay (2006, p. 25-26), ãtodo artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função memorialö, assim como ãtodo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico, sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorialö. Entretanto, Abreu, J. G. (2005, p. 216) ressalva que nem todo elemento do passado se inclui na categoria de lugar de memória. Para ser considerado um lugar de memória, é necessário haver uma vontade de memória relacionada à criação ou surgimento

desse lugar. Essa vontade é a intenção de se preservar e proteger tudo o que se refira a determinadas memórias ameaçadas pelo seu possível desaparecimento (ABREU, J. G., 2005, p. 218; CORREIA, 2009, p. 244; NORA, 1993, p. 13-22). É o que Abreu, J. G. (2005, p. 218) chama de intenção memorialista, que garante a identidade dos lugares de memória, pois sem essa intenção eles seriam apenas lugares de história. Além disso, Abreu, J. G. (2005, p. 218) e Nora (1993, p. 21) afirmam serem os lugares de memória constituídos pelos planos material, simbólico e funcional, uma vez que um lugar de memória não pode confundir-se com um mero registro ou testemunho (ABREU, J. G., 2005, p. 218). Ou seja:

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. Trata-se de um lugar de memória tão abstrato quanto a noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número [em relação a] uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993, p. 21-22).

Nem sempre um lugar de memória é propriamente criado, ele também pode surgir naturalmente. Gastal (2002, p. 77 apud ANDRADE, 2008, p. 570) exemplifica por meio dos lugares de memória que surgem nas cidades devido ao acúmulo das memórias locais, transformando espaços em lugares únicos e com forte apelo afetivo para quem neles vive ou para quem os visita. Lugares que não apenas têm memória, mas que para grupos significativos da sociedade, transformam-se em verdadeiros lugares de memória. Há mais exemplos dentro dessa linha de pensamento:

Segundo Pollak existem lugares de memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar da infância [...]. Na memória mais coletiva pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. A construção da cidade, os monumentos, por exemplo, podem servir de base a uma relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela, onde a pessoa não viveu pessoalmente, mas faz parte de sua memória em função da memória do grupo. (POLLAK, 1992, p. 3 apud PEREIRA, 2006, p. 99).

Pereira (2006, p. 100) complementa informando que um lugar de memória pode ser material ou imaterial, além de possuir longa duração para a memória e as identidades

coletivas, atravessando gerações e estabilizando a memória coletiva. Segundo Nora (1993, p. 22), a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais [...]. Finalizando o tema, Pereira (2006, p. 100) afirma que os lugares de memória externalizam as memórias, e estas se apresentam em coisas, nas manifestações coletivas mostrando que são os muitos os sentidos de memória e são muitos os sentidos de lugares da memória.

2.2.3 Os locais de pesquisa

O Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, a Casa de Memória Edmundo Cardoso e o Centro Histórico Coronel Pillar enquadram-se nos exemplos de Abreu, J. G. (2005, p. 216) e Nora (1993, p. 13), os quais mostram que praticamente tudo pode ser convertido em lugar de memória, desde que haja uma vontade de memória relacionada, conforme Abreu, J. G. (2005, p. 218), Correia (2009, p. 244) e Nora (1993, p. 13-22). Os acervos das três instituições mostram uma parte do passado santa-mariense, encontram-se devidamente organizados e disponibilizados ao público, que pode conhecer por meio deles elementos da história local, tanto aqueles narrados nos livros quanto outros ainda não trabalhados por pesquisadores. A possibilidade de ver documentos, fotos e objetos concebidos em outras épocas é uma forma de manter a memória de Santa Maria, pois vai além do mero relato histórico, ao trazer para o presente artefatos do passado local preservados e protegidos da destruição. Essa é a vontade de memória das referidas instituições, que tornam possível a existência desses materiais, os quais, de outra maneira, poderiam ter sido destruídos, caso não estivessem sob os cuidados profissionais das equipes desses locais. E a existência dos antigos artefatos nos dias de hoje é um elo com o passado, o qual permanece cristalizado na atualidade, de acordo com o pensamento de Abreu, J. G. (2005, p. 216). Essas primeiras considerações por si mesmas classificam as supracitadas instituições como lugares de memória.

Por sua vez, o Memorial Mallet e o Museu Educativo Gama do Espírito também possuem acervos organizados e disponibilizados ao público, trazendo para o presente elementos de épocas passadas. Em tese, pode ser realizada a mesma análise do parágrafo anterior, mas antes devem ser feitas algumas observações. O Memorial Mallet possui um acervo basicamente militar, o qual remete à história e à memória do Regimento Mallet, bem como do Exército Brasileiro. Entretanto, parte desse mesmo acervo se relaciona com o passado santa-mariense:

trata-se das fotografias do próprio Regimento Mallet, presente em Santa Maria desde 1925, quando veio transferido de São Gabriel, de acordo com Amaral (2007, p. 43), Amendola (2010, p. 253) e Beltrão (2013, p. 623). Assim, as fotos do Regimento Mallet mostram cenas do passado dessa unidade militar e também de Santa Maria, pelo menos da fase em que o Regimento encontra-se nesta cidade e dela é parte integrante, não podendo ser considerado um ente apartado da realidade local: as edificações do Mallet fazem parte da paisagem urbana santa-mariense, seu efetivo desloca-se pela cidade quando cumpre atividades fora da área do quartel, solenidades e acontecimentos do Regimento são noticiados pela imprensa de Santa Maria, sem contar o acesso da população ao Memorial.

Da mesma forma que o Memorial Mallet, uma parte do acervo do Museu Gama de Eça remete ao passado local, ao preservar fotografias de Santa Maria e artefatos diretamente ligados à história da UFSM, outra instituição pertencente à realidade santa-mariense, tanto pela presença física da universidade quanto pela prestação de serviços nas áreas de educação e saúde. Cabe aqui observar que o acervo do Gama de Eça abrange elementos de outras áreas do conhecimento, não vinculados obrigatoriamente à história ou à memória da UFSM e do município. De todo modo, há uma vontade de memória associada à preservação e à organização dos itens dos acervos do Memorial Mallet e do Museu Gama de Eça, configurando-os como lugares de memória em relação àqueles elementos que dizem respeito ao passado das instituições às quais pertencem, bem como ao passado de Santa Maria. Elementos estes mantidos à disposição do público e servindo como ligação entre o ontem e o hoje, cristalizando o passado no presente, como pressupõe Abreu, J. G. (2005, p. 216).

Dentro desta análise, também deve ser observado o caso da Biblioteca Irmão Daniel. Em primeiro lugar, se o acervo dela incluísse apenas livros, jornais e revistas contemporâneos, isso automaticamente a excluiria da categoria de lugar de memória, porque teria somente um caráter funcional. Mas a Biblioteca possui fotografias relacionadas a épocas passadas do Colégio Marista Santa Maria e, por conseguinte, da própria cidade de Santa Maria, uma vez que o estabelecimento integra a realidade local, seja como elemento da paisagem urbana e da história santa-mariense, seja como prestadora de serviço na área de educação desse município. O acervo fotográfico inclui imagens de personalidades históricas locais, como o padre Caetano Pagliuca¹⁹, o médico e ex-prefeito Amauri Lenz²⁰ e o médico e memorialista Romeu Beltrão²¹, além dos prédios do colégio e arredores. Inicialmente, as

¹⁹ Responsável pela construção da catedral católica de Santa Maria, segundo Rechia (1999, p. 135).

²⁰ Conforme Beltrão (2013, p. 634) e Rechia (1999, p. 80).

²¹ Conforme Weber (2013, p. 13-17).

fotografias encontravam-se guardadas misturadas, passando a ser divididas por pastas durante o ano de 2015, de acordo com a década de origem das imagens. Embora não estejam completamente organizadas, é um primeiro passo rumo ao seu ordenamento. Mas isso não é suficiente para classificar a Biblioteca Irmão Daniel como lugar de memória, porque falta um trabalho de conservação que mantenha aquelas imagens a salvo da destruição. Na sequência da análise, outros fatores serão considerados antes de haver uma conclusão acerca da Biblioteca.

Os itens dos acervos do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, da Casa de Memória Edmundo Cardoso, do Centro Histórico Coronel Pillar e do Memorial Mallet possuem uma função memorial, sem terem sido criados obrigatoriamente para isso, indo ao encontro da argumentação de Choay (2006, p. 25-26). Tome-se como exemplo os jornais *Correio da Serra*, *Diário do Interior*, *Gaspar Martins* e *O Castilhistas*, integrantes do acervo do Arquivo Histórico: independente da época de suas publicações, a função inicial deles era divulgar notícias; mas com o passar do tempo, converteram-se em fonte de conhecimento histórico do passado e das memórias de Santa Maria, ao conservarem em suas páginas uma forma diferente da atual de se redigir textos jornalísticos, ao citarem ou descreverem lugares desaparecidos ou modificados dentro da paisagem urbana local, ao reproduzirem antigas propagandas de medicamentos e assim por diante.

Raciocínio semelhante pode ser aplicado aos boletins da Brigada Militar encontrados no acervo do Centro Histórico Coronel Pillar: a leitura deles mostra suas funções iniciais, tais como relacionar escalas de serviço, indicar o tipo de fardamento a ser usado pelos brigadianos, publicar atos administrativos e descrever acontecimentos nos quais a Brigada esteve envolvida. Hoje os mesmos boletins fazem parte das memórias da Brigada Militar, não só por integrarem o acervo do Centro Histórico, como também por serem exemplos de como se redigia e se confeccionava boletins antigamente. Sem contar outros itens encontrados no Centro Histórico Coronel Pillar, tais como armamentos e aparelhos antigos, originalmente utilizados para fins diversos do atual, que é manter parte das memórias da Brigada. Neste caso, eles também podem despertar lembranças em quem os conheceu em funcionamento, sendo fontes de outras memórias, inclusive pessoais, coincidindo com os argumentos de Pollak (1992, p. 3 apud PEREIRA, 2006, p. 99). É o mesmo caso dos armamentos presentes no acervo do Memorial Mallet, os quais não mais desempenham as funções originais, mas podem despertar as recordações de quem os viu em ação. Aliás, todos os itens preservados pelo Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, pela Casa de Memória Edmundo Cardoso, pelo Centro Histórico Coronel Pillar e pelo Memorial Mallet são passíveis de reavivarem as

lembranças de quem os manuseou ou simplesmente os conheceu antes de integrarem os acervos das respectivas instituições.

Já o Museu Educativo Gama d'Água e a Biblioteca Irmão Daniel também possuem itens investidos de uma função memorial: as fotografias contidas nos seus acervos e os artefatos presentes no Museu. As fotos mostram pessoas e lugares de Santa Maria em momentos diversos do passado, sendo um registro histórico para quem não viveu as épocas nas quais foram captadas as imagens. Ao mesmo tempo, as fotografias podem despertar recordações naqueles que viveram esse passado e que conheceram as pessoas e os lugares retratados. Com relação às fotos da Biblioteca Irmão Daniel, elas ainda fazem parte das memórias do Colégio Marista Santa Maria, embora não estejam catalogadas. Porém, a função memorial não se aplica plenamente a todas as fotografias daquela biblioteca. Parte delas não possui qualquer identificação, reduzindo o seu papel nas memórias do Colégio, pois despertam lembranças apenas naqueles que conhecem o sentido das imagens ou que associam alguma recordação particular às fotos. No caso dos artefatos pertencentes ao Museu Gama d'Água, independente da classificação dentro do acervo, hoje não são mais utilizados conforme a finalidade inicial, mas ilustram o conhecimento transmitido pelo Museu, além da preservação das memórias da UFSM e do Município de Santa Maria. Por fim, todos os itens do Gama d'Água podem servir para trazer à tona recordações particulares de quem os observa, da mesma forma que nas demais instituições analisadas.

Outra questão a se abordar é se todas as instituições mencionadas reúnem os planos material, simbólico e funcional, característicos dos lugares de memória segundo Abreu, J. G. (2005, p. 218) e Nora (1993, p. 21-22). O Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, a Casa de Memória Edmundo Cardoso, o Centro Histórico Coronel Pillar, o Memorial Mallet e o Museu Educativo Gama d'Água possuem o plano material tanto pelos prédios onde estão sediados quanto por abrigarem acervos físicos (documentos e artefatos diversos). Possuem também o plano funcional através da preservação e organização dos itens em seus acervos, e da disponibilização destes para a consulta e/ou visualização do público dentro de normas aplicadas naquelas instituições. E todas contam ainda com o plano simbólico por serem locais que funcionam como portas para o passado santa-mariense: em cada instituição o público não apenas lê informações relacionadas à história, como também visualiza elementos oriundos diretamente de outras épocas, materializando o passado no presente, ou parando o tempo e bloqueando o esquecimento (tanto pelo conhecimento histórico contido nos acervos quanto pela preservação dos itens e pelas lembranças despertadas), segundo a concepção de Nora (1993, p. 22) para os lugares de memória.

Assim como as demais instituições, a Biblioteca Irmão Daniel possui o plano material através da sua localização no prédio do Colégio Marista Santa Maria, bem como o plano funcional, em face do acesso do público aos itens preservados e organizados do acervo. Porém, o plano funcional se aplica parcialmente em relação às fotografias, por não estarem catalogadas, embora haja um princípio de organização através da separação delas por pastas, além da possibilidade de acesso por quem deseja pesquisá-las. Entretanto, a falta de identificação em muitas imagens dificulta o seu aproveitamento em uma pesquisa, porque nem sempre é possível saber do que se tratam determinadas fotografias. Dessa forma, perde-se uma parte das informações e das memórias contidas no acervo fotográfico, o que vai contra uma das características dos lugares de memória apontadas por Abreu, J. G. (2005, p. 216): a condensação do trabalho da história com a perpetuação da memória. Caso todas fossem identificadas, catalogadas e preservadas, o plano funcional ocorreria nelas de forma plena.

Resta a questão da presença do plano simbólico na Biblioteca, também por meio das fotografias, porque são elementos relacionados às memórias do Colégio Santa Maria acessíveis no próprio estabelecimento. A presença delas é uma porta para o passado daquela instituição escolar dentro da Biblioteca Irmão Daniel, abrindo caminho para se criar um simbolismo naquele setor do Colégio. Mas para haver um plano simbólico real, as fotos precisam ser totalmente identificadas e ordenadas, para deixarem de estar apenas guardadas na Biblioteca e se tornarem um referencial organizado e repleto de significado, a fim de guiar aqueles que desejam vislumbrar outras épocas do Colégio Santa Maria. Seguindo as conceituações de Abreu, J. G. (2005, p. 218), Correia (2009, p. 244) e Nora (1993, p. 13-22), precisa haver uma vontade de memória no local, por meio da preservação e proteção daquelas memórias contidas nas fotografias e que hoje estão passíveis de desaparecer.

As questões abordadas mostram que o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, a Casa de Memória Edmundo Cardoso, o Centro Histórico Coronel Pillar e o Memorial Mallet são lugares de memória, dentro da categoria daqueles lugares criados especificamente para esse fim, uma vez que os lugares de memória surgidos espontaneamente têm algumas características diferentes daquelas encontradas nas instituições analisadas. É o que se depreende a partir das explicações de Gastal (2002, p. 77 apud ANDRADE, 2008, p. 570) e Pollak (1992, p. 3 apud PEREIRA, 2006, p. 99) mencionadas anteriormente. No caso do Museu Educativo Gama do Eça, apesar de nem todo o acervo ter sido constituído para transmitir memórias, ele pode ser considerado um lugar de memória devido àquela parte do acervo relacionada ao passado da UFSM e do Município de Santa Maria. Com relação à Biblioteca Irmão Daniel, a análise também não se aplica a todo o acervo, mas sim às

fotografias. Embora elas tenham ligação com as memórias do Colégio Marista Santa Maria e a Biblioteca reúna características dos planos material e funcional, ela não chega a ser um lugar de memória por não ter sido constituída para esse fim. Como prova disso, a falta de catalogação das fotos mencionada anteriormente, o que dificulta a identificação das imagens e a ocorrência integral do plano funcional, bem como o surgimento do plano simbólico. Entretanto, a Biblioteca Irmão Daniel reúne as condições para se tornar um lugar de memória, faltando apenas um trabalho de identificação e ordenamento das fotografias, impedindo que muitas delas percam o sentido quando não houver mais ninguém que reconheça os temas retratados unicamente ao visualizá-las. A perda de sentido prejudicaria a preservação das memórias pelas fotos, uma vez que suas imagens deixariam de transmitir qualquer significado para o público. Em outras palavras, seria o fim da função memorial dessas fotografias.

2.3 CONTEXTO HISTÓRICO

Quando estourou a revolta militar de 1926 em Santa Maria, o Brasil atravessava a fase da chamada Primeira República, ou República Velha. O cenário político daquela época propiciou a eclosão do movimento tenentista na cidade do Rio de Janeiro, que resultou numa série de levantes militares em diferentes estados brasileiros ao longo da década de 1920. O levante ocorrido em Santa Maria foi consequência desse movimento, também conhecido como Tenentismo. Ou seja, os acontecimentos de 1926 em território santa-mariense devem ser entendidos a partir da situação política nacional daquele tempo, e também do que significou o movimento tenentista.

O Tenentismo surgiu entre jovens oficiais do Exército Brasileiro no começo da década de 1920, fruto da insatisfação dos militares com relação aos governos e à política da República Velha (1889-1930), conforme explicam Silva (1996, p. 232) e Pilagallo (2009, p. 32). Segundo Figueiredo (1995, p. 133), como integrante da sociedade, o Exército sentia-se atingido pelo sistema de poder em vigor, baseado no controle do voto e na fraude, carecendo de legitimidade. Com frequência utilizado para resolver contendas regionais entre grupos oligárquicos (FIGUEIREDO, 1995, p. 133). Também havia insatisfações relacionadas à carreira militar, além do distanciamento entre a tropa e a alta oficialidade, a qual era acusada pelos tenentes de conivência com as oligarquias e os governos (FAUSTO, 2012, p. 175; FIGUEIREDO, 1995, p. 133; SILVA, 1996, p. 232).

De acordo com Prestes (1994, p. 70-76), o movimento tenentista nasceu durante a campanha eleitoral de 1921-1922, quando seria escolhido o sucessor do presidente Epitácio

Pessoa. Desse movimento participaram, em sua maioria, tenentes e capitães, mas também maiores e coronéis, conforme Pilagallo (2009, p. 32). Entretanto, Fausto (2008, p. 803-804) afirma que a participação de oficiais do alto escalão do Exército limitava-se ao apoio ocasional de algumas figuras individuais, ficando a maior parte do movimento constituído por oficiais do quadro intermediário, que passaram a se distanciar dos seus comandantes. Abria-se uma brecha dentro da hierarquia militar, dividindo a oficialidade.

Do ponto de vista social, Figueiredo (1995, p. 133) informa que a maioria dos tenentes provinha das camadas mais modestas da população, sendo que muitos optaram pela carreira militar, como um meio de prosseguirem seus estudos. Mas embora constituído majoritariamente por eles, o movimento dos tenentes nasceu desprovido de um nome próprio. Borges (1992, p. 20-21 apud LANNA JÚNIOR, 2008, p. 345) informa que, na década de 1920, o movimento era representado por diferentes expressões, dentre as quais militares revolucionários, rebeldes, revoltados e revoltosos. E que as designações de tenentes e Tenentismo (para o movimento e seus integrantes) foram criadas no primeiro semestre de 1931, durante os episódios de luta pelo poder no Estado de São Paulo.

Conforme demonstra Mendonça (2000, p. 319), o Brasil atravessava uma crise socioeconômica e política na década de 1920, solucionada a partir da implantação do Estado Novo em 1937. Era uma crise de hegemonia política, dividida em dois momentos:

[...] o primeiro, abarcando os anos 20, teve como sentido último a contestação à preponderância da burguesia cafeeira, culminando com a conhecida revolução de 30; o segundo estendeu-se pelo período de 1930 a 1937, assinalando, como aponta Aureliano, uma crise de hegemonia em sentido estrito, na medida em que nenhuma classe ou fração de classe lograra o controle incontestado do aparelho de Estado. (Mendonça, 2000, p. 319).

Desse ponto em diante, a autora trata sobre a convergência de interesses entre a burguesia exportadora e a industrial, onde a primeira caracterizava-se por uma estrutura regional de classes, formada a partir da concentração das atividades econômicas nacionais em determinadas áreas geográficas, sobrepondo-se às divisões setoriais da própria burguesia: agrária, comercial, financeira e industrial. As barreiras protecionistas estabelecidas pelas políticas públicas da época, embora voltadas para o interesse agroexportador, acabavam atendendo razoavelmente aos interesses da indústria, explica Mendonça (2000, p. 319). Tal situação manteve-se durante a Primeira República até a década de 1920, quando a diferenciação setorial acentuou-se a ponto de extrapolar as disputas dos limites da classe proprietária, passando a ser travadas entre os industriais e os setores médios urbanos. Estes

últimos criticavam o regime político vigente, mas dentro dos limites do universo liberal, distanciando-os do operariado, por sua vez limitado às capitais que se industrializavam e cujo movimento enfrentava dificuldades para se organizar, devido à presença majoritária de imigrantes na classe operária (somando a condição de estrangeiros a um projeto de ascensão social) e a influência do anarquismo (cuja ênfase em temas pouco receptivos como o anticlericalismo e o antimilitarismo dificultava a organização política dos operários). Dessa forma, os segmentos urbanos encontravam-se privados de manifestação política autônoma, tendo que se mobilizar e encontrar canais de ressonância durante as cisões oligárquicas, a exemplo das revoltas tenentistas, que representaram a eclosão de questionamentos internos e externos ao pacto político. Ao mesmo tempo em que o programa tenentista (centralização do Estado, uniformização legislativa e ataque às oligarquias paulistas) parecia agradar às oligarquias dissidentes, para as camadas populares urbanas o Tenentismo catalisava as esperanças de mudança na ordem vigente, apesar do caráter elitista do movimento, no qual os tenentes se identificavam como agentes da salvação nacional, em nome do povo inerme (MENDONÇA, 2000, p. 320-321).

As revoltas tenentistas continuaram a tradição de rebelião entre os oficiais jovens do exército que datava do começo da República (FAUSTO, 2008, p. 803) e não devem ser dissociadas da tradição intervencionista dos militares, que remonta à própria proclamação da República (PILAGALLO, 2009, p. 33), nascida de um golpe militar, nas palavras de Prestes (1994, p. 13). Para Carvalho (1997, p. 216 apud PILAGALLO, 2009, p. 33-34), a própria proclamação da República no Brasil teve cunho tenentista, por ter acontecido devido à ação da oficialidade de baixa patente, a qual empurrou a oficialidade superior para derrubar a Monarquia. Porém, alterações dentro do Exército e das suas relações com a política tornavam a mentalidade dos rebeldes tenentistas diferente daquela dos militares que proclamaram a República:

Os tenentes tinham sido educados num período em que tanto os militares quanto a sociedade estavam passando por um processo de transição. O corpo de oficiais começara a mudar com a criação da Academia Militar de Realengo em 1911, que substituiu a antiga escola da Praia Vermelha, fechada definitivamente em 1904, após sua última revolta. A ideologia que embasava a nova escola era muito diferente da de sua antecessora. Oferecendo ensino e disciplina acentuadamente militares, ela tentava produzir um soldado profissional, afastado da política e dirigido exclusivamente para fins militares. Os tenentes, embora produtos de Realengo, adotaram um dos princípios da doutrina do soldado cidadão, ou seja, o do direito dos militares de intervir na política, mesmo contra os desejos das autoridades civis e militares. No entanto, os ideólogos positivistas da Praia Vermelha haviam tendido a colocar maior ênfase no cidadão em oposição ao soldado. Em sua forma mais extrema, conforme o pensamento de Benjamin Constant, o positivismo sustentava que o regime industrial, no final, tornaria inúteis os exércitos; os exércitos usados

até agora como instrumentos de destruição [estariam] confinados ao museu da história. Esse corolário da doutrina do soldado cidadão era desconhecido dos tenentes. Sua ideologia não se baseava na interdependência entre o mundo civil e militar, mas na função geral das forças armadas como protetoras do povo. Essa consciência militar foi ajudada pela maior organização do exército e pelo conceito do soldado como uma pessoa afastada da vida civil. (FAUSTO, 2008, p. 803).

Silva (1996, p. 232) aponta que o Tenentismo não dispunha de um programa doutrinário bem definido, sendo que os jovens oficiais da época acreditavam na tomada do poder como forma de salvar o país. Entretanto, Prestes (1994, p. 82-84) e Pilagallo (2009, p. 32) ressaltam que os tenentes não desejavam o poder para si, mas sim impedir a posse do presidente Artur Bernardes (eleito em 1922) e entregar o governo federal à Reação Republicana, cujo candidato derrotado na eleição, Nilo Peçanha, contava com apoio de uma parte dos militares. Fausto (2008, p. 804-805) relaciona duas tendências programáticas entre a oficialidade nos primórdios do Tenentismo: a primeira era encabeçada por Luís Carlos Prestes, Siqueira Campos e Miguel Costa, e aliava a derrubada das oligarquias do poder a um programa nacionalista vagamente popular; a segunda tendência era representada por Juarez Távora e não se voltava para a mobilização do povo, uma vez que preferia a intervenção militar para destruir o sistema oligárquico de governo e ao mesmo tempo conter o chamado excesso de indisciplina das massas.

De forma geral, Silva (1996, p. 232), Pilagallo (2009, p. 33) e Fausto (2008, p. 805) mostram que o movimento tenentista desejava fortalecer o poder do Estado, combater a corrupção, propiciar a liberdade de imprensa e modernizar o Exército. Figueiredo (1995, p. 133) complementa informando que o Tenentismo ainda visava a combater sistematicamente as oligarquias organizadas e propugnava o fim do voto a cabresto e das fraudes eleitorais. Por essa razão, Pilagallo (2009, p. 33) afirma que os tenentes queriam o voto secreto, mas Fausto (2012, p. 175) discorre acerca das restrições feitas por militares em relação às eleições diretas e ao sufrágio universal, transparecendo que desejavam reformar o Estado de forma autoritária. Ainda segundo Fausto (2008, p. 805; 2012, p. 175), a ideologia tenentista incluía elementos antiliberais, embora o seu programa não fosse exatamente antiliberal. De toda forma, os tenentes não viam no liberalismo o caminho para recuperar o Brasil.

Lanna Júnior (2008, p. 315-316) divide o Tenentismo em duas fases. A primeira é a chamada fase heroica, entre 1922 e 1927, marcada por conspirações e movimentos armados contra as oligarquias que dominavam o poder. Depois houve um intervalo nas ações, com membros do movimento tenentista exilados, até estourar a Revolução de 1930. Aí começa a segunda fase do Tenentismo, que se estende de 1930 a 1934. Inicialmente, os tenentes se

posicionam a favor dessa revolução, para em seguida participarem do novo governo, sendo alguns deles nomeados ministros. Figueiredo (1995, p. 134) aponta outras divisões de rumos entre os tenentes, com alguns deles se vinculando ao integralismo e outros à Aliança Nacional Libertadora (seguindo Luís Carlos Prestes). Ainda segundo Lanna Júnior (2008, p. 315-316), foi nessa fase que surgiu o Clube 3 de Outubro, fundado em 1931 por dois simpatizantes do Tenentismo: Pedro Aurélio de Goés Monteiro (militar) e Afrânio de Melo Franco (civil). Surgido como um partido apoiador da Revolução de 1930, o Clube 3 de Outubro pretendia mudar a política no Exército pela política do Exército (CARVALHO, 1985 apud LANNA JÚNIOR, 2008, p. 316; COELHO, 1985 apud LANNA JÚNIOR, 2008, p. 316).

De acordo com Figueiredo (1995, p. 134), o Tenentismo praticamente se extinguiu a partir de 1934, uma vez que deixara de ser um núcleo rebelde para se aliar a outras forças sociais. Também contribuiu para o fim do movimento a transferência da Escola Militar do Rio de Janeiro para Resende, em 1944, onde passou a ser Academia Militar das Agulhas Negras. A mudança de sede ocorreu para evitar o envolvimento da Instituição em movimentos políticos, decisão que provocou o afastamento dos jovens oficiais do ambiente político nacional (FIGUEIREDO, 1995, p. 134).

Na atualidade, o movimento tenentista é analisado por diferentes visões entre os historiadores:

A historiografia contemporânea sobre o tenentismo divide-se em torno de três posições. Para a maioria dos estudos é a determinação classista do movimento dos tenentes a mais acentuada, sendo-lhes atribuída a condição de representantes ou porta-vozes dos setores médios, inconformados com sua exclusão do jogo político e, supostamente, aliados dos segmentos industrialistas (posição de Virgílio Santa Rosa, por exemplo). Já outros analistas apontam ter sido, justamente, a especial inserção do grupo no aparelho do Estado o i.e., sua dimensão funcional o que lhe propiciou refletir, no conjunto, a crise do regime e do sistema de dominação (como Bóris Fausto, por exemplo). Finalmente uma terceira posição prefere conciliar ambas as dimensões o classista e funcional o do movimento na avaliação de seu significado e desdobramento. Em torno de um aspecto, entretanto, dá-se o consenso: o tenentismo teria produzido, inquestionavelmente, uma inflexão na vida política brasileira, deixando uma marca que persistiu depois de seu próprio desaparecimento enquanto movimento organizado: a incorporação do uso da violência enquanto instrumento político, aliando-se ao exercício do papel arbitral e o purificador do Exército na defesa e manutenção do (s) regime (s). Não é à toa, por certo, que Coelho denomina o golpe militar de 1964, significativamente, de o segundo tenentismo. (MENDONÇA, 2000, p. 321).

Conhecido o contexto em que surgiu o Tenentismo e suas características, resta detalhar os fatos relacionados à eclosão desse movimento e o seu desenvolvimento, até chegar à revolta militar de novembro de 1926 em Santa Maria. A história é narrada nos dois próximos itens.

2.3.1 Da eleição de 1922 ao Tenentismo

Segundo Lopes Sobrinho (2000, p. 29), políticos opositores incentivaram a ação de militares que pretendiam destituir os governantes do Brasil, na década de 1920. No começo daquele decênio, o presidente Epitácio Pessoa enfrentava uma série de dificuldades:

O governo do Presidente Epitácio Pessoa defrontava-se com uma crise social e econômica, aliada a uma constante necessidade de intervir em alguns Estados, para manter a homogeneidade do poder, prejudicado pelos conflitos entre as facções que disputavam a liderança política e o poder nos Estados. (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 29).

Silva (1996, p. 233) mostra que a oposição a Epitácio Pessoa crescia diante das medidas de seu governo para enfrentar a crise: primeiro, a restrição do protecionismo alfandegário e dos subsídios concedidos à produção cafeeira, gerando indisposições com o setor industrial e com grupos ligados à exportação de café; segundo, a recusa do presidente em conceder aumento de soldo aos militares, apesar da forte inflação, além da nomeação de civis para chefiar os Ministérios do Exército e da Marinha; terceiro, as greves operárias que demonstravam o descontentamento com a política salarial de Epitácio, dentre outros fatores. A crise econômica desencadeou uma crise política, que tendia a piorar:

O início da crise maior que o Presidente Epitácio enfrentou foi quando o Partido Republicano Mineiro, prematuramente, sem maiores consultas, lançou a candidatura de Artur Bernardes para a Presidência da República, decisão que, de imediato, teve a discordância de Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 29).

Pelas informações de Fausto (2012, p. 171), Pilagallo (2009, p. 25), Silva (1996, p. 234) e Prestes (1994, p. 27), Artur Bernardes era o candidato oficial de São Paulo e de Minas Gerais. Ao presidente Epitácio Pessoa foi destinado apenas indicar o candidato a vice de Bernardes, o que Epitácio recusou-se a fazer, descontente com os rumos da sucessão presidencial. Assim, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul tentaram influenciar a escolha do candidato a vice-presidente, mas não houve acordo e o próprio Artur Bernardes escolheu para vice o governador maranhense Urbano dos Santos²². O fato levou os estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia a formarem um bloco de oposição. Conforme Lopes Sobrinho (2000, p. 29-30) e Pilagallo (2009, p. 38), o bloco

²² Posteriormente substituído por Estácio Coimbra, que passou a ser o vice-presidente da República, conforme Barbosa (1995, p. 142).

oposicionista provocou uma dissidência no Partido Republicano e iniciou um movimento conhecido como Reação Republicana, o qual lançou o nome do ex-presidente Nilo Peçanha para a sucessão de Epiácio Pessoa, além do candidato a vice, J. J. Seabra.

O quadro da época õabria aos militares a oportunidade de contestar o regime oligárquico e o governo de Epiácio, com os quais já se indispunhamõ (SILVA, 1996, p. 234). Conforme Prestes (1994, p. 46-49), parte da oficialidade e de grupos civis desejava a candidatura do marechal Hermes da Fonseca para a sucessão presidencial, sem contar que Hermes ainda foi eleito para a presidência do Clube Militar em 26/05/1921. Mas a possível candidatura do marechal à presidência do Brasil acabou inviabilizada após o lançamento da chapa Nilo Peçanha-J. J. Seabra, levando grande parte dos militares a apoiar os candidatos da Reação Republicana, de acordo com Prestes (1994, p. 53-57). Por sua vez, a candidatura de Artur Bernardes era vista dentro do Exército como antimilitar, segundo Fausto (2012, p. 171), e a situação piorou quando o jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, publicou uma carta falsa atribuída a Bernardes, em outubro de 1921. A carta era ofensiva ao Exército e, especialmente, ao marechal Hermes da Fonseca. O fato aumentou as agitações militares, apesar das alegações de Artur Bernardes:

Bernardes alegou ser inocente, e de fato o era, pois a farsa fora articulada por dois hermistas que visavam desarticular a candidatura de Bernardes e incompatibilizá-lo com os militares. Uma segunda carta com o teor da primeira foi publicada pelo mesmo jornal. Uma comissão designada pelo Clube Militar declarou que as cartas eram autênticas e que foram escritas por Bernardes. Somente depois das eleições é que os verdadeiros autores confessaram a autoria. (SILVA, 1996, p. 234).

Ao se analisar as informações de Silva (1996, p. 234), Fausto (2012, p. 171) e Severiano e Mello (1999, p. 63), pode-se verificar que a publicação das cartas não só provocou a revolta dos militares como também a antipatia do povo em relação ao candidato Artur Bernardes, que passou a ser chamado pelas alcunhas de õCarneiroõ, õRolinhaõ e õSeu Méõ. Além disso, os compositores Freire Júnior e Luís Nunes Sampaio (mais conhecido como Careca), acreditando numa possível derrota eleitoral de Bernardes, criaram a marcha carnavalesca *Ai, Seu Mé*, ridicularizando o candidato: õAi Seu Mé / ai Seu Mé / lá no Palácio das Águias, olé / não hás de por o pé (...) Rolinha desista / abaixe esta crista (...) a cacete / não vais ao Catete / não vais ao Catete...õ (SEVERIANO; MELLO, 1999, p. 63). Segundo narrativas de Alencar (1979, p. 142) e Severiano e Mello (1999, p. 64), a marchinha teve proibição da polícia, a qual recolheu os discos gravados pelo cantor Baiano e pela Orquestra Augusto Lima. O compositor Freire Júnior acabou preso, enquanto Luís Nunes Sampaio teve

de passar algum tempo escondido. Mesmo assim, *Ai, Seu Mé* foi um sucesso no carnaval de 1922, inclusive na terra de Artur Bernardes: em Minas Gerais, era divulgada uma versão da música em italiano.

Apesar de tudo, Bernardes venceu o pleito eleitoral de 1922, inconformando a oposição e os militares. Nilo Peçanha requereu a convocação de um Tribunal de Honra, a fim de verificar os votos, substituindo o Congresso Nacional na função de reconhecer e proclamar o candidato eleito. O Clube Militar mostrou-se favorável à requisição feita por Nilo, e o presidente Epitácio Pessoa chegou a sugerir que Artur Bernardes desistisse de tomar posse, convencido de que o político mineiro não conseguiria ficar nem 24 horas no poder. Entretanto, o Congresso negou qualquer interferência na contagem dos votos, e proclamou Bernardes o novo presidente da República em 07 de junho de 1922 (PILAGALLO, 2009, p. 28-29; PRESTES, 1994, p. 76-77).

Enquanto a oposição recorria a meios legais para tentar impedir a posse de Artur Bernardes, parte dos militares conspirava nos quartéis contra o futuro presidente. Em fins de abril, antes da decisão do Congresso Nacional, ocorreram tentativas de levantes militares em conjunto com dissidências estaduais. Tendo a conivência da força federal, a polícia militar chegou a depor o governador do Maranhão, substituído ao longo de 24 horas por Tarquínio Lopes Filho, político vinculado aos dissidentes do Partido Republicano local e ligado tanto a Nilo Peçanha quanto à Reação Republicana. Tentou-se o mesmo em Santa Catarina e no Paraná, sendo publicamente conhecida a existência de um plano revolucionário que deveria englobar cinco estados. Alastrava-se o espírito revolucionário pelo Brasil, entre os militares e a população urbana civil, bem como entre líderes políticos, a exemplo de Maurício de Lacerda, J. E. de Macedo Soares e Laurindo Lengruber Filho. Por sua vez, Nilo Peçanha era contrário à conspiração, preferindo agir por via legal (PRESTES, 1994, p. 77-83).

Voltando ao episódio das cartas falsas, enquanto Bueno (2013, p. 308) e Silva (1996, p. 234) relatam que os criadores confessaram a autoria depois das eleições, Fausto (2012, p. 171) afirma terem eles confessado pouco tempo antes das eleições de 1º de março de 1922. Por sua vez, Figueiredo (1995, p. 128) aponta o hermista Oldemar Lacerda e o falsificador Jacinto Guimarães como autores das cartas, afirmando terem ambos confessado a autoria das cartas em fins de março de 1922 (depois das eleições, portanto). De toda forma, as cartas aumentaram a tensão no meio militar, ofaltando apenas um motivo aparente e imediato como justificativa para mobilizar a opinião dos descontentes e a deflagração de um movimento revolucionário (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 30). E o motivo surgiu em julho de 1922, após a vitória eleitoral de Artur Bernardes: a prisão do marechal Hermes da Fonseca e o

fechamento subsequente do Clube Militar, por ordem do presidente Eptácio Pessoa (FIGUEIREDO, 1995, p. 128-129; LOPES SOBRINHO, 2000, p. 30).

Informações de Prestes (1994, p. 81), Figueiredo (1995, p. 128-129), Silva (1996, p. 235), Lopes Sobrinho (2000, p. 30), Pilagallo (2009, p. 29-30) e Bueno (2013, p. 310) mostram que a prisão do marechal deveu-se a um telegrama que ele enviara ao comandante militar de Recife, coronel Jaime Pessoa da Silveira, sugerindo que o Exército se negasse a apoiar o governo na intervenção de um conflito político em Pernambuco. O telegrama chegou ao conhecimento de Eptácio Pessoa, que ordenou uma severa repreensão ao marechal Hermes da Fonseca por indisciplina ao seu superior hierárquico e chefe constitucional das forças armadas, isto é, o presidente da República. A prisão do marechal Hermes (recolhido por dezessete horas ao quartel do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, em 02/07/1922) e o fechamento do Clube Militar, do qual ele era presidente, além da opinião dos militares de que Artur Bernardes vencera a eleição na base da fraude, motivaram o primeiro levante tenentista na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Figueiredo (1995, p. 129), o levante visava a tomar o Palácio do Catete, depor o presidente Eptácio e impedir a posse de Bernardes na presidência do país. Discorre Prestes (1994, p. 81-82) que a revolta militar deveria ser de âmbito nacional, mas acabou restringindo-se a três focos no Rio de Janeiro, além de outro em Niterói e mais um em Campo Grande, então pertencente ao Estado de Mato Grosso. Lanna Junior (2008, p. 319) inclui Três Lagoas ao citar a movimentação de tropas em território mato-grossense. Todos os levantes falharam devido a deficiências nas suas preparações, de acordo com Prestes (1994, p. 81-82).

Lanna Júnior (2008, p. 317) cita não três, mas sim quatro focos da revolta no Rio: a Vila Militar, a Escola Militar do Realengo, o Forte do Vigia e o Forte de Copacabana. Exceto pelo último, os demais tiveram as revoltas controladas assim que iniciou o levante, em 5 de julho de 1922. Ainda de madrugada, o Forte de Copacabana disparou o primeiro tiro de canhão, mas não foi acompanhado pelas outras unidades militares, devido ao fracasso das sublevações. Sozinho, o Forte de Copacabana disparou inicialmente contra a Ilha de Cotunduba e contra o quartel do 3º R.I. (este como protesto por ter recebido preso o marechal Hermes). Depois, atingiu o Forte do Vigia, o Quartel-General do Exército, o Corpo de Bombeiros, a Ilha das Cobras, o Depósito Naval, o Arsenal da Marinha, a Fortaleza de Santa Cruz, o Túnel Novo e residências (onde foram registradas mortes). Sob ordens do governo, o Forte de Copacabana foi bombardeado pela Fortaleza de Santa Cruz e pelos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*. Na manhã de 06/07/1922, o capitão Euclides da Fonseca saiu do Forte de Copacabana para negociar com o ministro da Guerra, que propôs o encontro para

resolver a situação. Mas chegando ao Palácio do Catete, o capitão Euclides terminou preso por ordem do presidente da República. Quatro mil soldados cercaram o Forte, do qual 273 homens acabaram fugindo, restando no local apenas 28 rebelados (cinco oficiais e 23 praças). Estes começaram a marchar pela Avenida Atlântica em direção ao palácio do governo, restando pelo caminho dezessete (os demais desertaram), aos quais se juntou um civil, o engenheiro gaúcho Otávio Correia (natural de Quaraí). Sob ataque das forças militares fiéis ao governo, apenas dois integrantes do grupo sobreviveram: os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes. O episódio tornou-se conhecido como o Dezoito do Forte (BUENO, 2013, p. 310-311; FIGUEIREDO, 1995, p. 130-131; LANNA JÚNIOR, 2008, p. 317-318; PRESTES, 1994, p. 81-82; SILVA, 1996, p. 235).

Os demais levantes também não surtiram efeito:

Em Niterói, o comandante da Marinha, Álvaro de Vasconcelos, conseguiu convencer o chefe de polícia e tomou as repartições federais e estaduais, inclusive com a ocupação militar da Companhia Telefônica da cidade, que ficou sem comunicação durante a noite de 4 de julho. Para normalizar a situação, bastou o chefe de polícia fluminense fazer valer sua autoridade sobre o chefe de polícia local. No Mato Grosso, todo o comando do Exército aderiu ao movimento, liderado pelo general Clodoaldo da Fonseca, comandante da 1ª Circunscrição Militar. As movimentações das tropas ocorrem em Campo Grande e Três Lagoas. A intenção era atravessar o rio Paraná para invadir São Paulo. O governo, entretanto, conseguiu interromper qualquer comunicação do Mato Grosso com São Paulo ao longo do rio Paraná. Presos em Três Lagoas e sem comunicação, os rebeldes negociaram, em 8 de julho, a rendição, principalmente depois que souberam do fracasso do movimento no Distrito Federal [então no Rio de Janeiro]. (LANNA JÚNIOR, 2008, p. 318-319).

Analisando o começo das revoltas tenentistas, Prestes (1994, p. 83-85) afirma que as principais lideranças da Reação Republicana incentivaram a rebeldia militar, a fim de alcançar os objetivos políticos das dissidências integrantes daquela coligação eleitoral. Mas após a desarticulação dos levantes de 1922, as mesmas lideranças abandonaram os aliados militares, a exemplo de Borges de Medeiros, que publicou um artigo no jornal *A Federação*, condenando a revolta e deixando claro que, para o Partido Republicano Rio-Grandense, chegara o momento de reconciliação com o governo federal e de abandono da desordem civil. Para Nilo Peçanha, que apostava em uma solução legal para o resultado da eleição presidencial, a agitação militar devia ser apenas um meio de radicalizar o clima político, sem pretender que ela fosse às últimas consequências. A intenção de Nilo era promover um movimento popular diante do Congresso Nacional em 15/11/1922, com abstenção das classes armadas, para impedir a posse de Artur Bernardes. Mas apesar de contrário aos levantes tenentistas, Nilo Peçanha enviou uma carta ao Senado Federal, renunciando às

imunidades parlamentares a fim de responder juntamente com os militares revoltosos pelo ocorrido. Através desse gesto, o político fluminense angariou de forma hábil a simpatia de grande parte da opinião pública, comovida pelo episódio dos *Dezoito do Forte*. Mais tarde, Nilo assumiu a defesa jurídica dos militares rebeldes processados pelo governo, e seu nome continuou sendo visto pelos tenentes como a liderança civil capacitada para assumir um possível governo provisório, em caso de vitória dos próximos levantes que passaram a ser planejados. Prestes (1994, p. 84) encerra a análise afirmando que a morte de Nilo Peçanha, em março de 1924, levou os tenentes a proclamarem um novo líder civil: Joaquim Francisco de Assis Brasil, chefe da Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul.

Os novos levantes foram promovidos pelo Tenentismo durante o governo do presidente Artur Bernardes, eleito para o quadriênio de 1922 a 1926. Pelos relatos de Fausto (2012, p. 172-173), Figueiredo (1995, p. 163-195), Lanna Júnior (2008, p. 319-333), Lopes Sobrinho (2000, p. 43-128) e Silva (1996, p. 235-236), verificam-se levantes tenentistas em 1924, 1925 e 1926. O primeiro começou na cidade de São Paulo em 5 de julho de 1924, no aniversário de dois anos da revolta do Forte de Copacabana. Era uma consequência do julgamento dos militares envolvidos nos levantes de 1922, condenados pela Justiça, motivando novas revoltas tenentistas. Também contribuiu para o clima de rebelião a política repressiva de Artur Bernardes, ao governar o país em estado de sítio e ainda usar tropas federais para manter no poder governos estaduais correligionários do presidente da República. Tal situação afastou qualquer possibilidade de pacificação dos quartéis (FIGUEIREDO, 1995, p. 163; LANNA JÚNIOR, 2008, p. 319).

Sob a liderança do general reformado Isidoro Dias Lopes, do major Miguel Costa e do tenente Joaquim Távora, o levante de 1924 contou com a participação dos oficiais Juarez Távora, Eduardo Gomes, Estillac Leal, João Cabanas e Miguel Costa. Um dos objetivos do levante era derrubar o presidente Artur Bernardes (FAUSTO, 2012, p. 172). No primeiro dia, 2.600 soldados tomaram o 4º Batalhão de Caçadores, o Corpo-Escola e os quartéis do 1º e do 2º batalhões de polícia, as estações da Luz, Sorocabana, do Brás e da Cantareira, o Hotel Terminus e a estação transformadora da Light. No dia seguinte, tropas federais legalistas chegaram à cidade de São Paulo, mas uma parte delas aderiu ao levante (BUENO, 2013, p. 314; LANNA JÚNIOR, 2008, p. 320). Os revoltosos acabaram tomando o poder, após a fuga do presidente do Estado de São Paulo, Carlos de Campos. Parte da população também fugiu, e armazéns foram saqueados por civis (BUENO, 2013, p. 315). Os rebelados tiveram apoio dos estudantes, do operariado organizado e das classes populares. Mas a capital paulista foi bombardeada pela aviação por ordem do presidente Artur Bernardes, e depois cercada por

quinze mil soldados, oriundos de diferentes estados do país. Embora os revoltosos também utilizassem aviões para o combate, não puderam evitar o bombardeio aéreo realizado pelas forças legalistas, o qual danificou propriedades civis, além de causar vítimas entre a população (FIGUEIREDO, 1995, p. 166).

Em meio ao caos urbano provocado pelo bombardeio, à morte de Joaquim Távora (metralhado pelas tropas legalistas) e sem conseguir negociar um acordo com o governo federal, os revoltosos fugiram de trem, rumo a Bauru (SP), durante a noite de 27 para 28 de julho de 1924. Um total de treze composições transportou quase três mil homens, catorze canhões, armamento, munição, ambulâncias e a cavalaria. Surgia daí a Coluna Paulista, que passou a ocupar cidades do interior paulista: Agudos, Dois Córregos, Jaú, Bocaina, Mineiros e Bica da Pedra, além da Estrada de Ferro Douradense. As ocupações prolongaram-se até setembro de 1924, quando a Coluna Paulista partiu em direção ao Paraná, onde ocupou Guaíra, Porto Mendes e Foz do Iguaçu (FIGUEIREDO, 1995, p. 167-168; LANNA JÚNIOR, 2008, p. 322).

Conforme relata Bueno (2013, p. 315), alguns tenentes rebelados, como Juarez Távora e João Alberto, partiram de Guaíra em direção ao Rio Grande do Sul, o fim de insuflar a revolta nos quartéis, onde grassava a insatisfação com o Pacto de Pedras Altas, que dera fim à Revolução de 1923 mas mantivera Borges de Medeiros no poder (BUENO, 2013, p. 315). De caráter regional e sem vínculo com as revoltas tenentistas, essa revolução irrompera em 25 de janeiro de 1923 no Estado do Rio Grande do Sul, mesmo dia em que Antônio Augusto Borges de Medeiros, do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), fora empossado pela quinta vez no governo sul-rio-grandense, após uma eleição fraudada. A Constituição do Rio Grande estabelecia que, para ser eleito, o candidato à presidência do estado deveria obter 75% dos votos, mas Borges não atingira esse percentual, apesar de ter obtido maior votação do que Joaquim Francisco de Assis Brasil, candidato oposicionista da Aliança Libertadora (formada pelo Partido Federalista e por dissidentes do PRR). Foi então que a Comissão de Constituição e Poderes da Assembleia dos Representantes, constituída pelos deputados Getúlio Vargas (presidente da comissão), Ariosto Pinto e José Vasconcelos Pinto, alterou a contagem de votos, inclusive anulando a votação das seções onde Assis Brasil vencera Borges de Medeiros, que terminou reeleito graças à fraude (BUENO, 2013, p. 312; FIGUEIREDO, 1995, p. 135-136; NETO, 2013, p. 174-175; PESAVENTO, 2014, p. 83-84).

A reeleição de Borges foi mantida mesmo com a contestação de Assis Brasil, tanto em relação ao resultado da eleição quanto à idoneidade da Comissão de Constituição e Poderes, cujos integrantes eram todos do mesmo partido que Borges de Medeiros. Além disso, Assis

Brasil tentou obter ajuda do presidente Artur Bernardes para derrubar Borges do governo estadual. A oposição sul-rio-grandense contava com uma intervenção de Bernardes no Rio Grande do Sul, tal como já ocorrera na Bahia e no Rio de Janeiro, além de Pernambuco (cuja intervenção fora realizada antes, por Epiácio Pessoa). As intervenções recaíram justamente sobre os estados que apoiaram Nilo Peçanha na eleição presidencial de 1922. Faltava apenas o Rio Grande, uma vez que Borges de Medeiros e o PRR se alinharam a Nilo Peçanha durante a campanha, enquanto o Partido Federalista apoiara Artur Bernardes. Levando em conta o apoio que poderia obter da bancada sul-rio-grandense no Congresso Nacional ao seu governo, Bernardes preferiu não intervir no Rio Grande do Sul. Sem a pretendida colaboração presidencial, Assis Brasil liderou a Revolução de 1923, na tentativa de reverter o resultado da eleição para o governo do estado (BARBOSA, 1995, p. 141-142; BUENO, 2013, p. 308-313; FIGUEIREDO, 1995, p. 135-136; NETO, 2013, p. 174-192).

De acordo com Figueiredo (1995, p. 137-139), a Revolução de 1923 estendeu-se pelo território do Rio Grande do Sul por dez meses, durante os quais foram travados mais de cem combates entre as colunas revolucionárias (chamadas de Exércitos Libertadores) e as forças do governo estadual (Brigada Militar, corpos e brigadas provisórios, além de mercenários uruguaios). Barbosa (1995, p. 142) mostra que, na véspera do início dessa revolução, o deputado Artur Caetano da Silva e o general João Rodrigues Mena Barreto enviaram de Carazinho (RS) um telegrama ao presidente Artur Bernardes, solicitando a intervenção federal caso Borges de Medeiros não renunciasse ao governo do estado. Bernardes manteve-se neutro em relação ao conflito, e por isso o Exército não tomou parte na luta, limitando-se à organização de zonas neutras nas guarnições e à segurança das populações e dos hospitais com feridos em combate internados. Por outro lado, o presidente da República não impediu a organização de uma Junta Governativa Revolucionária, no Rio de Janeiro, nem se opôs às demonstrações de simpatia dadas por membros do governo federal à revolução liderada por Assis Brasil, a exemplo do vice-presidente Estácio Coimbra, do general e ministro da Guerra Setembrino de Carvalho e do almirante e ministro da Marinha Alexandrino de Alencar, os quais compareceram a uma festa no Clube dos Diários em benefício dos revolucionários feridos em combate (BARBOSA, 1995, p. 142-143; FIGUEIREDO, 1995, p. 139).

De toda forma, Bernardes enviou o general Setembrino de Carvalho ao Rio Grande do Sul, para mediar um acordo de paz. Divergências entre Assis Brasil, Borges de Medeiros e o presidente Artur Bernardes dificultaram as negociações para encerrar o conflito, havendo ainda o risco de o Exército aderir aos revolucionários, como vinha ocorrendo em Santa Maria (RS). Em 24 de dezembro de 1923 foi assinada a paz, através do Pacto de Pedras Altas, o qual

proibiu a reeleição imediata do presidente do estado e dos intendentes, estabeleceu a eleição do vice-presidente estadual (até então indicado pelo presidente do Rio Grande do Sul), manteve Borges de Medeiros no governo e concedeu anistia aos revolucionários. Mas o pacto não agradou a todos, descontentando inclusive tenentes dos quartéis da fronteira (BARBOSA, 1995, p. 153-155; BUENO, 2013, p. 313, PESAVENTO, 2014, p. 84).

Lanna Júnior (2008, p. 325-327) relaciona outros levantes ocorridos ainda em 1924, a maioria deles reprimida. Alguns ficaram apenas na intenção, como a tentativa de um levante no 3º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro, em dezembro de 1924, detido logo no começo. Também fracassou o movimento do 10º Regimento de Cavalaria Independente, ocorrido no dia 12/07/1924 em Bela Vista (MT), por falta de maior adesão dos militares. Em 13/07/1924, tropas militares rebeladas em Sergipe negaram-se a ir para São Paulo, por ocasião da revolta tenentista da capital paulista, e ocuparam Aracaju e Itaporderada até o começo de agosto, quando as duas cidades foram retomadas por tropas legalistas. Assim como em Sergipe, militares rebeldes do 26º Batalhão de Caçadores, em Belém (PA), recusaram ir combater em São Paulo, sendo então combatidos e presos junto com os civis que os ajudaram. Em 23/07/1924 eclodiu outro levante militar, dessa vez em Manaus (AM), que permaneceu controlada pelos tenentistas durante um mês. Foi o movimento mais autônomo e de maior abrangência do período, de acordo com Lanna Júnior (2008, p. 326). O governo revolucionário da capital do Amazonas foi exercido tanto por militares quanto por civis, sendo, após, criada a Comuna de Manaus, a qual expropriou o mercado e o matadouro da firma inglesa Manaus Market (FORJAZ, 1977, p. 84 apud LANNA JÚNIOR, 2008, p. 326).

Em 28 de outubro de 1924 estouraram novos levantes tenentistas, dessa vez no Rio Grande do Sul, conforme Figueiredo (1995, p. 169). De acordo com Bueno (2013, p. 315) e Lanna Júnior (2008, p. 327-328), o movimento começou quando o capitão Luís Carlos Prestes assumiu o comando do 1º Batalhão Ferroviário, em Santo Ângelo. Na sequência, o capitão Rui Zubarán e o tenente Siqueira Campos lideraram o levante de São Borja, havendo novas sublevações em São Luiz Gonzaga (sob a liderança do tenente João Pedro Gay) e Uruguaiana (sob a liderança do capitão Juarez Távora). Pontos estratégicos dessas cidades foram ocupados pelos rebeldes, e as administrações delas eram geralmente entregues a civis. Fausto (2012, p. 173) afirma que as revoltas militares no Rio Grande do Sul tiveram apoio de opositores gaúchos ao PRR, partido de Borges de Medeiros, mesclando assim o tenentismo com as divergências da política estadual (FAUSTO, 2012, p. 173). Figueiredo (1995, p. 169) aponta que após um contato entre Luís Carlos Prestes e Isidoro Dias Lopes, o qual estava com as tropas rebeladas de São Paulo em Iguazu (PR), vieram do Paraná ao Rio Grande do Sul o

coronel João Francisco Pereira de Souza e um grupo de oficiais, para criarem corpos de milicianos e auxiliarem Prestes. Outro apoio veio de Alegrete (RS), onde o caudilho Honório Lemes uniu-se aos rebeldes, comandando um exército particular de oitocentos homens. Porém, as forças de Lemes terminaram vencidas pelas tropas de Flores da Cunha, em Guaçu-Boi (BUENO, 2013, p. 315-316). Derrotas sofridas em combates pelos militares rebelados levaram Cordeiro de Farias, João Alberto e Juarez Távora a se refugiarem na Argentina por um breve tempo. Somente as forças comandadas por Luís Carlos Prestes resistiam em São Luiz Gonzaga, até se retirarem da cidade em dezembro de 1924. Tinha início a Coluna Prestes, a qual marchou até Foz do Iguaçu (PR) a fim de encontrar a Coluna Paulista. Sob o comando em chefe de Luís Carlos Prestes, a Coluna Prestes foi organizada com três destacamentos, e contava com a participação de civis, para os quais o movimento tenentista no Rio Grande do Sul era uma continuação da Revolução de 1923 (BUENO, 2013, p. 316; CARONE, 1975, p. 93 apud LANNA JÚNIOR, 2008, p. 329; FAUSTO, 2012, p. 173; FIGUEIREDO, 1995, p. 173; LANNA JÚNIOR, 2008, p. 328-329).

Após uma série de batalhas no caminho até o Paraná, a coluna formada pelos revoltosos do Rio Grande do Sul encontrou-se com a Coluna Paulista em abril de 1925. Havia divergências quanto à continuidade ou não do movimento, porém, foi decidido o seu prosseguimento. Nascia a Coluna Miguel Costa-Prestes, ou simplesmente Coluna Prestes, integrada inicialmente por 1.200 homens e constituída por um Estado-Maior e duas brigadas, a de São Paulo e a do Rio Grande do Sul. O general Miguel Costa era o comandante da coluna, enquanto o major Coriolano de Almeida Júnior chefiava o Estado-Maior, o agora tenente-coronel Juarez Távora comandava a brigada de São Paulo, e o agora coronel Luís Carlos Prestes comandava a brigada do Rio Grande do Sul. A coluna percorreu em torno de 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil até 1927, na tentativa de conseguir apoio da população para a causa revolucionária. Evitando enfrentar as forças do governo e atacando apenas quando convinha, a Coluna Prestes não conseguiu o apoio esperado, e acabou partindo para o exílio: em março de 1927, uma parte da coluna, comandada por Siqueira Campos, chegou ao Paraguai, enquanto a outra parte, comandada por Luís Carlos Prestes, entrou na Bolívia (BUENO, 2013, p. 316-319; FAUSTO, 2012, p. 173; LANNA JÚNIOR, 2008, p. 329-341; SILVA, 1996, p. 236).

Antes da formação da Coluna Prestes, houve um único episódio de levante na Marinha de cunho tenentista, quando alguns oficiais lideraram uma revolta no encouraçado *São Paulo*, em 04/11/1924, de acordo com Lanna Júnior (2008, p. 326-327). Na ocasião, a minoria rebelada, sob a liderança do tenente Hercolino Cascardo, conseguiu dominar oficiais e

tripulação do encouraçado, que se encontrava na Baía de Guanabara. Foi cogitado um bombardeio sobre o Palácio do Catete, mas o *São Paulo* acabou trocando tiros com as fortalezas da baía. A seguir, partiu para o Rio Grande do Sul, onde os rebeldes pretendiam desembarcar e rumar ao encontro da Coluna Paulista. Mas problemas relacionados a tempestades e ao controle dos oficiais e marinheiros presos no encouraçado *São Paulo* causaram alteração nos planos, levando os revoltados a navegarem até o Uruguai, exilando-se em Montevideu (FAUSTO, 2012, p. 173; LANNA JÚNIOR, 2008, p. 327).

Segundo informações de Lopes Sobrinho (2000, p. 57-58), ainda houve a invasão do Rio Grande do Sul por forças do movimento tenentista em 30/09/1925, quando um grupo de cem homens entrou no estado através de Santana do Livramento. Os rebeldes saquearam um trem de passageiros na Estação de Porteirinha, naquele município, e derrubaram outro trem a fim de bloquear o tráfego ferroviário. Logo após, os revolucionários percorreram os municípios de Santana do Livramento e Dom Pedrito, sendo liderados por Honório Lemes, Panta Trindade, Júlio Barrios e Otaviano Fernandes. Porém, vinham seguidos por corpos provisórios da Brigada Militar desde que entraram no estado, incluindo um de Itaqui comandado pelo tenente-coronel Oswaldo Aranha. O comando-geral dos provisórios cabia ao coronel Flores da Cunha, e já no dia 07 de outubro de 1925 começaram a lutar contra os rebeldes. Houve combates em Dom Pedrito, depois na divisa deste município com Bagé, e por fim no Passo da Conceição (em Livramento), para onde Honório Lemes conduziu os revolucionários, na tentativa de fugir de um ataque frontal atravessando o Rio Ibicuí. Porém, uma cheia inviabilizou a travessia, ficando os rebeldes encurralados entre aquele rio e o Banhado das Marrecas. A maioria deles atirou-se mesmo assim nas águas, morrendo não poucos devido à correnteza. As forças legalistas prenderam uma parte dos revoltosos, incluindo o líder Honório Lemes, que se rendeu sob a garantia da própria vida. Flores da Cunha estendeu a garantia a todos os presos, levados então para Porto Alegre. Ressalte-se que uma parcela dos rebeldes fugira do país depois do combate na divisa de Dom Pedrito com Bagé (BARBOSA, 1995, p. 157-158; FIGUEIREDO, 1995, p. 189-191; LOPES SOBRINHO, 2000, p. 57-58).

De acordo com Lanna Júnior (2008, p. 331-332), o Tenentismo no Rio Grande do Sul teve uma participação de civis maior do que em outras regiões do Brasil, como consequência das brigas políticas no estado, especialmente em relação à oposição ao governo de Borges de Medeiros. Carone (1975, p. 111 apud LANNA JÚNIOR, 2008, p. 331) afirma que o movimento tenentista foi liderado no Rio Grande do Sul por Assis Brasil, comprovando a união de civis e militares na ocasião. Na mesma linha de pensamento, Pesavento (2014, p. 97)

informa ter havido uma ligação entre os revoltosos e os opositores a Borges de Medeiros. Por sua vez, Lanna Júnior (2008, p. 331-332) narra a ocorrência de colunas-relâmpago, das quais participaram tanto os militares quanto os civis, e o apoio que o movimento recebeu dos caudilhos Zeca Neto e Honório Lemes. As derrotas sofridas pelos revoltosos em 1925 não impediu a ocorrência de novos levantes tenentistas em cidades do interior sul-rio-grandense em 1926, como São Gabriel, Bagé e Santa Maria, conforme Lopes Sobrinho (2000, p. 61-111). Dentre estas cidades, o levante de maior repercussão foi o de Santa Maria, do qual surgiu a Coluna Etchegoyen, que atuou nos meses de novembro e dezembro de 1926, de acordo com Lanna Júnior (2008, p. 332). Os levantes de 1926 ocorreram associados à Aliança Libertadora, segundo Pesavento (2014, p. 97), demonstrando que o movimento prosseguiu com a participação de militares e civis no Rio Grande do Sul.

2.3.2 O levante militar de 1926 em Santa Maria

O levante de uma parte dos militares do Exército Brasileiro em Santa Maria foi precedido por revoltas militares em São Gabriel e Bagé. Segundo Lopes Sobrinho (2000, p. 69), primeiro houve um levante de praças do 9º R.C.I., em São Gabriel, na noite de 13 para 14 de novembro de 1926. Os revoltosos foram derrotados pelas forças legalistas, mas isso não impediu um princípio de rebelião militar em Bagé, à 1 hora da madrugada de 14/11/1926. Conforme narra Lopes Sobrinho (2000, p. 71), tal princípio de rebelião foi controlado a tempo de se evitar que as forças revoltosas saíssem às ruas. Entretanto, estava em curso a organização de um movimento revolucionário, planejado na Argentina e no Uruguai por exilados que participaram de levantes militares anteriores. De acordo com Lopes Sobrinho (2000, p. 70), o comando revolucionário cabia ao general Isidoro Dias Lopes, igualmente exilado, e o objetivo era impedir a posse do presidente Washington Luís, conforme Beltrão (2013, p. 628). Mas segundo Lopes Sobrinho (2000, p. 123), o que havia era a elaboração de um plano de invasão do Rio Grande do Sul pelos revolucionários, para dar cobertura à Coluna Prestes (então percorrendo o nordeste do Brasil), desviando a atenção das forças legalistas para o território sul-rio-grandense. O plano resultava da aliança entre o general Isidoro e o líder da Aliança Libertadora, Assis Brasil, embora houvesse diferenças de objetivos políticos entre os revolucionários tenentistas e as oligarquias dissidentes representadas por Assis Brasil (LANNA JÚNIOR, 2008, p. 332; LOPES SOBRINHO, 2000, p. 123).

Lopes Sobrinho (2000, p. 67-68) acrescenta que as revoltas militares em São Gabriel e de Bagé aconteceram de forma precipitada, antecipando-se aos planos do comando

revolucionário. A situação tomou maiores proporções quando envolveu a cidade de Santa Maria, logo a seguir. Segundo as informações de Belém (2000, p. 282), Beltrão (2013, p. 628) e Lopes Sobrinho (2000, p. 73), havia rumores em Santa Maria de que a cidade seria palco de um novo levante, provavelmente durante o desfile militar do feriado de 15 de novembro de 1926. Espalhou-se entre inferiores e praças do Exército o boato de que o 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar iria revoltar-se por falta de pagamento de soldo e atacar os quartéis federais (BELTRÃO, 2013, p. 628). A tensão em Santa Maria aumentou com as notícias das revoltas militares ocorridas nas cidades de Bagé e de São Gabriel, conforme Beltrão (2013, p. 628). Segundo a edição de 22/11/1926 do jornal *Gaspar Martins*, boatos também diziam que o novo presidente, Washington Luís, dissolveria o Exército e ficaria com as brigadas estaduais, o que não se confirmou posteriormente (DIABO..., 1926, p. 3).

Apesar dos rumores e notícias, Santa Maria preparou-se para realizar o desfile comemorativo do aniversário da Proclamação da República. A edição dominical de 14 de novembro de 1926 do jornal *Correio da Serra* (O ANIVERSÁRIO DA..., 1926, p. 1) publicou toda a programação festiva do dia seguinte, começando pelo Colégio Elementar²³, onde haveria canto de hinos pátrios pelos alunos e uma preleção da diretora. A seguir, haveria a participação dos alunos desse colégio no desfile de 15 de novembro, o qual também seria integrado por um destacamento do 7º R.I., uma bateria do 5º R.A.M., Brigada Militar, Tiro de Guerra n.º 36, Colégio Fontoura Ilha e escoteiros. Comandaria o desfile o major Eliezer Abbott²⁴, devendo todos estar em formação às 11h20min. Dez minutos depois, o major Abbott assumiria o comando, as tropas seriam passadas em revista, haveria execução do Hino Nacional por bandas marciais, continência à bandeira e oferecimento de uma outra bandeira ao Tiro de Guerra n.º 36, para depois começar o desfile, cujo percurso iniciaria na Praça Saldanha Marinho, seguindo por toda a extensão da Avenida Rio Branco ida e volta até a referida praça, terminando na Rua Doutor Bozano. Depois, haveria apresentação da banda do 7º R.I. na Praça Saldanha Marinho, entre as 17h e as 18h30min. À noite, estava programada uma sessão cinematográfica dedicada aos militares do Exército, no Coliseu Santa-Mariense²⁵, onde também haveria execução do Hino Nacional pelos alunos do Colégio Elementar, execução do Hino da República pela banda do 7º R.I., e homenagem à memória do marechal Deodoro da Fonseca.

²³ Atual Instituto de Educação Olavo Bilac, conforme Beber (1998, p. 21) e Rechia (1999, p. 250-251).

²⁴ Então comandante do 7º Regimento de Infantaria, segundo Beltrão (2013, p. 629).

²⁵ Segundo Marchiori e Noal Filho (1997, p. 214), o nome completo do estabelecimento era Cine Teatro Coliseu Santa-Mariense. Totalmente de madeira, o prédio foi inaugurado em 1911 e demolido no final da década de 1940. No mesmo terreno foi erguido o edifício do Cine Glória, inaugurado em 1959.

Na mesma edição, o *Correio da Serra* publicou a Ordem do Dia do coronel Enéas Pompílio Pires, a ser lida no dia seguinte, e cujo texto criticava a situação do Brasil republicano, em comparação com o período monárquico:

Completa mais um aniversário a República Brasileira, perfazendo no tempo, 37 anos de vida.

Fazer-lhe o balanço, penso [que] ainda é cedo; no entanto, pode-se afirmar sem erro, que não tem [ela] desfrutado felicidade.

Saudá-la seria mentir, pois ainda sangram as feridas rasgadas em seu seio pelos seus próprios filhos.

Lamentá-la no momento presente é o dever de todos os que não trocam a mentira que rebaixa pela verdade que exalta.

Não é [ela] responsável pelos males que a afligem; eles são frutos dos homens.

õToda a forma de governo, em princípio é boa.õ Passando ao terreno prático pode conservar essa qualidade, ou perdê-la, consoante ao caráter dos que lhe dão assistência.

Durante meio século o Brasil desfrutou inteira felicidade, sob a direção de D. Pedro II, monarca que pelas suas virtudes imprimiu à nação a sua moral e o seu caráter *sans reproche*.

Banido o velho imperador, o dique dos interesses inconfessáveis rompeu-se e a corrente arrastou de roldão esses sentimentos nobres que conseguiram viver à flor da epiderme moral.

A gente brasileira representou o papel do jovem, que, educado em uma moral severa, ao atingir a maioridade, recebe a herança paterna e, pondo em parte os ensinamentos de seu preceptor, lança-se no torvelinho das paixões, dissipando o legado e passando de argentário à triste condição de mendicidade.

Já o fenômeno é inverso para o povo alemão que, pautando a sua conduta pelo caráter e pela moral de seus ex-reis e imperadores, soube guardar e praticar esses ensinamentos com verdadeira fidelidade e convicção.

Tanto isso é verdade que após o armistício deu-se a mudança da forma política sem abalo, e o povo continuou a viver sem sobressaltos.

E hoje, enquanto os seus vencedores ainda se acham de cama, alguns em estado grave, a velha Germânia curou-se de suas próprias feridas, estando já em franca convalescença e isto deve à moral e ao caráter nacional, aliados aos inquebrantáveis princípios de disciplina e ordem que caracterizam essa nação ideal.

Há pouco o primeiro magistrado brasileiro²⁶ dirigiu um apelo aos presidentes de estados, no sentido de propugnarem pelo reerguimento do caráter nacional.

Quero crer, que o fizesse com as melhores intenções. No entanto, penso que para tal o exemplo deve vir de cima, o que não se dá na atualidade, onde a orgia pela satisfação de desejos inconfessáveis, parte do alto.

Ensina a história que a moral e o caráter de um povo são reflexos da moral e [do] caráter dos seus governantes. Daí o brocardo: tal governo, tal povo ou cada povo tem o governo que merece. Mas na atualidade ninguém lê história, falta tempo e os homens da época vivem mais pelos instintos do que pela razão e pela moral.

Donde se conclui que é preferível escorregar por um declive suave que por um alcantil.

Pátria, perdoa-me se no dia do teu aniversário não possa lançar no escrínio dos presentes senão versos do poeta espanhol:

õPatria, llora, e llora tanto,

Que el pabellón se lave en tu plantoö. (O ANIVERSÁRIO DA..., 1926, p. 1, grifo do autor).

²⁶ Trata-se do presidente Artur Bernardes, cujo apelo era pelo ensino de educação moral, cívica e social nas escolas primárias, como forma de se atingir o que ele chamou de ðelevação do caráter nacionalõ, conforme transcrição de telegrama feita pelo jornal *Gaspar Martins* em 22/11/1926 (A FITA..., 1926, p. 1).

Na ocasião, o major Aníbal Garcia Barão exercia o comando interino do 1º Regimento de Cavalaria (1º R.C.), devido ao afastamento para tratamento de saúde do comandante da unidade, o tenente-coronel Cândido Alves de Mesquita. Informado acerca dos rumores, o major Barão deixou as forças da Brigada preparadas para agir, caso houvesse um levante militar. Por desconhecer a extensão e os participantes do possível levante, o comandante interino do 1º R.C. evitou contatar o comando da 5ª Brigada de Infantaria²⁷ do Exército (Quartel-General), e ordenou que apenas um pelotão da Brigada Militar, fortemente armado e municiado, participasse do desfile. Os demais brigadianos permaneceram em prontidão, havendo contingentes nas proximidades do quartel da Brigada Militar (BELTRÃO, 2013, p. 628; LOPES SOBRINHO, 2000, p. 74). Outro fator que pode ter pesado nas precauções do major Barão era o conhecimento que ele tinha acerca de uma denúncia recebida pelo comandante da 3ª Região Militar, de acordo com Lopes Sobrinho (2000, p. 100). Foi denunciado que oficiais do Grupo de Esquadrilhas de Aviação (G.E.A.), então sediado em Santa Maria e Alegrete, participavam de um movimento conspiratório que deveria ocorrer em várias cidades gaúchas de forma simultânea. O comandante da 3ª Região Militar comunicou a denúncia ao ministro da Guerra, que por sua vez ordenou ao comandante da 3ª Região mandar destruir os aparelhos do Grupo de Esquadrilhas, ocupar o campo de aviação com um destacamento de confiança, submeter os oficiais a um inquérito e, se necessário, enviar os comprometidos com a conspiração para o Rio de Janeiro. Lopes Sobrinho (2000, p. 100) mostra que o comando do G.E.A. não acreditava na denúncia:

O major Constantino Martins, comandante do Grupo de Esquadrilhas, considerou infundadas as notícias, pois o Grupo possuía um reduzido número de armamento e munição, pois de ordem do comandante da 3ª Região Militar, em 1925, haviam sido recolhidos ao Serviço de Material Bélico, 400 armas e a munição correspondente, portanto sem nenhuma condição de atuar como infantaria. Quanto aos aparelhos, bastaria retirar-lhes algumas peças essenciais, para inutilizá-los provisoriamente.

Dessa forma, o G.E.A. somente ficou de sobreaviso. Era a mesma situação do Quartel-General do Exército em Santa Maria, uma vez que o comandante da 5ª Brigada de Infantaria, coronel Enéas Pompílio Pires, determinara apenas que oficiais e sargentos permanecessem em suas residências, mas de sobreaviso (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 74-101). Deduz Lopes Sobrinho (2000, p. 74) que tal decisão do coronel Enéas pode ter visado a evitar um possível confronto entre oficiais do Exército dentro do quartel, pois o comandante da 5ª Brigada sabia do comprometimento de alguns deles com líderes revolucionários, mas também poderia estar

²⁷ Atual 3ª Divisão de Exército ó Divisão Encouraçada, conforme Amaral (2007, p. 64).

mal informado acerca das revoltas em Bagé e São Gabriel. Para Lopes Sobrinho (2000, p. 74), os responsáveis pelo serviço de informações também poderiam estar envolvidos com a revolta militar em Santa Maria, e uma provável falta de notícias corretas poderia ser a razão pela qual o coronel Enéas Pompílio Pires não determinara prontidão rigorosa da guarnição de Santa Maria.

Apesar desses precedentes, as comemorações do aniversário da Proclamação da República transcorreram normalmente em Santa Maria, de acordo com Lopes Sobrinho (2000, p. 73). Entretanto, Schiling (1955, p. 24) descreve a visível tensão durante o desfile comemorativo, o qual ele assistiu da janela de sua casa, próximo ao cruzamento da Avenida Rio Branco com a Rua Silva Jardim. Segundo o autor, alguns soldados da Brigada Militar demonstravam nervosismo, tendo alguns deles saído de forma para me pedir água na janela onde eu assistia o desfile (SCHILING, 1955, p. 24). Na mesma página, confirma o autor que os brigadianos desfilaram portando suas armas embaladas, pois se aguardava a eclosão da revolta militar para aquele dia mesmo. Porém, o único incidente no desfile ocorreu dentro da própria força da Brigada Militar, quando o tenente Serafim Antônio de Souza Filho, um cabo e cinco soldados sofreram insolação, mas atendidos, imediatamente, ficaram fora de perigo (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 73).

Na cidade, persistia a tensão: Beltrão (2013, p. 628) informa que, apesar de o desfile ter acontecido normalmente, à noite se percebia certa agitação durante a sessão cinematográfica oferecida pelo Coliseu Santa-Mariense às Forças Armadas. Naquela mesma noite, integrantes do Exército confirmaram ao major Aníbal Garcia Barão que haveria um levante militar em Santa Maria, de acordo com Lopes Sobrinho (2000, p. 91). Ainda segundo Beltrão (2013, p. 628), o levante seria precipitado devido às falsas notícias de sucesso das revoltas das guarnições de Bagé e de São Gabriel, transmitidas aos conspiradores locais pelo capitão veterinário Joaquim Fernandes Barbosa, da guarnição de São Gabriel, e que viera secretamente à Santa Maria no dia 14/11/1926. Nesta mesma data, partira rumo a São Gabriel um esquadrão do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, para combater os revoltosos, desfalcando o efetivo de brigadianos em Santa Maria e motivando ainda mais os líderes da iminente revolta militar (BELTRÃO, 2013, p. 628; LOPES SOBRINHO, 2000, p. 70).

Após a meia-noite de 15 para 16 de novembro de 1926 começou a revolta, com o levante do 5º Regimento de Artilharia Montada, sob a liderança dos irmãos e primeiros-tenentes Alcides Gonçalves Etchegoyen e Nelson Gonçalves Etchegoyen, os quais prenderam o 1º tenente-médico Romeu Borba, o 2º tenente-veterinário João Lemos e o 2º tenente graduado Inácio Silva. Intimado a prestar assistência médica aos rebelados, Romeu Borba foi

solto, mas permaneceu sob custódia. Ao som de clarins de guerra e devidamente organizada, a tropa liderada pelos irmãos Etchegoyen rumou em direção ao quartel do 7º Regimento de Infantaria, onde estavam mais dois líderes da revolta: os primeiros-tenentes Heitor Lobato Valle e Iguatemi Graciliano Moreira. Uma patrulha do 5º R.A.M. adentrou o portão da frente do quartel do 7º R.I. às 3 horas da manhã, prendendo e desarmando a sentinela, para depois apossar-se do armamento do Corpo da Guarda. Acompanhado por uma escolta do 5º R.A.M. e por civis fardados, o 1º tenente Iguatemi Moreira prendeu e conduziu à sala do Estado-Maior o 2º tenente Manuel Augusto Ribeiro, oficial de dia ao regimento. Logo após, chegou o 1º tenente Heitor Lobato Valle, que juntamente com Iguatemi Moreira prendeu aqueles que não aderiram ao levante: 1º tenente Carlos de Oliveira e segundos-tenentes Adauto de Almeida Lima, Antenor de Miranda Rocha, João Pedro Menna Barreto, Antônio Silva e Artur Gonçalves Dias. Além disso, Iguatemi Moreira, junto com sargentos do 5º R.A.M. e do 7º R.I., entrou nos alojamentos do 7º e acordou os praças gritando que a Brigada Militar estava revoltada e vinha atacar o quartel. Enganados pelo falso alerta, os praças armaram-se no almoxarifado, cuja porta encontrava-se arrombada. Ao mesmo tempo, três canhões já estavam posicionados: um nos fundos e outro na frente do 7º R.I., e o terceiro ao lado, apontando em direção à Rua Coronel Niederauer (BELÉM, 2000, p. 283; BELTRÃO, 2013, p. 629).

Santa Maria foi despertada por tiros de canhão das forças rebeladas entre 5h30min, segundo Lopes Sobrinho (2000, p. 74), e 5h45min, segundo Beltrão (2013, p. 629). Acordado pelos disparos, o coronel Enéas Pompílio Pires abriu a janela dos fundos do quartel da 5ª Brigada de Infantaria (Quartel-General), onde residia com a família, e avistou um cordão de sentinelas integrado por praças do 5º R.A.M. Inquirido pelo coronel Enéas do que se tratava, um dos praças respondeu que não sabia. O oficial resolveu então abrir uma janela defronte ao 7º R.I., atraído por uma algazarra daquele lado, e avistou o 1º tenente Alcides Gonçalves Etchegoyen, mais praças do 5º R.A.M. e civis armados a cavalo. Ao também ser questionado pelo coronel Enéas do que se tratava, o 1º tenente Alcides Etchegoyen respondeu gritando ao comandante da 5ª Brigada que este se recolhesse, porque não podia garantir sua vida. Mas diante da insistência do comandante em saber o que era aquilo, Alcides respondeu para ele se recolher o quanto antes, por estar correndo perigo. Sob a mira dos fuzis de dez praças apontados para a sua janela e sem ter como reagir, o coronel Enéas Pompílio Pires fechou-a e ficou praticamente preso no Quartel-General com sua família e com seu ajudante de ordens, o 1º tenente Aníbal Napoleão (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 105-106). Em seguida, o quartel da 5ª Brigada recebeu mais um preso: o major Eliezer Abbott, comandante do 7º R.I. (onde residia), que havia recebido voz de prisão do 1º tenente Iguatemi Moreira. Não havia meios de

pedir ajuda, uma vez que os rebelados inutilizaram o telefone do Quartel-General e sentinelas vigiavam os presos (BELÉM, 2000, p. 283; BELTRÃO, 2013, p. 629).

Conforme relato de Alcides Etchegoyen, transcrito por Lopes Sobrinho (2000, p. 148), os tiros de canhão foram dados para dispersar uma tropa que vinha pela Rua Coronel Niederauer, em ordem unida e de uniforme cáqui, aproximando-se do quartel do 7º R.I. Informa Norberto (1950, p. 247) que essa tropa era um grupo de alunos do Ginásio Santa Maria²⁸, candidatos a reservistas, liderados pelo instrutor e tenente Manoel José da Silva. Faziam parte do Tiro de Guerra n.º 36, conforme se conclui a partir de Hahn (2013, p. 51-53), segundo o qual cumpriam ordem unida (de fuzil na mão) e recebiam treinamento intensivo os alunos internos e externos do Ginásio Santa Maria que aguardavam o alistamento militar e estavam inscritos na Escola de Instrução Militar, sediada no próprio Ginásio. Militares do Exército atuavam como professores de Ginástica, ministrando o treinamento dos alunos do Tiro de Guerra, que posteriormente recebiam carteiras de reservistas e podiam òser chamados como soldados numa eventual revolução ou guerraö (HAHN, 2013, p. 53).

De acordo com Norberto (1950, p. 247), naquele dia 16 de novembro, os candidatos a reservistas percorriam a Rua Coronel Niederauer justamente para receberem treinamento, quando uma sentinela avançada nas proximidades da Praça da República²⁹ deu voz de òaltoö e ordenou o regresso deles à sede, devido à revolta militar. Obedecida a ordem, os alunos nem bem haviam marchado dez metros òquando 2 tiros de peça consecutivos foram disparados contra eles, sibilando os estilhaços acima das cabeças e distribuindo metralha por todos os ladosö (NORBERTO, 1950, p. 247). Eram os tiros de um dos canhões do 7º R.I., que pôs em debandada aquela tropa, conforme o relato de Alcides Etchegoyen transcrito por Lopes Sobrinho (2000, p. 148). Sem ferir ninguém, conforme descreve Norberto (1950, p. 247), o resultado dos disparos foi um balim que atingiu a sola do calçado de um aluno, além de um arranhão na perneira de um colega.

Do outro lado da cidade, ao som do primeiro tiro de canhão, o major Aníbal Garcia Barão imediatamente ordenou a retirada do efetivo do 1º R.C. para fora do quartel, supondo que a artilharia rebelde pudesse atingir o local. Também mandou reforçar o serviço de segurança, prevenindo-se contra um ataque imediato, além da vinda de todos os automóveis de praça (táxis) localizados próximo ao 1º R.C., a fim de levar os brigadianos rapidamente até o centro, pois a cavalhada do Regimento era insuficiente para o transporte de todos.

²⁸ Atual Colégio Santa Maria, conforme Beber (1998, p. 15-16).

²⁹ Atual Praça João Pedro Menna Barreto, de acordo com o mapa de Santa Maria (2007). É mais conhecida como Praça dos Bombeiros, conforme Jacques (2011).

Momentos depois, um militar do Exército avisou o oficial de dia do 1º R.C., por telefone, que iria ao quartel da Brigada para comunicar sobre a revolta. Chegando ao local, o militar confirmou o levante da guarnição federal, informando ainda que os rebelados estavam posicionados em frente aos quartéis do 5º R.A.M. e do 7º R.I., além de enviarem patrulhas para o centro da cidade (BELTRÃO, 2013, p. 629; LOPES SOBRINHO, 2000, p. 92).

O início da revolta militar foi registrado no Boletim n.º 320 do 1º R.C. (Imagem 03), no próprio dia 16 de novembro de 1926:

Hoje, às 5/2 horas, revoltaram-se nesta cidade o 7º R.I., o 5º dito de Artilharia e o Grupo de Esquadrilhas de Aviação, todos do Exército Nacional.

Este regimento, fiel aos princípios de disciplina e ordem, mostrará a estes inimigos da República até onde vai no cumprimento do dever. (BRIGADA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1926, não paginado).

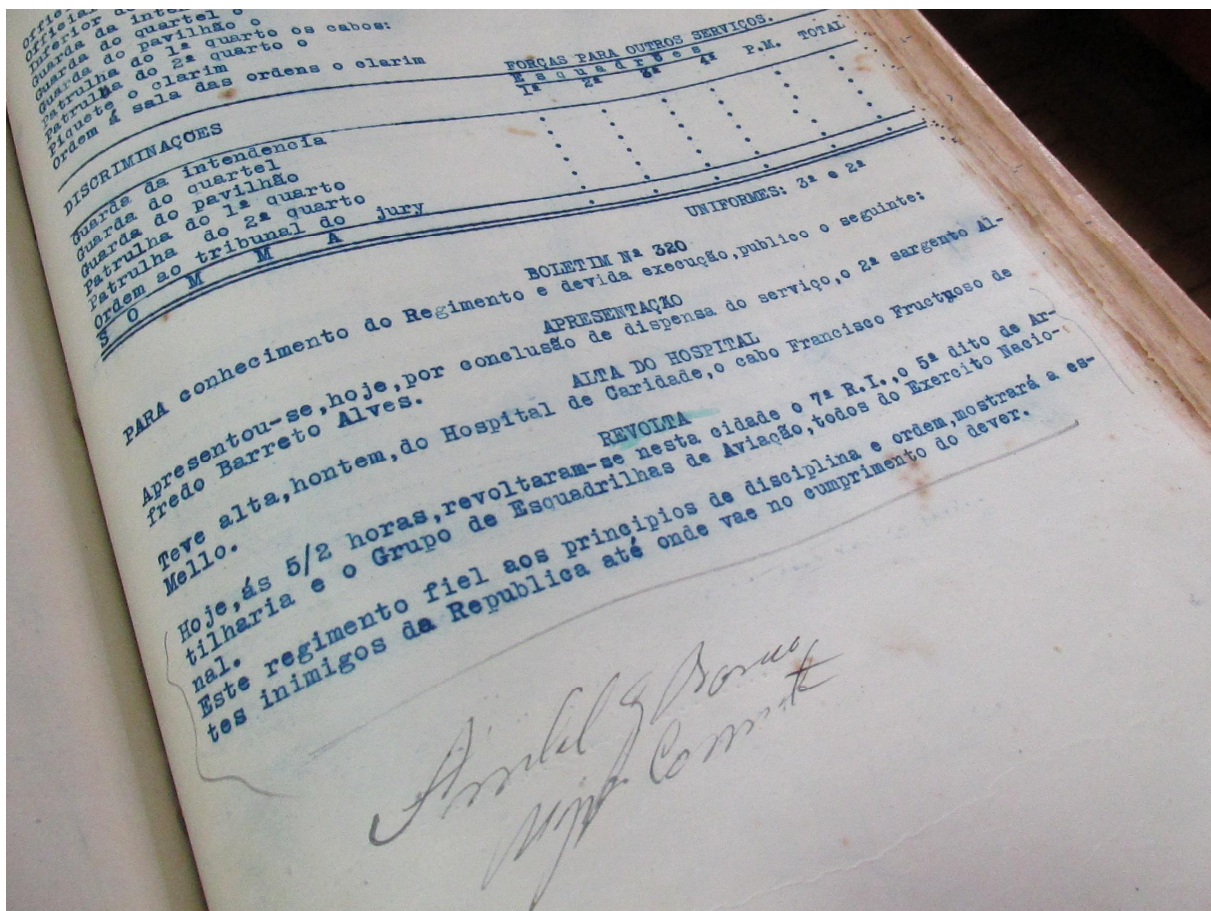
Enquanto os brigadianos se preparavam para rumar até o centro, chegaram ao quartel do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar o tenente-coronel João Moreira César Barroso (comandante interino do 5º R.A.M.) e um grupo de oficiais e praças do Exército que não aderiram ao levante: major Júlio Eraldes de Oliveira, capitães Manoel Grott, Rafael Villeroy França, Tancredo Regis de Alencastre e Pedro Gomes da Silva, primeiros-tenentes Gabriel Ferrugem de Mello Mattos, Milton Torres, Aristeu Catão Mazza e Antônio Fernandes Barbosa, segundos-tenentes Poty de Albuquerque Souto Maior, comissionados Anaurelino Barreto Alves, Antônio Saldanha e Corbiniano Jobim, segundos-sargentos Eulálio Franco da Rosa, Marcos Martins Junior e Vespasiano Cardoso Jobim, e terceiros-sargentos Raul de Andrade Neves e Delicarliense Patrício de Azambuja. Após tomar conhecimento das ordens do comandante interino do 1º R.C., o tenente-coronel Barroso assumiu o comando da praça e incumbiu o major Aníbal Garcia Barão de defendê-la. Quem também se apresentou ao 1º R.C. foi o seu comandante efetivo, o tenente-coronel Cândido Alves de Mesquita, que mesmo licenciado para tratamento de saúde auxiliou no que foi possível (AMARAL, 2007, p. 44; BELTRÃO, 2013, p. 630; LOPES SOBRINHO, 2000, p. 93-98).

Às 7h, as forças da Brigada começaram o deslocamento até o centro da cidade, ao mesmo tempo em que grupos de rebeldes percorriam as ruas centrais, alguns deles a cavalo e exibindo lenços vermelhos. Chegando à Praça Saldanha Marinho, estes se defrontaram com um piquete a cavalo da Brigada Militar, que os fez retroceder até a Praça Saturnino de Brito³⁰ (BELTRÃO, 2013, p. 629; LOPES SOBRINHO, 2000, p. 93). Àquela altura, a notícia da revolta militar se espalhava entre a população, conforme descreve Schiling (1955, p. 24):

³⁰ Então chamada Praça 15 de Novembro, segundo Beltrão (2013, p. 501).

õpelas sete horas da manhã, apareceu em nossa casa o velho carpinteiro Isidoro Antunes com a triste notícia: o 5º R.A.M. e o 7º R.I. haviam-se revoltado e já os primeiros tiros de canhão ecoavam nas ruas centraisö.

Imagem 03 ó Boletim n.º 320 do 1º R.C., de 16/11/1926



Fonte: SANTOS, W. S. dos. **Boletim N.º 320 do 1º Regimento de Cavalaria**. 2014. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Boletim pertencente ao acervo do Centro Histórico Coronel Pillar.

Assim que chegaram ao centro, as forças da Brigada rapidamente guarneceram a Intendência Municipal, prédios de bancos, o Telégrafo Nacional e a Estação Ferroviária (LOPES SOBRINHO, p. 87). Em seguida, os brigadianos formaram uma barreira contra os rebelados, a qual se constituía por uma série de trincheiras da Brigada, estabelecendo uma linha que dividia a cidade ao meio, no sentido norte-sul. Essa linha começava nas proximidades da Estação Ferroviária e seguia até as imediações do Hospital de Caridade, estendendo-se ao longo da Rua Sete de Setembro, da Avenida Rio Branco e da Rua Floriano Peixoto, além de um setor na Rua Gaspar Martins. Havia trincheiras da Brigada nos

cruzamentos dessas vias, e cada trincheira respondia aos seguintes comandos: 1º Ten. Fernando Cândido da Silveira (Rua Sete); 2º Ten. Pompílio Quites, Cap. Jorge Pelegrino Castiglione e 3º Sarg. Édison Ketzler (nos cruzamentos da Avenida Rio Branco com as ruas Vale Machado, Silva Jardim e Andradas, respectivamente); 1º Ten. João Scherer (esquinas da Rua Floriano Peixoto com as ruas Doutor Bozano, Venâncio Aires e Coronel Niederauer); 2º Ten. Serafim Antônio de Souza Filho (cruzamento da Rua Floriano Peixoto com a Avenida Presidente Vargas³¹); Cap. Honório José Telles (Rua Gaspar Martins). Além disso, foi montado o PC (posto de comando) do major Aníbal Garcia Barão, na esquina da Praça Saldanha Marinho com a Rua do Acampamento. Neste momento, as forças rebeladas haviam ocupado mais posições além dos quartéis do 5º Regimento de Artilharia Montada e do 7º Regimento de Infantaria: Potreiro da Felizinha³², encosta paralela à Rua Sete de Setembro, Prado³³ e a frente do cemitério³⁴. Às 7h30min de 16 de novembro de 1926 entrou em ação a artilharia rebelde, iniciando o bombardeio em plena área urbana, respondido pela Brigada Militar ao longo de toda a sua linha de defesa (BELÉM, 2000, p. 283; BELTRÃO, 2013, p. 630; LOPES SOBRINHO, 2000, p. 80-94). Ao longo do combate, o 1º Regimento de Cavalaria manteve contato com o Comando-Geral da Brigada Militar, através de telegramas entre o major Aníbal Garcia Barão e o comandante-geral da Brigada, que determinou o envio de reforços para o 1º R.C. (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 102-103).

Lopes Sobrinho (2000, p. 100-102) informa que os chefes da revolta militar intimaram o Grupo de Esquadrilhas de Aviação a definir de que lado estava no combate, sob ameaça de ser bombardeado pelos rebelados. A intimação era assinada pelos tenentes Alcides Gonçalves Etchegoyen e Heitor Lobato Valle, e provocou a fuga do efetivo do G.E.A., por ordem do comandante daquela unidade militar, major Constantino Martins. Tal decisão do comandante deveu-se ao fato de o G.E.A. estar praticamente desarmado na ocasião, contando somente com dezoito fuzis máuser modelo 95, dois fuzis-metralhadoras de avião (sem munição) e vinte bombas. Estas não poderiam ser usadas porque o Grupo de Esquadrilhas de Aviação estava sem aviões na sede em condições de voo. Outro fator que pesou na decisão foi o temor

³¹ Então Avenida Ipiranga, conforme Beltrão (2013, p. 388), Rechia (1999, p. 101) e mapa de Santa Maria reproduzido por Marchiori e Noal Filho (1997, p. 193).

³² Área de campo que existia entre a atual Escola Cícero Barreto e a antiga linha férrea da fronteira (BELTRÃO, 2013, p. 633; RECHIA, 1999, p. 246).

³³ De acordo com os mapas de Santa Maria de 1902 e da década de 1930, reproduzidos por Marchiori e Noal Filho (1997, p. 84, 193), o Prado localizava-se na área atualmente delimitada pelas avenidas Presidente Vargas e Liberdade, e pelas ruas Appel e Tuiuti.

³⁴ Conforme descrição feita por Aníbal Garcia Barão em relatório transcrito por Lopes Sobrinho (2000, p. 93), sem especificar qual cemitério. Possivelmente era o Cemitério Municipal, devido à sua proximidade com o antigo Prado, um dos pontos ocupados pelos revoltosos. A localização dessas áreas consta nos mapas de Santa Maria de 1902 e da década de 1930, reproduzidos por Marchiori e Noal Filho (1997, p. 84, 193).

do major Constantino Martins de possíveis adesões de seus subordinados ao levante. Como o G.E.A. prosseguia de sobreaviso, estavam naquela unidade apenas os praças de serviço e aqueles que moravam nas instalações do Parque de Aviação; os demais praças e oficiais encontravam-se na cidade com seus familiares. Diante das circunstâncias, o major Constantino Martins julgou não haver condições de reação em caso de ataque. Assim, o efetivo de quarenta homens abandonou a sede do G.E.A. e marchou cinco léguas, percorrendo trilhas no campo e pernoitando nas imediações do Passo do Pau a Pique. No dia seguinte, o efetivo chegou à Estação Colônia, em Camobi, e informou os acontecimentos ao comando da 3ª Região Militar, solicitando ordens para algum novo procedimento. Contrariando a informação do Boletim n.º 320 do 1º R.C. citado anteriormente, a narrativa de Lopes Sobrinho (2000, p. 90) mostra que o G.E.A. não participou da revolta, embora o autor ressalve que alguns de seus integrantes possam tê-lo feito.

A batalha motivou adesões de civis tanto do lado dos rebelados como do lado da Brigada Militar, também auxiliada por militares do Exército contrários ao levante. Beltrão (2013, p. 630) mostra que havia uma desproporção entre os lados oponentes no combate: o 1º Regimento de Cavalaria da Brigada contava naquele momento com um efetivo de 306 homens, dos quais duzentos entraram em combate (os demais ficaram incumbidos de serviços auxiliares), enquanto os revoltosos eram em torno de setecentos a oitocentos homens, e possuíam doze canhões. Destes, apenas cinco entraram em ação, porque os demais foram inutilizados por sargentos que não aderiram à revolta (BELTRÃO, 2013, p. 630).

Às 9 horas da manhã de 16 de novembro de 1926, os rebeldes tentaram furar o bloqueio no flanco esquerdo da linha de defesa da Brigada Militar, no que foram impedidos pela chegada do esquadrão do capitão Telles. Nova tentativa foi realizada pelos revoltosos, dessa vez no flanco direito da linha de defesa, levando o major Aníbal Garcia Barão a ordenar que o pelotão do tenente Fernando se deslocasse para a Rua Sete de Setembro (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 94). Ainda às 9 horas da manhã, os alunos internos do Ginásio Santa Maria foram reunidos num dos pátios daquele estabelecimento, conforme registra Norberto (1950, p. 248). De acordo com este autor, os alunos foram para o pátio da Divisão São João³⁵ receber do padre Frederico (capelão do Ginásio) absolvição geral. Quase trezentas pessoas estavam ajoelhadas durante o ato quando, a poucos metros de distância, explodiram duas granadas, de acordo com Norberto (1950, p. 248). Contudo, ninguém se amedrontou, nem

³⁵ De acordo com Hahn (2013, p. 50), os alunos internos do então Ginásio Santa Maria eram divididos por categorias, chamadas de divisões. Havia uma divisão para os alunos menores, outra para os médios e uma terceira para os maiores. Cada pátio do Ginásio era destinado para uma divisão específica.

houve quem, antes de terminado o ato de absolvição, levantasse a cabeça sequer!ö (NORBERTO, 1950, p. 248). Porém, a Brigada Militar alertava os civis para se protegerem, como demonstram as recordações de Agueda Brazzale Leal e Nena Salles:

Agueda estava com 13 anos e lembra bem desse dia. Ela conta que, assustados com tudo o que se passava, por recomendação da Brigada, foram para o porão da casa de dona **Tudinha Benincá**, irmã do professor **Fontoura Ilha**. A amiga de infância **Nena Salles**, moradora da casa, acrescenta que ãenquanto o nono contava histórias para as crianças, as balas iam passando por cimaõ. (FERNANDES, 2011, p. 38, grifos da autora).

Durante o combate, os serviços de reabastecimento e remuniamento da Brigada Militar estavam sob a responsabilidade do capitão fiscal Felipe Pedro Barcellos, do 1º tenente Orcácio Alves Machado e dos segundos-tenentes Vicente Alves da Silva e Fernando Hoffmeister. Já o serviço de ligação era realizado entre o comando da Brigada e a tropa por gente a cavalo, e entre os combatentes por gente a pé. Por sua vez, o serviço de saúde era realizado pelos médicos civis Amauri Lenz, Astrogildo César de Azevedo, Francisco Mariano da Rocha e Severo Evaristo do Amaral, juntamente com dois médicos militares: o major Valente Ribeiro e os primeiros-tenentes Armínio Elejalde e Celestino Prunes. Os atendimentos ocorriam no Hospital de Caridade. Os brigadianos ainda tinham ajuda dos seguintes militares do Exército: tenentes Poty Souto Maior (do 5º R.A.M.) e Manoel José da Silva (do 7º R.I.), 2º sargento João Adolfo Hausen (do 7º R.I.) e soldado José Corrêa (do 5º R.A.M.). A organização das forças da Brigada incluiu o estabelecimento de observatórios em diferentes locais da cidade, possibilitando determinar o movimento dos revoltosos (BELTRÃO, 2013, p. 634; LOPES SOBRINHO, 2000, p. 97-98).

Lopes Sobrinho (2000, p. 133-166) mostra o ponto de vista dos líderes da revolta militar e o que eles alegavam pretender, através dos relatos dos primeiros-tenentes Heitor Lobato Valle e Alcides Gonçalves Etchegoyen. Redigidos por eles em janeiro de 1927 e publicados ainda naquele ano pelo jornal *Libertador*, de Pelotas (RS), os relatos apontam que a intenção original dos rebelados era evitar o combate na área urbana de Santa Maria, sendo por isso planejado o bombardeio exclusivo do quartel do 1º R.C. da Brigada Militar. O plano original teria sido abandonado quando o levante foi denunciado à Brigada e esta acabou formando a linha de defesa no centro da cidade. Ainda segundo os mesmos relatos, os revoltosos teriam tentado em vão atrair os brigadianos para combater na região do Prado, distante do centro. Mas como a Brigada permanecia nas mesmas posições, os rebeldes optaram realizar tiro direto sobre os pontos de onde eram mais atacados pelos brigadianos. A

outra possibilidade seria arrasar a cidade por meio de bombardeio, o que teria sido descartado pelas forças rebeladas, segundo o relato de Alcides Etchegoyen. De acordo com o relato de Heitor Lobato Valle, não era objetivo dos revoltosos sacrificar a população santa-mariense.

Por outro lado, Beltrão (2013, p. 631) afirma que os rebelados ainda queriam atingir o quartel do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, com disparos de canhão (efetuados à frente do 5º R.A.M., à frente e ao lado do 7º R.I. e junto à Igreja do Rosário, na Rua Silva Jardim). Porém, não teriam conseguido bombardear o 1º R.C. por causa do mau tempo reinante, com céu nublado, garoa intermitente e frio. Em compensação, conforme dados de Belém (2000, p. 284) e Beltrão (2013, p. 634-635), vários prédios e residências terminaram atingidos pela artilharia das forças rebeladas, contando-se em torno de 66 edificações danificadas por granadas. Incluem-se na lista de construções atingidas o Clube Caixeiral, o Colégio Elementar, a Agência Ford, o Ginásio Santa Maria (repleto de alunos internos), o Seminário São José³⁶ (também com internos) e as residências de Astrogildo de Azevedo³⁷, Domingos Pinto, Francisco Mariano da Rocha, João Appel Primo, Ulisses Pena, dentre outras. O jornal *Correio da Serra* descreve os estragos causados em diversos locais da cidade, conforme os seguintes trechos de reportagem da edição de 21/11/1926:

[...] O magnífico palacete do Clube Caixeiral situado na primeira quadra da Rua do Acampamento, foi atingido por 3 granadas que causaram-lhe danos consideráveis.

Ao lado, no luxuoso palacete do Dr. Astrogildo César de Azevedo, caíram 3 projetis de grosso calibre, sendo um na casa de residência da família, o qual explodiu, danificando móveis, e os dois últimos na garagem.

Na mesma rua [Acampamento], a Administração dos Correios recebeu uma granada que perfurou uma parede, penetrando no interior do prédio, onde explodiu. Não houve perdas de vida por não se acharem ali os respectivos funcionários. [...]

O palacete do Cel. Quinca de Lima, ocupado pela Companhia Construtora de Santos, foi arrombado e destelhado pelas forças governistas que dele fizeram trincheira.

O Palácio do Bispado foi alcançado por uma bala de artilharia, que explodiu na casinha.

Na Rua Floriano Peixoto há inúmeros prédios atingidos por balas de metralhadoras. Os canhões alcançaram nessa rua as casas de residência dos Srs. Artur Chelini, caixeiro-viajante; Florindo Nerva, caixeiro-viajante; o antigo edifício do Clube Caixeiral; o sobrado do Sr. Júlio Marques da Costa teve o teto alcançado por uma granada, que explodiu. O importantíssimo edifício do Ginásio Santa Maria, recebeu 8 balas de canhão, sendo 5 no corpo central do edifício e 3 no pátio, sem que nenhuma explodisse. Um dos projetis atravessou 4 paredes das salas de aulas, indo alojar-se intacta na cama de um dos estudantes. No interior do Ginásio, foram levemente feridos por estilhaços os alunos Marinho Prates e Dorvalino Souza³⁸. [...]

³⁶ Então localizado na Rua Gaspar Martins, n.º 631, onde hoje é a Avenida Nossa Senhora Medianeira. O prédio do seminário ficava no terreno arborizado junto à atual Basílica da Medianeira (BEBER, 1998, p. 19; MARCHIORI; NOAL FILHO, 2008, p. 156).

³⁷ Inaugurada em 1913, a antiga residência de Astrogildo de Azevedo hoje abriga o Museu Gama D'Æça da Universidade Federal de Santa Maria (MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p. 156).

³⁸ Identificado como Dorvalino de Sousa por Norberto (1950, p. 248).

Na Rua do Comércio³⁹, o sobrado do Sr. Antônio Alves Ramos, foi alcançado por uma granada que atravessou diversas paredes da casa da família, vindo explodir na parte da esquina, onde estiveram instalados os Bancos Pelotense e Popular; a Agência Ford, recebeu 2 balas de canhão que derrubaram um grande trecho da parede de frente, danificando 2 automóveis; o palacete do Sr. Rodolfo Bidone, teve a caixa d'água perfurada. A casa de residência do Dr. Eduardo Emiliano Pereira dos Santos, recebeu uma granada que não explodiu.

Na Rua Cel. Niederauer, a casa do Sr. Gregoriano Machado teve a parte assobradada atingida por uma granada que inutilizou todos os móveis; o Colégio Elementar recebeu uma granada que perfurou uma parede sem maiores consequências.

Ainda na Rua do Acampamento, uma granada bateu na casa ocupada pelo Sr. José Moro, recolchetando [ricocheteando] e vindo parar na calçada do Correio da Serra, sem explodir; no Colégio Centenário caíram 3 granadas, sem produzir, felizmente, maiores danos.

A Avenida Ipiranga foi a rua que mais sofreu com o bombardeio. A casa de residência do capitão Felipe, propriedade do Dr. Mario Guimarães, recebeu duas granadas, que destelharam-na completamente, derruindo uma parte da frente; o Hospital de Caridade, em cuja frente estava entrincheirada uma força da Brigada, recebeu grande número de projetis; a casa ocupada pelo caixeiro-viajante Sr. Antônio Basso, sofreu de modo horrível, ficando esvaquiada por milhares de projetis, sendo que uma granada perfurou uma parede, explodindo na sala e inutilizando todos os móveis que a guarneciam, ficando o prédio quase completamente destruído; a casa do Sr. Maximiliano Danezi, foi atingida por muitos projetis; a de propriedade do Sr. Homero Beltrão recebeu uma granada que causou prejuízos avultados.

A casa do Sr. Domingos Pinto, na esquina da Rua Cel. Niederauer e Praça do Mercado⁴⁰, recebeu uma granada, que não causou danos.

A casa da família do Sr. Eugenio Kappel, na Rua do Comércio, foi também atingida por uma granada, sem maiores consequências.

Na casa de residência do venerando [...] Sr. João Appel Primo, uma granada penetrou no quarto de dormir, explodindo sobre a própria cama, poucos minutos após S. Sa. haver saído daquele aposento. [...] (DOZE CANHÕES..., 1926, p. 4).

Segundo Beltrão (2013, p. 635), ainda foi danificada por granadas a chaminé da Usina Elétrica de Santa Maria⁴¹, deixando a cidade sem luz por três dias. Conforme reportagem do *Correio da Serra* de 21/11/26 (Imagem 04), o blecaute começou durante a noite de terça para quarta-feira⁴², ãem consequência da ação destruidora dos canhões e das metralhadoras, que picaram, pode-se dizer, centenas de cabos condutores de energia elétrica e de fios telefônicos (HORAS..., 1926, p. 1). A mesma reportagem informa que a iluminação noturna de Santa Maria passou a vir da cortina de fogo proveniente das granadas, dos obuses e da fuzilaria, e que a cidade ficou sem fornecimento de carne e pão durante dois dias, uma vez que os fornecedores não podiam transitar pelas ruas em meio às balas, sem contar a paralisação dos matadouros e dos serviços de abastecimento em geral (HORAS..., 1926, p. 1).

³⁹ Atual Rua Doutor Bozano, nome daquele logradouro desde 30/12/1924, de acordo com Beltrão (2013, p. 621).

⁴⁰ Praça do Mercado foi o nome do local até 1913, quando passou a se chamar Praça 15 de Novembro, nome este alterado em 1931 para Praça Saturnino de Brito, de acordo com Beltrão (2013, p. 501).

⁴¹ Então operada pela Companhia Santa-Mariense de Luz Elétrica, a usina funcionava na Rua Venâncio Aires, no trecho entre as ruas Serafim Valandro e Duque de Caxias (BEBER, 1998, p. 88-89; MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p. 148).

⁴² Ou seja, foi durante a noite de 16 para 17 de novembro de 1926.



Fonte: SANTOS, W. S. dos. Capa do jornal Correio da Serra de 21/11/1926. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Jornal pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Segundo Belém (2000, p. 284), Beltrão (2013, p. 633-634) e Lopes Sobrinho (2000, p. 82-83), foram registradas mortes de militares, brigadianos e civis, além dos feridos. Do 1º R.C., morreram no combate os soldados-músicos Irineu José Tavares de Sousa e Alziro Viaux, e dias depois o também soldado-músico Osvaldo Ferreira Xavier, devido a um ferimento. Dentre os revoltosos, cinco morreram durante a luta: o soldado Aldo ou Alcides Gomes⁴³ (do 5º R.A.M.), três soldados de identidade desconhecida (um dos quais encontrado no Potreiro da Felizinha três dias após a batalha, em estado de decomposição) e o civil Aristides Fagundes (morto na esquina das ruas Serafim Valandro e Tuiuti, ao tentar alvejar um brigadiano que levava um companheiro ferido). Seu nome foi divulgado erroneamente pelo jornal *Correio da Serra* como Aristeu Fontoura, na lista de vítimas da batalha publicada na edição de 21/11/26 (HORAS..., 1926, p. 1), onde também foi identificado como ex-comandante da polícia do Dr. Ribeiro Tacques⁴⁴, que com muitos outros partidários deste haviam aderido à revolta (HORAS..., 1926, p. 1). O equívoco foi corrigido na edição de 23/11/1926 do *Correio da Serra*, em nota repleta de impropérios:

Por engano de informação, dissemos em o último número desta folha que Aristeu Fontoura, ex-comandante da extinta e vandálica polícia do governicho do Dr. Ribeiro Tacques, morrera quando combatia ao lado das forças federais sublevadas nesta cidade.

Confirmando a morte, temos a retificar o nome, pois aquele bandido não chamava-se Aristeu Fontoura e sim ó Aristides Fagundes.

O senhor Aristeu Fontoura esteve ontem nesta redação solicitando-nos a retificação da referida notícia, pois está vivo e são, não tomou parte no movimento revolucionário e de modo algum quer passar por aquele indesejável defunto. (NOME..., 1926, p. 1).

Em outra nota da mesma edição, o *Correio da Serra* se referiu novamente a Fagundes: «Sabem os leitores da morte em combate do conhecido gatuno e facínora Aristides Fagundes, ex-comandante da polícia tacquista (A MORTE..., 1926, p. 1). E continuava na contracapa:

Pessoas que o viram durante a revolta, bêbado numa taberna, informam-nos haver ele declarado a muitas pessoas que aderira à revolta para vingar-se de Santa Maria e em que a noite de terça-feira, após a tomada da cidade, praticaria aqui uma série de crimes, como saques, degolamentos e defloramentos.

A diversas famílias que em fuga passaram pelo local, Aristides dirigiu os mais pesados insultos, declarando em altos brados que à noite as procuraria para nelas saciar os seus instintos bestiais.

Felizmente, a Providência Divina salvou Santa Maria da ação negregada do monstro morto. (A MORTE..., 1926, p. 4).

⁴³ Conforme Beltrão (2013, p. 633), sem estabelecer qual dos nomes é o correto: Aldo ou Alcides.

⁴⁴ Ex-intendente de Santa Maria, cujo mandato foi cassado em setembro de 1926. Em seu lugar, assumiu o vice-intendente Fortunato Loureiro, no dia 13/09/1926, conforme Beltrão (2013, p. 626-627).

Outro rebelado morreu no Hospital Militar da Guarnição⁴⁵, segundo Beltrão (2013, p. 633): o cabo corneteiro do 5º R.A.M. José Francisco Alves. Ao mesmo tempo, a batalha vitimava alguns civis, dentre os quais Mario Druck, funcionário da Tesouraria Municipal, morto na esquina da Avenida Rio Branco com a Rua Silva Jardim, ao levar um tiro na testa enquanto distribuía alimentos aos soldados, ainda conforme Beltrão (2013, p. 634). O noticiário do jornal *O Castilista* de 27/11/1926 aponta que Mario Druck (intitulado òcapitãoo pela reportagem) foi atingido quando a fuzilaria assumira intensas proporções, recebendo uma rajada quando estava praticamente òa peito descoberto em frente do inimigoö (VÁRIAS, p. 2, 1926). De acordo com o jornal *Correio da Serra*, as chaves dos cofres municipais foram tomadas do bolso de Mario Druck, assim que morreu, pelo seu irmão Carlos Batista Druck, ex-subintendente de Silveira Martins. Porém, Carlos foi intimado a entregar as chaves pelo vice-intendente em exercício de Santa Maria, coronel Fortunato Loureiro. Por se negar a entregá-las, Carlos Druck foi desarmado e preso por ordem do vice-intendente, sendo as chaves tomadas e usadas para abrir o cofre, onde foram localizados vales assinados pelo próprio Carlos Druck, no valor de quatorze contos de réis (ESCÂNDALO..., 1926, p. 4).

Beltrão (2013, p. 634) segue narrando que o menino José Horwath, de oito anos, morreu esmagado por um muro derrubado por granada na Rua Floriano Peixoto, no trecho entre as ruas Daudt e Vale Machado; algumas quadras adiante, na esquina das ruas Doutor Bozano e Floriano Peixoto, o mecânico Carlos Bartolomeu foi morto ao tentar chegar à sua casa, localizada na Rua Doutor Bozano; e por fim, a menor Maria da Conceição Oliveira, òfilha de Marcírio Oliveira, morta de comoção ao ver seu pai feridoö (BELTRÃO, 2013, p. 634). A edição de 21/11/1926 do jornal *Correio da Serra* (HORAS..., 1926, p. 1) chegou a incluir Armando Lopes na lista de mortos, mas fora um engano. Segundo Lopes Sobrinho (2000, p. 85-86), filho de Armando Lopes, este saíra de casa no dia da revolta militar e desapareceu. Porém, mais tarde se descobriu que ele saíra da cidade. Armando faleceria realmente em 1960 (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 215).

Situações arriscadas provocadas pelo combate sucediam-se em diferentes pontos da cidade: no Hospital de Caridade, as balas atingiam as salas onde os médicos trabalhavam, enquanto no Hospital Militar da Guarnição o médico e 1º tenente Romeu Borba, junto com o veterinário e 2º tenente João Lemos, mais enfermeiros, eram mantidos sob vigilância armada enquanto atendiam os revoltosos; na Rua Doutor Bozano, uma bala partiu a mamadeira que uma senhora estava dando a uma criança; no Ginásio Santa Maria, uma granada cortou os pés

⁴⁵ Atual Hospital de Guarnição de Santa Maria (ABREU, J. P. de, 1958, p. 194; COMANDO DA 3ª REGIÃO MILITAR, 2015).

de um banco onde estavam sentados os alunos Mário Cavalcanti, Olavo Antunes de Oliveira e Manuel Terra, feridos pelos estilhaços resultantes (BELTRÃO, 2013, p. 634-635). De acordo com Norberto (1950, p. 248), este incidente aconteceu nas primeiras horas da tarde, sendo os alunos feridos removidos de ambulância para o Hospital de Caridade, onde foram õprestes atendidos e postos fora de perigoö (NORBERTO, 1950, p. 248). Entretanto, o prédio e os alunos do Ginásio Santa Maria prosseguiram em situação de risco:

Pouco depois, um obus explodia no refeitório dos alunos, perfurando uma parede de 70 cm, danificando 3 armários e 2 mesas, cortando 2 pés da cadeira em que sentava Genésio Mota, derrubando Dorvalino de Sousa, que ficou contuso no pé, e atingindo, ainda, a parede oposta. Outro obus rasgou telhas de zinco na área coberta dos médios; outro atravessou todo o corredor da entrada dos alunos e, abrindo um rombo na fachada do Ginásio, foi alojar-se na atual Faculdade de Farmácia. Outro mais acertou no paredão do pátio dos médios sumindo-se no solo. Ao todo, caíram 8 obuses no estabelecimento. (NORBERTO, 1950, p. 248).

Conforme Beltrão (2013, p. 631), escapou de ser atingido pelo fogo rebelde o 1º tenente João Scherer, ao sair da sua trincheira assim que viu o clarão dos disparos de um canhão. Mas alguns dos 22 homens por ele comandados acabaram feridos por estilhaços de granada. Um deles foi o soldado metralhador Baldomero Lemos, que precisou abandonar o combate e cuja metralhadora passou a ser empunhada pelo 1º tenente Scherer, ainda segundo a narrativa de Beltrão (2013, p. 631).

Durante o combate, um colaborador dos jornais *Correio da Serra* e *Diário do Interior*, chamado Edmundo⁴⁶, estava passando por uma trincheira da Brigada Militar, na Rua Silva Jardim, quando foi chamado pelo subintendente de São Martinho. Tratava-se do subintendente Marafiga⁴⁷, encarregado pelo coronel Fortunato Loureiro de auxiliar a Brigada Militar naquela trincheira. Porém, Marafiga entregou sua carabina ao referido Edmundo, informando que já retornaria, e não mais voltou. Ao narrar este fato, a edição de 25/11/1926 do jornal *Correio da Serra* (OS HERÓIS..., 1926, p. 1) informou ter o colaborador Edmundo ficado na trincheira o dia todo e parte da noite, disparando mais de dez tiros. A narrativa descreve que o ðórgão governistaö⁴⁸ (OS HERÓIS..., 1926, p. 1) nada comentou a respeito, indignando Edmundo:

⁴⁶ O *Correio da Serra* não informa o nome completo desse colaborador, mas conforme o referido jornal, Edmundo colaborava inicialmente para o *Diário do Interior*, e depois se ofereceu para ser colaborador do *Correio da Serra* (QUAL..., 1926, p. 4).

⁴⁷ O *Correio da Serra* também não informa o nome completo do subintendente de São Martinho.

⁴⁸ Era como o *Correio da Serra* chamava o *Diário do Interior* (QUE..., 1926, p. 2).

E para que o seu nome glorioso não fosse atirado à vala comum do olvido e das ingratidões humanas, o Edmundo escreveu a um diário, pedindo-lhe em seu nome agradecesse a imaginárias famílias que lhe mandaram alimentos durante as horas de combate. (OS HERÓIS..., 1926, p. 1).

Segundo o Relatório Oficial do comandante do 1º R.C., publicado no Boletim do Comando-Geral da Brigada Militar em 31/01/1927 e transcrito por Lopes Sobrinho (2000, p. 91-99), as forças locais da Brigada Militar receberam o reforço do Esquadrão Auxiliar de Cachoeira do Sul, que desembarcou na Estação Ferroviária de Santa Maria às 18h de 16/11/1926. O desembarque ocorreu no momento em que a Estação recebia um forte ataque rebelde, conforme Lopes Sobrinho (2000, p. 88). Ainda segundo o referido Relatório Oficial do comandante do 1º R.C., vieram 66 praças e três oficiais: o capitão e comandante Luiz Nery Pereira, o 1º tenente Bento Alves Coelho e o 2º tenente Ranulfo Carneiro. Acompanhando o esquadrão, veio também o 2º sargento dos serviços auxiliares Cincinato Nunes de Freitas. Um pelotão do Esquadrão Auxiliar reforçou o flanco direito da linha de defesa da Brigada, na Rua Sete de Setembro, ajudando na proteção da Estação Ferroviária, sendo os demais integrantes distribuídos ao longo de outros pontos da linha (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 96).

O desembarque do reforço de Cachoeira foi noticiado ao 1º tenente Alcides Etchegoyen, junto com a informação de novos reforços aguardados pela Brigada Militar procedentes da serra, de São Gabriel e de São Leopoldo. Ao mesmo tempo, Alcides soube que aliados civis deixaram de cumprir sua missão no levante, ao não destruírem as comunicações elétricas e ferroviárias. Além de narrar tais informações relativas ao cenário da batalha, o relato do próprio Alcides publicado pelo jornal *Libertador*, em 1927, mostra que os rebeldes poderiam ficar cercados após a vinda dos reforços da Brigada. E segue narrando a retirada dos revoltosos, iniciada às 21 horas de 16/11/1926, mas que prosseguiu até o dia seguinte, porque um sargento teria deixado de avisar alguns dos rebeldes acerca desse procedimento (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 149-150). De acordo com relato do 1º tenente Heitor Lobato Valle, também publicado em 1927 pelo mesmo jornal, tratava-se do 3º sargento Brasileiro de Araújo, cuja falha na missão poderia ter sido motivada por morte, covardia ou traição. Embora fosse incerto o motivo da falha, Heitor Valle garantia que ela provocara a demora na retirada de algumas frações das forças rebeldes, dando a impressão de ter havido precipitação na saída dos revoltosos (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 136). Talvez por esse motivo, o relato de algumas testemunhas, descrito posteriormente pelo coronel Enéas Pompílio Pires, informe que os rebelados teriam começado a se retirar de Santa Maria à meia-noite de 16 para 17 de novembro de 1926 (BELTRÃO, 2013, p. 631).

Conforme a narrativa de Amaral (2007, p. 70), durante a retirada, os revoltosos libertaram o soldado Oscar dos Santos Moraes, então preso no 5º R.A.M. aguardando processo. Apesar de sua própria situação, o referido soldado negou-se a seguir com os rebelados, os quais saquearam o quartel do 5º R.A.M. antes de partirem. Dentro de suas possibilidades, Oscar recuperou parte do material bélico e demais objetos saqueados, para depois se dirigir a Cruz Alta, onde se apresentou à 3ª Brigada de Artilharia. Tempos depois, em 15 de janeiro de 1927, o soldado foi elogiado por sua atitude pelo comandante daquela Brigada, coronel Simeão Pereira Reis.

Situação diversa viveu o 3º sargento João Paim Maciel, que durante a retirada dos contingentes rebelados de Santa Maria foi obrigado a partir com eles. Porém, conseguiu enganar os revoltosos no Passo do Camisão em 19 de novembro de 1926, quando fugiu e se escondeu no mato. Somente em 6 de janeiro de 1927 conseguiria se reapresentar ao 5º R.A.M., portando um ofício do comandante da 3ª Brigada de Cavalaria, segundo Amaral (2007, p. 70-71).

De acordo com a descrição do coronel Enéas Pompílio Pires, transcrita por Beltrão (2013, p. 631), enquanto os rebeldes abandonavam Santa Maria, a partir da meia-noite de 16 para 17 de novembro de 1926 foi intensificado o fogo de artilharia sobre a cidade, com três canhões disparando ininterruptamente. Enquanto Santa Maria era varrida pelas balas das metralhadoras, por granadas e por tiros de canhão, parte da população fugiu da cidade, devido a boatos de que a zona urbana seria arrasada, devendo os civis abandoná-la. Beltrão (2013, p. 631) vivenciou aquela situação: seu pai recebeu um aviso de que deveria abandonar a própria casa, localizada na Avenida Rio Branco, no trecho entre as ruas Silva Jardim e dos Andradas. Porém, negou-se a fazê-lo, afirmando que não entregaria sua família à escuridão e às balas. Então, ôfz-nos descer ao porão, onde, protegidos por colchões ficamos aguardando o fim. Lembro-me muito bem das chispas de fogo que as balas traçavam naquela noite de horroresô (BELTRÃO, 2013, p. 631).

A narrativa de Beltrão (2013, p. 631) mostra a precariedade das condições de fuga de quem preferiu deixar a cidade, relatando que homens, mulheres e crianças fugiram a pé e em carroças, levando os doentes em macas improvisadas e arriscando-se a passar pelas ruas em meio aos projéteis, ao frio e à garoa. Por segurança, a retirada de civis foi supervisionada pelo 2º tenente Noêmio Ferraz. Ao mesmo tempo, outros procuravam convencer as pessoas a não fugirem, a exemplo do 1º tenente Scherer, o qual interpelou os professores do Ginásio Santa Maria no momento em que um grupo de alunos internos estava deixando o local: Scherer convenceu os professores sobre o perigo de expor os alunos às balas que cortavam as ruas,

conforme Beltrão (2013, p. 631). Mesmo assim, Norberto (1950, p. 248) descreve a tensão de todos aqueles que pernотaram no Ginásio Santa Maria, onde mais de 250 alunos tiveram de dormir em colchões estendidos no chão das salas de aula, enquanto o combate prosseguia noite adentro. Na ocasião, òrezou-se bastante e com singular fervor; depois do que... velas apagadas e durma quem puder!ö (NORBERTO, 1950, p. 248). Contudo, as horas avançavam e o Ginásio continuava sendo atingido:

Ora, no salão de festas, alta noite, um dos meninos, Júlio Machado, estava irrequieto, choramingava, não estava bem naquele lugar, queria mudar para outro ponto, etc. Tanto insistiu que o Ir. Teobaldo se levantou e arrastou o colchão do guri para mais adiante um bocado. Proteção divina! Momentos após um obus perfurante penetra no salão pela parede do palco, esparrama calíça por toda parte, destroça um armário-biblioteca e vai picar no lugar, há pouco ainda ocupado pelo menino; novamente levanta e prossegue danificando vários tabiques envidraçados, quadros e pendentés da luz; finalmente, cai ao solo na última sala de aula sem explodir. Foi uma verdadeira graça do Céu e favor de Sta. Teresinha, pois, ali estavam a descansar de 90 para 100 alunos. (NORBERTO, 1950, p. 248-249).

Reportagem de 21/11/1926 do *Correio da Serra* informa que a população aterrorizada se abrigava onde podia, como nos porões, nas adegas e nas ruas mais afastadas (HORAS..., 1926, p. 1). Schiling (1955, p. 24) foi um dos que permaneceram em casa, e descreve a tensão daquela noite: òNão se podia dormir com aquela barulheira infernal, tão diferente da sinfonia heroica de Beethoven. Além do barulho, que não permitia a ninguém conciliar o sono, havia a possibilidade de um canhão acertar em nossa casa, como acertou em outrasö.

A mesma reportagem de 21/11/1926 do *Correio da Serra* (HORAS..., 1926, p. 1) descreve as dificuldades vividas também por quem fugiu da cidade. Conforme o jornal, algumas pessoas se deslocaram de seis a oito léguas a pé, algumas chegando a diferentes municípios e outras passando a noite de quarta para quinta-feira⁴⁹ em matos próximos a Santa Maria, expostas à chuva e passando fome, por não terem conseguido levar alimentos na fuga (HORAS..., 1926, p. 1). O *Correio da Serra* também afirma terem ocorrido muitos partos ao longo da batalha, inclusive nos matos onde se refugiaram famílias com mulheres grávidas (FILHOS..., 1926, p. 4).

Após quase 24 horas de bombardeio promovido pelos rebelados, alguns deles ainda estavam abandonando a cidade, na madrugada de 17/11/1926:

Pelas quatro da madrugada de 17, recebeu o Maj. Barão notícia de que algo estava acontecendo no lado rebelde. Então fez avançar os setores das Ruas 7, Vale Machado e Silva Jardim em direção do quartel do 5º, enquanto o Ten. Scherer

⁴⁹ Noite de 17 para 18 de novembro de 1926, portanto.

avançava cautelosamente pela Venâncio Aires. As vias de acesso ao quartel da Brigada foram fortemente guarnecidas, por temer o Maj. Barão algum movimento envolvente por parte dos rebeldes. O flanco norte [da Brigada] chegou a entrar no quartel do 5º, que encontrou abandonado, em total desordem, mas logo o evacuou, temendo uma emboscada. Às 5 horas, mais ou menos, recebeu o Cel. Enéas recado de um dos oficiais presos no quartel do 7º dizendo que estava abandonado, os rebeldes já retirados e pedindo que fossem abrir os xadrezes, porque os retirantes haviam levado as chaves. O Maj. Abbott foi até o 7º, fez arrombar os xadrezes e soltou os prisioneiros, enquanto o Cel. Enéas procurava um meio de entrar em contato com os defensores da cidade. Fez seguir seu ajudante de ordens, Ten. Aníbal Napoleão, com ele preso, pela Rua Cel. Niederauer, empunhando bandeira branca, mas só pôde andar duas quadras, porque recebeu uma descarga, dizem que partida de um grupo remanescente de rebeldes, e teve de abrigar-se numa casa, donde voltou ao quartel-general pulando cercas e muros de quintais. Em face do malogro desta tentativa, fez hastear bandeiras brancas no quartel do 7º e no Q.G. e conseguiu manter contato com o Maj. Barão, pedindo que o fossem buscar. Numa ambulância do Hospital de Caridade, o delegado de polícia Adolfo Hausen chegava ao Q.G. juntamente com a gente do Ten. Scherer, que pela Rua Venâncio Aires, atingia a frente do quartel do 7º. (BELTRÃO, 2013, p. 632).

Durante o avanço dos brigadianos em direção às posições inimigas, foi encontrado só um foco de resistência diante do esquadrão Pelegrino, na Vila Brasil⁵⁰, embora sem impedir a Brigada Militar de chegar aos quartéis do Exército, afirma Lopes Sobrinho (2000, p. 95-96). De acordo com o Relatório Oficial do major Aníbal Garcia Barão, publicado no Boletim do Comando-Geral da Brigada Militar em 31/01/1927, depois de confirmada a retirada completa dos revoltosos, os quartéis do 5º R.A.M. e do 7º R.I. ficaram guarnecidos pela Brigada (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 91-96).

Com a retirada dos rebeldes, o coronel Enéas Pompílio Pires assumiu o comando da Guarnição Federal (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 89) e se dirigiu ao PC do major Aníbal Garcia Barão, onde desembarcou às 9h, confirmando a retirada dos revoltosos (BELTRÃO, 2013, p. 632). Belém (2000, p. 284) informa que, ao fim da batalha, as ruas foram tomadas de gente, e muitos se dirigiram ao Hospital de Caridade, para onde foram levados os mortos e feridos. No total, a Brigada Militar teve dezessete baixas, com três mortos e quatorze feridos. Por outro lado, os rebeldes tiveram 28 baixas, com seis mortos e 22 feridos. E dentre os civis, houve quatro mortos e doze feridos (BELÉM, 2000, p. 284; BELTRÃO, 2013, p. 633-634).

Já conhecidos os nomes das vítimas fatais, a relação nominal de feridos é a seguinte: da Brigada Militar, feridos gravemente o 2º tenente Serafim Antônio de Souza Filho, 2º sargento Gomercindo Gaspar de Oliveira e soldados Oswaldo Ferreira Xavier (falecido posteriormente, em 20/11/26) e Juvêncio Guimarães, e feridos levemente o 2º sargento Aureliano de Siqueira Gomes, cabo Baldomero de Lemos, Pedro Bitencourt, soldados

⁵⁰ De acordo com Marchiori e Noal Filho (1997, p. 161), o nome completo era Vila Operária Brasil, constituía-se de cinquenta casas de madeira e ficava no quarteirão delimitado pelas ruas Venâncio Aires, Andradas, Barão do Triunfo e Visconde de Pelotas.

Epaminondas Real Soares, Quintino Vicente de Jesus, Graciliano Pinto de Azambuja, José Alves Fernandes, Guilherme Pereira Soares, clarim Valêncio Severo e cabo Gervásio Moreira (este do Esquadrão Auxiliar de Cachoeira); das forças rebeladas, resultaram feridos os soldados Ramiro Arruda, Manuel José Abrantes, Vidal Pereira, Almiro Silva, Adão Silva, Eduardo Miranda, Acelino Martins, Ademar Karling, Ariston Ribeiro Marques, Emílio Fernandes de Oliveira, e mais doze que foram medicados mas cujas identidades não foram registradas; da população civil, ficaram feridos João Mendonça, Leopoldina Cassel, Aristides Tenório (menor de idade), Diva Pinto, Rita de Castro, Ataliba Hoehr e Catarina Hoehr (feridos pelo mesmo projétil), Mário Pelegrini, Marcírio Oliveira e os seguintes alunos do Ginásio Santa Maria: Mário Cavalcanti, Olavo Antunes de Oliveira e Manuel Terra, que estavam no banco atingido por uma granada (BELÉM, 2000, p. 284-285; BELTRÃO, 2013, p. 633-634; LOPES SOBRINHO, 2000, p. 96).

Entretanto, a edição de 21/11/1926 do jornal *Correio da Serra* (DOZE CANHÕES..., 1926, p. 4) acrescenta que outros dois alunos do Ginásio Santa Maria também se feriram levemente, aumentando a lista de feridos civis: Marinho Prates e Dorvalino Souza⁵¹ (citados anteriormente), atingidos por estilhaços no interior da escola. Dos rebeldes feridos, dez foram encontrados pelas forças legalistas no Hospital Militar da Guarnição, sendo que o total entre eles talvez tenha sido maior, pois alguns feridos podem ter acompanhado a retirada dos revoltosos. O mesmo vale para os civis, porque nem todos devem ter procurado atendimento no Hospital de Caridade (BELÉM, 2000, p. 285; BELTRÃO, 2013, p. 633).

Beltrão (2013, p. 635) prossegue informando que o esgotamento dos brigadianos não permitiu uma perseguição aos rebeldes fora da cidade, e por isso retornaram ao quartel do 1º R.C. entre vivas da população, que enfeitou com flores os fuzis dos combatentes da Brigada. Conforme Lopes Sobrinho (2000, p. 86), os brigadianos retornaram ao 1º R.C. conduzindo presos alguns soldados que tomaram parte na revolta militar. Em telegrama para o Comando-Geral da Brigada Militar, o major Barão comunicou o fim do que ele chamou de ãmovimento subversivoõ, com a retirada de grupos rebeldes desanimados e desarmados para diversos pontos (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 88-89). Ao longo do dia 17 de novembro de 1926, Santa Maria recebeu contingentes das forças federais, que vieram ocupar os quartéis abandonados em total desordem pelos revoltosos, de acordo com Beltrão (2013, p. 632). Informa a edição de 21/11/1926 do *Correio da Serra* (ROUBOS..., 1926, p. 4) que vários civis invadiram e roubaram os quartéis do 5º R.A.M. e do 7º R.I. antes que estes fossem

⁵¹ Identificado por Norberto (1950, p. 248) como Dorvalino de Sousa.

ocupados pelas tropas governistas. Tal informação não especifica exatamente em que momento isso aconteceu, uma vez que o Relatório Oficial do major Barão assegura terem ficado esses quartéis guarnecidos pela Brigada Militar antes da ocupação realizada pelo Exército (LOPES SOBRINHO, p. 91-96).

Duas forças chegaram a Santa Maria após a retirada dos revoltosos, conforme reportagem do jornal *O Castilhist* de 27/11/1926: o 26º Corpo Auxiliar, de Santo Ângelo, comandado pelo tenente-coronel Joaquim Rodrigues, e o 18º Corpo Auxiliar, de Cruz Alta, acompanhado por civis e comandado pelo coronel Fermino de Paula Filho. A intenção desses corpos auxiliares era ajudar a Brigada Militar no combate aos revoltosos em Santa Maria, mas como chegaram com a batalha encerrada, acabaram retornando às suas cidades de origem, de acordo com a citada reportagem de *O Castilhist* (VÁRIAS..., p. 2, 1926).

Ainda no dia 17 de novembro de 1926 foi encontrada uma bandeira do Brasil abandonada pelos rebelados, e posteriormente devolvida ao 5º R.A.M. A informação consta no Boletim n.º 336 do 1º R.C. de 02/12/1926, que transcreve um boletim do Exército:

Do boletim do Sr. Comandante do 5º R.A.M. e Guarnição, n.º 278, de 29 do mês findo [novembro]:

õBANDEIRA NACIONAL: - Com o ofício do Sr. Comte. do 1º R.C.B.M.E., n.º 409, de 29 do corrente, foi entregue a Bandeira Nacional da carga deste regimento, encontrada no dia 17, às 9 horas, por um esquadrão daquele corpo, numa trincheira abandonada pelos revoltosos. (a) Simeão Pereira Reis, Cel. Comte.õ (BRIGADA MILITAR DO ESTADO DO RIO BRANDE DO SUL, 1926, f. 1).

Naquele mesmo 17 de novembro, foi sepultada uma das vítimas da batalha, Mario Druck, conforme noticiou em 27/11/1926 o jornal *O Castilhist* (VÁRIAS..., p. 2, 1926). A notícia informa ter sido o caixão de Mario Druck conduzido à mão, desde o necrotério do Hospital de Caridade até a Rua Dr. Bozano, de onde foi levado por um carro fúnebre até o cemitério local. Na sequência, *O Castilhist* descreve que o enterro foi presenciado por õmuita genteõ (VÁRIAS..., p. 2, 1926), e que Mario Druck morrera aos 33 anos de idade, deixando viúva. O jornal também apresentou pêsames aos irmãos de Mario: capitão Carlos Batista Druck e Ari Druck, além da família em geral (VÁRIAS..., p. 2, 1926).

Às 14 horas de 17/11/1926, partiu de volta a Cachoeira o Esquadrão Auxiliar, por ordem do comando do 1º Regimento de Cavalaria (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 88). De acordo com a edição de 21/11/1926 do *Correio da Serra* (INESPERADAMENTE..., 1926, p. 2), o seu redator-chefe Arnaldo Mello chegou naquele mesmo dia 17 a Santa Maria. A notícia prossegue informando que Arnaldo se encontrava em São João do Montenegro quando soube da revolta militar em Santa Maria, para onde retornou imediatamente, na incerteza de

conseguir chegar à cidade. Entretanto, o redator-chefe conseguiu desembarcar em terras santamarienses, juntamente com o novo intendente local:

Acompanhado de sua Exma. família, regressou quarta-feira a esta cidade o Sr. Celso Penna de Moraes, intendente eleito deste município.

S. Sa. devia chegar terça-feira a esta cidade, não o tendo feito porque o trem em que viajava ficou retido em Rio Pardo.

Daquela cidade o Sr. Celso Penna de Moraes acompanhou com vivo interesse o desenrolar dos acontecimentos que ensanguentaram Santa Maria, mantendo-se dia e noite em constante comunicação com esta cidade.

Em viagem, o nosso companheiro Arnaldo Mello teve ocasião de conversar demoradamente com o novo intendente, recebendo agradável impressão ao ouvir ligeiramente o seu programa de governo, pelo qual se verifica que S. Sa. muito pretende trabalhar pelo engrandecimento de Santa Maria. (CHEGOU..., 1926, p. 3).

O jornal ainda informa que Arnaldo Mello passaria alguns dias em Santa Maria ãa fim de reorganizar todos os serviços do ‘Correio da Serra’ completar o quadro de pessoal [...], fixar a orientação do jornal relativamente a problemas importantes e tomar outras medidas [...]ö (INESPERADAMENTE..., 1926, p. 2). A mesma edição impressa (HORAS..., 1926, p. 1) noticia terem muitas pessoas desaparecido da cidade, incluindo tanto quem partiu com as forças rebeladas quanto quem se refugiou em matos próximos a Santa Maria. ãEntre estes últimos devem estar a maioria dos empregados do ‘Correio da Serra’ que não voltaram ao trabalho e cujo paradeiro é por nós ignoradoö (HORAS..., 1926, p. 1). A falta de pessoal prejudicou a retomada das atividades do *Correio da Serra*, o qual só voltou a circular em 21 de novembro de 1926:

Por estar a cidade às escuras, sem luz nem força motriz elétrica para acionar as máquinas, desde 14 do corrente não circularam os jornais locais.

Anteontem à tardinha foi restabelecida a corrente elétrica, mas apesar de havermos adiantado muito serviço durante o dia não nos foi possível publicar ontem esta folha, porque desapareceram vários dos nossos operários e peões [peões] e os poucos que trabalharam durante o dia não quiseram fazê-lo à noite, temerosos do recrutamento.

Os leitores bem compreendem a nossa situação e hão de desculpar-nos pela ausência do ‘Correio da Serra’, bem contra a nossa vontade e os nossos interesses. (O REAPARECIMENTO..., 1926, p. 2).

Outro problema causado pela falta de luz foram os roubos generalizados pela cidade, segundo a edição de 21/11/1926 do *Correio da Serra*: ãA Delegacia de Polícia tem recebido inúmeras queixas de pessoas que têm sido vítimas de roubos praticados durante as noites em que a cidade esteve às escurasö (NA ESCURIDÃO, 1926, p. 2). A questão do recrutamento seria abordada pelo *Correio da Serra* em 24/12/1926, ao rebater uma declaração do deputado estadual João Neves da Fontoura, segundo o qual era mentira do deputado federal Artur

Caetano que o governo do Rio Grande do Sul estivesse promovendo recrutamentos forçados para a defesa do estado. O jornal respondeu com a seguinte pergunta:

Não sabem, acaso, o senhor deputado João Neves da Fontoura e o chefe do seu partido, Exmo. Sr. Dr. Borges de Medeiros, como são conseguidos *voluntários* para os batalhões provisórios em Santa Maria, Júlio de Castilhos, Cruz Alta e quase que em todos os 75 municípios do Estado? (MELLO, 1926, p. 1, grifo do autor).

Em 22/11/26 voltou a circular o jornal *Gaspar Martins*, saudando o término do combate com o fim do bombardeio e a retirada dos revoltosos, após ãaquele dia de tantas apreensões, aquela noite tão tormentosa e aquela manhã de momentos de alegria, porque víamos a bandeira branca tremulando no frontispício ou fachada do majestoso quartel do 7º [...]ö (A REVOLTA, 1926, p. 2). Ao mesmo tempo, o *Gaspar Martins* informava que partidários da Brigada Militar diziam que ela ãnão queria paz e sim rendição incondicional ou continuação da peleia até vencer ou morrerö (A REVOLTA, 1926, p. 2), embora o jornal colocasse dúvida sobre a questão, alegando que possivelmente ãnão fossem estes os termos da resposta dada pelo chefe da Brigada aos que levantaram bandeira brancaö (A REVOLTA, 1926, p. 2). De toda forma, o *Gaspar Martins* afirmava que era necessário esperar por maiores esclarecimentos sobre a batalha, embora já considerando um crime o levante promovido por militares do 7º R.I. e do 5º R.A.M., da mesma forma que considerava um crime a República proclamada pelo Exército no Brasil. Além de tecer críticas ao regime republicano, o *Gaspar Martins* analisava que a raiz das revoltas militares era a infiltração da política no Exército, o qual estaria sendo ãexplorado pelos politiquieiros civis e militaresö (A REVOLTA, 1926, p. 2). Também considerava as revoltas um resultado tanto dessa infiltração quanto dos governos da época, e questionava se as homenagens feitas à Brigada Militar não seriam destinadas aos revoltosos que promoveram o levante, caso vencessem a batalha. Fora isso, o jornal reconhecia que a Brigada estava coberta de glórias, mas alertava para a possibilidade de represálias, vinganças e injustiças acontecerem dali por diante (A REVOLTA, 1926, p. 2).

Por suas atuações durante a batalha, receberam promoção aos postos imediatos o major Aníbal Garcia Barão, o capitão Jorge Pelegrino Castiglione, o 1º tenente João Scherer e o 2º tenente Serafim Antônio de Souza Filho, segundo Beltrão (2013, p. 635). Lopes Sobrinho (2000, p. 102-103) transcreve os Ofícios números 2.142 e 2.143 do comandante-geral da Brigada, enviados ao presidente do Rio Grande do Sul contendo propostas de promoções do major Barão e do 2º tenente Serafim. Os referidos ofícios destacam a forma como os dois oficiais agiram na batalha, citando ainda os graves ferimentos recebidos pelo 2º tenente

Serafim durante o combate. Em 17/11/1926, o governo do estado promoveu o major Aníbal Garcia Barão a tenente-coronel, através do Ato n.º 445 A, e o 2º tenente Serafim Antônio de Souza Filho a 1º tenente, através do Ato n.º 445 B. As demais promoções ocorreram em 02/12/1926, quando o Ato n.º 459 promoveu o capitão Jorge Pelegrino Castiglione a major, e o 1º tenente João Scherer, a capitão. Informações estas fornecidas por Lopes Sobrinho (2000, p. 102-104).

As promoções recebidas por Aníbal Garcia Barão e Serafim Antônio de Souza Filho foram divulgadas pelo *Correio da Serra* em 23/11/1926 (PROMOÇÕES..., 1926, p. 1). O mesmo jornal informara em 21/11/1926 que o tenente Serafim continuava em tratamento no Hospital de Caridade, mas que seu estado já era melhor, tendo inclusive recebido visita enviada por Arnaldo Mello, em nome do *Correio da Serra* (TTE. SERAFIM..., 1926, p. 4). Em 27/11/1926, *O Castilhistas* também citou a promoção recebida por Serafim de Souza Filho, informando ainda que ele estava internado em um quarto particular do referido hospital e que prosseguia melhor, além de receber visitas e felicitações pela promoção (UM OFICIAL..., 1926, p. 2).

Quanto aos rebelados, Beltrão (2013, p. 632-633) e Lopes Sobrinho (2000, p. 89) informam que a maioria se retirou de Santa Maria, desordenadamente, em direção a São Gabriel, pela Estrada da Picadinha. No caminho, foram saqueando casas e abandonando equipamentos e armamentos, inclusive dois canhões, sendo estes largados na região do antigo Parque de Aviação. Em 18 de novembro de 1926, atravessaram o Banhado Santa Catarina, na divisa entre os municípios de Santa Maria e São Gabriel, na altura do Passo do Corvo⁵², local onde libertaram o fazendeiro Fernando Azevedo e sua esposa. O casal fora aprisionado durante o saque de sua fazenda pelos rebeldes, e após sua libertação um grupo de revoltosos tentou saquear a fazenda de Ilo Bica, mas terminou expulso à bala por vinte homens liderados por este fazendeiro. Conforme o jornal *Correio da Serra* de 23/11/1926 (A FAZENDA..., 1926, p. 4), inicialmente espalhou-se em Santa Maria o boato de que a fazenda de Ilo Bica fora atacada e saqueada, história desmentida pelo referido jornal. Ainda segundo o *Correio da Serra* (A FAZENDA..., 1926, p. 4), os oficiais líderes dos revoltosos teriam ordenado a seus soldados que nada retirassem da fazenda de Ilo Bica, e por isso apenas dois soldados desertores do 5º R.A.M. chegaram àquela propriedade, de onde partiriam a fim de se apresentarem às autoridades militares de Santa Maria.

⁵² Identificado como o Passo do Corvo pelo mapa de Santa Maria (2007) e por Lopes Sobrinho (2000, p. 89), o mesmo local é denominado o Passo dos Corvos por Beltrão (2013, p. 633).

Amaral (2007, p. 45) informa que acessórios do material de artilharia abandonados pelos revoltosos na localidade de Galpões foram entregues pelo cidadão Lúcio Teodósio Gonçalves ao comandante da 5ª Brigada de Infantaria, coronel Enéas Pompílio Pires. Este determinou o recolhimento do material entregue. Informa a edição de 23/11/1926 do *Correio da Serra* (CAMINHÃO..., 1926, p. 4) que na localidade de Galpões também foi encontrado um caminhão novo, pertencente aos senhores Keller e Eggers. Apreendido pelos rebelados, o veículo foi abandonado completamente estragado.

Enquanto isso, a população tentava retornar à rotina em Santa Maria, nos dias 17 e 18 de novembro de 1926, de acordo com reportagem publicada pelo jornal *Correio da Serra* em 21/11/1926:

Ainda em a noite de quarta-feira, mesmo após a chegada de numerosas forças governistas que da serra e do interior vieram ocupar a praça e os quartéis abandonados, a vida da cidade esteve paralisada, pois pouquíssimas pessoas se atreveram a sair à rua e raros eram os veículos que transitavam.

Quinta-feira abriu o comércio, funcionaram alguns colégios e houve regular frequência de pessoas nos pontos mais centrais da cidade, aliás, povoados por numerosas escoltas armadas, que efetuavam prisões e apreendiam materiais bélicos.

Durante o dia e a noite foi extraordinário o trânsito de automóveis e caminhões, que conduziam em todas as direções materiais bélicos, forças armadas, autoridades e particulares, pairando, entretanto, ainda sobre a cidade uma atmosfera de insegurança e intranquilidade. (HORAS..., 1926, p. 1).

Segundo Lopes Sobrinho (2000, p. 108), o coronel Enéas Pompílio Pires informou, no Boletim de 20/11/1926 da 5ª Brigada de Infantaria, que quase duzentos rebelados apresentaram-se de volta, havendo muitos foragidos em matos próximos a Santa Maria. Porém, Amaral (2007, p. 64-65) afirma que esse relato do coronel Enéas foi publicado naquele dia 20 no Boletim n.º 268 do 5º R.A.M., tendo sido publicado no boletim da guarnição em 19/11/1926. Nesta mesma data, foi lançado um edital assinado pelo 2º tenente Corbiniano Jobim, contendo ordem do comandante do 5º Regimento de Artilharia Montada para os primeiros-tenentes Alcides Gonçalves Etchegoyen e Nelson Gonçalves Etchegoyen, que deveriam se apresentar àquele Regimento dentro do prazo de oito dias, caso contrário seriam considerados desertores (EDITAL, 1926, p. 4).

Ainda no dia 20 de novembro de 1926, o Boletim n.º 324 do 1º Regimento de Cavalaria trouxe a narrativa de Aníbal Garcia Barão sobre a revolta militar ocorrida em Santa Maria (BRIGADA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1926). A narração termina com a seguinte mensagem assinada pelo major Barão (que ainda não usava o posto de tenente-coronel na assinatura):

É inegável que o regimento, mais uma vez confirmou o seu passado de louros.

Seu valor, conquistado desde os dias árduos de 93, tornou-se já um apanágio ó para honra nossa ó.

De fato, oficiais e soldados, lembrando-se dos exemplos de heroísmo daqueles que passaram por esta caserna, não podiam, de nenhuma forma, macular a [o] renome adquirido em 34 anos de serviços inestimáveis, de paz e guerra, ao Rio Grande e à República.

Foi, pois, bravos camaradas, sem surpresa, que vos admirei na luta de 16 [e] 17 do corrente, por que a mim sobra convicção de que, pela honra do nosso regimento, velam os manes dos que foram sacrificados defendendo nossa Bandeira.

Que sobre nós e os nossos vindouros parem, sempre, os numes tutelares daqueles que souberam amar este Brasil que foi destinado a ser ó das Pátrias ó a mais feliz, a mais querida. Viva o Rio Grande! Viva o Brasil! (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1926, f. 2-3).

Na sequência do Boletim n.º 324 do 1º R.C., o major Barão também presta louvores:

Para melhor expressar a minha gratidão, louvo: o capitão fiscal Felipe Pedro Barcellos, 1º tenente Orcacio Alves Machado, 2º ditos Vicente Alves da Silva e Fernando Hoffmeister, pelo espírito de iniciativa, diligência, presteza e solicitude com que desempenharam as missões que lhes foram confiadas; capitães Felipe José da Silva, Honório José Telles, Jorge Pelegrino Castiglione e 1º tenente João Scherer, pelo valor, capacidade extraordinária de comando, iniciativa e inteligência que demonstraram nas linhas de defesa, dando, a cada passo, aos seus comandados exemplos vivos de coragem e bravura; os 1ºs tenentes Álvaro de Aguiar Ritta, Fernando Cândido da Silva; 2ºs ditos Juvenal Pereira, Pompílio Quites, Sylvio Madeira Duarte, Adalardo Soares de Freitas, Inácio Hemetherio Soares, Altivo Barreto Alves, Januário Simões dos Santos e Serafim Antônio de Souza Filho, pela coragem, valor, inteligência, com que se desempenharam [nas missões] de que foram encarregados; e o dito piloto aviador Noêmio Ferraz, pela solicitude, presteza, iniciativa e coragem que pôs em prática para desincumbir-se dos serviços que lhe foi determinado [foram determinados]; e 2º tenente secretário José Barreto, pela inteligência, valor, iniciativa e capacidade que demonstrou durante todo o tempo do combate, sendo incansável em transmissões de ordens, remunciação e reabastecimento, praticando por vezes atos de temeridade, não só para observar posições inimigas como também para melhor cumprir o que compreendia ser seu dever.

Louvo, também, os Drs. Capitão Severo Evaristo do Amaral e Amauri Lenz, pela presteza, carinho e solicitude com que trataram nossos feridos.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

Nos assentamentos das praças determino que seja lançado o seguinte louvor: ãEm boletim regimental número 324, de 20, foi louvado pela coragem, inteligência, iniciativa, valor, enfim, pela maneira brilhante com que se portou na defesa da cidade de Santa Maria, atacada por elementos revoltados do Exército Nacional, nos dias 16 e 17.ö (BRIGADA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1926, f. 2).

Logo após, descreve o major Aníbal Garcia Barão a vinda do Esquadrão Auxiliar de Cachoeira a Santa Maria, durante a batalha dos dias 16 e 17 de novembro de 1926. E presta agradecimentos ao Esquadrão Auxiliar pela ajuda fornecida ao 1º R.C. no transcorrer do combate (BRIGADA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1926, f. 2). Por outro lado, o 1º R.C. também foi louvado, conforme transcrição feita no seu Boletim n.º 362, de 22/11/1926:

Do boletim do Sr. Comandante do Setor N.N.O., n.º 35, de 18 do corrente:

REBELIÃO DOMINADA ó LOUVOR: ó É com a satisfação do Soldado, cõncio do cumprimento de seus deveres que dou conhecimento às forças deste Setor, de ter sido dominado o levante chefiado por um pequeno grupo de oficiais que, num momento de irreflexão, esquecidos da nobre missão do Soldado conseguiram em Santa Maria, sem medir consequências, arrastar no torvelinho da desordem os camaradas praças de pré, com promessas pomposas e fagueiras de posições culminantes.

Para gáudio nosso e daqueles que bem sabem pesar as responsabilidades inerentes e reservadas ao Soldado na comunhão nacional, o princípio da ordem e da lei fixou de pé.

É, pois, com verdadeiro desvanecimento que louvo o digno major Aníbal Garcia Barão, comandante do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar do Estado, pela bravura distinta de que deu provas, no embate que vem de travar com sua unidade, contra os sediciosos da guarnição de Santa Maria, onde se revelou, mais uma vez, um oficial de raras qualidades e compenetrado dos seus deveres e que pela sua atuação decisiva cooperou eficazmente para o restabelecimento da ordem então alterada. Oficial do quilate do major Barão, a corporação que o tem em seu meio deve se orgulhar, por isso é com grande prazer que aproveito a oportunidade que se me depara, para felicitar a invicta Brigada Militar por possuir no seu efetivo esse brilhante oficial. (a) Simeão Pereira Reis, Cel. Comandante. (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1926, f. 2).

Conforme Amaral (2007, p. 66), o Boletim n.º 274 do 5º R.A.M., de 25/11/1926, informa que 119 homens daquele regimento estavam ausentes. O autor supõe que eram todos rebeldes, e informa terem sido posteriormente considerados réus de deserção. Também afirma que quase todos aqueles que se achavam no quartel do 5º R.A.M. no dia da revolta sabiam do levante, obrigando-se junto aos demais a seguirem as ordens dos líderes do movimento. Com relação aos militares dessa unidade que estavam em casa quando estourou a revolta, alguns não conseguiram sair de suas residências para se apresentarem às autoridades, devido aos combates travados em pontos localizados da cidade. Dentre aqueles que conseguiram sair de casa, uma parcela deixou Santa Maria e se apresentou nos distritos e até em municípios vizinhos, tais como Alegrete, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, General Câmara, Ijuí, Júlio de Castilhos, Rosário do Sul, São Gabriel, São Martinho e São Pedro do Sul. Com relação aos faltosos do 5º R.A.M., estes começaram a se reapresentar ao quartel a partir de 23 de novembro de 1926, de acordo com Amaral (2007, p. 66-67).

No dia 28 de novembro de 1926, o jornal *Correio da Serra* publicou uma nota pedindo notícias de dois soldados desaparecidos:

Por pedido das respectivas famílias, precisamos saber urgentemente notícias dos soldados José Bandeira e Dinarte Alves, que no dia da revolta serviam no 5º Regimento de Artilharia Montada, nesta cidade. É favor fornecer informação à redação do "Correio da Serra". (PEDIDO..., 1926, p. 1).

O levante militar repercutiu politicamente em Santa Maria: em 21 de novembro de 1926, o *Correio da Serra* rebateu denúncias relativas à participação dos opositores ao governo santa-mariense na revolta. As denúncias atingiram o próprio redator-chefe do jornal, Arnaldo Mello:

Nenhum opositor conhecido ou de responsabilidade tomou parte nos sangrentos acontecimentos desta cidade, permanecendo todos em suas casas.

As denúncias que nesse sentido surgiram são perversidade da sinistra camarilha que durante anos fez a desgraça de Santa Maria, camarilha que mentindo covardemente procurou tornar altas autoridades instrumentos de mesquinhas vinganças.

Felizmente, estas, conhecedoras do meio, agiram com critério, negando-se a praticar clamorosas injustiças contra próceres da oposição, os quais não só não tomaram parte no movimento como de nada sabiam.

Para dar uma ideia da estúpida falsidade dessas denúncias, basta citarmos que houve indivíduos que juraram às autoridades que reconheceram ao nosso companheiro Arnaldo Mello atirando em diversos pontos da cidade, quando ficou provado que este achava-se na cidade de São João do Montenegro e só chegou a esta cidade 12 horas após a retirada dos sediciosos, viajando aliás no mesmo trem em que para aqui veio o intendente eleito Sr. Celso Penna de Moraes. (HORAS..., 1926, p. 1-4).

A narrativa de Beltrão (2013, p. 635) termina mostrando que a população santa-mariense arrecadou fundos para realizar homenagens ao 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar. A edição dominical de 21/11/1926 do jornal *Correio da Serra* informa a respeito:

Por iniciativa de pessoas de alta representação em nosso meio social, realizou-se sexta-feira, nos salões do Clube Comercial, uma grande reunião para tratar-se das homenagens que serão prestadas à Brigada Militar do Estado, em testemunho de admiração pelo valor com que defendeu a cidade, disputando-a à posse das forças federais que eram em número quatro vezes superior.

Para organizar essas homenagens, foi organizada a seguinte comissão central: - D. Ático Euzébio da Rocha, bispo diocesano; Dr. Álvaro Leal, juiz da Comarca; Cel. Fortunato Loureiro, vice-intendente em exercício; Cel. Celso Penna de Moraes, intendente eleito; major Graciliano Negreiros, presidente do Clube Comercial; João Junqueira da Rocha, presidente do Clube Caixeiral; Otávio Binato, presidente do Clube de Atiradores Santa-Mariense; Oreste Toffeli Culau, presidente da Associação Comercial; Luiz Rocha da Fontoura, presidente da União dos Caixeiros Viajantes do Rio Grande do Sul; Arisoly Ribeiro, pelo Banco Nacional do Comércio; Martimiano Garcia, pelo Banco Pelotense; Antônio Ferreira Ramos, pelo Banco da Província; Luiz Benaduce, pelo Banco Popular; Dr. Astrogildo César de Azevedo, Dr. José Mariano da Rocha, Augusto Ribas, Cel. Ernesto Marques da Rocha, Coriolano Camboim, Ildelfonso Brenner, João Appel Primo; Dr. João Bonuma, subchefe de polícia; Eugenio Mergener, Dr. Carlos Maximiliano, Tancredo Penna de Moraes, padre Caetano Pagliuca, cura da Catedral; Guilherme Cassel, Cel. Regulo de Moraes, Cel. Estácio Lemos, Dr. Nicola Turi, cônsul da Itália; José Dias de Souza, cônsul de Portugal; Antônio Alves Ramos, Irmão Luiz, diretor do Ginásio Santa Maria e João Lenz.

Como se vê, essa comissão foi organizada sem caráter político, pois dela fazem parte elementos de todos os partidos. (HOMENAGEM..., 1926, p. 4).

Na edição de 23/11/1926, o *Correio da Serra* noticia que essa comissão continuava recebendo inúmeras adesões de pessoas de todos os credos políticos, de todas as nacionalidades e de todas as classes sociais, e que pelo número e espontaneidade das adesões, parece que essas homenagens revestir-se-ão de excepcional importância (HOMENAGEM..., 1926, p. 4). O jornal *Gaspar Martins* duvidava da sinceridade de algumas pessoas que assinaram sua colaboração com as homenagens, haja vista que um artigo publicado na edição de 29/11/1926 afirmava que alguns não de dizer que assinaram, ou porque Fulano fazia parte da comissão pedinte, ou porque não queria ficar sendo mal olhado pela Brigada ou pelos partidários da Brigada (A FITA..., 1926, p. 1). E fazia mais críticas:

O dia que vem depois do outro dia mostrará à comissão que foi à casa do nosso digno patrício Sr. Fidelis Coelho que ele não podia associar-se de modo algum às homenagens prestadas à Brigada, mesmo porque estava recentíssima a sua prisão injusta, injustíssima, como injustíssima foi a do Sr. Reduzino Machado, a do Sr. Anízio Borges e outras que não de ser feitas.

Até o Oreste meteu-se em uma das comissões pedintes e a estas horas estará nas graças da Brigada e aproveitará a *olada* para exercer as vinganças que ele não exerce à custa do seu dinheiro.

Se o Sr. Serafim Valandro cá estivesse nesta ocasião, poderia pagar caríssimo...

É bem certo o rifão que diz que há males que vêm para bem.

O nosso malacara andador soube aproveitar a *olada* e meteu-se em uma comissão e está feito...

Que Deus nos defenda do que ele pretende fazer contra nós. (A FITA..., 1926, p. 1, grifo do autor).

Enquanto isso, o jornal *Correio da Serra* dizia-se censurado, na edição de 26/11/1926:

À meia-noite fomos procurados pelo Dr. João Bonuma, subchefe de Polícia desta região, que nos intimou, de ordem do desembargador-chefe de Polícia do Estado a não publicar nenhuma notícia relativa ao movimento revolucionário.

Essa proibição do governo inutilizou quase uma página do *Correio da Serra*, pois justamente hoje o nosso serviço de informações nesse sentido era copiosíssimo e de real importância.

Sabemos que a censura atinge também aos serviços de Correios e Telégrafos. Ficam assim prevenidos os leitores. (A CENSURA, 1926, p. 1).

Aparentemente, a censura não se estendeu a toda a imprensa local, pois em 27/11/1926 voltou a circular outro jornal santa-mariense, *O Castilhistas*, cuja edição daquele dia foi publicada contendo artigos e notícias acerca do levante militar de Santa Maria. Na capa, um artigo intitulado "Delinquentes" deixava clara, a partir do título, a opinião do *O Castilhistas* sobre os militares rebelados:

Na memória dos habitantes desta cidade perdurará a tragédia horrível, tempestade de horrores que se desencadeou nos dias 16 e 17 deste mês.

Indelével, perenemente, como uma pavorosa ressonância das angústias da população transida.

Brasileiros perversos, destituídos da noção de generosidade e patriotismo, protegidos pelo broquel da covardia, bombardearam a população inerme.

Inopinada e desumanamente vomitaram a destruição e dardejaram a morte aos lares, onde as famílias imbeles e incautas, despreocupadamente confiavam nos depositários da força destinada à manutenção da ordem social.

Cometeram o horrível delito aqueles a quem cumpre a obrigação indeclinável de defender a vida, a propriedade e a honra dos cidadãos.

Forças militares da guarnição federal, criminosamente oblividas de seus deveres sacrossantos, flagiciosamente transmudando sua missão nobilitante, se tornaram fautores de anarquia e distúrbios.

Não as comoveu a trágica perspectiva de infortúnio e luto: em doloroso eclipse da solidariedade humana, investiram as feras, ávidas de sangue, sôfregas de pranto.

Não se enterneceram as panteras, insensíveis ao sofrimento de esposas e angústias de mães.

Porque as feras se nutrem de sangue, os desumanos se deleitam com lágrimas.

Assim fizeram os vigilantes da ordem...

Ironia! Escárnio!

Vigilantes da ocasião oportuna para o morticínio e saque; espreitando o momento azado para a traição e crueldade.

Tredos vigilantes!

Balas, bombardas, granadas contra uma população laboriosa e desapercibida.

Assim fizeram os díscolos, sinistramente alucinados pela sanha homicida.

Aí estão os pandilheiros, ameaçadores, constituindo perigo à vida e tranquilidade do povo.

Trânsfugas do dever, falseadores, perjuros, frustradores de seu compromisso de honra.

Aí estão, faticamente, minazes como o gládio de Dâmocles.

Aí está o seu baluarte...

Calamitosas consequências adviriam da vitória dos bandorilhas. (DELINQUENTES, 1926, p. 1).

O artigo prossegue afirmando que a população santa-mariense devia gratidão à Brigada Militar, pela defesa da ordem ãem lances de heroísmo indescritível (DELINQUENTES, 1926, p. 1). E finaliza exaltando o comandante Aníbal Garcia Barão e seus comandados, cujos nomes ficassem õincrustados nos nossos coraçõesõ (DELINQUENTES, 1926, p. 1). Ainda na capa, *O Castilhista* reproduziu um artigo de outro periódico, *A Federação*, o qual afirmava que a revolta da guarnição de Santa Maria, ao mesmo tempo, enodoou o primeiro dia de governo do presidente Washington Luís e pôs em prova o destemor e a noção do dever cívico da Brigada Militar (MEMORANDUM, 1926, p. 1). Tal como *O Castilhista*, *A Federação* exaltava nesse mesmo artigo o major Barão⁵³:

Não sabemos, entretanto, como dominar o nosso entusiasmo ante o brilhantíssimo feito d'armas com que se cobriram de louros os bravos combatentes que, sob o

⁵³ Apesar de promovido a tenente-coronel, Aníbal Barão ainda era chamado de major pelo *O Castilhista*.

comando do heroico major Aníbal Garcia Barão, em impressionante inferioridade de número, de armamento e de posições, esculpiram nas páginas da nossa história militar, o extraordinário cometimento de que o país tomará conhecimento com a agradecida emoção que a nós, do Rio Grande, faz vibrar neste instante.

Fez-se Aníbal Barão, de um golpe, uma singular e varonil figura de chefe guerreiro. A serenidade da sua ação, a presteza dos movimentos com que deslocou seus homens, a oportunidade das ordens, prontamente cumpridas a segurança da resistência para que teria de apelar, o desprezo pelo perigo, que se anunciava certo e grande, são circunstâncias que empolgam a imaginação, atingindo, comovedoramente, a nossa sensibilidade.

Os seus telegramas revelam a decisão de um espírito forte, enérgico, equilibrado. Desde a primeira comunicação, transmitida quando tudo era ainda indecisão, conhecendo, apenas, a gravidade da ação que se deveria desenrolar, a sua linguagem foi a mesma: sóbria, precisa, serena, confiante. Conclui o primeiro dizendo: "Cumpriremos o nosso dever". No segundo, trabalhava-o já uma inevitável exaltação patriótica: "Saberemos defender com honra a causa da legalidade." Mais tarde, vitorioso, pôe-se, de novo, em contato com o Comandante-Geral da Brigada e diz modestamente no final do telegrama: "Julgando termos cumprido nosso dever, apresentamos ao ilustre comandante cumprimentos por mais esta vitória da República."

Diz bem o major Aníbal Barão. Foi uma vitória da República. Mas deve se dizer, também, que entre as radiosas vitórias que ela tem conquistado, uma das mais brilhantes, das mais eficientes é a dedicação desinteressada e integral, dos bravos que, como o major Aníbal Barão e os seus heroicos companheiros, não hesitam em oferecer-lhe a própria vida, como penhor da sua nobre e consciente dedicação. (MEMORANDUM, 1926, p. 1).

Ainda na edição de 27 de novembro, *O Castilhista* divulgou a homenagem planejada para a Brigada Militar, tal como noticiaram anteriormente os jornais *Correio da Serra* e *Gaspar Martins*. Segundo *O Castilhista*, a homenagem incluiria "expressiva manifestação de apreço e gratidão ao valoroso Tte. Cel. Aníbal Garcia Barão" (VÁRIAS..., p. 2, 1926). Na mesma notícia, o jornal informava que os encarregados de arrecadar donativos para a homenagem já haviam conseguido mais de vinte contos de réis, e que o próprio *O Castilhista* contribuiria doando uma quantia arrecadada para homenagear os brigadianos, a partir de uma coleta feita antes do surgimento das comissões encarregadas de obter doações para o mesmo fim. A notícia afirma ter *O Castilhista* decidido parar de arrecadar valores assim que surgiram as referidas comissões, sendo que o jornal entregou a quantia em seu poder a uma delas (VÁRIAS..., p. 2, 1926).

Prosseguindo o noticiário publicado em 27/11/1926, *O Castilhista* resumiu um discurso proferido pelo presidente estadual Borges de Medeiros para um grupo de deputados sul-rio-grandenses, que o foram cumprimentar "pela vitória da legalidade" (PALAVRAS..., p. 2, 1926). O jornal não especifica em que dia aconteceu o discurso, mas informa que Borges agradeceu uma saudação feita pelo deputado Victor Russomano, proferindo a seguir o discurso descrito resumidamente pelo *O Castilhista*:

Falou, logo após, o senhor presidente do estado, que iniciou a sua oração declarando-se sobremaneira honrado com as demonstrações de solidariedade da Assembleia dos Representantes, neste momento em que vinha de ser vencida uma séria tentativa contra a estabilidade do regime.

Disse ter sido triste e grave o levante dum fração do exército nacional, lembrando, entretanto que este, em quase sua totalidade ficou alheio ao movimento.

Acrescentou ser inegável que esse movimento era de excepcional gravidade e declarou que a tradicional bravura da nossa gente, ainda uma vez, manteve o império da ordem e fez respeitar a lei e o princípio da autoridade.

De sua parte ó prosseguiu ó não tem feito mais do que cumprir um dever, ocorrendo, com presteza em defesa da ordem social.

Pensa que esta nova tentativa vinha planejada de longa e cuja base era um movimento militar, felizmente, agora debelado. E acrescentou:

õÉ necessário estarmos atentos sobre os que tenham a loucura de renovar esta desordem tristíssima.

O perigo não está totalmente afastado. Além das fronteiras estão brasileiros tresloucados em permanente conspiração.

Em Melo, está um brasileiro que já foi ilustre e que trabalha contra a paz dos seus patrícios, contra a tranquilidade do país.

Esse homem, dominado por uma ambição jamais vista, prefere ver o Rio Grande nadar em sangue contanto que a sua figura permaneça no cenário da política, ainda que numa auréola de dor.

Mas aí estão o civismo e o heroísmo das falanges republicanas. Aí está essa milícia política, dominada por ideais, milícia cívica e vigilante para a defesa do Rio Grande e da República.õ (PALAVRAS..., p. 2, 1926).

Na página seguinte, *O Castilhista* de 27/11/1926 afirma que a revolta militar de Santa Maria causou õsensação [...] em todos os recantos do paísõ (RESPINGOS..., p. 3, 1926), devido ao barbarismo do acontecimento. Na sequência, o jornal classifica os militares rebeldes como verdugos e algozes de uma população inerte, arrematando que õainda há quem pretenda defendê-los, procurando justificar a ação negregada de tal gente...õ (RESPINGOS..., p. 3, 1926). E vai além:

Alguém em uma *roda* na praça disse quando comentavam os fatos em tela: õÓ Alguns indivíduos envolvidos na mazorca andam por aí livremente, outros, até mesmo civis, foram presos e em seguida, postos em liberdade. Mas os legalistas, borgistas, etc., principalmente aqueles que auxiliaram a defesa da cidade que se cuidem, porque irão todos parar na cadeia!õ

Um nosso companheiro ponderou que até a esse ponto não chegaria... Mas, cousa engraçada, no dia seguinte 2 rapazes companheiros, dedicados servidores da ordem, soldados valentes, que bastante têm lutado incorporados às forças legais, eram conduzidos pelas ruas da cidade, dentro de um quadrado de baionetas e com ordem de serem metidos no xadrez do 7º...

Depois disto...

Também há quem diga que a Brigada fez muito *mal* em ter enfrentado os sediciosos, defendendo a cidade nas posições que tomou.

Só mesmo... dando-se com um gato morto... (RESPINGOS..., p. 3, 1926, grifos do autor).

Assim como *O Castilhista*, o jornal *Gaspar Martins* parecia não ter sido atingido por nenhuma censura, pois continuava a publicar artigos relacionados ao levante militar e suas

consequências: no dia 20 de dezembro de 1926, o *Gaspar Martins* (IRONIAS..., p. 2, 1926) publicou uma carta de um leitor que se assinava como Zeca Valente, questionando a quem caberiam as homenagens ao fim da batalha, caso o resultado fosse outro. Datada de 21/11/1926, a carta intitulava-se "Revolução" e reproduzia um diálogo fictício, onde as pessoas demonstravam apoio aos rebelados numa situação hipotética, na qual a batalha teria sido vencida por eles. O *Gaspar Martins* concordava com o questionamento, alegando que "também nós estamos certos de que, se os revoltosos fossem vitoriosos, as homenagens que estão sendo e vão ser prestadas à Brigada seriam prestadas a eles" (IRONIAS..., p. 2, 1926). O texto redigido por Zeca Valente assim dizia:

Hoje, pela manhã, enquanto me barbeava com a despreocupação que faculta a Gillette, meditava sobre a projetada manifestação aos heróis da Brigada Militar, considerando como a mais lídima demonstração de gratidão da população a esses abnegados defensores da legalidade, e, como membro da comissão organizadora dos festejos, mentalmente formulava um programa que satisfizesse à aspiração popular e deixasse indelevelmente gravada na recordação desses bravos a justa recompensa ao seu devotamento ao combate dessas atuais aventuras inglórias do Exército Brasileiro.

Nisto, me veio a lembrança, a resposta dada pelo general Mallet, do Exército Francês, ao presidente do Conselho que o devia mandar fuzilar por tentar contra o império de Napoleão Bonaparte, quando interpelado sobre quais eram os seus cúmplices: "Vós mesmo se eu tivesse sido vencedor".

Estive, então, a refletir sobre a verdade dessa asserção.

A humanidade é assim mesmo.

Se dessa revolta tivesse o Exército saído vencedor, todos nós seríamos seus cúmplices, todos nós éramos revolucionários.

A esta hora teríamos, todos pressurosos, levado os nossos "sinceros cumprimentos" àqueles quatro cabeças do levante.

E não faltariam dessas demonstrações:

"Vocês são uns heróis!!!"

"A mocidade é assim mesmo, pois o que os velhos generais, como o Isidoro, não conseguiram em três anos, vocês fizeram num dia!!!"

"O Exército Brasileiro é que é exército."

"Vocês deviam já ter feito isso há mais tempo porque todos nós estávamos dispostos a ajudá-los, e assim, teríamos conseguido derrubar o Bernardes, o que era toda a nossa aspiração."

"Os estragos que vocês fizeram com os canhões? Ora, não se incomodem por isso. Os prejudicados, que são muito pouquinhos, estão até satisfeitos!!!"

"Vocês não imaginam como eu sinto não ter caído uma granada lá em casa! E muito me admira, porque minha casa fica bem à vista e os disparos todos foram visados com uma precisão digna dos nossos artilheiros!!!"

"E o auxílio que prestei!!! Como não tinha arma de fogo em casa, corri a pau uns "brigadas" que estavam lá na esquina."

"Já estão correndo por aí listas para a estátua que pretendemos colocar ali na praça em regozijo a esse grande feito."

"Se vocês tivessem me avisado desse levante, desde cedinho estaria aqui para ajudá-los a combater."

E o diabo da Gillette, também entusiasmada, cortou-me a cara.

Ao ver correr o sangue, desfaleci... (IRONIAS..., p. 2, 1926).

Já na edição de 27/12/1926, o fundador e diretor⁵⁴ do jornal *Gaspar Martins*, Júlio Magalhães, demonstrou insatisfação com a ideia de se homenagear a Brigada Militar. Segundo ele, os recursos arrecadados destinar-se-iam ao monumento que vai perpetuar uma coisa que dita Brigada tinha obrigação de fazer porque é fartamente paga pelo povo para manter a ordem e fazer respeitar a lei (MAGALHÃES, 1926, p. 2). E prosseguia, demonstrando também insatisfação com a República, dizendo que até nisso (a construção do referido monumento) ela é grandiosa (MAGALHÃES, 1926, p. 2). E finalizava:

Antigamente, quando a polícia cumpria o seu dever não fazia mais do que a sua obrigação; mas hoje, quando ela cumpre o seu dever, faz um favor e ganha um monumento, uma estátua.

Na república que temos tudo é grandioso.

Antigamente, o ser homem de bem, homem honrado, era um dever, hoje é uma qualidade. (MAGALHÃES, 1926, p. 2).

Apesar da repercussão nos jornais, Beltrão (2013, p. 635) explica ter sido a comissão impedida pelo presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, de homenagear a Brigada Militar. Segundo consta, Borges não queria constranger o Exército, embora este não tenha promovido o levante militar, mas sim alguns de seus oficiais. Porém, a edição de 04/01/1927 do jornal *Correio da Serra* fornece outra justificativa de Borges de Medeiros:

Segundo estamos informados, as homenagens não mais serão levadas a efeito, porque o Dr. Borges de Medeiros, presidente do estado, fez saber à respectiva comissão que não consentiria em tais festas, porque a sua Brigada nada mais fez do que cumprir o seu dever. (O SR. PRESIDENTE..., 1926, p. 1).

A decisão de Borges causou um impasse: qual destino seria dado aos recursos levantados para a homenagem? Uma análise dos jornais santa-marienses publicados em 1927 mostra que foi pensada uma alternativa, embora diferente da versão descrita por Beltrão (2013, p. 635) sobre o destino final do dinheiro arrecadado, conforme se verá mais adiante.

De acordo com Belém (2000, p. 285), o episódio da batalha entre os militares rebelados e a Brigada Militar em Santa Maria passou a ser chamado de *o dia do bombardeio*. Mas teve desdobramentos. Um deles foi o desentendimento entre o vice-intendente em exercício coronel Fortunato Loureiro e o presidente estadual Borges de Medeiros, logo após o fim da revolta militar em Santa Maria, de acordo com a edição de 23/11/1926 do *Correio da Serra*:

⁵⁴ Segundo Cardoso (2008, p. 37).

Como se sabe, de ordem do governo do estado serão organizados nesta cidade mais dois corpos provisórios, devendo um obedecer ao comando do tenente-coronel Voleciano Coelho e outro ao do capitão Bento Prado.

Ontem um dos nossos companheiros procurou esse oficial perguntando-lhe em que ponto da cidade será localizado o provisório de seu comando.

Respondeu-nos o capitão Bento Prado que nada podia adiantar-nos a respeito, visto como tendo procurado o Sr. coronel Fortunato Loureiro, vice-intendente em exercício, pedindo-lhe os pavilhões do Prado Santa-Mariense, para neles instalar os provisórios, o Sr. Fortunato declarou-lhe que não auxiliaria a organização do corpo provisório em coisíssima alguma, visto julgar-se desconsiderado pelo Sr. Dr. Borges de Medeiros, presidente do estado, por não ter S. Ex. solicitado o auxílio do governador de Santa Maria para debelar a revolta das tropas federais.

Realmente, o Sr. Fortunato tem razão. Esse senhor Borges é um ingrato, pois não soube tomar na devida consideração a dedicação e a bravura do governador de Santa Maria, que de meia em meia hora dirigia-lhe um telegrama dando conta da marcha da rebelião e de fantásticas providências que tomava para debelar a sedição, sem dar a mínima resposta a nenhum desses despachos.

É que o senhor presidente do estado soube por linhas travessas que o Sr. Fortunato Loureiro, logo que ouviu o primeiro tiro de canhão, ocultou-se num consulado estrangeiro e nunca mais meteu o nariz na rua. Por isso não foi no pacote, não tomando a sério a suposta bravura do nosso pequenino ex-edil. (O SR. FORTUNATO..., 1926, p. 4).

Entretanto, o corpo provisório começou a ser organizado nos pavilhões do Prado Santa-Mariense, contra a vontade do vice-intendente de Santa Maria, conforme noticiou a edição de 24/11/1926 do *Correio da Serra* (SOLDADOS..., 1926, p. 4). O jornal também informava que voluntários, principalmente de São Pedro do Sul, estavam se apresentando para a formação do corpo provisório, cujo comando ficou realmente a cargo do tenente-coronel Voleciano Coelho. Na mesma notícia, constava a relação de outros oficiais do referido corpo: major Ulisses Coelho, capitão Bento Prado e tenentes Mario Garcia, João Cândido Amaral e Hermeto Silveira. O texto finalizava elogiando a escolha de Voleciano Coelho para o comando, visto como S. Sa. comandando tropas, nas últimas campanhas, mostrou-se sempre um oficial valoroso e disciplinador, mantendo sempre a ordem e o respeito à vida e à propriedade dos seus concidadãos (O PROVISÓRIO..., 1926, p. 4).

O *Correio da Serra* informava, em 25/11/1926, que por decreto de anteontem, o Dr. Borges de Medeiros, presidente do estado, criou mais 4 corpos provisórios com sedes em Santa Maria, Cachoeira, Rio Pardo e Palmeira. Esses corpos terão o efetivo de 261 homens (NOVOS..., 1926, p. 1). A mesma edição do jornal também mostrava as dificuldades enfrentadas pelo corpo provisório de Santa Maria:

Segundo nos informa o Edmundo, o novo corpo provisório de Santa Maria está lutando com grande dificuldade para encontrar fornecedor aqui e se o seu ilustre comandante não tomar imediatas e enérgicas providências os seus soldados morrerão à fome.

O comércio local não quer vender a crédito, porque o governo já lhe deve muito e não paga as suas contas e a Cooperativa de Consumo não aceitou o novo

freguês porque o extinto e famoso 11º corpo provisório passou-lhe um calote de duzentos contos de réis.

O Edmundo diz que vai empregar todo o seu prestígio junto à direção da Cooperativa para arranjar crédito para os provisórios. (FALTA..., 1926, p. 1).

A edição de 27/11/1926 de *O Castilhistas* (VÁRIAS..., 1926, p. 2) confirma a organização de corpos auxiliares em alguns municípios sul-rio-grandenses, incluindo Santa Maria: o corpo local era formado por 250 homens, oriundos tanto de Santa Maria quanto de São Pedro do Sul (corroborando informação anterior do *Correio da Serra*). A mesma notícia do jornal *O Castilhistas* (VÁRIAS..., 1926, p. 2) cita os oficiais integrantes do corpo auxiliar de Santa Maria, sendo praticamente os mesmos apontados pela edição de 24/11/1926 do *Correio da Serra* (O PROVISÓRIO..., 1926, p. 4). A diferença é que *O Castilhistas* acrescenta o nome do 2º tenente Mario Macedo Garcia, informa a presença de três sargentos do 1º Regimento no corpo auxiliar santa-mariense, e relaciona João C. do Amaral como capitão (VÁRIAS..., 1926, p. 2), ao contrário do *Correio da Serra*, que o citara como tenente João Cândido Amaral (O PROVISÓRIO..., 1926, p. 4).

No dia 29 de novembro de 1926, o Boletim n.º 333 do 1º R.C. transcreveu a narrativa do levante de Santa Maria divulgada no Boletim n.º 264 do Comando-Geral da Brigada Militar em Porto Alegre, de 20/11/1926. A narrativa inclui a transcrição da comunicação por telegramas entre o major Aníbal Garcia Barão e o comandante-geral da Brigada Militar, realizada enquanto a batalha se desenrolava em Santa Maria. Nos telegramas do major Barão, este comunicava a determinação do 1º R.C. em cumprir o seu dever como defensor da legalidade e da própria cidade, bem como o ânimo dos brigadianos para levarem o combate adiante. O major também informava as posições dos brigadianos e dos rebelados, assim como as baixas do 1º R.C. causadas por mortes e ferimentos durante a luta. Por outro lado, os telegramas do comandante-geral da Brigada Militar informavam o envio dos reforços do Esquadrão Auxiliar de Cachoeira em 16/11/1926, do 2º batalhão e do 26º corpo auxiliar, mais uma tropa federal comandada pelo coronel Atalibio Rezende, em 17/11/1926. Ainda por telegrama, o comandante-geral da Brigada Militar transmitia elogios seus e do presidente do Rio Grande do Sul a todos os integrantes do 1º R.C., pela sua resistência diante dos revoltosos. Um dos telegramas comunicava especificamente as congratulações do presidente do Rio Grande do Sul aos integrantes do 1º R.C., pelos serviços em combate (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1926, f. 2-3). O Boletim n.º 333 do 1º R.C. transcreveu do Boletim n.º 264 do Comando-Geral da Brigada Militar a seguinte moção:

Moção. Recebeu este comando os seguintes sobre o extraordinário feito militar: Estado do Rio Grande do Sul ó Secretaria da Assembleia dos Representantes, em Porto Alegre, 18 de novembro de 1926. N.º 149 ó Ilmo. Sr. Cel. Claudino Nunes Pereira, Comandante da Brigada Militar. Tenho a honra de levar ao vosso conhecimento que a Assembleia dos Representantes, em sua seção de hoje, unanimemente aprovou a seguinte moção: òA Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul cumpre o grato dever cívico de congratular-se com S.S.E.E. o senhor presidente da República e o senhor presidente do Estado pela presteza e eficiência admiráveis que o intrépido Primeiro Regimento de Cavalaria da heroica Brigada Militar, secundado por valentes forças auxiliares, por devotados cidadãos republicanos e por elementos do Exército, que sabem cultivar a honra militar, resistiu ao motim irrompido, principalmente, no seio da guarnição de Santa Maria, enxotando seus desencadeadores daquela localidade e de outros pontos e repelindo, destarte, mais um atentado brutal aos brios e aos sentimentos de ordem da nação e à honra da República. Saúde e fraternida [fraternidade]. (a) Victor Russomano, 1º secretário.ö (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1926, f. 2-3).

Outro desdobramento da revolta militar em Santa Maria foi a repercussão da Ordem do Dia do Coronel Enéas Pompílio Pires, publicada pelo jornal *Correio da Serra* em 14/11/1926 (O ANIVERSÁRIO..., 1926, p. 1), e também pelo jornal *Gaspar Martins* em 29/11/1926 (A ORDEM..., 1926, p. 1-2). Transcrita neste trabalho em página anterior, a Ordem do Dia em questão criticava a situação da República no Brasil, em comparação com a época do reinado de Dom Pedro II. O *Gaspar Martins* discorreu a respeito na mesma edição em que publicou essa Ordem do Dia, a qual teria rendido acusações ao coronel Enéas:

É uma Ordem do Dia de revoltoso, dizem uns; a prova de que ele sabia da revolta é que fez essa Ordem do Dia, dizem outros e ainda outros dizem outros absurdos.

A Ordem do Dia do mui digno coronel Enéas Pompílio Pires deu lugar a esses absurdos, simplesmente porque tudo está podre, tudo está corrompido, o abastardamento é geral e quem fala a linguagem da verdade é um revoltoso, um revolucionário, um inimigo desta república de mentiras, de hipocrisias, de carnaval oficializado e de outras coisas que não se pode dizer porque aí está o estado de sítio para impor silêncio, máxime nesta ocasião.

Desde o advento desta malfadada República, até a presente data não tivemos um presidente que fosse um arremedo, sequer, de Pedro II.

Até a presente data não tivemos um presidente com as virtudes, a magnanimidade, o patriotismo e a humanidade de Pedro II; mas no Rio Grande do Sul é considerado revoltoso, inimigo da República, mazorqueiro, quem fizer justiça a esse brasileiro inexcusável em virtudes, em patriotismo, em moralidade, e o digno coronel Enéas Pompílio Pires que teve a coragem e a nobreza de fazer justiça ao ex-monarca brasileiro, ficou sendo um revoltoso, um anarquista, um inimigo da República, um perturbador da ordem. (A FITA..., 1926, p. 1).

Após a batalha, o coronel Enéas Pompílio Pires lançou uma nova Ordem do Dia, publicada no boletim da guarnição em 19/11/1926 e no boletim n.º 268 do 5º R.A.M., de acordo com AMARAL (2007, p. 64). Nesta Ordem do Dia, o coronel Enéas afirma a derrota dos revoltosos pela Brigada Militar, por sua vez elogiada pela sua atuação no combate:

Historiando ligeiramente o crime de indivíduos sem consciência [os revoltosos], cabe agora elogiar os senhores: tenente-coronel João Moreira Barroso, comandante do 5º R.A.M., pela iniciativa que tomou, recolhendo-se ao quartel do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar do Estado e ali assumindo o comando da guarnição, durante as horas em que estive retido em meu Quartel-General.

A este digno camarada eu me confesso sumamente grato pelos bons serviços que prestou, no sentido de restabelecer a ordem postergada por indivíduos desfibrados.

Senhor major Aníbal Garcia Barão⁵⁵, comandante do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar do Estado, pela habilidade com que se houve para resistir aos amotinados, salvando a cidade do saque e talvez a família santa-mariense da desonra pelos instintos bestiais de quem desprezando os mais elementares preceitos de humanidade, não trepidou em bombardear uma população inerte. A conduta do senhor major Barão é de tal jaez, que não se encontram termos para bem caracterizá-la.

A admiração que lhe consagro levou-me a recomendá-lo ao senhor presidente do estado, por intermédio do senhor Claudino N. Pereira, comandante-geral da Brigada Militar do Estado.

Fica o senhor major Barão autorizado a elogiar e agradecer, em meu nome, os serviços prestados pelos dignos comandados. (AMARAL, 2007, p. 65-66; LOPES SOBRINHO, 2000, p. 108-109).

Na mesma edição em que elogiou a primeira Ordem do Dia do coronel Enéas, em 29/11/1926, o jornal *Gaspar Martins* publicou um artigo do seu diretor Júlio Magalhães, que analisou esta segunda Ordem do Dia, considerando-a uma espécie de defesa do coronel Enéas Pompílio Pires contra aqueles que o acusavam de favorável ao levante militar. O artigo também critica a República brasileira e discorda do pensamento do coronel Enéas em relação aos rebelados:

O mal está mais no regime do que nos homens e com esses mesmos homens, em outro regime, teremos Exército sem politicalha ou não teremos politicalha no Exército e os senhores oficiais estarão [...] cuidando exclusivamente do seu dever profissional ou militar, sem atender aos acenos dos politíqueiros paisanos.

No regime que temos nunca teremos isso, ou por outro, teremos ocasião de ver frequentemente o que estamos vendo no distinto senhor coronel Enéas Pompílio Pires que, em momento de feliz inspiração patriótica, fez uma Ordem de Dia que é um mimo, que é uma joia preciosíssima e por isso mesmo desagradou, irritou todos esses que querem a perpetuidade disso que aí está como consequência lógica dessa corrupção do caráter individual e nacional.

A Ordem do Dia do coronel Enéas Pompílio alarmou e essa gente que governa se revoltou contra ele, e ele procurou desfazer esse ambiente que lhe seria prejudicial, fazendo outra Ordem do Dia de caloroso aplauso à Brigada Militar, ao coronel Barão e de cruéis acusações aos revoltosos.

Disse o senhor coronel Enéas Pompílio que a Brigada ôsalvou a cidade do saque e talvez a família santa-mariense da desonra pelos instintos bestiaisö.

[...]

Ninguém podia fazer uma acusação mais grave a soldados do Exército do que essa que o coronel Enéas Pompílio fez como um arrependido da sua primeira Ordem do Dia, e tudo isso devemos levar em conta do regime em que vivemos, que tudo corrompe, tudo abastarda, tudo deturpa.

[...]

⁵⁵ Aníbal Garcia Barão já era tenente-coronel quando essa Ordem do Dia foi publicada.

Os cabeças da revolta do 5º e do 7º no dia 16 do corrente foi uma coisa de quem estava com a razão extraviada, de quem estava com os sentidos perturbados, foi uma verdadeira loucura; mas uma loucura igual a tantas outras que os senhores militares têm cometido desde a proclamação desta república de mentiras, embustes, desfalques e estados de sítio por quadriênios.

A revolta dos militares do 5º e do 7º foi uma verdadeira loucura, e tanto é isto verdade, que eles se retiraram em desordem e sem saberem qual o rumo que deviam tomar.

Não seremos nós que defenderemos esses patricios incursos em gravíssimo crime que devia ser punido pelas leis militares, sem intervenção das brigadas efetivas ou provisórias, mesmo porque isso poderá servir para desprestigiar ainda mais a força da Nação.

Não seremos nós, repetimos, que tomaremos a defesa dos revoltosos do 5º e do 7º; mas também não seremos nós que subscreveremos o que disse o coronel Enéas Pompílio, em relação a esses patricios que foram vítimas, pelo que nos parece, desses politiquinhos que tudo exploram.

[...]

Sob palavra de honra, declaro que nunca troquei palavras com os oficiais do 5º e do 7º e nem conheço-os, mas sei que são uns moços educados e não creio que fizessem saque e muito menos, que atentassem contra a honra da família santamariense, como diz o ilustre senhor coronel Enéas Pompílio Pires em sua segunda Ordem do Dia que, segundo parece, foi feita para desfazer a má impressão que causou a primeira, que é um mimo porque é verdadeira desde a primeira até a última linha. (MAGALHÃES, 1926, p. 2-3).

O diretor do *Gaspar Martins* retomou o assunto na edição de 20/12/1926, ao comentar as declarações do coronel Enéas Pompílio Pires sobre o levante militar ao jornal *Diário do Interior*. Em seu novo artigo, Magalhães (1926, p. 1) afirmava não ter relações com o coronel Enéas, tendo falado com ele uma só vez, mas o considerava um militar brioso e digno, incapaz de ter se comprometido com a revolta. Magalhães (1926, p. 1) também se dizia convencido de que o senhor coronel Enéas Pires ignorava completamente o plano de revolta do 5º e do 7º, mas que o oficial tinha razão de estar preocupado com a sua defesa, porque nestes tempos de maledicências, de deslealdades e perfídias não faltará quem diga que S. Sa. era entrado no plano, que S. Sa. sabia de tudo (MAGALHÃES, 1926, p. 1). O artigo vai além, mencionando a Ordem do Dia do coronel Enéas divulgada em 14/11/1926, aquela das críticas à República brasileira, e que foi comentada malevolamente, foi explorada perfidamente [...] pelos mais distinguidos membros da alta sociedade, alto comércio, altas indústrias e alta politicalha local (MAGALHÃES, 1926, p. 1). O autor do artigo prosseguia dizendo ser o coronel Enéas Pompílio Pires um militar experiente e inteligente, e por isso certamente saberia que a causa dos males do Exército é a política no Exército ou o Exército na política (MAGALHÃES, 1926, p. 1), a qual estaria envenenando a instituição militar, por sua vez explorada politicamente por Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Assis Brasil (MAGALHÃES, 1926, p. 1). Renovando suas críticas à República, Magalhães (1926, p. 1) comparava o levante militar do 5º R.A.M. e do 7º R.I. como um arremedo que fez o

marechal Deodoro na madrugada de 15 de novembro de 1889 (MAGALHÃES, 1926, p. 1), ou seja, a Proclamação da República, considerada como traição pelo diretor do *Gaspar Martins*:

O Exército, fazendo a República à revelia do povo, cometeu uma traição porque ele havia jurado defender as instituições monárquicas e o seu primeiro dever era defender a lei, a ordem e a autoridade constituída; mas ele meteu os pés em tudo isso e o resultado dessa traição é esse que temos visto, estamos vendo e continuaremos a ver enquanto a política estiver no Exército ou o Exército estiver na política.

Tirar a política do Exército num regime como este que temos é difícil, porque os ministros são fantoches ou amanuenses do presidente, e um ministro da Guerra nessas condições, ou é isso que se viu no marechal Setembrino ou, se não é um politiquero e um mal intencionado, nada pode fazer porque ele é um fantoche ou um amanuense do presidente. (MAGALHÃES, 1926, p. 1).

O tema reapareceu nas páginas do *Gaspar Martins* em 27/12/1926 (MAGALHÃES, 1926, p. 1-2), quando o seu diretor analisou mais uma vez as duas Ordens do Dia do coronel Enéas Pompílio Pires, já mencionadas pelo mesmo jornal. Magalhães (1926, p. 1) tornou a elogiar a primeira Ordem do Dia, porque õdizia verdades desde a primeira até a última linhaõ, alarmando õessa gente que governa sem lei, sem justiça, sem moralõ, que tomou a referida Ordem õcomo uma ameaça de sublevação ou desordem, e o senhor coronel Enéas, que é um militar disciplinado e da ordem, procurou desfazer a má impressão causada pela primeira, dizendo o que se leu na segunda, que foi feito quatro ou cinco dias depois da primeiraõ (MAGALHÃES, 1926, p. 1). Novamente o autor do artigo julgava injusta a forma como o coronel Enéas se referiu aos líderes da revolta militar na segunda Ordem do Dia, mas entendia o porquê disso:

No nosso modo de entender, o honrado coronel Enéas impressionou-se com os malévolos comentários dos alarifes que aproveitaram a *olada* para desprestigiar o Exército em proveito da Brigada do Estado e fez a segunda Ordem do Dia elogiando a dita Brigada e o seu comandante coronel Barão, que foi recompensado sobejamente e imediatamente com uma promoção a tenente-coronel ou coronel.

Com certeza o coronel Barão é esse bravo, esse herói de que fala o coronel Enéas Pires em sua segunda Ordem do Dia; mas nem sempre os mais remunerados são os que mais fizeram.

Em regra, os que mais fazem são os pobres soldados que nunca passam de soldados e se morrem vão para o cisco e se são feridos vão para a última classe dos hospitais. (MAGALHÃES, 1926, p. 1-2, grifo do autor).

Enquanto o *Gaspar Martins* desferia críticas e ressalvas nas edições de dezembro, *O Castilhista* preferiu abrir espaço em suas páginas para enaltecer mais uma vez Aníbal Garcia Barão, através de artigo publicado no dia 4 de dezembro de 1926. Assinado por Augusto de Carvalho, do periódico *A Federação*, o texto contém uma sucessão de adjetivos:

Mais uma página de honra e de bravura acaba de ser inscrita na história do Rio Grande: Aníbal Barão, à frente de seus soldados, reviveu nas serranias de Santa Maria esse feito estupendo que a memória do Brasil conserva na invocação contínua do Forte de Copacabana...

Aníbal Barão é, para nós, uma figura de legendaria beleza moral... Ele foi, nessas 24 horas de resistência sobre-humana, o símbolo glorioso, não só de seus ideais partidários, mas da própria grandeza da República... Lede as comunicações com que pontilhou os acontecimentos: nenhuma frase ribombante, nenhum período inflamado: apenas, no fulgor da própria simplicidade, a serena vontade de cumprir o dever supremo...

Porto Carrero e Antônio João não fariam melhor, e nos tempos heroicos da Grécia, nenhum estratega [estrategista] melhor saberia dizer à República a vitória das armas da Hélade.

Cumpriremos o nosso dever, eis como encerra o primeiro despacho... quanta beleza, quanta elegância moral nessa afirmativa que poderia ser gravado no soco de um monumento votivo... Nenhum grito de entusiasmo ardente a reclamar aplausos ao feito formidável... Saberemos defender com honra a legalidade, como se essa defesa não constituísse a glória para seus autores...

Ele não quer ver na sua atitude de Leônidas mais do que o dever comezinho do soldado...

Depois, vitorioso, quando se justificava a explosão do entusiasmo, quando, com o punhado dos seus bravos, dominava o adversário superior em número e em armas, Aníbal Barão ainda é o homem, sóbrio nas expressões, claro nas afirmativas, modesto no relato: Julgo o movimento subversivo completamente terminado. Julgando termos cumprido nosso dever, apresentamos aos ilustre comandante cumprimentos por mais essa vitória da República. Sempre a ideia do dever, sempre a singeleza do conceito!

Depois da ação formidável, Aníbal Barão procura apagar-se, não disputando aplausos, nem os desejando. A vitória foi da República, não dele, chefe e soldado, herói que, naquele momento encarnou a honra da Pátria... Nem afirma com decisão a vitória que sabemos definitiva... Nem uma vibração externa; nem um viva à República!, apenas a descrição do fato... Nem sabe com certeza se cumpriu completamente o dever, ante a grandeza da causa: insatisfeito, talvez, de não ter podido oferecer mais do que a vida! (CARVALHO, 1926, p. 1).

No dia 6 de dezembro, o jornal *Gaspar Martins* direcionou críticas para o clero local, ao reproduzir a notícia do bombardeio de Santa Maria publicada pelo *O Santamariense*, autorizado órgão da Igreja Católica, que é feito no Bodegão⁵⁶ da Rua Floriano, que é onde se faz e se vende tudo (A REVOLTA, 1926, p. 1). Intitulada *Lutuoso acontecimento*, a notícia original de *O Santamariense* descrevia resumidamente a revolta militar e o bombardeio, e de acordo com a transcrição feita pelo *Gaspar Martins*, terminava assim:

Felizmente, temos que registrar que a Catedral, apesar de colocada em lugar dos mais altos da cidade, nada sofreu. O que não pudemos dizer do palácio episcopal, do Ginásio [Santa Maria] e do Seminário [São José], onde explodiram diversas granadas produzindo graves prejuízos, graças a Deus somente materiais.

Que esta tremenda lição sirva de aviso a todos.

À Nação a fim de que se convença que sem espírito religioso, nos quartéis, não pode haver ordem e progresso e, aos cristãos, em geral, para que não provoquem

⁵⁶ Conforme edição de 08/11/1926 do jornal *Gaspar Martins* (OS REZADORES..., 1926, p. 2), o Bodegão da Rua Floriano era como Júlio Magalhães chamava ironicamente o antigo Ginásio Municipal Santa Maria, atual Colégio Santa Maria, de acordo com BEBER (1998, p. 16).

os castigos de Deus com uma conduta pagão [pagã] como é aquela que invadiu a sociedade hodierna. (A REVOLTA, 1926, p. 1).

O *Gaspar Martins* (A REVOLTA, 1926, p. 1) atribuiu a notícia acima ao fundador e diretor de *O Santamariense*, padre Caetano Pagliuca, que foi ao mesmo tempo elogiado e criticado pelo jornal de Júlio Magalhães. Inicialmente, o *Gaspar Martins* classificou a notícia de *O Santamariense* de õhabilitosa, mas não [...] na altura de um jornal que é órgão da Igreja Católica e é dirigido por um ministro de Deusö (A REVOLTA, 1926, p. 1), para depois questionar a ocorrência exclusiva de prejuízos materiais no Ginásio Santa Maria, pois alunos tinham sido feridos e õesse prejuízo não era materialö (A REVOLTA, 1926, p. 1). E as críticas prosseguiram:

Não se esqueceu o õSantamarienseö de aproveitar a *olada* para dizer que a Nação Brasileira precisa convencer-se que, sem espírito religioso, nos quartéis, não pode haver ordem nem progresso, e pediu aos cristãos em geral para não provocarem os castigos de Deus com uma conduta *pagão* [pagã], (como é aquela que invadiu a sociedade hodierna).

O autorizado órgão da Igreja Católica bem sabe que não é rezando o Padre-Nosso e a Ave-Maria e a Santa Maria nos quartéis que será restabelecida a disciplina e a ordem na caserna, como sabe que a grande maioria da sociedade hodierna vive nas Igrejas, nas procissões e cada vez fica mais levada do diabo.

Ninguém escancara mais a garganta nas rezas do que esses urubus do Bodegão da Rua Floriano, mas também ninguém tem tão absoluta falta de sentimentos de humanidades como eles, e se eles já não possuem canhões e metralhadoras para bombardear e metralhar casas e pessoas é porque raspam suavemente as algibeiras dos pais dos seus alunos, que é o que eles querem.

No nosso modo de entender, o papel que o õSantamarienseö tinha o dever de fazer nesta ocasião não era esse que ele está fazendo.

O papel do õSantamarienseö, nesta ocasião, devia ser este: aconselhar, pedir, suplicar a paz, a harmonia, a extinção de ódios, de vinganças, de ambições de parte a parte, mesmo porque ele bem sabe que o que temos sofrido, estamos sofrendo e havemos de sofrer é por causa de dois homens que se chamam Antônio Augusto Borges de Medeiros e Joaquim Francisco de Assis Brasil, o primeiro porque não quer entregar os cofres e as posições ao segundo, e o segundo porque quer os cofres e as posições que o primeiro não quer entregar-lhe.

[...]

E vamos terminar pedindo ao Grande Deus para levar ao espírito dos redatores do õSantamarienseö (que devem ser todos eles, esses que usam batina no corpo e Cristo no peito) um bocadinho de humanidade, a fim de que o Deus deles não seja o DINHEIRO. (A REVOLTA, 1926, p. 1, grifos do autor).

As repercussões do levante militar de 1926 ainda ocuparam as páginas do *Gaspar Martins* em 3 de janeiro do ano seguinte, quando o seu redator-chefe precisou justificar sua opinião acerca dos líderes daquele movimento. Segundo o próprio Magalhães (1927, p. 2), ele não conhecia nem defendia os oficiais do 5º R.A.M. e do 7º R.I., mas por considerar injusta a forma como o coronel Enéas Pompílio Pires referia-se a eles, e também por ouvir o que õdizem esses que só sabem dar razão e aplaudir os vencedores e condenar os vencidos,

embora vencidos com dignidade, com honra e, informado do que dizem esses miseráveis exploradores, [...] cumpro o meu dever (MAGALHÃES, 1927, p. 2). E explicava:

Chegando ao meu conhecimento que um desses engrossadores de vencedores e condenadores de vencidos disse que o maior crime que um militar pode cometer é esse de *quebrar os laços da disciplina* e revoltar-se contra as leis militares e os seus superiores e, que, só um doido como esse velho do Gaspar Martins poderá defender os oficiais revoltosos do 7º e do 5º, repetimos o que temos dito tantas vezes, isto é, que não somos defensores desses oficiais; mas somos amigos da verdade e da justiça e é como tais que dizemos que, revoltosos, foram o marechal Deodoro da Fonseca, o tenente-coronel Benjamin Constant e todos os outros oficiais que tomaram parte na mazorca de 15 de novembro de 89; revoltoso foi Alexandrino de Alencar que morreu como ministro da Marinha; revoltoso foi, se não estamos enganados, o atual ministro da Guerra, general Nestor dos Passos, e outros moços militares, inclusive o coronel Enéas Pires.

Se não estamos enganados, em 1891, o coronel Enéas Pires era cadete e também revoltou-se contra o Dr. Júlio de Castilhos; entretanto, hoje, o coronel Enéas é um militar rigorosamente disciplinado e o atual ministro da Guerra não tolerará o oficial ou praça que se revoltar contra as usurpações e as degolas do Rio Grande do Sul. (MAGALHÃES, 1927, p. 2, grifo do autor).

Além da repercussão nos jornais, o levante militar de Santa Maria teve mais desdobramentos. Segundo Figueiredo (1995, p. 193), o tenente Vicente Mário de Castro e 38 praças do 6º Grupo de Artilharia a Cavalos saíram de São Gabriel seis dias após o levante do 9º R.C.I., naquela cidade, para se reunirem com os revoltosos de Santa Maria. O encontro aconteceu na estância do coronel Favorino Dias, na região do Seival, no Município de Caçapava do Sul. Tomando conhecimento da aproximação de um corpo reforçado de provisórios, procedente de Alegrete e liderado por Osvaldo Aranha, os rebelados prepararam-se para enfrentá-los. Era o combate do Seival, ocorrido em 25/11/1926, conforme os apontamentos de Figueiredo (1995, p. 193) e Lopes Sobrinho (2000, p. 113-114).

De acordo com Lopes Sobrinho (2000, p. 110), Osvaldo Aranha era intendente de Alegrete na época, e a força comandada por ele se constituía por uma tropa de civis, a qual fazia parte do Destacamento Major Morais, por sua vez comandado pelo major do Exército Luiz Carlos Morais. Este destacamento fora organizado por ordem do comandante da 3ª Região Militar, devido aos levantes em São Gabriel, Bagé e Santa Maria. Era constituído por oitenta homens do Serviço de Remonta e pelo 4º esquadrão do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, que partira rumo a São Gabriel em 14/11/1926, comandado pelo capitão Eugênio Henrique Krum. Completava o efetivo do Destacamento Major Morais um grupo de soldados do 6º R.C.I., comandados pelo capitão Gustavo Adolfo Ramos de Melo, mais a tropa comandada por Osvaldo Aranha, com auxílio do major Laurindo Ramos, conforme Lopes Sobrinho, (2000, p. 110).

No dia 25 de novembro de 1926, a força de quinhentos homens liderada por Osvaldo Aranha e pelo major Laurindo Ramos foi emboscada no Passo do Seival, sofrendo uma derrota no combate travado contra os rebeldes. Sob a liderança do tenente Alcides Etchegoyen, quatrocentos homens armados (entre civis, oficiais e praças do Exército) atacaram a tropa legalista na várzea do Seival. Três metralhadoras Hotchkiss manejadas por hábeis atiradores, além dos fuzis, provocaram mais de cem baixas nas forças legalistas, entre mortos e feridos, além da morte de animais e extravio de material bélico. A derrota foi uma consequência da desobediência de Osvaldo Aranha e Laurindo Ramos às ordens do major Luiz Carlos Morais, o qual determinara ao primeiro a exploração da região de Caçapava, e ao segundo, a exploração das estradas provenientes de São Sepé. As duas tropas deviam localizar o inimigo, mas evitando entrar totalmente em combate até a chegada completa das forças do major Morais, que por sua vez deveria ser comunicado periodicamente sobre os passos da missão confiada às duas tropas. O major Laurindo Ramos jamais manteve contato com o major Morais, enquanto Osvaldo Aranha enviou notícias apenas inicialmente, para depois cortar contato e ainda por cima ordenar a retirada do 4º esquadrão do 1º R.C. do Passo do Rocha, no Rio Vacacaí. O 4º esquadrão estava guarnecendo o local por ordem do major Luiz Carlos Morais, a fim de evitar a passagem dos revoltosos, mas acabou se envolvendo no combate do Seival devido à decisão de Osvaldo Aranha, que terminou gravemente ferido no tornozelo por uma bala de mosquetão, sendo mais tarde operado em Lavras do Sul. A situação desfavorável levou o major Laurindo Ramos a ordenar a retirada das tropas legalistas do Passo do Seival, indo ao encontro do destacamento liderado pelo major Luiz Carlos Morais, que estava se deslocando para auxiliar as tropas emboscadas (FIGUEIREDO, 1995, p. 193-194; LOPES SOBRINHO, 2000, p. 110-122).

O combate incluiu baixas na força do 1º R.C., conforme se lê em comunicado do tenente-coronel Aníbal Garcia Barão no Boletim n.º 335 desse regimento, de 01/12/1926:

Sejam excluídos do estado efetivo do Regimento e dos esquadrões a que pertencem os cabo José Maria de Almeida e soldados Juvelino José Borges, Genovencio Rodrigues da Silva, Felício Lemos de Araújo e Maximiano Soares, por terem sido mortos no combate do Seival, conforme comunicação do capitão Eugênio Henrique Krum, ontem publicada.

Mais cinco vítimas dos falsos regeneradores.

Como bravos, tomaram no campo da luta quando, lealmente, cumpriam o seu dever.

Ficaram no dorso de uma coxilha esperando nossa vingança, que será realizada em breve.

Para eles, por enquanto as nossas homenagens e gratidão. (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1926, f. 2).

Ainda no começo de dezembro, o governo sul-rio-grandense decidiu organizar o 16º Corpo Auxiliar da Brigada Militar, para defender a Estrada de Ferro, em caso de ataque por parte dos inimigos da ordem (16º CORPO..., 1926, p. 2), conforme noticiou o jornal *O Castilhist* em 25/12/1926. Essa mesma notícia informa que a organização do 16º Corpo Auxiliar, denominado Batalhão Ferroviário, ficou a cargo de Felisbino Monteiro, diretor de *O Castilhist*. O texto da referida notícia informa que Monteiro estava em Porto Alegre quando foi convidado para ser major-fiscal do Batalhão Ferroviário, e narra a organização dessa força:

Mais uma vez, sem vacilar, se pôs o nosso diretor às ordens do eminente chefe, Dr. Borges de Medeiros, com o mesmo desprendimento e dedicação de sempre, sendo-lhe, então, determinado que se transportasse, em seguida, para Santa Maria, onde organizaria uma parte do aludido batalhão, para seguir para aquela capital, onde ficaria sediado. Em aqui chegando, pela manhã de 3 [de dezembro de 1926], deu imediatamente início à organização da companhia, reservada para Santa Maria. Dois dias após, o major Monteiro comunicava ao governo que estava completo o efetivo, em face do que recebeu ordem urgente de elevar o número de 100 para 150 homens. Trinta e seis horas mais tarde, já contava 176 soldados alistados. E como tivesse para mais do número preciso, dispensou o excedente, que era de 26 homens, entre os quais, alguns menores, operários e doentes. Entretanto, no dia seguinte, o Comandante-Geral da Brigada ordenou que fosse elevado para 200 homens o esquadrão aqui aquartelado. Sem violências e enfrentando quase todos os óbices *encapotados*, dentro de poucos dias esteve esse contingente completo, o que tem causado verdadeira estupefação, sabido como é, quanto é difícil uma cousa assim em nossa terra, onde a desorganização política atingiu ao auge pela falta de coesão, tino, energia e abnegação, entre alguns próceres em evidência e devido à traição de tipos *melancias* e desclassificados outros...

A campanha de ódios e vinganças, ao serviço de caprichos mal compreendidos, de ambições e vaidades pessoais, tem sido o fator máximo dos males que nos torturam e das necessidades que nos afligem.

Pesa-nos dizê-lo, mas é forçoso confessar que, ainda agora, neste esforço que estamos fazendo em obediência aos chamamentos do patriotismo e ao apelo do governo, mais de uma vez esbarramos nos empecilhos criados pela desídia e má vontade... Superiores e serenos, porém, como quem tem a consciência do cumprimento do dever, prosseguimos, sempre para a frente, esmagando a hidra para atingir a vitória!

E aí está, Partido Republicano, essa modesta mas disciplinada e ordeira força, trazendo nos seus frágeis ombros, a responsabilidade imensa da defesa dos teus sacrossantos ideais. (16º CORPO..., 1926, p. 2, grifos do autor).

Conforme Beltrão (2013, p. 622), *O Castilhist* voltava-se para os interesses do município [de Santa Maria] e do Partido Republicano. Tendo em vista a linha política desse jornal e os apontamentos de Neto (2013, p. 81) e Pesavento (2014, p. 76-78), que mostram ser o Partido Republicano Rio-Grandense dirigido na época pelo então presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, entende-se por que o diretor de *O Castilhist* fora convidado para organizar o 16º Corpo Auxiliar. E também o enaltecimento do Partido Republicano incluído no texto da notícia citada logo acima, cuja sequência elogia o desempenho de

autoridades e filiados republicanos para a incorporação de voluntários ao Batalhão Ferroviário (16º CORPO..., 1926, p. 2). O texto encerra com mais informações acerca do aludido batalhão:

Conforme quadro e Decreto publicados na Federação, o corpo terá o efetivo de 424 homens e a sua sede será nesta cidade.

Por ora, ficará constituído somente de uma ala, sob o comando do major Felisbino Monteiro, embora com o efetivo quase completo com pessoal agregado. Um esquadrão ficará considerado destacado na capital do estado.

Congratulamo-nos com os organizadores do 16º e com o benemérito governo do estado, representado pelo distinto e valoroso Cel. Claudino Nunes Pereira pelo brilhante sucesso obtido a despeito de todos os despeitos... (16º CORPO..., 1926, p. 2).

Lopes Sobrinho (2000, p. 109-110) informa que, no dia 5 de dezembro de 1926, um efetivo do 1º R.C. comandado pelo tenente-coronel Aníbal Garcia Barão e constituído pelo 1º esquadrão, Pelotão de Metralhadoras e praças do 2º e 3º esquadrões embarcou num trem expresso, na Estação Ferroviária de Santa Maria, com destino a Cachoeira do Sul. A missão era combater forças rebeladas atuantes na região, tanto que a Brigada Militar partiu em perseguição aos revoltosos nos dias seguintes, acampando pelo caminho. Às 14h30min de 06/12/1926, as forças do 1º R.C. levantaram acampamento do Passo da Praia, próximo a Cachoeira do Sul, e às 19h45min acamparam em Seringa. Naquele mesmo dia foi organizado o Destacamento Esteves, por ordem do comandante da 3ª Região Militar. Este destacamento era formado por três esquadrões do 1º Regimento de Cavalaria, pelo 15º Corpo Auxiliar e por um pelotão de metralhadoras pesadas, e seu objetivo era encontrar e perseguir as forças inimigas, em colaboração com o Destacamento Major Moraes e demais tropas legais.

Conforme os apontamentos de Lanna Júnior (2008, p. 332-333) e Lopes Sobrinho (2000, p. 123-127), os levantes em Bagé, São Gabriel e Santa Maria precipitaram o plano de invasão do Rio Grande do Sul pelas forças comandadas pelo general Isidoro Dias Lopes. O plano estabelecia originalmente que o estado seria invadido em 26/12/1926 por três grupos rebelados, através das cidades de Rivera, Quaraí e Santa Rosa. Posteriormente, os grupos deveriam se unir para formar a Coluna Júlio Barrios, a qual incluiria os militares que participaram da revolta do encouraçado *São Paulo*, assim como civis. Entretanto, os preparativos dos revolucionários não puderam ser concluídos devido à precipitação das revoltas militares em São Gabriel, Bagé e Santa Maria, levando o general Isidoro a ordenar a invasão do Rio Grande do Sul antes do planejado, a fim de auxiliar os revoltosos. Assim, em 24/11/1926 o estado foi invadido pelas forças de Zeca Neto, enquanto os demais revolucionários invadiram em 26/12/1926. Além de não conseguirem formar a Coluna Júlio

Barrios, os invasores também foram derrotados pelos destacamentos Moraes e Esteves em uma série de combates. A falta de munição e de condições para levar a luta adiante provocou a divisão das forças de Zeca Neto em diferentes grupos, que tomaram caminhos diferentes com destino ao Uruguai, aonde chegaram em janeiro de 1927.

Em Santa Maria, a edição de 04/01/1927 do jornal *Correio da Serra* reproduziu um comunicado oficial acerca da fuga das forças rebeladas para o território uruguaio:

RIO, 3 ó (Correiserra) ó A Secretaria da Presidência da República forneceu à imprensa a seguinte nota:

õOs rebeldes que nos últimos dias de novembro em número de quatrocentos homens haviam invadido o Rio Grande do Sul sob o comando de Zeca Neto, entraram, no dia 25 deste, ao sul de São Sepé, em contato com as forças legais, estas ao mando dos majores do Exército Esteves e Moraes, sendo completamente derrotados, tendo perdido 42 homens mortos e muitos feridos. Das tropas legais foram mortos três, entre os quais o capitão do 13º corpo auxiliar Otávio Motta.

õTenazmente perseguidos, rumaram para a fronteira uruguaia, em direção a Três Vendas. Aí, de fato anteontem, com as forças rebeldes de Santa Maria, invadiram o território oriental, tendo sido presos em número de trezentos por forças uruguaias, desarmados e internados no campo de Taquarembó, devendo os chefes serem levados para Montevideú.ö (A REVOLUÇÃO..., 1927, p. 1).

No dia 9 de janeiro de 1927, o *Correio da Serra* reproduziu um telegrama procedente de Montevideú, informando que ão governo baixou um decreto mandando internar no campo de Taquarembó os revolucionários gaúchos que transpuseram a fronteiraö (A INTERNAÇÃO..., 1927, p. 1). Conforme noticiou o jornal *Gaspar Martins* (ÚLTIMA..., 1927, p. 3) em 10/01/1927, estava praticamente encerrado o movimento revolucionário no Rio Grande do Sul, ãe com certeza os cofres da nação vão ser aliviados em muitos milhares de contos mensais que estão sendo derramados nos bolsos dos senhores provisórios defensores da *legalidade* que irão dar em gritoö (ÚLTIMA..., 1927, p. 3, grifo do autor).

Quem também criticava os provisórios era o jornal *Correio da Serra*, ao noticiar o retorno do efetivo do 1º R.C. a Santa Maria, na edição de 18/01/1927:

Pouco depois de meia-noite desembarcou nesta cidade o 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar do Estado, recolhendo-se ao seu quartel na Praça Júlio de Castilhos⁵⁷.

O 1º Regimento que daqui saíra em novembro para combater o exército revolucionário, veio agora de Caçapava.

A notícia de sua volta a Santa Maria há de, certamente, causar regozijo à população, por tratar-se de uma força disciplinada e ordeira que se encarregará do policiamento da cidade, livrando-a dessa mancha que era o corpo provisório local, elemento tão ruim que o governo do estado viu-se obrigado a mandar dissolvê-lo. (VOLTOU..., 1927, p. 2).

⁵⁷ Praça que existia em frente ao quartel da Brigada Militar em Santa Maria, conforme Beltrão (2013, p. 422).

Independente das críticas da imprensa aos corpos provisórios, o governo do Rio Grande do Sul considerava encerrado o combate aos revolucionários, conforme o Boletim n.º 21 do Comando-Geral da Brigada Militar, de 26/01/1927. O mesmo documento comunica a dissolução do 16º C.A. por ordem do presidente do estado, ãem vista de estar normalizada a situaçãoo (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. 191).

Na ocasião, o 16º C.A. era composto de dois esquadrões: o 1º esquadrão ficava em Santa Maria e foi dissolvido em 20/01/1927, enquanto o 2º esquadrão ficava em Porto Alegre, sendo dissolvido em 22/01/1927, de acordo com o referido Boletim n.º 21 (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. 191). O mesmo boletim publicou os agradecimentos do coronel Claudino Nunes Pereira aos serviços prestados pelas forças dissolvidas: ao 1º esquadrão, pelo policiamento de Santa Maria e por ter guarnecido trens quando revoltosos ameaçaram a linha férrea; ao 2º esquadrão, por ter restabelecido a ordem em Candelária após incursões de um grupo rebelde (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. 191-192). O coronel Claudino Nunes Pereira terminava os agradecimentos mencionando dois oficiais:

Faço menção especial do nome do major Felisbino Monteiro, comandante da ala, que tornou-se digno do melhor apreço, pela lealdade, abnegação e inteligência com que organizou o 1º esquadrão, com efetivo superior a 200 homens e orientou sua ação, reafirmando suas qualidades de republicano convicto e infatigável.

Aprez-me também citar o capitão Roberto Henrique de Oliveira, que, dirigindo isoladamente o 2º esquadrão, o fez com muita lealdade e acerto, correspondente [correspondendo] plenamente à confiança em si depositada. (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. 192).

A dissolução do 16º Corpo Auxiliar também foi divulgada pelo jornal *O Castilhistas* na edição de 22 de janeiro de 1927, onde é informado o licenciamento de oficiais e praças que constituíam o 16º C.A. E justifica a decisão do governo do estado de dissolver aquela força ãpor ter cessado o motivo de sua criação, pois Zeca Neto e outros chefetes com suas tropilhas de assalariados e saqueadores, acossados e vencidos [...], foram obrigados em marcha forçada [...], a penetrar no Uruguai, onde, internados, irão [...] comer o amargo pão do exílioo (DISSOLUÇÃO..., 1927, p. 3). Na sequência, a notícia informa que os oficiais da ala santamariense do extinto 16º C.A. ofereceram um churrasco na Montanha Russa⁵⁸ ãos soldados e aos civis que nos momentos precisos prestaram seus serviçosö (DISSOLUÇÃO..., 1927, p. 3).

⁵⁸ Antigo local de lazer implantado em Santa Maria pelo italiano Venceslau Sfoggia (popularmente conhecido como ãVelho Cuqueö). Localizado na encosta da serra, funcionou de 1907 a 1932 e possuía bosques, um grande lago e equipamentos de diversões idealizados por Sfoggia. Nada mais resta da Montanha Russa, e o lugar encontra-se atualmente submerso pela Barragem do Vacacaf-Mirim (BELTRÃO, 2013, p. 535; MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p. 262).

Também noticia os agradecimentos e elogios prestados pelo capitão Armando Borges e pelo tenente Laurindo Corrêa Machado, oficiais da mencionada ala, aos soldados e civis ôque pelos seus alevantados ideais abandonaram, num gesto digno de imitação, as comodidades do lar e os interessesô (DISSOLUÇÃO..., 1927, p. 3). Ao final, *O Castilhista* informa que todos os integrantes da ala receberam integralmente seus vencimentos, e que o major Felisbino Monteiro seguiu rumo a Porto Alegre, acompanhado pelos oficiais Armando Borges e Laurindo Corrêa Machado, em viagem a serviço ainda do 16º Corpo Auxiliar (DISSOLUÇÃO..., 1927, p. 3).

O Castilhista continuou o tema em 04/02/1927, quando reproduziu o discurso proferido pelo tenente Laurindo Corrêa Machado após a extinção do 16º C.A.:

Senhor comandante, meus camaradas:

Em virtude da determinação do Exmo. senhor presidente do Estado, são, nesta data, licenciados os oficiais e praças que, tão abnegadamente, vinham prestando seus serviços ao Rio Grande e ao Brasil queridos. Meus camaradas, nos poucos dias que permaneci nesta ala, já achei que cometeria uma injustiça, se por uma ou outra maneira, não viesse à vossa presença trazer as minhas sinceras despedidas. E, como não sou dotado do necessário preparo intelectual e, principalmente, do dom da palavra, resolvi despedir-me por meio destas simples palavras escritas, que embora não tenham a inspiração de um grande orador, têm, todavia, o principal: a lealdade dum simples soldado da legalidade, que, hoje, como amanhã, se for preciso, estará ao lado de todos vós pronto para defender o Rio Grande republicano e a nossa cara pátria.

Assim, pois, eu me despeço de vós, almejando que, finda a espinhosa missão confiada a cada um, cheguem aos vossos lares, encontrando todos que vos são caros, em completa felicidade. Aproveito o ensejo para agradecer-vos as atenções que me dispensaram desde a minha apresentação nesta ala, até o dia da sua dissolução. Disse. (AINDA..., 1927, p. 1).

No mesmo dia em que *O Castilhista* divulgou a primeira notícia sobre a dissolução do 16º C.A., em 22/01/1927, o comandante da 3ª Região Militar destinou o ofício n.º 26 ao presidente do Rio Grande do Sul. Posteriormente enviado à Brigada Militar, o documento foi transcrito no Boletim n.º 24 do Comando-Geral da Brigada, em 29/01/1927 (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. 215). Naquele ofício, o comandante da 3ª Região Militar transmitia elogios do major Luiz Carlos de Moraes para Osvaldo Aranha, para o capitão Eugênio Henrique Krum e para o major Laurindo Ramos, pelos seus esforços no combate do Seival. Também havia elogios para os seguintes militares, que atuaram em combate posterior, na região de Pequeri:

Não me furto ao prazer de elogiar o major Luiz Aranha, capitão Sinhô Carús, Dr. Eugenio Pinto, tenente Carlos Eugenio de Campos Velho, tenente Saul, Nena Paniago, Nena Fagundes, capitão Lau Costaguta, capitão Eugenio Krum, 1º tenente Luiz, Teófilo e Cavalcante, do 4º esquadrão do 1º R.C.B.M., pela prontidão e

bravura demonstrada na ação. Autorizo os comandantes de unidades a elogiar os que mais se salientaram na luta. (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. 215-216).

O major Luiz Carlos de Moraes encerrava destacando o desempenho de vários militares em combate (incluindo as forças do 1º R.C.), assim que dissolveu o seu destacamento em 03/01/1927:

Cito com as melhores referências o bravo major Otacílio Fernandes pela pertinaz e contínua perseguição à coluna rebelde desde 3 de dezembro passado, após o combate do Pequeri, conforme lhe ordenara, até o dia em que Zeca Neto e seu bando, acossados de perto, deixaram a nossa amada terra que nunca souberam servir e na qual mais uma vez vieram espalhar o luto e a orfandade. Oficial jovem e brilhante, está o major Otacílio Fernandes talhado a uma carreira invejável. Os serviços do 21º C.A. que ele comandou são desses que jamais serão esquecidos. Ao capitão Eugênio Krum, comandante do 4º esquadrão do 1º R.C.B.M. e seus dignos oficiais os meus agradecimentos pelos bons serviços prestados, oficiais cujos nomes declaro com satisfação: 1ºs tenentes Cavalcanti, Teófilo e Luiz. Ao comandante e oficiais do 26º C.A., embora em pouco tempo servindo no Destacamento, não posso deixar de citar pela memorável perseguição em que fazia a vanguarda, desde o dia 25 até 30 do passado, tendo nesse percurso travado diversos tiroteios com a retaguarda rebelde. (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. 216).

O Boletim n.º 24 do Comando-Geral da Brigada Militar encerrava prestando louvores do coronel Claudino Nunes Pereira ao tenente-coronel Emilio Lucio Esteves e aos oficiais que atuaram sob o comando deste, incluindo o tenente-coronel Aníbal Garcia Barão. Ao final, o coronel Claudino Nunes Pereira autorizava os comandantes das unidades que integraram o Destacamento Esteves a louvarem, em nome do Comando-Geral da Brigada, todos os oficiais e praças que atuaram nos combates contra as forças revolucionárias (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. 221-223). Posteriormente, foi acrescentado louvor ao 2º tenente Júlio Figueira, do 4º esquadrão do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, ferido gravemente no combate do Seival, conforme publicado no Boletim n.º 28 do Comando-Geral da Brigada Militar, de 03/02/1927 (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. 256).

No dia 25 de janeiro de 1927, o *Correio da Serra* questionava onde estavam os revoltosos de Santa Maria e São Gabriel, uma vez que os comunicados oficiais nada diziam sobre eles, e também porque õna lista dos internados no Uruguai não figuram os nomes dos 5 tenentes que chefiam as suas tropas sublevadasö (ONDE..., 1927, p. 4). De acordo com Figueiredo (1995, p. 194-195), após o combate do Seival, os revoltosos atravessaram municípios da fronteira, dentre os quais São Gabriel, até se internarem na República do Uruguai. Por sua vez, Lopes Sobrinho (2000, p. 180-181) traça o paradeiro dos oficiais que

participaram do levante militar em Santa Maria: inicialmente foram para Buenos Aires, na Argentina, e mais tarde se exilaram em Melo, no Uruguai, onde se sustentaram trabalhando na construção da ponte entre as cidades de Jaguarão (Brasil) e Rio Branco (Uruguai).

Lopes Sobrinho (2000, p. 133) informa que um dos líderes do levante em Santa Maria, o 1º tenente Heitor Lobato Valle, encaminhou um manifesto para o jornal *Libertador*, de Pelotas (RS), em janeiro de 1927. De acordo com Lopes Sobrinho (2000, p. 133), o manifesto de Heitor Lobato Valle fora redigido ainda em Buenos Aires, mas enviado ao jornal a partir de Melo, no Uruguai. O texto foi publicado pelo *Libertador* em 12 de março de 1927, sob o título *Memórias da revolução e a falência do pudor*. Através dele o tenente criticava a nota oficial do Quartel-General da 3ª Região Militar, sediada em Porto Alegre (RS), a respeito dos levantes militares no Rio Grande do Sul. Segundo o manifesto, essa nota oficial era assinada pelo major Amaro de Azambuja Vilanova e fora disponibilizada à imprensa porto-alegrense em 29 de dezembro de 1926 (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 134). A crítica do 1º tenente Heitor Lobato Valle era contra a forma como a nota da 3ª Região Militar narrava a batalha havida em Santa Maria em novembro de 1926, bem como os combates posteriores, fora desse município, como transcreve Lopes Sobrinho (2000, p. 134-142).

Heitor Valle indignava-se com a narrativa porque ela afirmava terem sido os revoltosos acossados pela Brigada Militar, o que segundo o 1º tenente não se deu. A versão dele, reproduzida por Lopes Sobrinho (2000, p. 134-142), garantia que os rebelados não pretendiam sacrificar a população santa-mariense, por isso queriam atacar o quartel do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, então considerado fora da zona urbana. O manifesto de Heitor Valle prosseguia garantindo que, devido à chegada dos brigadianos ao centro de Santa Maria, a intenção dos rebelados teria se modificado para levar o combate à região do Prado, menos povoada, o que não teria se consumado devido ao que Heitor Valle chamou de *covardia do adversário* (LOPES SOBRINHO, p. 135). Na sequência, o 1º tenente afirma que a Brigada encontrava-se apavorada e por isso manteve-se no centro da cidade, onde se abrigou dentro das casas, pondo em risco a vida de mulheres e crianças (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 135). Dessa forma, o manifesto justifica que Santa Maria deixou de ser um objetivo para os revoltosos, os quais teriam se retirado ordenadamente da cidade, sem perseguição por parte da Brigada Militar, como transcreve Lopes Sobrinho (2000, p. 135-136).

Também foi alvo das críticas o coronel Enéas Pompílio Pires, conforme se lê no artigo *Um herói da atualidade*, redigido por Heitor Lobato Valle em Buenos Aires na data de 18/01/1927 e publicado em duas partes pelo jornal *Correio da Serra*. A primeira parte veio a

público na edição de 13/02/1927 desse jornal, e as críticas iniciam já nos dois primeiros parágrafos:

Depois que as forças revolucionárias se retiraram da cidade de Santa Maria, os *heróis* governistas, sem esperar sequer que alguém lhes cantasse os feitos, procuraram os jornais para, em telegramas, entrevistas, boletins e outros meios de publicidade, levar ao conhecimento do país inteiro os atos de heroísmo que eles tiveram intenção de praticar e que, na sua adoração pelo próprio *eu*, narram como se fosse atos praticados.

Entre tantos outros se destaca, pela originalidade com que procura desvirtuar os fatos, o Sr. Cel. Enéas Pompílio Pires, que, no dia do levante, comandava a 5ª Brigada de Infantaria. (VALLE, 1927, p. 1, grifos do autor).

O artigo comparava o coronel Enéas, pelas suas atitudes, com o personagem literário Dom Quixote, de Cervantes. E afirmava que ãa atitude quixotesca do Cel. Enéas já se vinha fazendo notar desde o dia 15 de novembro, véspera do levante, quando o então comandante da 5ª Brigada de Infantaria ãpublicou um boletim, no qual, depois de se referir com entusiasmo à brilhante quadra política que foi a do nosso segundo Império, virou-se contra um pobre diabo indefeso que nesse dia deixava o mandato de presidente da República (VALLE, 1927, p. 1). O autor do artigo concordava com o diagnóstico do coronel Enéas para a situação do Brasil, vista como precária, em comparação com o tempo do Império, ãno qual, sob a direção do venerando D. Pedro de Alcântara, o nosso Brasil fruiu bem melhores dias (VALLE, 1927, p. 1). Desse ponto em diante, o artigo aponta que a solução do país viria apenas pela revolução, a fim de colocar as pessoas capacitadas para dirigir o país. E continua:

Durante o tempo em que os revolucionários permaneceram em Santa Maria, o senhor coronel Enéas Pompílio Pires desfrutou a cômoda situação de *preso em sua residência* sem nada fazer em prol da legalidade, da qual ele é hoje um extremado defensor. Apenas no início do levante ele tentou, desarmado, e, por meios brandos, subjugar-lo; reconhecendo, porém, a sua nenhuma força moral sobre a tropa, se submeteu, muito conformado, à prisão que lhe foi imposta.

Depois que nos retiramos da cidade, S. Sa. resolveu, quixotesicamente, escrever narrativas, conceder entrevistas e publicar boletins, onde pudesse deixar bem patente a sua ação enérgica, tão cheia de atos de verdadeiro heroísmo.

[...]

Melhor seria que tivesse pautado a sua conduta pelo modo altamente criterioso e superiormente digno como procedeu o senhor major Eliezer Abbott: não tendo podido reagir à voz de prisão que lhe fora dada, a ela se submeteu e ficou inativo durante todo o tempo em que durou a luta, finda a qual, já que lhe não foi possível fazer nada pela legalidade, conservou-se no mais absoluto mutismo, não assumindo atitudes de D. Quixote a fantasiar cenas de que não foi protagonista. (VALLE, 1927, p. 1, grifo do autor).

Na segunda parte do artigo, publicado pelo *Correio da Serra* em 15/02/1927, o 1º tenente Heitor Lobato Valle aponta incoerências do coronel Enéas Pompílio Pires. De acordo

com o texto divulgado, durante o mandato do presidente Artur Bernardes, o coronel Enéas, ãhomem de ideias francamente revolucionárias, não admitia que a banda de música do seu regimento, o 8º de Infantaria, tocasse outra peça que não fosse o *Seu Mé* e que as praças, durante a marcha, cantassem outra canção que não fosse o *Seu Méö* (VALLE, 1927, p. 1). O artigo também afirma ter o coronel Enéas levado, õcom intuios subversivosõ, o seu regimento õbem municiado com cartuchos de guerraõ para manobras em Saicã, mas foi denunciado e, arrependido, mandou õlançar nas águas do Santa Maria toda a munição que levavaõ (VALLE, 1927, p. 1). Sem contar a tentativa frustrada do mesmo coronel de conter o início do levante militar de Santa Maria, fato já descrito por Valle (1927, p. 1).

O texto aponta que os rebelados guarneceram o Quartel-General durante a revolta para impedir a adesão de Enéas Pompílio Pires ao movimento, pois, de acordo com Valle (1927, p. 1), o comandante da 5ª Brigada de Infantaria mostrava-se desgostoso com a República, e sua adesão õviria empanar grandemente o brilho da sagrada causa da republicanização do Brasilõ (VALLE, 1927, p. 1). Mais adiante, rebate algumas afirmações do coronel Enéas divulgadas pela imprensa:

O senhor coronel taxou a nossa conduta de má porque não deixamos sair pessoa alguma de sua família [do Quartel-General]; nada mais humano, pois maior perigo correriam essas pessoas atravessando as ruas da cidade, depois de iniciado o tiroteio, do que se conservando no interior do Quartel-General, de uma vez que a polícia não dispunha de artilharia para bombardear o Quartel do 7º Regimento e adjacências.

Sua Sa. e mais pessoas da família não ficaram expostas às balas, pois as peças mais interiores da casa não podiam ser absolutamente batidas.

De resto, podíamos ter considerado de nenhuma valia a vida não só de S. Sa. como de qualquer outra pessoa da família, uma vez que nesse momento tínhamos em vista assegurar, não a vida dos particulares, mas o futuro e o progresso do Brasil, que só acreditávamos viável no dia em que se conseguir implantar a democracia.

[...]

Quanto ao fato de haver S. Sa. passado tanto tempo sem alimentar, podemos assegurar que não foi resultado de intenção perversa da nossa parte.

[...] Logo, porém, que o tenente Iguatemi recebeu o bilhete de S. Sa., providenciou para que lhe fossem remetidas duas garrafas de cerveja (e não leite como afirma S. Sa.) e várias latas de doce e conserva.

O ponto mais pitoresco da narrativa do Sr. Cel. Enéas é justamente quando, percebendo-se da nossa retirada, ele previu a sua prisão ou morte. Sempre o consideramos um peso morto para a revolução, razão porque evitamos a sua adesão e assentamos peremptoriamente não conduzi-lo como prisioneiro. Não tínhamos médico na coluna e sabíamos que o coronel iria adoecer fatalmente no dia em que não se encontrasse uma casa de negócio. Quanto ao fato de tentarmos matá-lo, ele tinha absoluta certeza de que nada poderia temer, pois ninguém melhor do que ele conhecia a nobreza de sentimentos dos quatro oficiais que dirigiram o movimento de Santa Maria. Eu creio que S. Sa. tivesse nos esperado de revólver em punho, mas com um revólver marca *caboclinho*, diretamente importado de Maceió.

Aí estão retratados, com a máxima fidelidade, sem o mínimo vislumbre de exagero, sem a menor pontinha de prevenção pessoal, os gestos e as atitudes de um herói da legalidade. (VALLE, 1927, p. 1, grifo do autor).

Outro oficial rebelado que se manifestou no exílio foi o 1º tenente Alcides Gonçalves Etchegoyen, que redigiu em Buenos Aires o já mencionado relato (em forma de artigo) para o jornal *Libertador*, de Pelotas (RS), segundo Lopes Sobrinho (2000, p. 142). O autor informa que o artigo daquele oficial foi escrito em janeiro de 1927, com o título *Memórias da revolução* (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 142). O texto justifica o levante militar em Santa Maria dentro da realidade política brasileira da época, encarada por Alcides como propiciadora da continuidade do movimento revolucionário dos militares, de acordo com a transcrição de Lopes Sobrinho (2000, p. 142-143). E o texto prossegue narrando o planejamento do levante em Santa Maria, que esperava contar inicialmente com a participação de uma centena de civis, mais um destacamento procedente de São Sepé e Caçapava do Sul, para ajudar o movimento do 5º R.A.M. e do 7º R.I. O plano previa o enfrentamento do 1º R.C. da Brigada Militar, da Guarda Municipal, de mais de mil operários da Viação Férrea (que poderiam ser mobilizados, armados e bem municiados) e de alguns civis. Entretanto, Alcides Etchegoyen afirmava ter o levante em São Gabriel levado à antecipação da revolta militar em Santa Maria, sem que os rebelados estivessem totalmente prontos para a efetivação dessa revolta. Assim como Heitor Lobato Valle, Alcides Gonçalves Etchegoyen também escreveu que, durante a batalha, os revoltosos tentaram atrair os brigadianos para combater no Prado, mas que o fracasso da tentativa levou os rebelados a se retirarem ordenadamente de Santa Maria. O artigo de Alcides ainda contesta um telegrama do então major Aníbal Garcia Barão publicado em 19/11/1926 pelo jornal *Correio do Povo*, onde o comandante interino do 1º R.C. comunicava ao comandante da Brigada Militar a retirada precipitada dos revoltosos, porque teriam sido batidos pelos brigadianos. O 1º tenente Alcides Etchegoyen afirmava terem as tropas governistas encontrado os rebelados somente após seis dias de marcha destes, fora da cidade de Santa Maria. Estas informações foram transcritas na obra de Lopes Sobrinho (2000, p. 143-151).

Ainda segundo Lopes Sobrinho (2000, p. 167), os relatos dos tenentes Heitor Lobato Valle e Alcides Gonçalves Etchegoyen contêm afirmações redigidas *influenciadas* pelo estado de espírito desses revolucionários, há poucos dias no estrangeiro, procurando exílio, depois do desencanto de uma revolta fracassada (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 167). Por outro lado, o autor também analisa os comunicados oficiais da época:

Sabemos que é norma do governo, por motivos estratégicos, políticos e psicológicos, ofuscar à imprensa os episódios desfavoráveis, por isso devemos observar com precaução as notícias veiculadas durante esse período revolucionário. (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 168).

Em fevereiro de 1927, o tenente-coronel Cândido Alves de Mesquita apresentou-se à Brigada Militar em Porto Alegre, por ocasião do término da sua licença de saúde, conforme o Boletim n.º 30 do Comando-Geral da Brigada Militar, de 05/02/1927 (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. 271). O mesmo boletim registra que o tenente-coronel Cândido Alves de Mesquita deveria comparecer à primeira sessão da junta médica, a fim de ser inspecionado (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. 271). A licença de saúde do oficial iniciara em 08/11/1926, quando passou o comando do 1º Regimento de Cavalaria para o então major Aníbal Garcia Barão, de acordo com o Boletim n.º 312 do 1º R.C., expedido naquele mesmo dia (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1926, f. 2). Antes do encerramento da licença, Cândido Alves de Mesquita fora nomeado pelo coronel Claudino Nunes Pereira para a Comissão de Promoções, ainda em janeiro de 1927, segundo o Boletim n.º 1 do Comando-Geral da Brigada Militar, de 03/01/1927 (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. 12). Para a mesma comissão, também foram nomeados os tenentes-coronéis Manoel Gonçalves Cardozo e José Rodrigues Sobral, além dos majores Alzimiro Francisco Wellausen e Aristides Krauser do Canto. A Comissão de Promoções surgira para suprir uma falha do Regulamento Geral da Brigada, que não estabelecia suficientemente o processo pelo qual se devem orientar as promoções de seus oficiais, em geral, especialmente nas que obedecem ao princípio do merecimento (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. 7). Assim, a mencionada comissão foi criada provisoriamente até que o governo regulamentasse a matéria, ainda segundo o Boletim n.º 1 do Comando-Geral da Brigada (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. 7).

No dia 12 de fevereiro de 1927, o sargento ajudante Cassemiro Lucio dos Santos e os soldados Marcionilio dos Santos Xavier, João Rodrigues e Lindolfo Velasco, todos do 1º R.C., apresentaram-se à Brigada Militar em Porto Alegre, conduzindo um preso rebelde, conforme o Boletim n.º 36 do Comando-Geral da Brigada, expedido naquela mesma data (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. 328). O boletim não divulgou o nome nem qualquer outra informação do preso.

Em 14/02/1927, o jornal *O Castilhistas* divulgou o retorno do tenente-coronel Aníbal Garcia Barão a Santa Maria, após uma viagem a Santana do Livramento (terra natal de Aníbal Barão), onde o oficial visitara sua família. O texto da notícia não especifica quando ocorreu a viagem nem a data do retorno, mas informa que o tenente-coronel Barão recebeu uma homenagem do Partido Republicano em Santana do Livramento, pela sua atuação no comando do 1º Regimento de Cavalaria durante a revolta militar em Santa Maria (TTE. CEL.

ANNIBAL..., 1927, p. 2). Logo após, a notícia relata uma passagem da festa realizada para Aníbal Barão:

Saudou ao homenageado, em nome dos republicanos dali, o nosso ilustrado correligionário, Dr. Veiga Cabral, que produziu uma belíssima peça oratória, merecendo calorosos aplausos. Em nome do herói de Santa Maria, na frase magnífica do orador, respondeu o nosso amigo Tte. aviador Noêmio Ferraz.

Pela lindíssima prova de apreço que lhe foi tributada, queira o nosso prezado amigo Comte. Barão aceitar as nossas sinceras congratulações.

Aqui em Santa Maria é de esperar-se que o partido saberá cumprir o seu dever, ainda que um pouco tardiamente. (TTE. CEL. ANNIBAL..., 1927, p. 2).

No fim do mês, em 28/02/1927, o 1º Regimento de Cavalaria foi dispensado dos serviços prestados ao governo federal, juntamente com o 2º Batalhão de Infantaria e os 8º, 9º, 15º, 26º e 36º corpos auxiliares da Brigada Militar. A dispensa ocorreu em atendimento ao Ofício n.º 55 do comandante da 3ª Região Militar ao presidente do Estado do Rio Grande do Sul, expedido em 16/02/1927 e transcrito no Boletim n.º 54 do Comando-Geral da Brigada Militar em 07/03/1927 (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. 460). Ainda conforme este boletim, o 1º Regimento de Cavalaria e o 2º Batalhão de Infantaria foram revertidos ao serviço do Estado do Rio Grande do Sul a partir de 01/03/1927, devido à dispensa concedida. Os oficiais e praças dessas unidades foram louvados pelo coronel Claudino Nunes Pereira ainda no Boletim n.º 54, pelos serviços prestados ao governo federal (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, p. 461-462). A mensagem de louvor menciona ao final:

É-me grato, pois, louvar os tenentes-coronéis Aníbal Garcia Barão e Cândido Pinheiro de Barcellos, comandantes respectivamente do 1º Regimento e 2º batalhão, aquele interinamente, pelos relevantes serviços que prestaram durante o tempo em que estiveram à disposição do governo federal, cumprindo com inteligência, lealdade e iniciativa as missões que lhe foram afetas, louvor que também torno extensivo ao tenente-coronel Cândido Alves de Mesquita, comte. efetivo do 1º Regimento, a testa do qual estive até 5 de novembro do ano findo, época em que deixou o comando para fazer tratamento de saúde.

Autorizo os comandantes dessas unidades a louvarem, em nome deste comando, os oficiais e praças que se tenham tornado merecedores, pelos seus serviços, durante o tempo em que estiveram à disposição do governo federal. (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. 462).

Os corpos auxiliares dispensados juntamente com as duas unidades da Brigada receberam mensagem de agradecimento do coronel Claudino Nunes Pereira, e foram dissolvidos. As informações constam no Boletim n.º 54 do Comando-Geral da Brigada Militar (BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. 463-465).

Durante o ano de 1927 foram julgados militares que participaram do levante dos quartéis do 5º R.A.M. e do 7º R.I. em 1926, conforme se percebe na edição de 01/07/1927 do jornal *Diário do Interior*, que noticia o julgamento dos últimos réus em Santa Maria:

O Conselho de Justiça Militar, que aqui se reunira, há dias, sob a presidência do tenente-coronel Rui França, para julgar as praças da guarnição federal processadas por crime de deserção, em virtude da revolta de novembro do ano passado, encerrou, anteontem, os seus trabalhos, regressando para Cruz Alta, onde residem, os Drs. Tancredo Vidal e Diógenes Penna, promotor público e auditor, respectivamente, e o advogado Angelino Mancuso.

As últimas praças julgadas e absolvidas foram as seguintes: Lino Augusto do Reis, Augusto Lopes, Basílio Carvalho, Celeste Giacomo, Waldemar Silva, Abrelino Marques de Azevedo e Leopoldo Einfolt, sendo anuladas as praças das de nome Manuel David dos Santos, Odorico Percheta e Vicente Cunha. Todas essas praças pertencem ao 7º Regimento de Infantaria.

O mesmo conselho também absolveu os réus soldados da mesma unidade Antão Batista, Francisco Assis de Oliveira, João Lemos, Emilio Schmidt, Remigio Scollì e Tomaz Antônio de Moraes, e anulou a ação criminal intentada contra os ditos Isidoro Rodrigues dos Santos, Manuel dos Santos, João da Silva e Emidio Bittencourt, em virtude da nulidade de suas praças.

Foram julgados ao todo, 81 réus de deserção, sendo condenados 2 e absolvidos 47.

Os restantes 32 tiveram suas praças anuladas, por haverem ingressado nas fileiras do Exército sem satisfazer as exigências regulamentares, sendo que muitos deles eram menores de 17 anos quando se alistaram.

Encerrando a sessão, o Dr. Diógenes Gonçalves Penna, auditor de guerra, o Dr. Tancredo Vidal, promotor da Justiça Militar, e o Sr. Angelino Mancuso, advogado militar, agradeceram aos membros do Conselho e à oficialidade do 7º R.I., as cativantes gentilezas e as constantes amabilidades com que os cercaram durante o tempo da sua permanência nesta guarnição, onde se viram sempre rodeados de atenções pelos seus camaradas daquela unidade. (CONSELHO..., 1927, p. 1).

Enquanto a Justiça decidia o destino dos militares rebelados, uma questão permanecia pendente em Santa Maria: a utilização dos recursos arrecadados para a frustrada homenagem aos brigadianos que combateram os revoltosos do 5º R.A.M. e do 7º R.I. Conforme relatado anteriormente, a homenagem foi impedida pelo presidente estadual Borges de Medeiros, e a edição de 23/07/1927 do jornal *O Castilhist*a relembra o assunto, através de notícia assinada por alguém que usou o pseudônimo de òPetardoö. Depois de citar os fundos levantados por gente ligada ao *O Castilhist*a, com o objetivo inicial de comprar uma espada que seria oferecida ao então major Aníbal Garcia Barão, a notícia registra a destinação posterior desses fundos a uma comissão arrecadadora de recursos para homenagear a Brigada Militar. O texto ressalva que se passaram meses òsem que fosse efetuada a prometida demonstração de apreço e gratidão aos denodados soldadosö (PETARDO, 1927, p. 1). E prossegue:

Eis senão quando foi a população surpreendida por uma resolução, de inopino, de 3 ou 4 cidadãos de dar aquela importância destino outro que não o justamente combinado.

Se bem que tenha certo caráter de nobreza e humanidade a posterior aplicação do produto da subscrição pública, não é, todavia, perfeitamente aquela para cujo fim todos contribuíram e faziam questão de ver realizar-se.

Parece que antes se deveria consultar a todas as pessoas interessadas.

Os comentários acima nos foram sugeridos em virtude de havermos constatado certos descontentamentos, que nos parecem justos.

A vontade do povo devia ser respeitada, *ab origine*. (PETARDO, 1927, p. 1, grifo do autor).

A edição de 27/08/1927 do jornal *O Castilhist*a especifica qual destino foi pensado para os recursos doados pela população. A informação foi publicada em uma nota sem título:

Sabemos já terem sido iniciadas as negociações para a aquisição do terreno destinado à construção do hospital que a população de Santa Maria presenteou ao governo do estado, como recompensa aos serviços prestados pelo 1º Regimento, na repressão do levante militar, aqui ocorrido, em novembro último.

Nada exageramos nestas linhas!

De fato, é este o destino do dinheiro arrecadado em subscrição popular.

Destas colunas já verberamos contra a absurda iniciativa da comissão promotora das homenagens pró-1º R.C.

Fizemos sentir que o estado não tem necessidade de presentes deste quilate e que, por conseguinte, o fim da homenagem foi desvirtuado.

E note-se: que as nossas palavras não são isoladas; já tivemos conhecimento de gestos de alguns subscritores que equivalem a um protesto.

Também, não podia ser de outra forma!... (SABEMOS..., 1927, p. 1).

Apesar das afirmações de *O Castilhist*a, Beltrão (2013, p. 635) aponta outro destino final para os donativos: de acordo com o autor, decidiu-se então usar os fundos arrecadados para a compra de casas destinadas às viúvas e aos filhos dos brigadianos mortos na luta e para a construção de um monumento funerário no Cemitério Municipal. As casas foram compradas, mas a ideia do monumento terminou caindo no esquecimento, segundo Beltrão (2013, p. 635).

O primeiro aniversário da revolta militar de Santa Maria foi marcado pela celebração de uma missa solene na Catedral Diocesana (atual Catedral Metropolitana), em 16 de novembro de 1927, fato divulgado pelas edições de 17/11/1927 do *Diário do Interior* (ECOS..., 1927, p. 2) e de 19/11/1927 de *O Castilhist*a (O ANIVERSÁRIO DO..., 1927, p. 2). O *Diário do Interior* assim descreveu a passagem daquela data:

Transcorreu ontem [16/11/1927] o primeiro aniversário da revolta militar da guarnição federal desta cidade, sob as ordens dos 1ºs tenentes Alcides e Nelson Etchegoyen, Iguatemi Moreira e Heitor Lobato Valle ó os únicos oficiais que participaram daqueles lamentáveis e dolorosos sucessos que muitas vítimas produziram.

O comandante e oficiais do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar do Estado, aqui aquartelado, não quiseram deixar passar a data sem que prestassem uma homenagem, por todos os motivos justa, às praças daquela unidade que defenderam a cidade naquela emergência, morrendo heroicamente nos seus postos.

Essa expressiva cerimônia fúnebre, teve lugar, na Catedral Diocesana, ontem, às 9 horas, estando esse templo repleto de famílias, autoridades civis e militares, oficiais e praças da Brigada e do Exército, e outras pessoas de representação social e política, entre as quais os senhores coronel Heleodoro Sodré, comandante da 5ª Brigada de Infantaria; tenente-coronel Aníbal Barão, comandante do 1º Regimento, ambos com os seus ajudantes de ordens. Sr. Fortunato Loureiro, vice-intendente do município; coronel Ernesto Marques da Rocha e Manuel Ribas, chefes políticos, e Dr. José Mariano da Rocha.

No centro da vistosa nave foi erguida uma alterosa eça [essa], montando-lhe guarda quatro cabos do 1º Regimento, devidamente armados.

No ato da missa, oficiou o rev. padre Caetano Pagliuca, ocupando o coro da Catedral um grupo de alunas do Colégio Santa Anna.

A banda de música da Brigada Militar executou marchas durante a missa.

A cerimônia da absolvição do túmulo esteve a cargo do Exmo. monsenhor Custodio Bandeira, acolitado pelos Revmos. padres Caetano e Pozzer.

Terminadas as exéquias, o tenente-coronel Barão recebeu muitos cumprimentos e pêsames.

A cerimônia fúnebre constituiu uma tocante homenagem póstuma aos que se sacrificaram em defesa de Santa Maria. (ECOS..., 1927, p. 2).

Sem entrar em pormenores, *O Castilhista* limitou-se a informar que o comandante e os oficiais do 1º Regimento de Cavalaria foram quem mandou rezar a missa solene, e que esta contou com a presença de inúmeras pessoas pertencentes a todas as classes sociais, vindo-se ali oficiais, praças, autoridades civis e militares e povo, inclusive famílias (O ANIVERSÁRIO DO..., 1927, p. 2). Por outro lado, a mesma edição de 19/11/1927 de *O Castilhista* assinalou mais detidamente o primeiro ano da morte de Mario Druck:

Quarta-feira última fez um ano que tombou sem vida, varado com uma rajada inimiga, o nosso saudoso amigo cujo nome encima estas linhas.

O nosso inditoso companheiro político, alma grande e generosa, levado pela sua fé partidária e no desempenho duma nobre missão, morreu no dia 16 de novembro do p. p. ano, na esquina da Avenida Rio Branco com a Rua Silva Jardim, quando levava alimento para os bravos soldados republicanos que ali pejevavam, valentemente, na defesa da cidade.

É com profundo pesar que relembramos esse triste acontecimento, que veio roubar aos carinhos de sua jovem esposa, ao convívio dos amigos, à sociedade e ao Partido Republicano, um cidadão prestante, um soldado sincero e dedicado, que não media sacrifícios sempre que fosse necessário o seu concurso em prol dos altos interesses da terra que lhe serviu de berço.

Mario Druck, que era funcionário municipal exerceu também, durante muito tempo o cargo de subdelegado de polícia do 1º distrito deste município, em cujo posto prestou relevantíssimos ser-[serviços] à causa pública.

Agora, ao passar o 1º aniversário de sua morte trágica e prematura, o *O Castilhista* rende ao extinto correligionário o seu sincero preito de admiração e de saudade.

Paz à sua alma. (MARIO..., 1927, p. 3).

Quanto aos oficiais participantes da revolta militar de Santa Maria, Lopes Sobrinho (2000, p. 181) informa terem eles retornado clandestinamente ao Rio Grande do Sul em 1929, a convite de Osvaldo Aranha e sob a garantia de que não seriam presos, a fim de participarem

da conspiração que resultaria na Revolução de 1930. Os primeiros-tenentes Alcides e Nelson Gonçalves Etchegoyen, Heitor Lobato Valle e Iguatemi Moreira foram absolvidos do crime de deserção e condenados a dois anos de prisão em junho de 1930, mas posteriormente receberam indulto do presidente Getúlio Vargas, assim como os demais revolucionários (BELTRÃO, 2013, p. 649; LOPES SOBRINHO, 2000, p. 180-181). Dentre estes, Lopes Sobrinho (2000, p. 181) informa que foram matriculados na Escola Militar os ex-cadetes que optaram seguir a carreira militar, os quais foram declarados oficiais do Exército Brasileiro após um reduzido período de ensino. Já os oficiais revolucionários que decidiram prosseguir a carreira militar ãforam incluídos na arma em que serviam, contando o tempo anterior para as promoçõesö (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 181). Por fim, õtodos os que optaram pela carreira militar atingiram, no decorrer dos anos, os mais altos postos de oficial superior, sendo que Alcides Etchegoyen atingiu, na ativa, o posto de general de Divisãoö (LOPES SOBRINHO, 2000, p. 181).

Após o registro inicial da revolta militar de Santa Maria pela imprensa em 1926 e 1927, os jornais santa-marienses retomaram o tema em algumas ocasiões. Como exemplo, a divulgação feita pelo jornal *A Razão* (dentro do caderno *Segundo A Razão*), em 18/04/2000, do lançamento do livro *Revolta em Santa Maria: 16 de novembro de 1926* (REVOLTA..., 2000, p. 1). Após fornecer detalhes sobre o lançamento (previsto para às 20h daquele dia 18 de abril, na Biblioteca Pública Municipal de Santa Maria), a notícia de *A Razão* descreve resumidamente o conteúdo do livro: a história da revolta militar de 1926 em Santa Maria, vista como consequência dos movimentos revolucionários de 1922 e 1924, o perfil de personagens dessa história e as memórias de Hermito Lopes Sobrinho (autor do livro) sobre os dias da revolta (REVOLTA..., 2000, p. 1).

Seis anos depois, *A Razão* publicou novas matérias acerca da revolta de 1926. A edição de 16/11/2006 desse jornal trouxe um resumo sobre o tema, além de entrevistas com duas testemunhas da história: Agueda Brazzale Leal e Hermito Lopes Sobrinho, que contavam com 13 e 9 anos de idade respectivamente na época do combate. Na entrevista, Agueda lembra ter ido normalmente para a aula, naquela manhã de 16/11/1926, na Escola Santa Terezinha (atual Colégio Manoel Ribas), quando foi buscada pouco depois pelo seu pai, devido ao começo da revolta. Lembra-se também do pelotão de brigadianos próximo à sua casa (localizada na Avenida Rio Branco) e da recomendação do comandante daquele pelotão ao pai de Agueda, para que todos se protegessem dentro de casa. Daí por diante, Agueda recorda os tiros de canhão e a fuzilaria, intercalados com momentos de silêncio, as trocas de informações dos acontecimentos entre os vizinhos nos pátios das casas, a noite passada no

porão da casa vizinha da família Benincá, as cápsulas de fuzil encontradas no dia seguinte no pátio da casa da família de Agueda e o retorno das aulas após 29/11/1926. Por sua vez, Hermito recorda na entrevista que estava jogando bola com um primo na antiga Rua Figueiredo (perto da Estação Ferroviária), quando teve de entrar em casa devido aos tiros dos canhões. Hermito narra que sua mãe estava doente no dia da revolta militar, e que o pai dele tomou parte na batalha ao lado dos revoltosos. Durante a entrevista, Hermito relembra a fuga e o exílio de seu pai, o falecimento da própria mãe pouco tempo depois (levando Hermito a ir morar com o tio dele, Victório) e o desfile dos brigadianos após o fim do combate (RITZEL, 2006, p. 5).

Outro periódico santa-mariense que publicou reportagem sobre a revolta e a batalha de 1926 foi o jornal *APUSM*, na edição do mês de outubro de 2014. Ao longo de duas páginas inteiras, a reportagem narra os antecedentes da revolta militar em Santa Maria, desde a revolta do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, em 1922, passando por outros conflitos daquela década, a exemplo da Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul, até chegar aos levantes em Bagé, São Gabriel e Santa Maria em 1926. Deste ponto em diante, a matéria do jornal *APUSM* narra a batalha travada em Santa Maria entre os militares rebelados e os brigadianos, citando informações dos livros *Cronologia Histórica de Santa Maria*, de Romeu Beltrão, e *Revolta em Santa Maria*, de Hermito Lopes Sobrinho. A reportagem ainda reproduziu um mapa de Santa Maria, indicando as posições dos quartéis do 5º R.A.M., do 7º R.I. e do 1º R.C., além do Cemitério Municipal, do Hospital de Caridade e do extinto Parque Imembuí (RITZEL, 2014, p. 14).

As informações publicadas pelos jornais santa-marienses acerca da revolta militar de 1926, décadas após a ocorrência desse evento histórico, mostram que a batalha travada em Santa Maria tem relevância suficiente para ser tratada pela imprensa local ainda na atualidade, mesmo que esporadicamente. Este trabalho soma-se aos registros daquela revolta feitos pela imprensa, pela Brigada Militar, pelo Exército Brasileiro e pelos autores citados neste capítulo, contribuindo para que essa parte da história santa-mariense seja mais conhecida pelo público interessado no passado local.

3 PLANEJAMENTO DA EXPOSIÇÃO

Este capítulo aborda como a fotografia e a exposição fotográfica podem servir à difusão do conhecimento histórico. A seguir, consta uma descrição teórica acerca do que se entende por exposição, o que ela abrange, como atinge o público-alvo, que recursos podem ser utilizados para torná-la compreensível e atrativa, quais são os tipos de exposição e quais os cuidados necessários durante a sua elaboração e montagem. Segue uma relação dos cuidados específicos para uma exposição fotográfica, além da sua classificação de acordo com as modalidades apresentadas na bibliografia pesquisada.

Na sequência, são tratados alguns tópicos relativos à exposição fotográfica trabalhada a partir da pesquisa da história da revolta militar ocorrida em Santa Maria em novembro de 1926: formato escolhido na sua concepção, profissional responsável pelo projeto gráfico, locais e períodos da exposição, sua divulgação, transporte e montagem, segurança e público-alvo. Também se descrevem outros aspectos da exposição, tais como os motivos da escolha do material empregado, da temática, do público-alvo, das fotos e dos textos incluídos na exposição.

3.1 FOTOGRAFIA E EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA COMO DIFUSORAS DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Sontag (2013, p. 109) afirma que a fotografia é vista habitualmente como um instrumento para conhecer as coisas, uma vez que as fotos são tidas como pedaços da realidade e parecem mais autênticas do que amplas narrativas literárias (SONTAG, 2013, p. 89). Na visão de Brizuela (2012, p. 15), isso acontece porque a fotografia contém o que representa, aproximando-a do reino do sagrado por tornar presente o que está ausente, trazendo de volta os mortos e inaugurando a viagem no tempo (BRIZUELA, 2012, p. 15). Tais características explicam por que desde os primórdios da fotografia tentou-se usá-la para fixar acontecimentos públicos, embora as limitações técnicas iniciais permitissem apenas a obtenção de imagens isoladas em condições favoráveis de luz, conforme descreve Freund (1989, p. 107). Essa dificuldade não impediu o registro fotográfico de determinados acontecimentos ainda no século XIX, a exemplo da Guerra Civil Americana, iniciada em 1861 e fotografada por Matthew Brady e sua equipe, ainda segundo Freund (1989, p. 108). Como afirma Sontag (2013, p. 180), as fotos são um meio de aprisionar a realidade, e foi isso o que Brady e seus contratados procuraram fazer:

õ[...] as [imagens] de Brady e seus colaboradores, entre os quais Timothy O'Sullivan e Alexander Gardner, dão pela primeira vez uma ideia extremamente concreta do seu horror. As terras queimadas, as casas incendiadas, as famílias no desespero, os numerosos mortos são fotografados por eles com uma preocupação de objectividade que confere a estes documentos um valor excepcional [...]ö (FREUND, 1989, p. 108).

A força dessas imagens provém do fato de que õuma foto não é apenas uma imagem [...], uma interpretação do real; é também um vestígio, algo diretamente decalcado do real, como uma pegada ou uma máscara mortuáriaö (SONTAG, 2013, p. 170). Além disso, õuma foto nunca é menos do que o registro de uma emanção (ondas de luz refletidas pelos objetos) ó um vestígio material de seu tema [...]ö (SONTAG, 2013 p. 170). Por se basear no real é que a foto ganhou espaço na imprensa, na qual, segundo Freund (1989, p. 107), ela mudou a visão das massas por ampliar o que o homem comum podia ver. Até então, a visão deste limitava-se à sua realidade próxima, à sua aldeia, mas a fotografia na imprensa tornou-se uma janela para o mundo, tornando familiar personalidades e acontecimentos de dentro do país e também de fora. Por sua vez, Sontag (2013, p. 16) aponta que uma fotografia õequivale a uma prova incontestável de que determinada coisa aconteceu. A foto pode distorcer; mas sempre existe o pressuposto de que algo existe, ou existiu, e era semelhante ao que está na imagem.ö A comprovação de um acontecimento por meio da fotografia é outra característica para o uso desse recurso de imagem na imprensa, reforçando o texto e tornando mais palpável o assunto narrado. Neste aspecto, Freund (1989, p. 107) conclui que õa palavra escrita é abstrata, mas a imagem é o reflexo concreto do mundo no qual cada um viveö.

Embora a fotografia tenha diversas utilidades, ela aqui é tratada sob o ponto de vista da sua capacidade de eternização de fatos, lugares e pessoas visando à transmissão, complementação ou comprovação de informações, conforme o exemplo do seu uso pela imprensa. E a partir do momento em que determinados fatos passam a ser estudados pela História, os possíveis registros fotográficos deles também podem auxiliar na sua compreensão pelas gerações que, embora não os tenham vivenciado, conseguem visualizar aspectos do passado. É o caso das imagens da Guerra Civil Americana citada anteriormente por Freund (1989, p. 108): embora a autora afirme que Matthew Brady lançara-se àquela aventura para lucrar por meio da venda de imagens daquela guerra, as fotos realizadas por ele e pelos seus fotógrafos são hoje uma forma de visualização daquela etapa da história norte-americana. São imagens que contêm um tipo de informação, complementando os registros escritos, pois ajudam a se ter uma ideia do que eram os locais de batalha. Sontag (2013, p. 33) chama a atenção para o fato de não se poder compreender nada a partir de uma foto, mas ressalva que

As fotos preenchem lacunas em nossas imagens mentais do presente e do passado (SONTAG, 2013, p. 33). Então, embora a fotografia isoladamente não transmita a compreensão de algo, ela auxilia nesse processo ao preencher as lacunas apontadas pela autora, contribuindo para os estudos da História:

Para Benjamin, o trabalho do historiador moderno (que ele considera o único historiador possível) é equivalente ao funcionamento da fotografia: a história da modernidade e a modernidade histórica têm na fotografia sua forma. Nesse sentido, portanto, fotografia e história se tornam inseparáveis. O paradoxo nessa formulação reside no desejo passado e presente de tantos fotógrafos, bem como de tantos observadores, de pensar a fotografia como o mais referencial, realista e verídico dos meios. Essa mimese absoluta levaria a pensar a fotografia como um processo que faria tanto a história como a política serem lineares ó uma linha do tempo única e ininterrupta. No entanto, contradizendo essa lógica, eu gostaria de pensar a fotografia, ao mesmo tempo, como o aprisionamento da história. (BRIZUELA, 2012, p. 166).

A ligação da fotografia com a História mostra que a primeira assume um papel na transmissão das informações trabalhadas pela segunda. A própria fotografia pode ser um elemento material de época, oriundo diretamente dos períodos estudados pelo historiador, sendo ela mesma um vestígio do passado. Em todo caso, as fotos devem ser acompanhadas de informações que possam ser disseminadas entre o público após a conclusão de uma pesquisa histórica, divulgando e transmitindo o conhecimento acerca de acontecimentos e personalidades de diferentes épocas. Uma forma para essa disseminação do conhecimento é através das exposições fotográficas, conforme se verá a seguir.

De acordo com Fenalti (2011, p. 65), expor significa mostrar, comunicar, divulgar, sendo a exposição parte integrante de um processo maior, que é a musealização, [...] parte que visualmente se manifesta para o público e a grande possibilidade de experiência poética por meio do patrimônio cultural (CURY, 2005, p. 35 apud FENALTI, 2011, p. 65). Segundo Fenalti (2011, p. 65-66), o processo de musealização começa a partir da seleção e aquisição de objetos ou elementos a serem guardados em determinado espaço, concedendo-lhes um sentido valorativo do qual fica desprovido o que foi rejeitado na seleção. A parte final desse processo é a exposição dos objetos selecionados, com um objetivo definido. Essa questão vem ao encontro das concepções de D'Alambert e Monteiro (1990, p. 11), para quem a exposição é mais do que o agrupamento de objetos em um espaço físico, por ser um meio de comunicação o qual permite ao público o aprendizado e a vivência de experiências, tanto emocional quanto intelectualmente. E concluem:

Uma exposição é, portanto, um meio privilegiado de difusão cultural de um patrimônio ou de uma informação especializada (didática, comercial ou representacional), na medida em que é concebida para proporcionar aos indivíduos a possibilidade de se situar no espaço e na história e de compreender o seu próprio ambiente, sua vida, sua cidade, etc. (D'ALAMBERT; MONTEIRO, p. 11).

Para Desvallées e Mairesse (2013, p. 43), a exposição é uma das principais funções dos museus na atualidade. Os autores chamam a atenção para a definição dos museus como lugares de musealização e visualização, levando a exposição a ser considerada como a visualização explicativa de fatos ausentes pelos objetos, assim como dos meios de apresentação, utilizados como signos (SHÄRER, 2003 apud DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 43-44). Fenalti (2011, p. 66) deixa claro que a exposição mostra, divulga e comunica o patrimônio, sendo uma forma de atribuir valor a ele. Sem contar a sensibilização do público por meio da exposição.

Oliveira (2008, p. 114 apud FENALTI, 2011, p. 66) lembra que, ao se falar em patrimônio, está-se lidando com história, memória e identidade, conceitos inter-relacionados [...] definidos e modificados ao longo do tempo. São conceitos relativos ao patrimônio cultural, em certos casos trabalhado pelas exposições. A História está incluída nesse patrimônio, segundo a concepção de Laraia (2014, p. 45) trabalhada anteriormente, pela qual o conhecimento faz parte do patrimônio cultural. Dentre outros significados, Ferreira (2010, p. 1102) define História como um conjunto de conhecimentos adquiridos através da tradição e/ou por meio de documentos, relativos à evolução, ao passado da humanidade, e também como ciência e método que permitem adquirir e transmitir aqueles conhecimentos. Sendo a História o conjunto de certos conhecimentos, fica estabelecida a sua relação com o patrimônio cultural.

Os conceitos mencionados neste item abrangem as diferentes formas de exposição, relacionadas por D'Alambert e Monteiro (1990, p. 71-83), incluindo exposições de esculturas, fotografias, mobiliário, pinturas, exposições de moedas, taxidermia, instrumentos musicais e assim por diante. Embora todas exijam cuidados na sua elaboração e tenham valor em divulgar conhecimentos ao público, destaca-se da lista a exposição de fotografias, por ser a forma escolhida para o produto final deste trabalho, devido à visualização de uma determinada época permitida pelas imagens das fotos, transmitindo ao público algo mais do que a informação escrita. Cabe aqui lembrar a impossibilidade da transmissão das informações unicamente por meio da fotografia, que na verdade serve para complementar o conhecimento transmitido por escrito. Por isso, a exposição fotográfica deve se valer da relação entre imagens e textos para enriquecer a mensagem a ser transmitida, conforme

ressalta Fenalti (2011, p. 20). Dessa forma se cumpre a difusão do conhecimento histórico por meio da exposição fotográfica, que ainda valoriza a história, segundo Fenalti (2011, p. 79).

3.2 CONCEITOS DE EXPOSIÇÃO

Na concepção de Cury (2006, p. 42), exposição é o local de encontro e relacionamento entre o que o museu quer apresentar e como deve apresentar visando um comportamento ativo do público e à sua síntese subjetiva. Segundo D'Alambert e Monteiro (1990, p. 11), galerias e museus realizam exposições com o intuito de atrair o público e melhorar a sua imagem. Cury (2006, p. 42) também conceitua exposição como sendo conteúdo e forma. Isto é:

[...] o conteúdo é dado pela informação científica e pela concepção de comunicação como interação. A forma da exposição diz respeito à maneira como vamos organizá-la, considerando a organização do tema (enfoque temático e seu desenvolvimento), a seleção e articulação dos objetos, a elaboração de seu desenho (a elaboração espacial e visual) associadas a outras estratégias que juntas revestem a exposição de qualidades sensoriais. (CURY, 2006, p. 42).

Para Dewey (1980 apud CURY, 2006, p. 43), a exposição é **uma** experiência de qualidade (grifo da autora) determinada por diversos fatores: ela deve ser completa e consciente, integrada e delimitada, íntegra de maneira a alcançar a consumação (DEWEY, 1980 apud CURY, 2006, p. 43), de modo que fique na mente da pessoa que viveu aquela experiência. Por essa razão, as exposições podem ser inovadoras, inspiradoras e conduzir o visitante à reflexão, proporcionando ótimos momentos de lazer e aprendizagem (MUSEUMS AND GALLERIES COMMISSION, 2001, p. 19).

Cury (2006, p. 43) ressalta que a experiência surge a partir de qualquer situação, como degustar uma refeição em determinado restaurante com determinada pessoa, um passeio no parque, um acidente, uma viagem, um curso, fazer uma pós-graduação. Com relação à qualidade, ela está presente em muitas situações pessoais e profissionais e parece estar relacionada ao melhor, o melhor de determinada situação (CURY, 2006, p. 55).

Milder (2013, p. 60) afirma que expor também é olhar, cuidar, zelar, mostrar e comunicar. A autora discorre neste ponto sobre o caso específico da exposição de fotografias, pois ela considera que, a partir da ponderação dos conceitos enunciados no começo deste parágrafo, organiza-se uma exposição fotográfica. Esta é caracterizada como uma tomada de posição diante do passado partindo do presente e da experiência de quem está

organizando (MILDER, 2013, p. 60). Entretanto, Werneck, Costa e Pereira (2010, p. 7) ressaltam que o principal objetivo de uma exposição é apresentar o produto de uma pesquisa.

As exposições são classificadas de acordo com diferentes critérios, de acordo com D'Alambert e Monteiro (1990, p. 11): quanto ao tempo de exposição (permanente ou temporária), quanto ao local (interna ou externa ou fora da sede), quanto ao acervo e quanto ao público a que se destina. As autoras também informam que uma exposição pode ser itinerante, quando ela é realizada por uma instituição e percorre várias outras seguindo uma programação de locais e períodos (D'ALAMBERT; MONTEIRO, 1990, p. 12).

Para se realizar uma exposição, algumas medidas devem ser executadas ao longo do seu processo de concepção e montagem. Cury (2006, p. 99) relaciona os pontos que ela considera os mais delicados desse processo: escolha do tema e sua aproximação com o público-alvo, seleção e articulação dos objetos, e concepções espacial e da forma. Na mesma linha, D'Alambert e Monteiro (1990, p. 14-30), Werneck, Costa e Pereira (2010, p. 8-21) e a Museums and Galleries Commission (2001, p. 21-27) explicam o planejamento e a preparação das exposições. Dentro do planejamento, devem ser definidos a curadoria, a equipe de trabalho, a temática, a finalidade, o público-alvo, o nome da exposição, os recursos financeiros e humanos disponíveis, o cronograma de atividades, o local da exposição e o seu tempo de duração (escolha de datas). Já na preparação, deve haver pesquisa do tema, escolha e seleção de objetos, elaboração de material gráfico (convites, cartazes e catálogos), escolha de suportes para os objetos a serem expostos, transporte, montagem e divulgação.

Diferentes recursos compõem uma exposição:

Textos, legendas, ilustrações, fotografias, cenários, mobiliário, sons, texturas, cheiros, temperatura compõem um conjunto de elementos enriquecedor da experiência do público, na medida em que potencializa a interação entre o público e o patrimônio cultural. (CURY, 2006, p. 46).

Cury (2006, p. 46) denomina esses elementos de recursos expográficos. Nem todos aparecem obrigatoriamente em uma mesma exposição. O uso dos elementos depende do tipo de exposição e dos recursos financeiros e humanos disponíveis. Para os objetivos deste trabalho, serão ressaltadas algumas questões relativas às exposições fotográficas.

D'Alambert e Monteiro (1990, p. 70) ressaltam que a exposição fotográfica apresenta algumas diferenças em relação às exposições de outras obras bidimensionais, tais como pintura, desenho ou gravura. Alguns itens devem ser levados em conta:

A decisão de expor qualquer fotografia envolve a consideração cuidadosa de uma série de fatores, começando com a identificação do tipo de processo e a compreensão da condição de cada peça individual. Preferivelmente, a decisão deveria também se basear nas condições de exposição disponíveis, e a habilidade pessoal em controlá-las ou ajustá-las o quanto for necessário. Condições de exposição incluem não somente o tipo de luz, níveis de iluminação, mas também os sempre importantes fatores ambientais de temperatura, umidade relativa e qualidade do ar. [...] Outras considerações incluem materiais e métodos de apresentação usados na montagem e emolduramento. (KENNEDY, 2004, p. 1).

Outras peculiaridades de uma exposição fotográfica são lembradas por DøAlambert e Monteiro (1990, p. 70), como a montagem de fotos em moldura de papel neutro para serem expostas em painéis com vidro e a realização de exposições coletivas de fotógrafos, nas quais õrecomenda-se agrupar os trabalhos de cada autor seguindo uma coerência temática ou estilísticaö (DøALAMBERT; MONTEIRO, 1990, p. 70). A Fundação Nacional de Arte (1986) recomenda cuidados no transporte das fotografias que integram uma exposição, a fim de não sofrerem danos, e sugere como expor as fotos. As sugestões incluem desde a metragem das áreas das paredes que receberão fotografias (um metro linear de parede para cada peça) e a pintura prévia das paredes (pelo menos duas semanas antes da exposição, para evitar o contato das fotos com os gases da tinta nova liberados no ar), passando por elementos de segurança (contra incêndio, roubo, destruição, umidade, sol e poeira) e incluindo orientações sobre a iluminação, com a preferência pelo uso de lâmpadas de tungstênio ou tungstênio-halogênio (luz incandescente), que não emitem radiações ultravioleta (as quais danificam as fotografias). Mas Kennedy (2004, p. 4) faz uma ressalva: õIsto não quer dizer que se toda a UV [radiação ultravioleta] for removida, suas fotografias estarão seguras. **Todos os comprimentos de onda de luz são prejudiciais**, não apenas a ultravioleta, mesmo sendo esta a mais energéticaö (grifo da autora).

Kennedy (2004, p. 2-3) também relaciona os tipos de fotografias e o grau de sensibilidade à luz de cada um deles, como por exemplo, os daguerreótipos, as fotografias em papel salgado e em papel albuminado, as fotos coloridas a mão, dentre outros. Além disso, a autora questiona a necessidade de se usar fotografias originais, em certos casos, nas exposições:

Se, por acaso, o processo fotográfico, a condição da peça ou qualquer outro fator estiver em questão, alternativas para a exibição de uma peça específica têm que ser encontradas. Será que outra imagem poderá ser mostrada no seu lugar? Será que uma cópia ou um fac-símile poderão ser utilizados? Será que a duração da exibição poderá ser encurtada e os níveis de luz diminuídos para proteger a imagem? Ou, em caso de empréstimo, podem os arranjos para o empréstimo ser desfeitos? (KENNEDY, 2004, p. 2).

Kennedy (2004, p. 2) afirma que essas decisões são importantes e difíceis. A autora demonstra a complexidade presente já no começo da elaboração de uma exposição fotográfica, quando afirma que o primeiro passo na decisão de expor [uma foto], ou não, é reconhecer exatamente com o que se está lidando, e identificar qual o processo fotográfico que foi usado para criar a imagem que se tem em mãos (KENNEDY, 2004, p. 2). Afirma também a autora, na mesma página, que saber identificar essas características de uma fotografia é complexo, tratando-se de uma habilidade cujo desenvolvimento prossegue mesmo após anos de estudos. Kennedy (2004, p. 4) ainda expõe outras avaliações que devem ser feitas, como o estado de conservação da foto (deteriorada ou não), o estresse adicional causado pelo seu manuseio para expô-la e as condições de sua exibição (tipo e níveis de luz, temperatura e umidade relativa). Todas essas questões influenciam na decisão de como e por quanto tempo se deve colocar uma certa fotografia de exposição (KENNEDY, 2004, p. 4). Tendo em vista a série de cuidados visando à conservação e proteção das imagens, entende-se o questionamento da autora sobre a real necessidade de se expor fotografias originais ou não. Quando o mais importante é mostrar a imagem, e não o suporte original, não há motivo para se descartar a reprodução das fotos para a exposição.

3.3 CRIAÇÃO, MONTAGEM E DIVULGAÇÃO DA EXPOSIÇÃO

Werneck, Costa e Pereira (2010, p. 7) estabelecem que a escolha do tema é o primeiro passo na elaboração de uma exposição, tendo que haver necessariamente uma relação do acervo que será exposto com esse tema. Assim como D'Alambert e Monteiro (1990, p. 14), Werneck, Costa e Pereira (2010, p. 7) ressaltam que a temática da exposição deve ser escolhida pensando-se no público-alvo. Porém, D'Alambert e Monteiro (1990, p. 14) demonstram haver diferentes motivos na escolha do tema, o qual pode ser circunstancial (surgido em virtude da comemoração de datas, homenagens e personalidades), ou aproveitando assuntos do momento (que estão em voga), e até mesmo definido só depois da seleção de um acervo. No caso da exposição sobre a revolta militar de 1926 em Santa Maria, o tema foi escolhido a partir dos exemplares do extinto jornal *Correio da Serra*, pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. A partir daí pensamos em reunir mais informações relativas à revolta militar com base na consulta de outros jornais da época, o *Diário do Interior*, o *Gaspar Martins* e *O Castilhistas*, além da pesquisa em livros, boletins da Brigada Militar, fotografias e documentos diversos que pudessem ser descobertos nos acervos de diferentes instituições. A intenção original era mostrar o enfoque da imprensa

santa-mariense sobre o tema, complementando com as demais fontes consultadas. Porém, a variedade de informações obtidas a partir do material pesquisado levou-nos a redigir, neste trabalho, a história dessa revolta de outra forma, destacando ao mesmo tempo as informações bibliográficas e documentais, em paralelo com o enfoque da imprensa. Para a exposição fotográfica, optamos pelo mesmo caminho, para mostrar ao público mais do que as imagens dos jornais pesquisados, aproveitando-se fotos de personalidades que tomaram parte na história, imagens de documentos, de armamentos da década de 1920 e da própria cidade de Santa Maria. A ideia foi tornar a exposição mais visualmente atrativa.

A Museums and Galleries Commission (2001, p. 23) recomenda que se tenha uma equipe com diferentes especialistas para se planejar uma exposição, com um coordenador geral para o projeto, de qualquer área de especialização e com autoridade para encontrar o equilíbrio entre exigências conflitantes (MUSEUMS AND GALLERIES COMMISSION, 2001, p. 23). Werneck, Costa e Pereira (2010, p. 9) ressaltam a importância de haver um curador, isto é, alguém responsável pela preparação da exposição. Segundo os autores, a curadoria é definida genericamente como um processo de concepção, organização e montagem da exposição pública (WERNECK; COSTA; PEREIRA, 2010, p. 9). D'Alambert e Monteiro (1990, p. 20) informam ser responsabilidade do curador a seleção do acervo que será apresentado, devendo ainda tomar conhecimento prévio sobre a tipologia da exposição (natureza do tema, espaço físico da mostra, situação geográfica, se a exposição será única ou itinerante e o público-alvo). De posse dessas informações, o curador terá meios para avaliar o acervo a ser selecionado, o número de peças que comporão a mostra e se haverá necessidade de recorrer a outras entidades para completar a exposição (D'ALAMBERT; MONTEIRO, 1990, p. 20).

Por ser um trabalho contando apenas com recursos próprios (e limitados) disponíveis, a exposição fotográfica sobre a revolta militar de 1926 em Santa Maria não tinha como se servir de uma equipe de profissionais contratados para trabalhar conjuntamente no seu processo de planejamento e montagem. Então, foi adotada a recomendação da Museums and Galleries Commission (2001, p. 23) para esse tipo de situação: o responsável pela exposição deve se aconselhar com especialistas e analisar os diferentes pontos de vista, ou na ausência de especialistas disponíveis, deve-se basear no que lhe parecer ser a opinião provável de um especialista (MUSEUMS AND GALLERIES COMMISSION, 2001, p. 21). Na prática, é o acúmulo de funções nas mãos do curador, o qual deve se manter constantemente informado e esclarecido para compensar a falta de uma equipe com pessoal especializado, conforme destaca Storchi (apud FENALTI, 2011, p. 75). Dessa forma, tornamo-nos o curador

responsável pela concepção, planejamento e montagem da exposição. Para suprir a falta inicial de conhecimentos técnicos sobre exposições, pesquisamos bibliografia dessa área, além de pedirmos sugestões à coordenação da Casa de Memória Edmundo Cardoso e à equipe do Centro Histórico Coronel Pillar, devido à experiência dessas instituições na criação e montagem de exposições fotográficas. Também foram ouvidas sugestões do cartunista e profissional em artes gráficas Jorge Ubiratã da Silva Lopes, mais conhecido como Byrata, que passou a ser o responsável pelos projetos gráficos da exposição sobre a revolta militar em Santa Maria, do respectivo catálogo e do convite.

De acordo com Werneck, Costa e Pereira (2010, p. 9), desde o início do planejamento deve ser definido o público-alvo, o que na maioria das vezes acontece de forma simultânea à escolha do tema da exposição, conforme DøAlambert e Monteiro (1990, p. 14). Essa definição norteará a criação da exposição de acordo com os interesses e preferências dos visitantes, os quais poderão ser das mais variadas idades, aptidões e culturas incluídas no público-alvo pretendido, segundo ressalta a Museums and Galleries Comission (2001, p. 23). No caso da exposição sobre a revolta militar, o público-alvo foi definido logo após a escolha da temática, abrangendo tanto pesquisadores da área de história quanto o público interessado nesse tipo de conhecimento, especialmente quem se interessa pela história de Santa Maria. Embora não tenha sido limitada a faixa etária, a exposição foi pensada mais para o público adulto. Por esse motivo, desde o começo baseamos a exposição fotográfica somente em fatos históricos pesquisados em diferentes fontes. De toda forma, adotamos como objetivo criar uma exposição de fácil entendimento devido à amplitude do público-alvo. Então, selecionamos imagens de pessoas que tiveram relação com a história, de armamentos utilizados na época da batalha, dos locais de combate e de alguma documentação relativa aos fatos.

Também pensamos a elaboração de textos e legendas objetivos, narrando a história resumidamente. Evitamos o detalhamento de todos os fatos para não alongarmos a parte textual nem tornarmos a exposição cansativa. Tais cuidados seguem as recomendações da Museums and Galleries Comission (2001, p. 24) acerca da escolha de objetos, estilo e tamanho do texto, além do *design*, tudo conforme o público-alvo pretendido. Ainda seguimos a recomendação de Werneck, Costa e Pereira (2010, p. 14) para a utilização de uma linguagem textual contendo informações claras e objetivas, evitando-se, contudo, a criação de textos longos. Entretanto, a quantia de imagens apresentadas tornou necessária a redação de várias legendas, aumentando a parte textual inicialmente planejada. Mas o fato não compromete a exposição, uma vez que não se trata de um longo texto único, mas sim de textos diferentes e curtos distribuídos ao longo da mostra fotográfica.

Outra questão levantada pela Museums and Galleries Commission (2001, p. 24) é a definição do orçamento para a realização da exposição, que deve ser controlado regularmente, além da fixação de um cronograma com prazos para cada estágio do projeto da exposição. DeAlambert e Monteiro (1990, p. 21) informam ser responsabilidade do curador o planejamento de gastos, bem como a avaliação do cronograma de atividades e o seu custo. Exercendo as funções de curador, elaboramos tanto o cronograma quanto o orçamento ainda no pré-projeto deste trabalho, com atualizações no projeto final. Foram consideradas as atividades relativas tanto ao trabalho de conclusão de mestrado quanto à exposição fotográfica, incluindo desde o tempo necessário para a pesquisa e redação, passando pela criação e montagem da exposição, até a defesa do trabalho.

A fixação de gastos incluiu a aquisição de itens necessários para a realização da pesquisa, tais como um *notebook* (para a transcrição de boletins da Brigada Militar e de jornais), uma câmera fotográfica (para registrar algumas das imagens para a exposição fotográfica), luvas esterilizadas (para manusear os jornais, fotos e outros documentos sem danificá-los pelo contato direto com a pele das mãos), cartuchos de tinta para impressora (para imprimir desde o pré-projeto até as versões preliminares do trabalho de conclusão) e os pagamentos dos profissionais responsáveis pelo projeto gráfico e pela impressão da exposição fotográfica, do catálogo e dos convites. Também foi necessária a aquisição de uma nova impressora, devido à incompatibilidade da impressora antiga com o computador de mesa adquirido para a digitação deste trabalho. Falhas constantes de funcionamento de um computador utilizado anteriormente tornaram inevitável a substituição dos aparelhos.

Ainda na fase de planejamento, a Museums and Galleries Commission (2001, p. 24) chama a atenção para a escolha do espaço físico onde ocorrerá a exposição, uma vez que devem ser consideradas as condições de conservação, segurança e circulação dos visitantes. Para Werneck, Costa e Pereira (2010, p. 10), também se deve estudar as dimensões do espaço físico do local da exposição, a fim de se garantir condições adequadas para a disposição dos itens que serão expostos e para a circulação de quem visitar a mostra. Observam os autores a inexistência de uma definição para o tamanho ideal do lugar da exposição, porque tudo depende, naturalmente, do que se vai expor, conjugando acervo, recursos gráficos e pesquisa (WERNECK; COSTA; PEREIRA, 2010, p. 10). Acrescenta a Museums and Galleries Commission (2001, p. 25) que deve ser pensada a maximização de acesso à exposição, além do conforto para visitantes de todas as faixas etárias e condições físicas. Por isso, DeAlambert e Monteiro (1990, p. 18) destacam que a exposição deve ser realizada em local de fácil acesso por conduções coletivas, tais como ônibus e metrô. Tendo em vista essas

recomendações, optamos realizar a exposição fotográfica sobre a revolta militar de 1926 em três locais distintos, todos de fácil acesso por linhas de ônibus e sem grandes entraves para quem possui alguma dificuldade de locomoção: o *hall* da Reitoria da UFSM (no *campus* da UFSM, Avenida Roraima, n.º 1000), o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (na Rua Appel, n.º 900) e a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria (na Rua Vale Machado, n.º 1415). Em termos de conforto, os três locais possuem instalações sanitárias e condições de acessibilidade, uma vez que a exposição foi realizada no térreo da Reitoria da UFSM e do Arquivo Histórico, enquanto que na Câmara de Vereadores ela ocorreu no segundo andar, o qual possui acesso tanto por escadas quanto por elevador. Os três prédios também abrigaram a exposição de forma segura: as entradas da Reitoria da UFSM e da Câmara de Vereadores contam com serviço de portaria, enquanto a entrada do Arquivo Histórico somente é aberta quando algum visitante chega ao prédio ou dele sai.

A decisão de realizarmos a exposição em três lugares diferentes configurou-a como exposição itinerante, de acordo com as definições de D'Alambert e Monteiro (1990, p. 12) acerca de exposições criadas por uma instituição e que são apresentadas em outros locais. Observe-se que a exposição sobre a revolta militar de Santa Maria caracteriza-se como itinerante pelo fato de ter ocorrido em diferentes locais e em datas diversas. A própria fixação das datas de abertura e de término é um dos pontos incluídos por Werneck, Costa e Pereira (2010, p. 8) na fase de planejamento da exposição. De acordo com D'Alambert e Monteiro (1990, p. 19), os locais destinados a sediar determinada exposição devem ser consultados previamente com fins de verificação de sua disponibilidade nas datas pretendidas. Tais cuidados foram tomados por nós ao planejarmos a exposição fotográfica.

Antes da abertura da exposição fotográfica ao público visitante, decidimos lançá-la no Baile de Aniversário da Guarnição da Brigada Militar, por sugestão de Maria Candida da Silveira Skrebsky, arquivista do Centro Histórico Coronel Pillar. O baile foi realizado no salão nobre da sede central do Clube Recreativo Dores (na Rua Bento Gonçalves, n.º 400), no dia 6 de novembro de 2015. A ideia foi incluir a exposição fotográfica na programação de aniversário de 177 anos da Brigada Militar e de 123 anos do quartel do 1º RPMon. Conforme D'Alambert e Monteiro (1990, p. 21), eventos paralelos podem ocorrer junto à exposição, proporcionando mais plasticidade, dinamização e clareza ao que está sendo exposto. Embora as autoras tratem sobre a criação de eventos a partir de uma exposição, Fenalti (2011, p. 68) ressalta que as exposições também podem ser inseridas em eventos maiores, tornando-se parte deles. Este é o caso da exposição fotográfica sobre a revolta militar de Santa Maria, incluída em programação já existente no 1º RPMon.

Para o lançamento da exposição, redigimos um texto para ser lido aos convidados pelo mestre de cerimônias do evento⁵⁹. O texto foi criado a pedido da arquivista Maria Candida Skrebsky, para levar aos convidados informações relativas à exposição fotográfica e à revolta militar de 1926 em Santa Maria. A redação foi realizada com base em recomendações adotadas para textos radiofônicos, os quais são feitos para serem ouvidos e não apenas lidos, conforme Prado (1989, p. 29 apud FERRARETTO, 2000, p. 204-205). A instantaneidade do meio radiofônico concede apenas uma chance ao ouvinte para entender a mensagem transmitida, a qual ãse -dissolve no momento em que é levada ao arõ (BARBEIRO; LIMA, 2001, p. 62). É uma situação contrária àquela do texto de um jornal impresso, que pode ser relido quando não se entende algo, segundo exemplo de Parada (2000, p. 51).

Com base em tais informações, o texto para o lançamento da exposição foi redigido para ser entendido imediatamente por todos que ouviram a leitura do mestre de cerimônias. Por isso, a redação foi realizada com base em uma linguagem simples e intermediária entre o culto e o coloquial, respeitando as normas da língua portuguesa, como recomenda Ferraretto (2000, p. 205). O objetivo era escrever ãcomo se estivesse falando, contando uma história para uma pessoa que está diante de vocêõ (PARADA, 2000, p. 50), com uma narrativa objetiva, dispensando excesso de palavras e tendo em mente ão encadeamento claro e simples das ideiasõ (PARADA, 2000, p. 49). Seguimos também a recomendação do uso preferencial de frases curtas, com voz ativa e na ordem direta: sujeito, verbo e predicado, sucessivamente (BARBEIRO; LIMA, 2001, p. 63; FERRARETTO, 2000, p. 208-209). A pontuação foi realizada visando principalmente à marcação do ritmo da leitura, e as palavras que deviam ser lidas com mais ênfase foram redigidas em negrito, como recomendam Barbeiro e Lima (2001, p. 63). Por fim, revisamos o texto com leitura em voz alta, para corrigir trechos que apresentassem palavras difíceis de ler-se ou que formassem repetições, rimas e cacofonias (BARBEIRO; LIMA, 2001, p. 64-69; PARADA, 2000, p. 50).

Após o lançamento no Clube Recreativo Dores, teve início o período de visitação da exposição fotográfica, no prédio da Reitoria da UFSM, onde permaneceu entre os dias 09/11/2015 e 20/11/2015. Posteriormente, a exposição esteve aberta ao público no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, entre os dias 23/11/2015 e 11/12/2015, e na Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, entre 14/12/2015 e 31/12/2015. A escolha da Reitoria e do Arquivo Histórico partiu de nós, enquanto a escolha da Câmara foi sugerida por Therezinha de Jesus Pires Santos, coordenadora da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

⁵⁹ Ver Apêndice G ó Texto para o lançamento da exposição.

Conforme D'Alambert e Monteiro (1990, p. 20), exposições itinerantes podem durar, em média, dez dias. As próprias autoras informam que o tempo de duração é flexível, então decidimos um período superior a dez dias para a exposição fotográfica. Além de itinerante, a exposição fotográfica também foi temporária (com relação ao tempo de exposição), de acordo com os critérios de D'Alambert e Monteiro (1990, p. 12), por ter ocorrido em um período curto (inferior a três meses) e definido (com datas de abertura e encerramento).

Outra recomendação de Werneck, Costa e Pereira (2010, p. 16) para a fase de planejamento é prever se há necessidade de se transportar a exposição. Sendo itinerante, o transporte da exposição fotográfica sobre a revolta militar tornou-se inevitável. Para evitar gastos relativos à contratação de um serviço de transporte, este foi realizado inicialmente pela equipe do Centro Histórico Coronel Pillar, que levou os itens da exposição para a Reitoria da UFSM e para o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria; mais tarde, o material foi transportado por nós, em carro próprio, até a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria. Visando a facilitar o transporte, optamos realizar a exposição através de *banners* contendo reproduções fotográficas, títulos, textos e legendas. A facilidade dos *banners* reside na possibilidade de enrolá-los para o transporte, ocupando pouco espaço no veículo. Também pesou nessa decisão a preservação de fotografias, jornais e documentos originais, os quais poderiam sofrer danos caso fossem transportados e expostos. Os apontamentos de Kennedy (2004, p. 1-6) acerca dos cuidados relativos à proteção de fotografias originais contra desgastes (pela ação do tempo, pelo manuseio e pelas condições de iluminação e umidade relativa dos locais de exposição) demonstram ser preferível expor cópias das fotos, nos casos em que a informação apresentada pela imagem é o ponto de interesse (KENNEDY, 2004, p. 6). O mesmo princípio valeu para os jornais e outros documentos, os quais puderam ser fotografados por nós, a fim de expormos suas imagens.

Havia também a questão dos armamentos da década de 1920, os quais demandariam uma série de cuidados para serem transportados, serviço que teria de ser feito por gente especializada, acrescentando custos à exposição caso fossem exibidos. Sem contar possíveis entraves burocráticos na liberação desses armamentos para serem transportados aos locais de exposição. Por tais motivos, as armas terminaram fotografadas por nós, medida inevitável em todo o caso, uma vez que a exposição foi concebida para ser exclusivamente fotográfica.

A escolha de quem realizaria o transporte esteve ligada à concepção da exposição ainda na fase do pré-projeto deste trabalho, quando pensamos em doar os *banners* para o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, para a Casa de Memória Edmundo Cardoso e para o Centro Histórico Coronel Pillar. Tal ideia foi mantida no planejamento final do projeto,

com a previsão de se imprimir três cópias de cada *banner*, para doar às referidas instituições. Por limitações orçamentárias, foram impressas inicialmente duas cópias de cada um, destinadas ao Centro Histórico e à Casa de Memória. Por solicitação nossa, a equipe do Centro Histórico transportou os *banners* que recebeu, tanto para o local de lançamento quanto para a Reitoria da UFSM e para o Arquivo Histórico, juntamente com suportes do próprio Centro, a fim de pendurar cada *banner*. Já o transporte da segunda cópia dos *banners* da exposição, até a Câmara de Vereadores, ficou sob nossa responsabilidade porque a própria Câmara dispõe de suportes, tornando possível a liberação daqueles do Centro Histórico para outras exposições. Apenas depois do fim da mostra fotográfica na Câmara de Vereadores é que a segunda cópia da exposição foi doada à Casa de Memória Edmundo Cardoso. Por fim, a terceira impressão dos *banners* ocorreu em dezembro de 2015, sendo logo doados ao Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Doar o material da exposição foi o modo que escolhemos para retribuir o apoio do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, da Casa de Memória Edmundo Cardoso e do Centro Histórico Coronel Pillar à nossa pesquisa. Apoio manifestado por escrito⁶⁰ pelas três instituições, ainda na elaboração do pré-projeto deste trabalho, atendendo a um pedido nosso para comprovar ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM a viabilidade da nossa pesquisa. Não destinamos cópias dos *banners* ao Colégio Marista Santa Maria, ao Memorial Mallet e ao Museu Educativo Gama de Azevedo porque o nosso planejamento inicial não previa a consulta aos acervos dessas instituições, necessidade que surgiu apenas durante a realização da nossa pesquisa. Além disso, imprimir ainda mais cópias dos *banners* da exposição fotográfica seria economicamente inviável para o orçamento deste trabalho. De toda forma, destinamos cópias do catálogo da exposição a todas as instituições onde realizamos a pesquisa.

A opção de se realizar uma exposição com *banners* eliminou a necessidade de fazermos um seguro para a exposição, o qual representaria mais um gasto, uma vez que seguros normalmente são feitos para exposições itinerantes que exibem artefatos, conforme De Alambert e Monteiro (1990, p. 31) e Werneck, Costa e Pereira (2010, p. 16). O uso dos *banners* também dispensou uma série de documentos mencionados por Werneck, Costa e Pereira (2010, p. 16), relacionados ao transporte e à exibição de exposições itinerantes, como termos de empréstimos, listagens e guias de movimentação de acervo. Os únicos documentos redigidos por nós foram os seguintes: termos⁶¹ para liberação das imagens dos acervos

⁶⁰ Ver Anexos A, B e C.

⁶¹ Ver Apêndices A, B, C, D, E e F.

pesquisados para a exposição e termos⁶² onde liberamos o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, a Casa de Memória Edmundo Cardoso e o Centro Histórico Coronel Pillar a utilizarem os *banners* que doamos em futuras montagens da exposição. Os termos foram revisados pelo advogado Robson Seerig e pelos professores da UFSM Daniel Flores e Maria Medianeira Padoin (orientadora deste trabalho).

Além do transporte, o controle dos itens da exposição (*banners*) ficou sob nossa responsabilidade, simplificando o processo burocrático para a montagem da exposição e dispensando a presença de um gestor técnico para gerir e controlar os objetos, figura apontada por Werneck, Costa e Pereira (2010, p. 16) como integrante das equipes de exposições. Com relação à montagem da exposição, os autores afirmam que deve ser realizada por uma equipe qualificada e cuidadosa no manuseio das peças e tomar cuidado com o material a ser exposto (WERNECK; COSTA; PEREIRA, 2010, p. 16). Sem dispor de equipe própria, a montagem da exposição sobre a revolta militar também ficou sob nossa responsabilidade, com auxílio da equipe do Centro Histórico Coronel Pillar no Clube Dores (local de lançamento), na Reitoria da UFSM e no Arquivo Histórico, e de profissionais da Câmara de Vereadores na própria Câmara.

D'Alambert e Monteiro (1990, p. 15-17) enumeram uma série de recursos que podem ser adotados para tornar as exposições mais acessíveis àquelas pessoas com algum tipo de deficiência visual, física, mental ou auditiva: textos em braile, objetos que possam ser tateados, rampas de acesso, monitores com habilidades para se comunicar com visitantes sem audição, dentre outros. Werneck, Costa e Pereira (2010, p. 15) propõem a utilização de recursos também para todo o público visitante, como a sonorização do ambiente. Por outro lado, a Museums and Galleries Commission (2001, p. 26) propõe recursos que valorizem o lado educativo das exposições, maximizando o aprendizado para os visitantes e ampliando o público, através de material impresso, eventos e atividades públicas, uso de tecnologias da informação e assim por diante. Mas em virtude da limitação orçamentária, todos esses recursos foram descartados para a exposição fotográfica, concebida então para ser contemplativa, o que não impede o seu caráter sensitivo (FENALTI, 2011, p. 72), através da relação entre os textos e as imagens, por elucidarem ainda mais a mensagem que se quer passar (FENALTI, 2011, p. 72). A própria escolha de fotografias relacionadas ao tema da exposição, juntamente à redação de textos narrando a história da revolta militar de Santa Maria, possibilitam aos visitantes um aprendizado sobre um assunto ainda pouco divulgado.

⁶² Ver Apêndices H, I e J.

Dentro da fase de planejamento, buscamos uma série de referências bibliográficas para embasarmos teoricamente a exposição fotográfica, tanto na sua elaboração quanto na construção da narrativa textual acerca dos fatos históricos. Como dizem Werneck, Costa e Pereira (2010, p. 8), a concepção de uma exposição é fruto de um trabalho de pesquisa consistente. Essa é a razão pela qual D'Alambert e Monteiro (1990, p. 26) consideram a pesquisa uma tarefa básica e importante, por trazer subsídios teóricos para a estruturação e concretização da exposição. É através dela que os pesquisadores recolherão as informações e dados necessários para fundamentar e complementar o tema (D'ALAMBERT; MONTEIRO, 1990, p. 26).

No caso da exposição fotográfica sobre a revolta militar, a pesquisa teve início durante a elaboração do pré-projeto deste trabalho, no primeiro semestre de 2013, e prosseguiu ao longo de todo o ano de 2014 e durante o primeiro semestre de 2015, quando o pré-projeto foi transformado em projeto e a redação do nosso trabalho foi iniciada. Durante todo esse período, foram pesquisados livros para a fundamentação teórica deste trabalho, inclusive os fatos históricos descritos nos *banners* da exposição. Ao longo de 2014 foram transcritos os jornais *Correio da Serra* e *Gaspar Martins*, além dos boletins do antigo 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar (atual 1º Regimento de Polícia Montada). A pesquisa e a reprodução de imagens transcorreram durante o segundo semestre de 2014 e o primeiro de 2015. Houve tanto reprodução fotográfica quanto digitalização de fotos originais, sendo aproveitadas para a exposição aquelas mais diretamente relacionadas aos fatos narrados nos *banners*. Ainda no primeiro semestre de 2015, transcrevemos o noticiário dos jornais *O Castilhista* e *Diário do Interior*, realizamos um esboço dos *banners* no computador e repassamos o arquivo para o cartunista Byrata, que a partir daí elaborou o projeto gráfico final da exposição, do catálogo e do convite, já no segundo semestre de 2015.

Werneck, Costa e Pereira (2010, p. 8) estabelecem os critérios para o nome de uma exposição, logo nas primeiras recomendações dos autores acerca da fase de planejamento. Segundo eles, o nome deve abarcar o conceito da exposição e apresentar de forma direta o que o público irá encontrar. Títulos que apresentem nomes e datas facilitam a localização e entendimento geral do conceito e dos objetivos da exposição (WERNECK; COSTA; PEREIRA, 2010, p. 8). Apesar de constar logo nas primeiras recomendações, o título da exposição sobre a revolta militar em Santa Maria foi escolhido apenas durante a realização do esboço dos *banners*. Tendo em vista as imagens obtidas através da pesquisa, foi necessária a criação de um nome que situasse facilmente o público no tema da exposição, englobando toda a narrativa textual e a sequência de fotos apresentadas: locais de combate, imagens de

documentos, de armamentos, de personalidades históricas, dos jornais que repercutiram a revolta militar e assim por diante. Para aproveitar todo esse material, optamos pela narrativa cronológica dos acontecimentos, deixando para o final a repercussão dos jornais da época. Assim, o nome da exposição fotográfica passou a ser *A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926*. Este nome demonstra objetivamente o tema da exposição, e mostra aos visitantes qual o período da história de Santa Maria contido na mostra fotográfica, atendendo aos critérios de Werneck, Costa e Pereira (2010, p. 8) citados anteriormente. Atendendo aos mesmos critérios, foram acrescentados nos *banners* o título da exposição e subtítulos, cada um destes especificando o conteúdo apresentado no *banner* correspondente.

O planejamento também deve se preocupar com a organização espacial dos elementos da exposição:

A maneira como o visitante circula ó caminha ó no espaço expositivo é pré-definida (mas não impositiva) ó mesmo quando o circuito é de livre escolha ó pelo museu e corresponde a uma forma de apropriação do conhecimento. Estou me referindo ao ato de ocupação e como as pessoas podem aprender sobre determinado assunto se movendo nesse espaço. [...] A título de esclarecimento, uma exposição pode ter uma organização espacial linear (sequencial, passo a passo e com começo, meio e fim), quando a compreensão de um momento depende do anterior, ou episódica, quando o público faz as suas escolhas e constrói criativamente seu caminho (face ao que está apresentado). (CURY, 2006, p. 47).

Como a exposição *A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926* trata sobre um evento histórico, decidimos organizá-la de uma forma que apresentasse os fatos em ordem cronológica para melhor situar o público. Apesar das diferenças dos espaços físicos reservados para a exposição, os *banners* foram concebidos para serem exibidos numa ordem predeterminada, de acordo com a sequência dos acontecimentos. Os próprios subtítulos de cada *banner* foram criados para mostrar aos visitantes a ordem da história apresentada, mesmo que isso não obrigue ninguém a observar os *banners* na sequência de sua distribuição espacial. Apesar de ser uma organização expositiva linear, ela não é impositiva, embora quem a observe na ordem predeterminada entenda mais facilmente o conteúdo apresentado.

Além de todas as medidas previstas no planejamento de uma exposição, desde o começo deve ser elaborada a divulgação da mostra, de acordo com a Museums and Galleries Commission (2001, p. 26). Werneck, Costa e Pereira (2010, p. 17) informam que a divulgação pode ser feita via mídia paga ou gratuita, seja impressa, digital, audiovisual, dentre outras. No caso da mídia paga, ela õdeve ser incluída na planilha de custos da exposiçãoõ (WERNECK; COSTA; PEREIRA, 2010, p. 17). Ressalta a Museums and Galleries Commission (2001, p. 26) que tanto o veículo de divulgação quanto o conteúdo devem estar adequados ao público-alvo.

O responsável por divulgar é o relações-públicas da exposição, ou na sua falta, alguém da montagem, conforme DøAlambert e Monteiro (1990, p. 37). Diferentes materiais gráficos podem ser usados, a exemplo de convites, cartazes, *banners* e catálogos, bem como o envio de *releases* à imprensa e convites virtuais (DøALAMBERT; MONTEIRO, 1990, p. 37; WERNECK; COSTA; PEREIRA, 2010, p. 18-19).

Para a exposição *A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926*, parte da divulgação ficou a cargo das entidades responsáveis pelos locais de montagem da mostra: Centro Histórico Coronel Pillar, Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria e Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria. A medida foi acertada por nós com as próprias entidades, uma vez que elas dispõem de planos padronizados de divulgação para exposições, através de envio de convites impressos e virtuais, de *releases* à imprensa e de textos na Internet. Além de seguir os procedimentos das entidades expositoras, tal arranjo para divulgar a exposição fotográfica eliminou custos financeiros para nós, e também compensou a falta de uma equipe própria com um relações-públicas para cuidar dessa tarefa. Ao mesmo tempo, o acerto visou a respeitar a forma como o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria e o Centro Histórico Coronel Pillar trabalham com exposições.

De toda forma, cuidamos de outra parte da divulgação, através da elaboração de convites próprios e do catálogo da exposição. Na sequência, concedemos três entrevistas na Rádio Universidade AM: a primeira foi gravada por Roberto Montagner, em 06/11/2015, para o programa *Campus da gente* (apresentado pelo próprio Montagner) e levada ao ar no mesmo dia; a segunda foi ao vivo, em 09/11/2015, para o programa *Fazendo arte* (apresentado por Rejane Miranda); e a terceira foi gravada pela acadêmica de jornalismo Arianne Teixeira de Lima, em 12/11/2015, para o quadro *Notícias UFSM*, sendo levada ao ar em 17/11/2015. Também mandamos informações acerca da exposição fotográfica para instituições e jornais de Santa Maria. A exposição foi divulgada na Internet através dos *blogs* do Byrata⁶³ e da Casa de Memória Edmundo Cardoso⁶⁴, do portal da UFSM⁶⁵, dos *sites* dos jornais *A Razão*⁶⁶ e

⁶³ BYRATA. **A revolta militar de Santa Maria**: novembro de 1926. Santa Maria, 09 nov. 2015. Disponível em: <<http://byrata.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

⁶⁴ CASA DE MEMÓRIA EDMUNDO CARDOSO. **Convite para exposição fotográfica ãA revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926ö**. Santa Maria, 04 nov. 2015. Disponível em: <<https://casamemoriaedmundo.wordpress.com/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

⁶⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Exposição fotográfica resgata revolta militar de 1926**. Santa Maria, 2015. Disponível em: <<http://site.ufsm.br/noticias/exibir/exposicao-fotografica-resgata-revolta-militar-de-1>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

⁶⁶ TEVE guerra por aqui em 1926. **A Razão**, Santa Maria, 23 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.arazao.com.br/noticia/73582/teve-guerra-por-aqui-em-1926/>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

*Diário de Santa Maria*⁶⁷ e das seguintes *fan pages* no Facebook: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria⁶⁸, Centro Histórico Coronel Pillar⁶⁹, Gabinete do Reitor UFSM⁷⁰ e Sedufsm Andes-sn⁷¹. E ainda foram publicadas notícias sobre a exposição pelos jornais *Diário de Santa Maria* (edição de 09/11/2015)⁷² e *A Razão* (edição de 23/11/2015)⁷³, conforme se pode observar nas Imagens 05 e 06, respectivamente.

⁶⁷ OLIVEIRA, L. "A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926 começa nesta segunda-feira, na reitoria." **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 09 nov. 2015. Disponível em: <<http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/cultura-e-lazer/noticia/2015/11/a-revolta-militar-de-santa-maria-novembro-de-1926-comeca-nesta-segunda-feira-na-reitoria-4896160.html>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

⁶⁸ ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. [A exposição da revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926 estará no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria...]. Santa Maria, 10 nov. 2015. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/arquivohistoricosm/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

⁶⁹ CENTRO HISTÓRICO CORONEL PILLAR. [Nas comemorações de aniversário da Brigada Militar...]. Santa Maria, 15 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/centrohistoricocoronelpillar>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

⁷⁰ GABINETE DO REITOR UFSM. **Exposição fotográfica apresenta a Revolta Militar em Santa Maria**. Santa Maria, 06 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Gabinete-do-Reitor-UFSM-1605595669671255/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

⁷¹ SEDUFISM ANDES-SN. [Exposição fotográfica...]. Santa Maria, 09 nov. 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/sedufism?_rdr=p>. Acesso em: 15 nov. 2015.

⁷² OLIVEIRA, L. A história a partir de fotos. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 09 nov. 2015. Diário 2, p. 16.

⁷³ TEVE guerra por aqui. **A Razão**, Santa Maria, 23 nov. 2015. Segundo A Razão, p. 1.

Imagem 05 ó Jornal *Diário de Santa Maria* de 09/11/2015: caderno *Diário 2*

A história a partir de fotos

Exposição “A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926” começa hoje, no hall da reitoria da UFSM

LUÍZA OLIVEIRA

luiza.oliveira@diariosm.com.br

No dia 16 de novembro de 1926, Santa Maria foi palco de uma revolta liderada pelos primeiros-tenentes Alcides Gonçalves Etchevoyen, Nelson Gonçalves Etchevoyen, Heitor Lobato Valle e Iguatemi Moreira para impedir a posse do presidente Washington Luís. A história completa será contada em textos e fotos por Wagner Serafini dos Santos na exposição itinerante *A Revolta Militar de Santa Maria: Novembro de 1926*. A mostra começa hoje, às 8h, no hall da reitoria da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

O trabalho expositivo é parte da pesquisa de Wagner para o mestrado em Patrimônio Cultural, e busca divulgar a história da revolta. No total, serão expostas 41 fotos, distribuídas em 10 banners que contam como o movimento armado, nascido no Rio de Janeiro em 1922, mobilizou uma parcela do Exército Brasileiro no combate aos governos e às fraudes eleitorais do Brasil na época.

– A importância das fotografias para manter um registro histórico reside no fato de que elas ajudam a compreender

e visualizar determinados fatos, épocas e personalidades. Sozinhas, elas não transmitem toda a informação, precisam de um registro escrito para terem o seu conteúdo melhor assimilado por quem as observa – explica o expositor.

Para montar a exposição e ajudar na pesquisa, foram pesquisados os acervos de seis instituições: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, Casa de Memória Edmundo Cardoso, Centro Histórico Coronel Pillar, Colégio Marista Santa Maria, Memorial Mallet e Museu Educativo Gama d’Eça, além do extinto jornal local *O Castilhistas*.

– A única imagem dos dias da revolta que encontrei foi a da Brigada Militar (acima), passando pela Rua Dr. Bozano. Mas também serão exibidas fotos de personagens dessa história (ao lado), de armamentos da época, dos jornais pesquisados (abaixo), de um boletim de 1926 da Brigada Militar, de uma folhinha de calendário de 16 de novembro de 1926 e de um mapa – complementa Wagner.

Depois da reitoria, a mostra passará pelo Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria e pela Câmara Municipal de Vereadores (veja ao lado).



NOVEMBRO DE 1926

Efetivo da Brigada Militar atravessa o cruzamento das ruas Dr. Bozano e do Acampamento após o término da batalha

“A Revolta Militar de Santa Maria: Novembro de 1926”

Hall da Reitoria da UFSM

■ Quando: 9 a 20 de novembro

■ Visitação: segunda a sexta-feira, das 8h às 19h

Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

■ Quando: 23 de novembro a 11 de dezembro

■ Visitação: segunda a sexta-feira, das 8h às 16h

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria (2º andar)

■ Quando: 14 a 31 de dezembro

■ Visitação: segunda a quinta-feira, das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min. Sexta-feira, das 7h30min às 13h30min

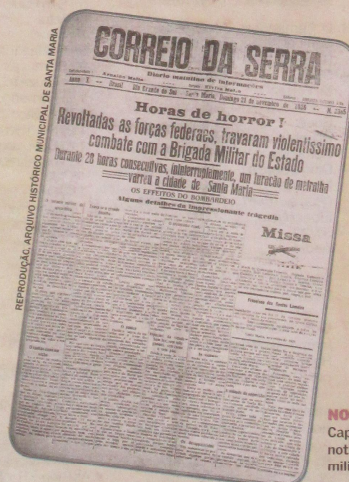


FOTOS REVISTA DO GLOBO. REPRODUÇÃO



DIÁRIO 2

SANTA MARIA
SEGUNDA-FEIRA
9 NOVEMBRO 2015



NOTÍCIA
Capa do jornal notícia a revolta militar



REPRODUÇÃO CENTRO HISTÓRICO CORONEL PILLAR

Fonte: SANTOS, W. S. dos. *Diário de Santa Maria (Diário 2)* de 09/11/2015. 2016. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

SEGUNDO A RAZÃO

SEGUNDA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

TEVE GUERRA por aqui

EXPOSIÇÃO CONTA A HISTÓRIA DO CONFRONTO ENTRE BRIGADA MILITAR E REBELADOS DO EXÉRCITO PELAS RUAS DE SANTA MARIA

Até o final do ano, alunos locais da cidade receberão uma exposição que conta um episódio pouco conhecido em Santa Maria. O fato é que durante dois dias a cidade viveu clima de guerra. O confronto entre a Brigada Militar e um grupo dissidente do exército ocorreu entre 16 e 17 de novembro de 1926. A exposição é resultado do trabalho de pesquisa do jornalista Wagner Serafini dos Santos. A partir de hoje, ela estará

no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (Rua Appel, 900), onde estará acessível ao público de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h, até o dia 11/12/2015. Por fim, no período de 14 a 31/12/2015, a exposição estará no segundo andar da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria (Rua Vale Machado, 1415), onde poderá ser visitada de segunda a quinta-feira, das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, e às sextas-feiras, das 7h30min às 13h30min.

REPRODUÇÃO | A RAZÃO



Um posto de comando foi instalado entre a Avenida Rio Branco, a Praça Saldanha Marinho e a Rua do Acampamento. A foto da época é de Venâncio Schleiniger

COMO FOI?

Na madrugada de 16/11/1926, os primeiros-tenentes Alcides Gonçalves Etcheogoyen, Nelson Gonçalves Etcheogoyen, Heitor Lobato Valle e Iguatemi Moreira lideraram um levante no 5º Regimento de

Artilharia Montada (atual 3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado - Regimento Mallet) e no 7º Regimento de Infantaria (atual 7º Batalhão de Infantaria Blindado - Regimento Gomes Carneiro), para impedir a posse do presidente Washington Luís. A revolta fazia parte do Tenentismo, movimento armado nascido no Rio de Janeiro em 1922 e que mobilizou uma parcela do Exército Brasileiro no combate aos governos e às fraudes eleitorais do Brasil na época.

Em Santa Maria, os contingentes rebeldes foram combatidos pelo 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar (atual 1º Regimento de Polícia Montada), comandado pelo então major Aníbal Garcia Barão, com apoio de militares do Exército contrários à revolta e do Esquadrão Auxiliar de Cachoeira do Sul. Civis aderem aos dois lados do combate, e apesar da superioridade numérica dos rebeldes, eles não conseguem romper a linha de defesa da Brigada Militar, constituída por uma série de trincheiras ao longo da Rua Sete de Setembro, da Avenida Rio Branco e das ruas Marechal Floriano Peixoto e Gaspar Martins. Durante a batalha, os feridos são atendidos no Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo e no Hospital Militar do Exército, atual Hospital de Guarnição de Santa Maria - HGUSM.

Disparos de canhões pelos revoltosos tentam em vão acertar o quartel da Brigada Militar, enquanto os brigadianos revidam com metralhadoras. O centro da cidade é bombardeado, danificando prédios, residências e a usina elétrica local, provocando falta de luz e a fuga de uma parte da população. Ocorrem mortes de brigadianos, militares rebeldes e civis. Diante da resistência da Brigada, os rebeldes desistem do combate e se retiram de Santa Maria, terminando a batalha no dia 17/11/1926. Os brigadianos retornam ao seu regimento sob vivas de populares, e a revolta militar é repercutida pelos jornais santa-marienses Correo da Serra, Diário do Interior, Gaspar Martins e O Castilhistas.





Dia: 27 de Novembro
Sexta - 20h30min
Salão de Festas
Bianco Nero
(anexo a Fadisma)
Buffet: Caco Pereira
Shows: The Remembers Band

Apoio:



4 A EXPOSIÇÃO

Neste capítulo serão apresentados os projetos gráficos, já executados, dos *banners* da exposição fotográfica *A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926*, do respectivo catálogo⁷⁴ e do convite⁷⁵. Tais projetos foram realizados por Jorge Ubiratã da Silva Lopes, o Byrata, e são aqui mostrados em escala reduzida às dimensões destas páginas (exceto o convite, que aparece em tamanho natural). A escala real de cada *banner* é de 0,90 m X 1,20 m, enquanto o catálogo mede 282 mm X 397 mm e o convite, 139 mm X 208 mm.

Exceto pelo primeiro *banner*, que apresenta o título e a ficha técnica da exposição, os demais levam numeração e contêm a narrativa e as imagens relativas à revolta militar em Santa Maria. Cada um deles mostra uma etapa da história, de forma cronológica. Além do título geral na abertura da exposição, cada *banner* possui um subtítulo, a fim de orientar o público sobre qual parte da história da revolta militar está sendo narrada. Todos os *banners* foram impressos em lona fosca, material escolhido pela sua resistência e por não gerar reflexos do brilho da luz ambiente, os quais atrapalhariam a visualização de textos e imagens.

A sequência dos *banners*, com título da exposição e subtítulos, é a seguinte:

Banner de abertura: *A revolta militar de Santa Maria*;

Banner n.º 1: *O levante dos quartéis do Exército*;

Banner n.º 2: *A Brigada Militar reage*;

Banner n.º 3: *Começa a batalha*;

Banner n.º 4: *O cenário do combate*;

Banner n.º 5: *Atendimento médico aos feridos*;

Banner n.º 6: *Bombardeio e final da batalha*;

Banner n.º 7: *Repercussão na imprensa local*;

Banner n.º 8: *Repercussão na imprensa local*;

Banner n.º 9: *Repercussão na imprensa local*.

Para melhor compreensão, os projetos gráficos virão acompanhados pelas respectivas explicações, a partir da próxima página. Ao final, serão mostradas fotos da exposição montada no *hall* da Reitoria da UFSM, no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria e na Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria.

⁷⁴ Ver também o exemplar do catálogo no Apêndice K.

⁷⁵ Ver também o exemplar do convite no Apêndice L.

4.1 OS *BANNERS* DA EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA

4.1.1 *Banner* de abertura: A revolta militar de Santa Maria

O *banner* de abertura (Imagem 07) apresenta na parte superior o título da exposição fotográfica (em fonte Stencil), e logo abaixo os créditos, as referências utilizadas para a narrativa da história da revolta militar de 1926 em Santa Maria e as fontes de imagens, compondo a ficha técnica (em fonte Bookman Old Style). Além de nominar os responsáveis diretos pela curadoria, pesquisa e textos (Wagner Serafini dos Santos), orientação (Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin) e projeto gráfico (Jorge Ubiratã da Silva Lopes ó Byrata), a ficha também relaciona as entidades que apoiaram a exposição e a lista dos acervos aos quais pertencem as imagens reproduzidas. Mais abaixo, a legenda da foto (em fonte Calibri Bold).

A lista de apoiadores é aberta com o nome do Mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM, porque através deste curso de pós-graduação foi possível pesquisar a história da revolta militar e receber o embasamento teórico para este trabalho e para a exposição fotográfica. Na sequência, constam os nomes do Centro Histórico Coronel Pillar e da Casa de Memória Edmundo Cardoso, cujos apoios ocorreram tanto por meio do fornecimento de imagens, livros e diferentes documentos para a pesquisa, quanto pelas sugestões para o projeto da exposição, além do apoio da equipe do Centro Histórico no transporte e na montagem da exposição. Por fim, aparece o nome do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, que apoiou através do fornecimento de reproduções digitalizadas de fotografias, do acesso às edições dos jornais *Correio da Serra*, *Diário do Interior*, *Gaspar Martins* e *O Castilhistas*, e da cedência de espaço físico para a montagem da exposição. Visando à exatidão de informações, os nomes do Arquivo Histórico, da Casa de Memória e do Centro Histórico aparecem novamente na lista de instituições que cederam imagens, juntamente com o Colégio Marista Santa Maria, o Memorial Mallet e o Museu Educativo Gama de Eça.

Compondo o plano de fundo, há uma fotografia⁷⁶ em sépia de um manequim usando uma réplica do fardamento utilizado pela Brigada Militar na década de 1920. Batida por nós, essa foto aparece no *banner* de abertura para chamar a atenção do público já no começo da exposição, ambientando os visitantes na temática apresentada e na época da revolta militar. Daí a imagem em tom sépia, que remete ao passado.

⁷⁶ SANTOS, W. S. dos. **Manequim com réplica da farda oPapo Roxoõ da Brigada Militar**. 2014. 1 fotografia, sépia, digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Manequim e farda pertencentes ao acervo do Centro Histórico Coronel Pillar.

Imagem 07 ó *Banner* de abertura (título e ficha técnica da exposição)


A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA: NOVEMBRO DE 1926

Curadoria, pesquisa e textos:
Wagner Serafini dos Santos

Orientação:
Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin

Projeto gráfico:
Jorge Ubiratã da Silva Lopes (Byrata)

Apoio:
Mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM
Centro Histórico Coronel Pillar
Casa de Memória Edmundo Cardoso
Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

Imagens cedidas por:
Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria
Casa de Memória Edmundo Cardoso
Centro Histórico Coronel Pillar
Colégio Marista Santa Maria (Biblioteca Irmão Daniel)
Memorial Mallet
Museu Educativo Gama d'Éca

Referências:
ADREU, José Pacheco de (Org.). *Album ilustrado comemorativo do 1º centenário da emancipação política do município de Santa Maria (Rio Grande do Sul): 17 de maio de 1858 - 17 de maio de 1958*. Porto Alegre: Metrópole, 1958.
AMARAL, Antonio Carlos Mesquita do. *Regimento Mallet: cento e setenta anos de seu dia a dia*. Santa Maria: Pallotti, 2007.
BELEM, João. *História do município de Santa Maria: 1797-1933*. 3. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.
BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1787-1930*. 3. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.
BLAYA PEREZ, Carlos. *Santa Maria em preto e branco*. Santa Maria: UFSM, 1999.
CARDOSO, Edmundo. *Santa Maria: vivências e memórias de Edmundo Cardoso*. Organização: Therezinha de Jesus Feres Santos e Gilda May Cardoso Santos. Santa Maria: Anastera, 2008.
CONSELHO de Justiça Militar. *Diário do Interior*. Santa Maria, RS, p. 1, 1 jul. 1927.
DELINQUENTES. *O Castilhista*. Santa Maria, RS, p. 1, 27 nov. 1926.
FIGUEIREDO, Osório Santana. *As revoluções da República: 1889-1932*. Santa Maria: Pallotti, 1995.
HORAS de horror! Revoltadas as forças federais, travaram violentíssimo combate com a Brigada Militar do Estado... *Correio da Serra*. Santa Maria, RS, p. 1, 21 nov. 1926.
LOPES SOBRINHO, Hermito. *Revolta em Santa Maria: 16 de novembro de 1926*. Santa Maria: Infograph, 2000.
MAGALHÃES, Julio. *Humildes ponderações*. *Gaspar Martins*, Santa Maria, RS, p. 1-2, 27 dez. 1926.
MARCHIORI, José Newton Cardoso; MACHADO, Paulo Fernandes dos Santos; NOAL FILHO, Valtér Antonio (Org.). *Do céu de Santa Maria*. Santa Maria: Prefeitura Municipal de Santa Maria, 2008.
MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valtér Antonio (Org.). *Santa Maria: relatos e impressões de stage*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1997.
SÉTIMO BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADO. *Resumo histórico*. Santa Cruz do Sul, 2015. Disponível em: <www.7bib.eb.mil.br/index.php/resumo-historico>. Acesso em: 09 fev. 2015.
VÁRIAS notícias referentes ao criminoso levante militar nesta cidade. *O Castilhista*. Santa Maria, RS, p. 2, 27 nov. 1926.

Fontes de imagens:
BELEM, João. *História do município de Santa Maria: 1797-1933*. Porto Alegre: Selbach, 1933.
BREITMAN, Sioma. *Album ilustrado da cidade de Santa Maria*. Organização: Casa Aurora. Porto Alegre: Globo, [193-].
COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul: completo estudo sobre o estado*, volume 1. Porto Alegre: Globo, 1922.
REVISTA DO GLOBO. Porto Alegre: Globo, Ano II, Nº 20, 1930.




Manequim vestido com réplica de farda utilizada pela Brigada Militar na década de 1920. Encontra-se no Museu do Centro Histórico Coronel Pillar - Foto: Wagner Serafini dos Santos (2014)

Fonte: SANTOS, W. S. dos. **Banner CAPA alta resolução**. Altura: 3150 pixels. Largura: 2362 pixels. 6,86 MB. Formato JPEG. 2016. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

4.1.2 *Banner* n.º 1: O levante dos quartéis do Exército

Com o subtítulo *O levante dos quartéis do Exército*, o *banner* n.º 1 (Imagem 08) abre a narrativa da história da revolta militar de 1926 em Santa Maria, apontando os nomes dos líderes do movimento e da ligação deste com o Tenentismo. O texto aborda qual era o objetivo da revolta (impedir a posse do presidente Washington Luís) e quais unidades militares foram sublevadas: o 5º R.A.M. (atual 3º GAC AP ó Regimento Mallet) e o 7º R.I. (atual 7º BIB ó Regimento Gomes Carneiro). Ao final, são citados os autores de onde foram extraídas essas informações: Belém (2000), Beltrão (2013) e Figueiredo (1995).

O texto é acompanhado por reproduções fotográficas da edição n.º 20 da antiga *Revista do Globo*, de 1930, onde aparecem dois líderes rebeldes: os irmãos e oficiais do Exército Alcides⁷⁷ e Nelson Gonçalves Etchegoyen⁷⁸. Também são apresentadas reproduções digitalizadas de fotos aéreas do 5º R.A.M.⁷⁹ e do 7º R.I.⁸⁰ na década de 1930, mostrando aos visitantes os quartéis e arredores, então pouco urbanizados. Dentre todas as fotografias, apenas a do 5º R.A.M. possui autoria desconhecida. As fotos dos irmãos Etchegoyen são de autoria da *Revista do Globo*, enquanto a foto do 7º R.I. é de autoria de Miguel Lampert.

A pesquisa para a exposição também pretendia encontrar fotografias dos outros líderes da revolta militar, os primeiros-tenentes do Exército Heitor Lobato Valle e Iguatemi Moreira, o que não foi possível. Mas a presença das fotos dos irmãos Etchegoyen já possibilita aos visitantes a imagem da liderança do movimento e uma visualização parcial do fardamento militar da época, além de chamar a atenção ao incluir personagens da revolta na seleção fotográfica. Além de humanizar a história, a imagem dessas e de outras personalidades nos demais *banners* torna a exposição mais atrativa do que se apenas mostrasse fotos de armamentos, documentos e lugares, pelo interesse que normalmente existe em se visualizar os protagonistas de um relato e da própria história de forma geral.

As fontes tipográficas utilizadas foram: Stencil (título da exposição, no topo do *banner*, e numeração deste), Tahoma Bold (subtítulo), Bookman Old Style (texto) e Arial MT (legendas e créditos das imagens). Esse padrão é o mesmo adotado nos *banners* seguintes.

⁷⁷ REVISTA DO GLOBO. Coronel Alcides Etchegoyen. 1930. 1 fotografia, sépia. In: **Revista do Globo**. Porto Alegre: Globo, ano II, n. 20, 1930. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso. Reprodução fotográfica digital: Wagner Serafini dos Santos, 2014.

⁷⁸ REVISTA DO GLOBO. Capitão Nelson Etchegoyen. 1930. 1 fotografia, sépia. In: **Revista do Globo**. Porto Alegre: Globo, ano II, n. 20, 1930. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso. Reprodução fotográfica digital: Wagner Serafini dos Santos, 2014.

⁷⁹ 5º **Regimento de Artilharia Montada**. 1930. 1 fotografia, sépia. Acervo do Memorial Mallet.

⁸⁰ LAMPERT, M. 7º **Regimento de Infantaria**. 1935. 1 fotografia, sépia. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Imagem 08 ó *Banner* n.º 1 da exposição

A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA : NOVEMBRO DE 1926

O levante dos quartéis do Exército

Na madrugada de 16 de novembro de 1926 tem início uma revolta militar no 5º Regimento de Artilharia Montada (5º R.A.M.) e no 7º Regimento de Infantaria (7º R.I.). Sob a liderança dos primeiros-tenentes Alcides Gonçalves Etchegoyen, Nelson Gonçalves Etchegoyen (ambos do 5º R.A.M.), Heitor Lobato Valle e Iguatemi Graciliano Moreira (ambos do 7º R.I.), uma parte dos militares do Exército em Santa Maria rebelou-se contra o governo federal brasileiro, visando a impedir a posse do presidente Washington Luís. O levante fazia parte do Tenentismo, movimento armado iniciado no Rio de Janeiro em 1922 e que se espalhou pelo Brasil, repercutindo na Revolução de 1930. O Tenentismo não era um movimento do Exército, mas sim de alguns jovens oficiais militares, principalmente os tenentes, revoltados contra as fraudes eleitorais e contra os governos brasileiros da época. O objetivo desses oficiais era mudar aquela realidade política, por via revolucionária (BELÉM, 2000; BELTRÃO, 2013; FIGUEIREDO, 1995).



Acima: Casa de Memória Estrada Cardoso - Foto: Revista do Globo



Acima: Casa de Memória Estrada Cardoso - Foto: Revista do Globo

Acima, os irmãos Alcides Gonçalves Etchegoyen (à esquerda) e Nelson Gonçalves Etchegoyen (à direita), dois dos líderes da revolta militar de Santa Maria, de acordo com Romeu Beltrão (2013). Fotos publicadas em 1930 pela *Revista do Globo*, ano II, nº 20.



Acima: Heitor Lobato Valle - Foto: Arquivo desconhecido

Acima, o 5º Regimento de Artilharia Montada em 1930 (conforme consta no acervo do Memorial Mallet), atual 3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado – Regimento Mallet. Localiza-se na Rua Marechal Hermes (AMARAL, 2007).



Acima: Casa de Memória Estrada Cardoso - Foto: Miguel Lammert

Segundo o livro de Marchiori et al (2005), o 7º Regimento de Infantaria (à direita, em foto de 1935), localizava-se na Avenida Borges de Medeiros. Atual 7º Batalhão de Infantaria Blindado – Regimento Gomes Carneiro, está sediado em Santa Cruz do Sul (RS) desde 2005, conforme o *site* do 7º Batalhão de Infantaria Blindado (2015).

1




Fonte: SANTOS, W. S. dos. **Banner 1**. Altura: 1182 pixels. Largura: 886 pixels. 1,89 MB. Formato JPEG. 2015. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

4.1.3 *Banner* n.º 2: A Brigada Militar reage

A narrativa prossegue no *banner* n.º 2 (Imagem 09), que leva o subtítulo *A Brigada Militar reage*, explicando as medidas tomadas pelo então major Aníbal Garcia Barão, comandando interinamente o 1º R.C. (atual 1º RPMon ó Regimento Coronel Pillar), para o combate aos revoltosos. As providências começaram na véspera do levante militar, uma vez que o major Barão fora alertado por integrantes do Exército acerca da iminente revolta, e prosseguiram quando ela estourou. O texto finaliza com a citação dos autores que fornecem essas informações: Beltrão (2013) e Lopes Sobrinho (2000).

O *banner* n.º 2 também apresenta reproduções digitalizadas de imagens dos comandantes do 1º R.C. Cândido Alves de Mesquita⁸¹ (efetivo) e Aníbal Garcia Barão⁸² (interino), e uma reprodução fotográfica do Boletim n.º 320 do 1º R.C.⁸³ de 16/11/1926, assinalando o começo da revolta militar. Além delas, ainda consta uma reprodução digitalizada de fotografia do prédio original do quartel do 1º R.C.⁸⁴

Ainda em relação às imagens, duas são de autores desconhecidos: a de Aníbal Garcia Barão e a do quartel do 1º R.C., ambas sem data. Quanto às demais, Venâncio Schleiniger é o autor da foto de Cândido Alves de Mesquita (sem data), enquanto nós fotografamos em 2014 o Boletim n.º 320 do 1º R.C. Esta seleção fotográfica objetiva mostrar ao público os dois lados oponentes da batalha travada em 1926, uma vez que o *banner* anterior concentra-se nas forças rebeldes, enquanto este se concentra na Brigada Militar.

⁸¹ SCHLEINIGER, V. **Cândido Alves de Mesquita**. [19--]. 1 fotografia, sépia. Acervo do Centro Histórico Coronel Pillar.

⁸² ANÍBAL Garcia Barão. [19--]. 1 fotografia, sépia. Acervo do Centro Histórico Coronel Pillar.

⁸³ SANTOS, W. S. dos. **Boletim N.º 320 do 1º Regimento de Cavalaria**. 2014. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Boletim pertencente ao acervo do Centro Histórico Coronel Pillar.

⁸⁴ **1º Regimento de Cavalaria**. [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Imagem 09 ó *Banner* n.º 2 da exposição

A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA : NOVEMBRO DE 1926

A Brigada Militar reage

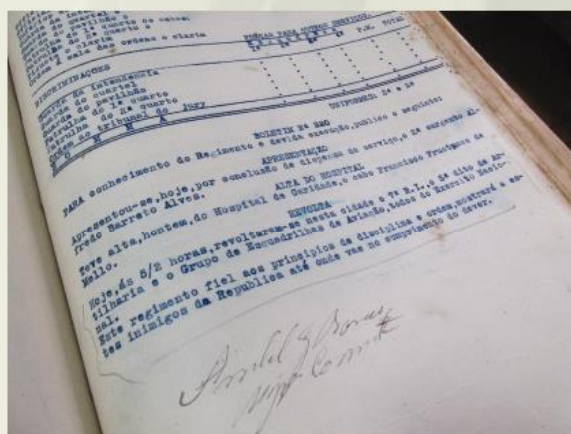
O comandante do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar (1º R.C.), tenente-coronel Cândido Alves de Mesquita, encontrava-se de licença de saúde. No comando interino do 1º R.C. estava o major Aníbal Garcia Barão, que fora prevenido por informantes do Exército sobre a iminente revolta militar em Santa Maria. Assim, o major Barão determinou prontidão total das forças locais da Brigada Militar: oficiais e praças pernoitavam no quartel do 1º R.C. na noite de 15 para 16 de novembro de 1926, quando começou o levante no 5º R.A.M. e no 7º R.I. Tiros de canhão do 7º R.I. foram disparados por volta das 5h30min, levando o major Barão a ordenar a evacuação do quartel da Brigada Militar e o deslocamento dos brigadianos para o centro da cidade, a fim de conter o avanço das forças rebeldes. Mesmo licenciado, o tenente-coronel Cândido Mesquita apresentou-se para ajudar, assim como os militares do Exército que não aderiram à revolta, dentre os quais o tenente-coronel João Moreira Cezar Barroso, comandante interino do 5º R.A.M. (LOPES SOBRINHO, 2000; BELTRÃO, 2013).



Cândido Alves de Mesquita



Aníbal Garcia Barão



O Boletim N.º 320 do 1º Regimento de Cavalaria (atual 1º Regimento de Polícia Montada), de 16/11/1926, registrando o começo da revolta militar. O documento é assinado pelo então major Aníbal Garcia Barão. Informações extraídas do próprio boletim fotografado.



À direita, o antigo quartel do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar em Santa Maria, na Rua Pinto Bandeira. O prédio foi demolido em 1934, sendo construído em seu lugar o atual quartel do 1º Regimento de Polícia Montada (LOPES SOBRINHO, 2000).

2

MESTRADO
PATRIMÔNIO CULTURAL
CC-BY-NC-SA



4.1.4 *Banner* n.º 3: Começa a batalha

Com o subtítulo *Começa a batalha*, o texto do *banner* n.º 3 (Imagem 10) discorre sobre a linha de defesa da Brigada Militar no combate, abrangendo a Avenida Rio Branco e as ruas Sete de Setembro, Marechal Floriano Peixoto e Gaspar Martins, além do posto de comando estabelecido pelo major Barão junto à Praça Saldanha Marinho. O texto encerra citando os autores Beltrão (2013) e Lopes Sobrinho (2000), que fornecem as informações da narrativa. São apresentadas reproduções de fotografias batidas por nós de um Canhão Krupp 75 mm C-28 modelo 1908⁸⁵ e de metralhadoras Hotchkiss modelo 1914⁸⁶ e Colt-Browning modelo 1895⁸⁷, além da pistola Mauser modelo 1896 (C 96) e munições⁸⁸. Também consta reprodução fotográfica nossa de um mapa da cidade de Santa Maria⁸⁹, publicado em 1933 na primeira edição do livro *História do município de Santa Maria: 1797-1933*, de João Belém. As imagens das metralhadoras e da pistola com as munições foram registradas em 2014, e as demais, em 2015.

As fotos do canhão e das metralhadoras mostram ao público alguns tipos de armamentos empregados no tempo da batalha de 1926 em Santa Maria. O mapa da cidade reproduzido no *banner* mostra as posições dos quartéis envolvidos no combate, bem como a extensão da linha de defesa dos brigadianos. Foi o mapa mais próximo da época desse combate que encontramos, e embora não seja de 1926, ainda assim fornece uma ideia aproximada sobre a área urbana de Santa Maria naquele tempo, por ser da primeira metade da década de 1930. Sobre a imagem do mapa foram feitas duas intervenções: a primeira são os tracejados em vermelho assinalando a linha de defesa da Brigada e os quartéis, enquanto a segunda é o desmembramento da foto da pistola e das munições sobre o mapa. O objetivo dos tracejados é situar o público quanto à localização das forças combatentes dentro de Santa Maria; já o desmembramento da outra imagem objetiva criar a impressão de que a pistola e as munições estavam realmente sobre o mapa, dando um efeito artístico ao *banner*.

⁸⁵ SANTOS, W. S. dos. **Canhão Krupp 75mm C-28 modelo 1908**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Canhão pertencente ao acervo do Memorial Mallet.

⁸⁶ SANTOS, W. S. dos. **Metralhadora Hotchkiss modelo 1914**. 2014. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Metralhadora pertencente ao acervo do Centro Histórico Coronel Pillar.

⁸⁷ SANTOS, W. S. dos. **Metralhadoras Colt-Browning modelo 1895**. 2014. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Metralhadoras pertencentes ao acervo do Centro Histórico Coronel Pillar.

⁸⁸ SANTOS, W. S. dos. **Pistola Mauser modelo 1896 (C 96) e grampos de carga**. 2014. 1 fotografia, color. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Pistola e grampos pertencentes ao acervo do Centro Histórico Coronel Pillar.

⁸⁹ PLANTA da cidade de Santa Maria. In: BELÉM, J. **História do município de Santa Maria: 1797-1933**. Porto Alegre: Selbach, 1933. Acervo do Colégio Marista Santa Maria. Reprodução fotográfica digital: Wagner Serafini dos Santos, 2015.

Imagem 10 ó *Banner* n.º 3 da exposição

A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA : NOVEMBRO DE 1926

Começa a batalha

Durante a manhã de 16 de novembro de 1926 a Brigada Militar cria uma linha de defesa no centro de Santa Maria. Trincheiras são estabelecidas ao longo da Rua Sete de Setembro, Avenida Rio Branco, Rua Marechal Floriano Peixoto e Rua Gaspar Martins. O major Barão fixa o seu posto de comando na Rua do Acampamento, junto à Praça Saldanha Marinho. Os rebeldes abrem fogo contra os brigadianos (que revidam com suas metralhadoras) e tentam atingir o quartel da Brigada Militar com tiros de canhão. O tempo chuvoso daquele dia prejudica o campo de visão dos revoltosos, que não conseguem atingir o quartel (BELTRÃO, 2013; LOPES SOBRINHO, 2000).



Memorial Mallet, Foto Wagner Serafini dos Santos (2015)

Em primeiro plano, o canhão Krupp 75 mm C-28 modelo 1908. Canhões desse tipo eram utilizados pelo 5º R.A.M. na época da revolta de 1926 (Informações: Memorial Mallet, Santa Maria - RS).



Memorial Mallet, Foto Wagner Serafini dos Santos (2015)

Metralhadora Hotchkiss modelo 1914. Esse tipo de arma era utilizado pelo 1º R.C. da Brigada Militar e pelo 5º R.A.M. na década de 1920 (Informações: Memorial Mallet e Centro Histórico Cel. Pillar, Santa Maria - RS).



Memorial Mallet, Foto Wagner Serafini dos Santos (2015)

Metralhadoras Colt-Browning modelo 1895, também utilizadas pela Brigada Militar a partir de 1923. Seu uso era ensinado ainda na década de 1970 (Informações: Centro Histórico Cel. Pillar, Santa Maria - RS).



Arquivo Digital - História de Santa Maria - Foto Wagner Serafini dos Santos (2015)

Mapa de Santa Maria publicado na primeira edição do livro *História do município de Santa Maria: 1797-1933*, de João Belém, em 1933. A imagem fornece uma ideia das dimensões da cidade nas décadas de 1920 e 1930. Em destaque, a linha de defesa da Brigada Militar e os quartéis.

Imagem da pistola baseada no livro História do Município de Santa Maria, de João Belém, em 1933. Foto Wagner Serafini dos Santos (2015)

3




Fonte: SANTOS, W. S. dos. **Banner 3**. Altura: 1181 pixels. Largura: 886 pixels. 1,91 MB. Formato JPEG. 2015. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

4.1.5 *Banner* n.º 4: O cenário do combate

O *banner* n.º 4 (Imagem 11) tem como subtítulo *O cenário do combate*, e seu texto aponta a desproporção entre as forças oponentes que entraram em combate, com desvantagem numérica para o efetivo local da Brigada Militar, que teve o reforço do Esquadrão Auxiliar de Cachoeira do Sul. Os autores Beltrão (2013) e Lopes Sobrinho (2000) são citados ao final, como fontes das informações. Junto ao texto, reproduções digitalizadas de fotografias da Avenida Rio Branco em 1935 (aérea)⁹⁰, do cruzamento desta via⁹¹ com a Rua Vale Machado em 1931, da Estação Ferroviária de Santa Maria⁹² na década de 1930 e da Rua Floriano Peixoto⁹³ nas proximidades da atual Avenida Presidente Vargas (sem data). Também há uma reprodução digitalizada de uma foto da Praça Saldanha Marinho⁹⁴ em 1925.

Com relação à autoria das fotos originais, a visão aérea da Avenida Rio Branco foi registrada por Miguel Lampert, enquanto Venâncio Schleiniger fotografou o cruzamento desta avenida com a Rua Vale Machado e também a Praça Saldanha Marinho. Já o prédio da Estação Ferroviária é uma fotografia de Sioma Breitman, publicada na década de 1930 no *Álbum ilustrado da cidade de Santa Maria*, organizado pela Casa Aurora. Por fim, a imagem da Rua Floriano Peixoto tem como autora a Editora José Regina.

A seleção fotográfica desse *banner* serve para mostrar alguns dos locais de combate e para os visitantes conhecerem aspectos do centro de Santa Maria na época da revolta militar. Durante a pesquisa, foram procuradas imagens da batalha acontecendo, mas não foi encontrada nenhuma. Certamente o perigo do fogo cruzado nas ruas, somado a possíveis dificuldades para se carregar equipamentos fotográficos utilizados em Santa Maria naquele tempo, impediu o registro de cenas do combate.

⁹⁰ LAMPERT, M. **Vista aérea da Av. Rio Branco**. 1935. 1 fotografia, p&b. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

⁹¹ SCHLEINIGER, V. **Av. Rio Branco em 1931**. 1931. 1 fotografia, sépia. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

⁹² BREITMAN, S. Estação da Viação Férrea. [193-]. 1 fotografia, p&b. In: _____. **Álbum ilustrado da cidade de Santa Maria**. Organização: Casa Aurora. Porto Alegre: Globo, [193-]. Não paginado. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso. Reprodução fotográfica digital: Wagner Serafini dos Santos, 2014.

⁹³ EDITORA JOSÉ REGINA. **Rua Floriano Peixoto - S. Maria - R. G. do Sul, Brasil**. [19--] 1 fotografia, p&b. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

⁹⁴ SCHLEINIGER, V. **Av. Rio Branco, Praça Saldanha Marinho e Largo da Acampamento**. 1925. 1 fotografia, p&b. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Imagem 11 ó *Banner* n.º 4 da exposição

A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA : NOVEMBRO DE 1926

O cenário do combate

No começo da batalha, a Brigada Militar conta com 306 homens para enfrentar de 700 a 800 militares rebeldes do Exército. Duzentos brigadianos entram em combate, enquanto os demais ficam encarregados de serviços auxiliares. Na tarde de 16 de novembro de 1926, o Esquadrão Auxiliar de Cachoeira do Sul chega a Santa Maria para apoiar a Brigada no combate aos revoltosos (BELTRÃO, 2013; LOPES SOBRINHO, 2000).



Acervo Casa de Memória Edmundo Cardoso - Foto: Miguel Lampert

Av. Rio Branco em 1935. No combate de 1926, as trincheiras da Brigada Militar foram estabelecidas nos cruzamentos da avenida com as ruas Vale Machado, Silva Jardim e Andradas (BELTRÃO, 2013; MARCHIORI, SANTOS; NOAL FILHO 2008).



Acervo Casa de Memória Edmundo Cardoso - Foto: Valério Schläpfer

Av. Rio Branco no cruzamento com a Rua Vale Machado em 1931. Local onde o 2º tenente Pompílio Quides comandou uma das trincheiras da Brigada Militar em 1926 (BELTRÃO, 2013; LOPES SOBRINHO, 2000).



Acervo Casa de Memória Edmundo Cardoso - Foto: Sioma Breitman - Casa Assis

Estação ferroviária de Santa Maria na década de 1930. Local de desembarque do Esquadrão Auxiliar de Cachoeira do Sul em 1926 (LOPES SOBRINHO, 2000). Reprodução de foto publicada no *Álbum Ilustrado da cidade de Santa Maria*, de Sioma Breitman [193-].



Acervo Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria - Foto: Valério Schläpfer

Av. Rio Branco e Rua do Acampamento em 1925. Ao centro, a Praça Saldanha Marinho, junto à qual o major Barão comandou a Brigada Militar durante a batalha de 1926 (BELTRÃO, 2013; BLAYA PEREZ, 1999).



Acervo Casa de Memória Edmundo Cardoso - Foto: Editora José Regis

4 - Edil. José Regis
Rua Floriano Peixoto - S. Maria - R. O. de Sul, Brasil

Rua Floriano Peixoto, perto da atual Av. Presidente Vargas. Região defendida por brigadianos comandados pelo 2º tenente Serafim Antônio de Souza Filho em 1926 (BELTRÃO, 2013; LOPES SOBRINHO, 2000).

4




Fonte: SANTOS, W. S. dos. **Banner 4**. Altura: 1182 pixels. Largura: 886 pixels. 1,83 MB. Formato JPEG. 2015. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

4.1.6 *Banner* n.º 5: Atendimento médico aos feridos

Atendimento médico aos feridos é o subtítulo do *banner* n.º 5 (Imagem 12), o qual relaciona os nomes dos médicos que atenderam as vítimas da batalha, em dois locais: o Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo e o Hospital Militar do Exército, atual Hospital de Guarnição de Santa Maria (HGUSM). As informações constam em dois parágrafos, citando como referências Abreu (1958), Beltrão (2013) e Lopes Sobrinho (2000).

Ilustrando a narrativa, o *banner* apresenta reprodução digitalizada de uma fotografia da fachada do Hospital de Caridade⁹⁵ em 1905, e uma reprodução fotográfica nossa (feita em 2015) de imagem da fachada do Hospital de Guarnição de Santa Maria⁹⁶ na década de 1930. Também mostra parte dos médicos que atenderam os feridos, começando por uma reprodução fotográfica realizada por nós (em 2015) a partir de uma foto original de Amauri Lenz⁹⁷ em 1935. Seguem duas reproduções digitalizadas de fotografias sem data de Astrogildo de Azevedo⁹⁸ e Francisco Mariano da Rocha⁹⁹. Por fim, aparece uma reprodução fotográfica nossa (de 2015) a partir de uma foto original de Olavo Antunes de Oliveira¹⁰⁰ em 1927, ex-aluno do Colégio Santa Maria ferido ao longo da batalha.

Com relação às autorias das imagens originais, apenas duas são conhecidas: a primeira é a da fachada do HGUSM, fotografada por Sioma Breitman e publicada na década de 1930 no *Álbum ilustrado da cidade de Santa Maria*; a segunda é a de Olavo Antunes de Oliveira, fotografado por Socias Vidal, de Uruguaiana.

O ponto alto desse *banner* é mostrar ao público imagens de civis da população santamariense envolvidos com o desenrolar dos acontecimentos de 1926, mantendo a ideia de humanizar a história narrada. Sem contar as fotos dos hospitais, que servem de comparativo para quem os conhece perceber como eles eram em relação aos dias atuais, principalmente o Hospital de Caridade, cuja fachada sofreu alteração total ao longo do tempo.

⁹⁵ **HOSPITAL de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo**. 1905. 1 fotografia, p&b. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

⁹⁶ BREITMAN, S. Hospital Militar. [193-]. 1 fotografia, p&b. In: _____. **Álbum ilustrado da cidade de Santa Maria**. Organização: Casa Aurora. Porto Alegre: Globo, [193-]. Não paginado. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso. Reprodução fotográfica digital: Wagner Serafini dos Santos, 2014.

⁹⁷ **AMAURI Lenz**. 1935. 1 fotografia, sépia. Acervo do Colégio Marista Santa Maria. Reprodução fotográfica digital: Wagner Serafini dos Santos, 2015.

⁹⁸ **ASTROGILDO César de Azevedo**. [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo do Museu Educativo Gama de Eça.

⁹⁹ **FRANCISCO Mariano da Rocha**. [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo do Museu Educativo Gama de Eça.

¹⁰⁰ VIDAL, S. **Olavo Antunes de Oliveira**. 1927. 1 fotografia, sépia. Acervo do Colégio Marista Santa Maria. Reprodução fotográfica digital: Wagner Serafini dos Santos, 2015.

Imagem 12 ó *Banner* n.º 5 da exposição

A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA : NOVEMBRO DE 1926

Atendimento médico aos feridos

Dentro da área protegida pela Brigada Militar, o Hospital de Caridade atende os feridos ao longo da batalha. O atendimento é realizado pelos médicos civis Amauri Lenz, Astrogildo César de Azevedo, Francisco Mariano da Rocha e Severo Evaristo do Amaral, juntamente com dois médicos militares: o major Valente Ribeiro e os primeiros-tenentes Armínio Elejalde e Celestino Prunes (BELTRÃO, 2013; LOPES SOBRINHO, 2000).



Arquivo Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria - Foto: Autor desconhecido

O Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo em 1905. Apesar da linha de defesa dos brigadianos, as salas onde os médicos trabalhavam foram atingidas por balas durante a batalha de 1926 (BELTRÃO, 2013; BLAYA PEREZ, 1999).



Arquivo Coleção Memória Santa Maria - Foto: Autor desconhecido



Arquivo Museu Educativo Santa Maria - Foto: Autor desconhecido



Arquivo Museu Educativo Santa Maria - Foto: Autor desconhecido



Arquivo Coleção Memória Santa Maria - Foto: Bóris Wolf

Da esquerda para a direita, Amauri Lenz (1935), Astrogildo César de Azevedo (sem data) e Francisco Mariano da Rocha (sem data): parte da equipe médica que atuou no Hospital de Caridade ao longo do combate entre a Brigada Militar e os militares rebeldes (BELTRÃO, 2013; LOPES SOBRINHO, 2000).

Olavo Antunes de Oliveira, aluno do Colégio Santa Maria, em 1927. Ferido por estilhaços durante a revolta militar (BELTRÃO, 2013).

Do outro lado da cidade, os revoltosos feridos são atendidos no Hospital Militar, atual Hospital de Guarnição de Santa Maria (HGUSM). O atendimento é feito pelo 1º tenente-médico Romeu Borba e pelo 2º tenente-veterinário João Lemos, ambos vigiados pelos rebeldes (ABREU 1958; BELTRÃO, 2013).



Arquivo Casa de Memória Edmundo Cardoso - Foto: Sioma Breitman - Casa Aurora

O Hospital Militar do Exército na década de 1930, hoje denominado Hospital de Guarnição de Santa Maria (HGUSM). Sua equipe de enfermagem foi mantida sob vigilância armada pelos revoltosos de 1926 (ABREU, 1958; BELTRÃO, 2013). Reprodução de foto publicada no *Album ilustrado da cidade de Santa Maria*, de Sioma Breitman [193-].

5




Fonte: SANTOS, W. S. dos. **Banner 5**. Altura: 1181 pixels. Largura: 886 pixels. 1,70 MB. Formato JPEG. 2015. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

4.1.7 *Banner* n.º 6: Bombardeio e final da batalha

Com o subtítulo *Bombardeio e final da batalha*, o texto do *banner* n.º 6 (Imagem 13) cita as mortes e os danos materiais causados pelo combate, além da fuga de uma parte da população durante a noite de 16/11/1926. A narrativa descreve a retirada dos revoltosos de Santa Maria, após desistirem de prosseguir na batalha, abandonando a cidade ao longo da madrugada de 17/11/1926. Na manhã deste mesmo dia, os brigadianos encontram os quartéis do 5º R.A.M. e do 7º R.I. sem nenhum rebelde, e voltam ao quartel do 1º R.C. sob vivas dos santa-marienses, conforme a narrativa. O texto encerra com os nomes de Beltrão (2013) e Lopes Sobrinho (2000), fontes das informações apresentadas.

O *banner* é ilustrado pelas reproduções digitalizadas de uma foto da Brigada Militar atravessando a Rua Dr. Bozano ao final da batalha¹⁰¹ e de uma folhinha de calendário de 16/11/1926 (frente¹⁰² e verso¹⁰³). Também consta uma reprodução fotográfica realizada por nós em 2015, a partir de uma foto da Rua Dr. Bozano vista do alto do 7º R.I.¹⁰⁴ na década de 1930. A foto da Brigada Militar é de autoria Venâncio Schleiniger, enquanto Sioma Breitman bateu a foto da Rua Dr. Bozano, publicada na década de 1930 no *Álbum ilustrado da cidade de Santa Maria*.

O primeiro destaque entre as imagens selecionadas cabe à foto da Brigada, por ser a única diretamente relacionada à batalha de 1926 que foi encontrada. Outro destaque é para a folhinha de 16/11/1926, pela anotação a lápis no seu verso, registrando o dia da revolta militar e que foi transcrita na legenda abaixo de sua imagem. Já o valor da fotografia da Rua Dr. Bozano reside no fato de mostrar o aspecto de uma região da cidade poucos anos depois da batalha, e que provavelmente não tinha sofrido grandes alterações desde a época da revolta militar.

¹⁰¹ SCHLEINIGER, V. **Primeiro Batalhão de Cavalaria da Brigada Militar, em desfile pela Rua Dr. Bozano**. 1926. 1 fotografia, p&b. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

¹⁰² **FOLHINHA comercial - 1926 - novembro - 16**. 1926. 1 folha de calendário, frente. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

¹⁰³ **FOLHINHA comercial - 1926 - novembro - 16**. 1926. 1 folha de calendário, verso. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

¹⁰⁴ BREITMAN, S. Aspecto panorâmico da cidade. [193-]. 1 fotografia, p&b. In: _____. **Álbum ilustrado da cidade de Santa Maria**. Organização: Casa Aurora. Porto Alegre: Globo, [193-]. Não paginado. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso. Reprodução fotográfica digital: Wagner Serafini dos Santos, 2014.

Imagem 13 ó *Banner* n.º 6 da exposição

A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA : NOVEMBRO DE 1926

Bombardeio e final da batalha

A batalha se prolonga por todo o dia 16 de novembro de 1926, sem mudanças de posições dos combatentes. Os rebeldes bombardeiam o centro urbano, atingindo prédios, residências e a usina elétrica de Santa Maria, deixando a cidade sem luz por três dias. As ruas são atingidas por balas e granadas, ferindo e matando brigadianos, militares rebeldes e civis. Parte da população foge da cidade à noite, temendo um novo bombardeio. Sem conseguir forçar a Brigada Militar a recuar, os revoltosos desistem do combate e começam a se retirar em grupos a partir da meia-noite e durante a madrugada de 17 de novembro de 1926. Amanhece e os brigadianos avançam em direção aos quartéis do 7º R.I. e do 5º R.A.M., abandonados pelos rebeldes. A batalha está encerrada, e os brigadianos retornam ao quartel do 1º R.C. da Brigada Militar, sob vivas da população (BELTRÃO, 2013; LOPES SOBRINHO, 2000).



O efetivo da Brigada Militar atravessa o cruzamento das ruas Dr. Bozano e do Acampamento, no dia 17 de novembro de 1926, após o término do combate contra os militares rebeldes (BLAYA PEREZ, 1999).



Frete e verso de uma folhinha de calendário de 16/11/1926. No verso foi anotado a lápis: "Lembrança da data 16 de Novembro, o dia da revolta em Santa Maria, às 9 ½ horas da manhã e terminou às 9 ½ do dia 17".

A Rua Dr. Bozano vista a partir do alto do 7º R.I. na década de 1930. No canto inferior direito da foto, a 5ª Brigada de Infantaria, atual 3ª Divisão de Exército, onde ficaram retidos pelos revoltosos de 1926 os comandantes da 5ª Brigada, coronel Enéas Pompílio Pires, e do 7º R.I., major Eliezer Abott (AMARAL, 2007; BELTRÃO, 2013; MARCHIORI; NOAL FILHO; 1997). Reprodução de foto publicada no *Album ilustrado da cidade de Santa Maria*, de Sioma Breitman [193-].



Aspecto Panorâmico da Cidade

6

MESTRADO
PATRIMÔNIO CULTURAL
2009 - 2014



4.1.8 Banner n.º 7: Repercussão na imprensa local

O banner n.º 7 (Imagem 14) tem por subtítulo *Repercussão na imprensa local*, e seu texto relata que os jornais santa-marienses trataram sobre a revolta militar de 1926. Na sequência, são apresentadas informações extraídas da edição de 21/11/1926 do jornal *Correio da Serra* (HORAS..., 1926), relatando os estragos causados pelas metralhadoras e canhões em Santa Maria. Dados mais detalhados a respeito são relacionados dentro de um quadro intitulado *Saldo final da batalha*, que também apresenta os nomes dos autores Belém (2000), Beltrão (2013) e Lopes Sobrinho (2000), fontes informativas do quadro.

O maior destaque é para a nossa reprodução fotográfica, de 2015, da capa do *Correio da Serra*¹⁰⁵ de 21/11/1926, totalmente preenchida pela reportagem sobre a batalha ocorrida em Santa Maria. O título chamativo dessa matéria transmite a gravidade do acontecimento para quem lê a capa do jornal: *Horas de horror! Revoltadas as forças federais, travaram violentíssimo combate com a Brigada Militar do Estado...*. Na sequência, aparecem outras reproduções fotográficas que realizamos também em 2015, de notas publicadas pelo *Correio da Serra* nos dias 23¹⁰⁶ e 26¹⁰⁷ de novembro de 1926, além de uma reprodução digitalizada de uma foto do casal proprietário desse jornal: Arnaldo e Elvira Mello¹⁰⁸. A autoria desta última imagem é desconhecida.

A intenção da reprodução fotográfica das páginas dos jornais é mostrar o ponto de vista do *Correio da Serra* acerca da revolta militar e da batalha subsequente, demonstrando ao público a relevância do acontecimento, que mereceu destaque e reportagem de capa, além de repercussões posteriores. Já a inclusão da foto de Arnaldo e de sua esposa Elvira objetiva manter atraído o olhar dos visitantes da exposição, dentro da concepção de humanizar a história.

¹⁰⁵ SANTOS, W. S. dos. **Capa do jornal Correio da Serra de 21/11/1926**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Jornal pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

¹⁰⁶ SANTOS, W. S. dos. **Promoções na Brigada**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Nota da página 1 (capa) do jornal *Correio da Serra* de 23/11/1926. Acervo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Jornal pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

¹⁰⁷ SANTOS, W. S. dos. **A censura**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Nota da página 1 (capa) do jornal *Correio da Serra* de 26/11/1926. Acervo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Jornal pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

¹⁰⁸ **ELVIRA e Arnaldo Mello**. [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Imagem 14 ó *Banner* n.º 7 da exposição

A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA : NOVEMBRO DE 1926

Repercussão na imprensa local

Após a batalha, os jornais santa-marienses da época noticiam a revolta militar. Começando pela edição de 21/11/1926 do *Correio da Serra*, que descreve os estragos causados por metralhadoras e canhões em Santa Maria: corte dos serviços telefônicos, de eletricidade e de abastecimento alimentício, mortes e desaparecimentos. A mesma edição afirma terem algumas famílias percorrido de seis a oito léguas para fugir da cidade, chegando a municípios vizinhos (HORAS..., 1926).

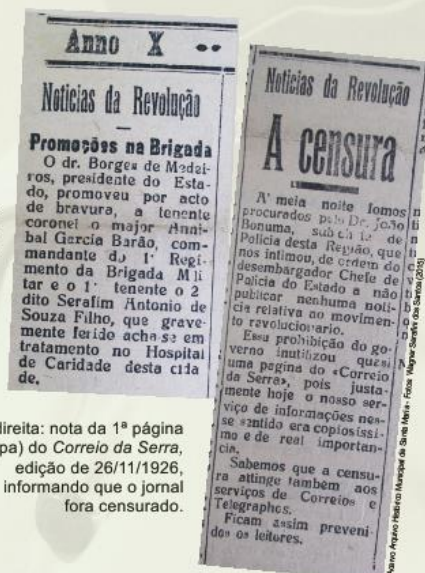


À esquerda, capa da edição de 21/11/1926 do jornal *Correio da Serra*, pertencente ao casal Elvira e Arnaldo Mello (acima), segundo Edmundo Cardoso (2008). O jornal realizou amplo noticiário sobre a revolta militar de Santa Maria.

À direita: detalhe da 1ª página (capa) de 23/11/1926 do *Correio da Serra*.

SALDO FINAL DA BATALHA:

- ✓ 13 mortos (3 brigadianos, 6 revoltosos, 4 civis);
 - ✓ 48 feridos (14 brigadianos, 22 revoltosos, 12 civis);
 - ✓ 66 edificações atingidas por granadas, dentre as quais o Clube Caixeiral, o Ginásio Santa Maria (atual Colégio Marista Santa Maria), o Seminário São José e a Usina Elétrica de Santa Maria, além de residências;
 - ✓ Residências e estabelecimentos comerciais saqueados na cidade e no interior do município.
- (BELÉM, 2000; BELTRÃO, 2013; LOPES SOBRINHO, 2000)



À direita: nota da 1ª página (capa) do *Correio da Serra*, edição de 26/11/1926, informando que o jornal fora censurado.

7

MESTRADO PATRIMÔNIO CULTURAL



Fonte: SANTOS, W. S. dos. **Banner 7**. Altura: 1181 pixels. Largura: 886 pixels. 2,00 MB. Formato JPEG. 2015. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

4.1.9 *Banner* n.º 8: Repercussão na imprensa local

Assim como o anterior, o *banner* n.º 8 (Imagem 15) também é subtintulado *Repercussão na imprensa local*, porque segue mostrando a repercussão da revolta militar de 1926 nos jornais santa-marienses da época. O primeiro parágrafo do texto destaca a edição de 27/11/1926 do jornal *O Castilhist*a, que dirige críticas aos revoltosos (DELINQUENTES, 1926), relata a morte do capitão Mário Druck e transcreve discurso do então governador Borges de Medeiros (VÁRIAS..., 1926). O segundo parágrafo ressalta a defesa dos mesmos revoltosos feita em artigo de Júlio Magalhães, na edição de 27/12/1926 do jornal *Gaspar Martins*. No artigo, Magalhães defende os militares rebeldes contra uma Ordem do Dia do coronel Enéas Pires, comandante da 5ª Brigada de Infantaria.

O *banner* apresenta imagens das edições dos referidos jornais, através das seguintes reproduções fotográficas nossas de 2015: capa¹⁰⁹ e página 2¹¹⁰ do *O Castilhist*a de 27/11/1926 e capa do *Gaspar Martins*¹¹¹ de 27/12/1926. A intenção de exibir as imagens dos antigos jornais é mostrar aos visitantes como as informações relatadas foram publicadas. Ao mesmo tempo, as fotos mostram o aspecto gráfico desses periódicos, em contraste com o aspecto do *Correio da Serra*, exibido no *banner* anterior.

¹⁰⁹ SANTOS, W. S. dos. **Capa do jornal O Castilhist**a de 27/11/1926. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Jornal pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

¹¹⁰ SANTOS, W. S. dos. **Página 2 do jornal O Castilhist**a de 27/11/1926. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Jornal pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

¹¹¹ SANTOS, W. S. dos. **Capa do jornal Gaspar Martins** de 27/12/1926. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Jornal pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Imagem 15 ó *Banner* n.º 8 da exposição

A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA : NOVEMBRO DE 1926

Repercussão na imprensa local

Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria - Foto: Wagner Serafini dos Santos (2015)

Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria - Foto: Wagner Serafini dos Santos (2015)

Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria - Foto: Wagner Serafini dos Santos (2015)

Capa e página 2 do jornal *O Castilhistas* de 27 de novembro de 1926. Dirigido por Felisbino Monteiro, o jornal se identificava como "órgão dos interesses do município - Política Republicana" (informações extraídas da capa da edição, à esquerda). Foi nessa edição que *O Castilhistas* noticiou o planejamento de uma homenagem à Brigada Militar (VÁRIAS... 1926), a qual foi cancelada por discordância do governador Borges de Medeiros, que não queria constrianger o Exército (BELTRÃO, 2013).

O utros jornais de Santa Maria também repercutem a batalha. Na capa da edição do dia 27 de novembro de 1926, *O Castilhistas* critica os militares rebeldes e afirma que Santa Maria deve gratidão à Brigada Militar (DELINQUENTES, 1926). Na página 2 dessa edição, *O Castilhistas* relata o planejamento de uma homenagem aos brigadianos, descreve a morte em combate do capitão Mário Druck e transcreve um discurso do então governador do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, que minimiza a participação de militares na revolta (VÁRIAS..., 1926).

Em 27/12/1926, artigo de capa do *Gaspar Martins*, de Julio Magalhães, defende os oficiais líderes da revolta militar contra uma Ordem do Dia do coronel Enéas Pires, então comandante da 5ª Brigada de Infantaria, em Santa Maria. A Ordem do Dia dava a entender que os líderes rebeldes promoveriam saques e levariam a desonra às famílias santa-marienses, acusação injusta segundo o artigo de Julio Magalhães (1926).

Acima, capa de 27 de dezembro de 1926 do jornal *Gaspar Martins*, órgão parlamentarista fundado e dirigido por Julio Magalhães, conforme descreve Edmundo Cardoso (2008). Nessa edição consta o artigo "Humildes ponderações", redigido pelo diretor desse periódico, que se contrapõe às críticas da Ordem do Dia do coronel Enéas Pires contra os líderes da revolta militar de Santa Maria.

8

Fonte: SANTOS, W. S. dos. **Banner 8**. Altura: 1181 pixels. Largura: 886 pixels. 2,05 MB. Formato JPEG. 2015. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

4.1.10 *Banner* n.º 9: Repercussão na imprensa local

O *banner* n.º 9 (Imagem 16) leva o mesmo subtítulo dos outros dois precedentes: *Repercussão na imprensa local*. Trata-se da conclusão do relato sobre o noticiário dos jornais santa-marienses acerca da revolta militar. O texto destaca a publicação do resultado do julgamento de militares que participaram da revolta, em notícia do jornal *Diário do Interior* de 01/07/1927 (CONSELHO..., 1927). A capa¹¹² dessa edição aparece com destaque no *banner*, em reprodução fotográfica nossa de 2015. Nessa mesma capa foi publicada a notícia do julgamento, a qual aparece em recorte ampliado¹¹³ dentro de um quadro, junto com uma notícia do *O Castilhistas*¹¹⁴ de 19/11/1927 e outra do *Diário do Interior*¹¹⁵ de 17/11/1927. As duas últimas tratam sobre missa realizada na então Catedral Diocesana em virtude do primeiro aniversário da revolta militar em Santa Maria.

Além das imagens mencionadas, aparece outra reprodução fotográfica realizada por nós (em 2015) a partir de um retrato¹¹⁶ da redação do *Diário do Interior*, publicado no livro *O Rio Grande do Sul em 1922*. A foto original é de autoria de Frederico Carlos Marx, conforme Cardoso (2008, p. 35).

A reprodução das páginas e notas dos jornais nos três últimos *banners* da exposição mostra ao público a importância conferida pela imprensa de Santa Maria ao tema da revolta militar de 1926, bem como demonstra a variedade de jornais locais em circulação no final da década de 1920, além do aspecto gráfico de cada um. Ao mesmo tempo, a reprodução da fotografia tirada na redação do *Diário do Interior* mostra aos visitantes algumas pessoas que trabalhavam ou colaboravam na imprensa santa-mariense. E assim é mantida a humanização adotada na linha narrativa da história transmitida pela exposição fotográfica *A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926*.

¹¹² SANTOS, W. S. dos. **Capa do jornal Diário do Interior de 01/07/1927**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Jornal pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

¹¹³ SANTOS, W. S. dos. **Conselho de Justiça Militar**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Notícia da página 1 (capa) do jornal *Diário do Interior* de 01/07/1927. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Jornal pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

¹¹⁴ SANTOS, W. S. dos. **O aniversário do bárbaro bombardeio de S. Maria**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Nota da página 2 do jornal *O Castilhistas* de 19/11/1927. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Jornal pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

¹¹⁵ SANTOS, W. S. dos. **Ecos da revolta militar de novembro**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Notícia da página 2 do jornal *Diário do Interior* de 17/11/1927. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Jornal pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

¹¹⁶ MARX, F. C. *Diário do Interior*, de Santa Maria. 1916. 1 fotografia, p&b. In: COSTA, A. R. da. **O Rio Grande do Sul: completo estudo sobre o estado**, v. 1. Porto Alegre: Globo, 1922. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso. Reprodução fotográfica digital: Wagner Serafini dos Santos, 2015.

Imagem 16 ó Banner n.º 9 da exposição

A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA : NOVEMBRO DE 1926

Repercussão na imprensa local



Acervo Arquivo Histórico/Município de Santa Maria - Foto: Wagner Serafini dos Santos (2010)

Acima, capa da edição de 1º de julho de 1927 do jornal *Diário do Interior*, fundado por Alfredo Rodrigues da Costa e pertencente na ocasião a Ney Luiz Osório (CARDOSO, 2008). Nessa edição foi publicado o resultado do julgamento de militares que participaram da revolta de novembro de 1926, dentro da notícia "Conselho de Justiça Militar", que aparece ampliada no quadro à direita.

Já em 1º/07/1927, a capa do *Diário do Interior* relata o julgamento de 81 militares do Exército que participaram da revolta, réus de deserção. Destes, dois foram condenados, 47 absolvidos e 32 desligados do Exército (CONSELHO..., 1927).



Acervo Arquivo Histórico/Município de Santa Maria - Foto: Wagner Serafini dos Santos (2010)

À esquerda, o *Diário do Interior* de 01/07/1927 (pág. 1) noticia o julgamento de praças do 7º R.I. que participaram da revolta militar de Santa Maria. O primeiro aniversário do levante foi marcado por missa na então Catedral Diocesana, conforme divulgaram os jornais *O Castilhista* (acima), em 19/11/1927 (pág. 2), e o *Diário do Interior* (à direita), em 17/11/1927 (pág. 2).



Acervo Casa de Memória Edmundo Cardoso - Foto: Frederico Carlos Maz

Redação do *Diário do Interior* em 1916, conforme Edmundo Cardoso (2008). Ao centro, o gerente (e mais tarde proprietário) do jornal, Ney Luiz Osório, rodeado por amigos e colaboradores daquele periódico. Da esquerda para a direita: Dr. Valentim Fernandez (em pé), escritor Antenor Moraes (segundo à esquerda, sentado), Dr. Francisco Mariano da Rocha (último à direita) e Dr. Fortunato Pimentel (citado sem indicação na imagem por Cardoso). Reprodução de foto publicada em 1922 no livro *O Rio Grande do Sul: completo estudo sobre o estado*, vol. 1, de Alfredo R. da Costa.

4.2 CATÁLOGO

O catálogo foi elaborado para ser impresso em folha A3, frente (Imagem 17) e verso (Imagem 18) e dobrável (Imagem 19), sendo as extremidades cortadas em cima de linhas que demarcavam as margens, logo após a impressão. Devido ao corte é que o catálogo ficou com as dimensões de 282 mm X 397 mm quando aberto, ou seja, menor que as dimensões da folha A3. E a fim de permitir a realização das dobras, o catálogo foi impresso em papel *couchê* de 170 g/m², gramatura que confere flexibilidade ao papel.

Na frente da folha foram impressos a capa e a contracapa do catálogo, além dos textos: o primeiro é a introdução, onde constam informações relativas à exposição fotográfica *A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926*, e o segundo é um resumo da história dessa revolta. A capa e a contracapa contêm os mesmos dados e a mesma foto¹¹⁷ do *banner* de abertura da exposição, e ambas ficam do lado oposto ao dos textos quando a folha recebe a primeira dobra. Ao receber a segunda dobra, a capa e a contracapa ficam em lados opostos, enquanto os textos formam uma primeira parte interna, como as páginas de um livro ou de uma revista. A segunda parte interna foi impressa no verso da folha A3, onde aparecem os *banners* da exposição em escala reduzida, precedidos de um texto relativo ao conteúdo e às medidas dos mesmos *banners*. Todos são acompanhados por legendas que resumem o conteúdo de cada um deles. O único *banner* que não aparece é o de abertura, uma vez que a respectiva imagem e ficha técnica aparecem na capa e na contracapa do catálogo.

A escolha do formato do catálogo objetivou economizar custos de impressão, devido à limitação orçamentária para a realização do projeto da exposição, incluindo desde a fase de pesquisa até a impressão dos *banners*, exemplares do próprio catálogo e convites. Ao mesmo tempo, a forma de apresentação de textos e imagens fornece um panorama geral da exposição fotográfica. Por outro lado, a imagem da capa e da contracapa, bem como as cores e as fontes tipográficas empregadas no catálogo foram escolhidas para criar uma padronização visual entre ele e os *banners* da exposição. Assim, o título da mostra fotográfica está em fonte Stencil, enquanto a ficha técnica e os textos (com respectivos títulos) estão em Bookman Old Style. Por sua vez, as legendas referentes aos *banners* encontram-se em fonte Arial MT.

¹¹⁷ SANTOS, W. S. dos. **Manequim com réplica da farda oPapo Roxoô da Brigada Militar**. 2014. 1 fotografia, sépia, digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Manequim e farda pertencentes ao acervo do Centro Histórico Coronel Pillar.

Imagem 17 ó Capa e contracapa do catálogo, com texto interno (frente da folha)

A revolta militar de Santa Maria em 1926:

Na madrugada de 16/11/1926, os primeiros-tenentes Alcides Gonçalves Eichhegyen, Nelson Gonçalves Eichhegyen, Héitor Lobato Valle e Iguatemi Moreira lideraram um levante no 5º Regimento de Artilharia Montada (atual 3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopopulada - Regimento Mallet) e no 7º Regimento de Infantaria (atual 7ª Batalhão de Infantaria Blindada - Regimento Gomes Carneiro), para impedir a posse do presidente Washington Luis. A revolta fez parte do Tenentismo, movimento armado nascido no Rio de Janeiro em 1922 e que mobilizou uma parcela do Exército Brasileiro no combate aos governos e às fraudes eleitorais do Brasil na época (BELEM, 2000; BELTRÃO, 2013; FIGUEIREDO, 1995).

Em Santa Maria, os contingentes rebeldes são combatidos pelo 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar (atual 1º Regimento de Polícia Montada), comandado pelo então major Albal Garcia Barão, com apoio de militares do Exército contrários a revolta e do Esquadrão Auxiliar de Cacheira do Sul. Civis aderem aos lados do combate, apesar da superioridade numérica dos rebeldes, eles não conseguem romper a linha de defesa da Brigada Militar, constituída por uma série de trincheiras ao longo da Rua Sete de Setembro, da Avenida Rio Branco e das ruas Marechal Floriano Peixoto e Gaspar Martins. Durante a batalha, os feridos são atendidos no Hospital de Candeia Dr. Astrogildo de Azevedo e no Hospital Militar do Exército, atual Hospital de Guaranição de Santa Maria - HGUSM (ABREU, 1958; BELTRÃO, 2013; LOPES SOBRINHO, 2000).

Disparos de canhões pelos revoltosos tentam em vão acertar o quartel da Brigada Militar, enquanto os brigadianos revidam com mortandadoras. O centro da cidade é bombardeado, danificando milhares rebeldes e civis. Diante da resistência da Brigada, os rebeldes fogem de uma parte da população. Ocorrem mortes de brigadianos, militares rebeldes e civis. Durante a resistência da Brigada, os rebeldes fogem de uma parte da população. Ocorrem mortes de brigadianos, militares rebeldes e civis. Durante a resistência da Brigada, os rebeldes fogem de uma parte da população. Ocorrem mortes de brigadianos, militares rebeldes e civis.

De caráter itinerante, a exposição foi planejada para ser montada na Retorta da UFSM (09/11/15 a 20/11/15), no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (23/11/15 a 11/12/15) e na Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria (14/12/15 a 31/12/15). A seguir, um resumo da história da revolta militar de 1926.

Introdução:

A pesquisa buscou informações bibliográficas e documentais para narrar a história da revolta militar e para divulgá-la por meio da exposição fotográfica. No total, foram pesquisados os acervos de seis instituições, às quais agradecemos o apoio: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, Casa de Memória Edmundo Cardoso, Centro Histórico Coronel Pillar, Colégio Marista Santa Maria, Memorial Mallet e Museu Educativo Gamma d'Égca.

De caráter itinerante, a exposição foi planejada para ser montada na Retorta da UFSM (09/11/15 a 20/11/15), no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (23/11/15 a 11/12/15) e na Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria (14/12/15 a 31/12/15). A seguir, um resumo da história da revolta militar de 1926.

A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA: NOVEMBRO DE 1926

Referências:

ABREU, José Pacheco de (Org.). *Album ilustrado comemorativo do 7º centenario da emancipação politica do municipio de Santa Maria (do Grande do Sul): 17 de maio de 1858 - 17 de maio de 1958*. Porto Alegre: Metrópole, 1958.

AMARAL, Antonio Carlos Mesquita do. *Regimento Mallet: cento e setenta anos de seu dia a dia*. Santa Maria: Pallott, 2007.

BELEM, João. *História do município de Santa Maria: 1797-1953*. 3. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1787-1930*. 3. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

BLAYA PEREZ, Carlos. *Santa Maria em preto e branco*. Santa Maria: UFSM, 1999.

CARESO, Edmundo. *Santa Maria: rituais e memórias de Edmundo Cardoso*. Organização: Terezinha de Jesus Pires Santos e Gilda May Cardoso Santos. Santa Maria: Anatera, 2008.

CONSELHO de Justiça Militar. *Diário do Interior*. Santa Maria, RS, p. 1, 1 jul. 1927.

DELINQUENTES, O Castilhistas. *Santa Maria, RS, p. 1, 27 nov. 1926*.

FIGUEIREDO, Osório Santana. *As revoluções da República: 1889-1932*. Santa Maria: Pallott, 1995.

HORAS de horror! Revoluções as forças federais, travaram violentissimo combate com a Brigada Militar do Estado... *Correio da Serra*, Santa Maria, RS, p. 1, 21 nov. 1926.

LOPES SOBRINHO, Hermínio. *Revolta em Santa Maria: 16 de novembro de 1926*. Santa Maria: Intograph, 2000.

MAGALHÃES, Julio. *Humildes ponderações*. *Gaspar Martins*, Santa Maria, RS, p. 1-2, 27 dez. 1926.

MARCHIORI, José Newton Cardoso; MACHADO, Paula Fernandes dos Santos; NOAL FILHO, Valter Antonio (Org.). *Do céu de Santa Maria*. Santa Maria: Prefeitura Municipal de Santa Maria, 2008.

MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antonio (Org.). *Santa Maria: rituais e impressões de agosto*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1997.

SÉTIMO BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADO. *Resumo Histórico*. Santa Cruz do Sul, 2015. Disponível em: <www.7bib.cb.mil.br/index.php/resumo-historico>. Acesso em: 09 fev. 2015.

VÁRIAS notícias referentes ao criminoso levante militar nesta cidade. *O Castilhistas*. Santa Maria, RS, p. 2, 27 nov. 1926.

Fontes de imagens:

BELEM, João. *História do município de Santa Maria: 1797-1953*. Porto Alegre: Schbach, 1953.

BREITMAN, Sioma. *Album ilustrado da cidade de Santa Maria*. Organização: Casa Aniera. Porto Alegre: Globo, [193-].

COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul: completo estado sobre o estado*, volume 1. Porto Alegre: Globo, 1922.

REVISTA DO GLOBO. *Porto Alegre: Globo*, Ano II, Nº 20, 1930.

A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA: NOVEMBRO DE 1926


Curadoria, pesquisa e textos:
Wagner Serafini dos Santos


Orientação:
Prof.ª Dr.ª Maria Medisneira Padoin

Projeto gráfico:
Jorge Ubiratã da Silva Lopes (Byrata)

Apoio:
Mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM
Centro Histórico Coronel Pillar
Casa de Memória Edmundo Cardoso
Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

Imagens cedidas por:
Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria
Casa de Memória Edmundo Cardoso
Centro Histórico Coronel Pillar
Colégio Marista Santa Maria
Memorial Mallet
Museu Educativo Gamma d'Égca


1960



Manequim vestido com réplica de farda utilizada pela Brigada Militar na década de 1920. Encontra-se no Museu do Centro Histórico Coronel Pillar - Foto: Wagner Serafini dos Santos (2014)

Fonte: SANTOS, W. S. dos. **Catálogo 1**. Altura: 4714 pixels. Largura: 3333 pixels. 12,2 MB. Formato JPEG. 2015. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

Imagem 18 ó Parte interna do catálogo (verso da folha)

Conhecendo a exposição

Ao longo de nove banners, a exposição fotográfica **A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926** apresenta a história da batalha entre militares rebeldes e brigadianos. Cada banner é identificado na parte superior pelo título da exposição e por um subtítulo específico para o conteúdo apresentado, que inclui textos, legendas e imagens. Visando a uma boa visibilidade desse conteúdo, foi adotado o formato de 0,90 m X 1,20 m para todos os banners.

A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA: NOVOEMBRO DE 1926

O levante dos quartéis do Exército

Na madrugada de 16 de novembro de 1926 tem início uma revolta militar no Rio Grande do Sul. O movimento é liderado por Aldeias Gonçalves Etcheegoyen, Nelson Gonçalves Etcheegoyen, Nelson Gonçalves Etcheegoyen (ambos do 5º R.A.M.) e do 7º Regimento de Infantaria (7º R.I.). Sob a liderança dos primeiros-tenentes Aldeias Gonçalves Etcheegoyen, Nelson Gonçalves Etcheegoyen (ambos do 5º R.A.M.), Heitor Lobato Valle e Iguatemi Graciliano Moreira (ambos do 7º R.I.), uma parte dos militares do Exército em Santa Maria rebelou-se contra o governo federal brasileiro, visando a impedir a posse do presidente Washington Luís. O movimento faz parte do Tenentismo, movimento armado iniciado no Rio de Janeiro em 1922 e que se espalhou pelo Brasil, representando a Revolução de 1930. O Tenentismo não era um movimento do Exército, mas sim de alguns jovens oficiais militares, principalmente os tenentes, revoltados contra as fraudes eleitorais e contra os governos brasileiros da época. O objetivo desses oficiais era mudar aquela realidade política, por um revolução social (BELEM, 2006; BELTRÃO, 2013; FERREZ, 1995).



Aldeias Gonçalves Etcheegoyen (à esquerda) e Nelson Gonçalves Etcheegoyen (à direita). Ambos foram primeiros-tenentes do 5º Regimento de Armas (5º R.A.M.) e líderes da revolta militar de Santa Maria em novembro de 1926. (Foto: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1926).




Mapa de Santa Maria, Rio Grande do Sul, mostrando a localização dos quartéis do Exército e da Brigada Militar em novembro de 1926. (Fonte: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1926).

O começo da revolta militar nos quartéis do Exército. Narrativa ilustrada por fotografias de dois líderes do movimento (os irmãos Aldeias e Nelson Etcheegoyen) e das unidades rebeldes (5º R.A.M. e 7º R.I.).


A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA: NOVOEMBRO DE 1926

A Brigada Militar reage

O comandante do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar (1º R.C.), tenente-coronel Antônio Alves de Sá, recebe informações de saúde. No comando interno do 1º R.C. estava o major Anibal Barão, que fora promovido por informações do Distrito sobre a recente revolta militar em Santa Maria. Assim, o major Barão determinou prontidão total das forças locais da Brigada Militar: oficiais e pracinhas pertenciam ao quartel do 1º R.C. na noite de 15 para 16 de novembro de 1926, quando ocorreu o levante no 5º R.A.M. e no 7º R.I. Tiras de cavalaria do 7º R.I. foram disparadas por volta das 5h30min, levando o major Barão a ordenar a evacuação do quartel da Brigada Militar e o deslocamento dos brigadianos para o centro da cidade, a fim de conter o avanço das forças rebeldes. Menses intercorridos, o tenente-coronel Cândido Mesquita apresentou-se para ajudar, assim como os militares do Exército que não aderiram à revolta, dentre os quais o tenente-coronel João Moreira César Barros, comandante interno do 5º R.A.M. (LOPES SOBRINHO, 2000; BELTRÃO, 2013).



Antônio Alves de Sá, comandante do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar em novembro de 1926. (Foto: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1926).



Anibal Barão, major do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar em novembro de 1926. (Foto: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1926).

A reação da Brigada Militar contra os revoltosos. Texto acompanhado pelas imagens dos comandantes do 1º R.C., Cândido de Mesquita (efetivo) e Anibal Barão (interino), do Boletim N.º 320 de 16/11/1926 do 1º R.C. e do quartel desse regimento.

A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA: NOVOEMBRO DE 1926

Começa a batalha

Durante a manhã de 16 de novembro de 1926 a Brigada Militar cria uma linha de defesa no centro de Santa Maria. Trinchiras são estabelecidas ao longo da Rua Sera de Serretório, Avenida Rio Branco, Rua Marechal Floriano Peixoto e Rua Gaspar Martins. O major Barão fixa o seu posto de comando na Rua do Acampamento, junto à Praça Soldado Marinho. As tropas abrem fogo contra os brigadianos (que revoltam com suas metralhadoras) e tentam atingir o quartel da Brigada Militar em frente ao castiçal. O tempo chuvoso daquele dia prejudica o campo de visão dos revoltosos, que não conseguem atingir o quartel (BELTRÃO, 2013; LOPES SOBRINHO, 2000).



Trincheira construída durante a batalha de novembro de 1926. (Foto: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1926).



Metralhadora Hotchkiss modelo 1914 e Colt-Browning modelo 1895 e pistola Mauser modelo 1896 (C 96). (Foto: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1926).



Mapa de Santa Maria, Rio Grande do Sul, mostrando a localização dos quartéis do Exército e da Brigada Militar em novembro de 1926. (Fonte: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1926).

O início do combate e as fotos dos armamentos da época: canhão Krupp 75 mm C-28 modelo 1908, metralhadoras Hotchkiss modelo 1914 e Colt-Browning modelo 1895 e pistola Mauser modelo 1896 (C 96). Abaixo, mapa de Santa Maria.

A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA: NOVOEMBRO DE 1926

O cenário do combate

No começo da batalha, a Brigada Militar conta com 300 homens para enfrentar 700 a 800 militares rebeldes do Exército. Duzentos brigadianos entram em combate, enquanto os demais ficam encarregados de serviços auxiliares. Na tarde de 16 de novembro de 1926, o Esquadrão Auxiliar de Cavalaria do Sul chega a Santa Maria para apoiar a Brigada Militar no combate aos revoltosos (BELTRÃO, 2013; LOPES SOBRINHO, 2000).



Cenário do combate durante a revolta militar de novembro de 1926. (Foto: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1926).



Edifício do Hospital de Caridade durante a batalha. (Foto: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1926).



Rua Dr. Bozano durante o combate. (Foto: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1926).

A desvantagem numérica dos brigadianos frente aos rebeldes e as imagens do cenário do combate: Av. Rio Branco (visão aérea e cruzamento com a Rua Vale Machado), Estação Ferroviária, Praça Soldado Marinho e Rua Floriano Peixoto.

A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA: NOVOEMBRO DE 1926

Atendimento médico aos feridos

Dentro da área protegida pela Brigada Militar, o Hospital de Caridade atendeu os feridos durante o combate. O atendimento e realizado pelos médicos civil Amairi Lima, Artur de César e Azevedo, Francisco Mariano da Rocha e Severo Evaristo do Amaral, juntamente com dois médicos militares: o major Valente Ribeiro e o primeiro-tenente Arnaldo Braga e Celastino Prates (BELTRÃO, 2013; LOPES SOBRINHO, 2000).



Hospital de Caridade durante o atendimento aos feridos. (Foto: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1926).



Amairi Lima, médico civil que atuou no atendimento aos feridos durante a batalha. (Foto: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1926).



Artur de César, médico militar que atuou no atendimento aos feridos durante a batalha. (Foto: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1926).

Atendimento médico no Hospital de Caridade e no Hospital de Guarnição de Santa Maria (fotos nas extremidades superior e inferior, respectivamente). Ao centro, os médicos Amairi Lima, Artur de César e Francisco Mariano, além do estudante Olavo de Oliveira.

A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA: NOVOEMBRO DE 1926

Bombardeio e final da batalha

A batalha se prolonga por todo o dia 16 de novembro de 1926, sem mudanças de posições dos combatentes. Os rebeldes bombardeiam o centro urbano, atingindo prédios, residências e a estação de Santa Maria, deixando a cidade sem luz por três dias. As ruas são atingidas por balas e granadas, ferindo e matando brigadianos, militares rebeldes e civis. Parte da população foge da cidade à noite, tornando um novo bombardeio. Sem conseguir forçar a Brigada Militar a recuar, os revoltosos desistem do combate e começam a se retirar em grupo a partir da meia-noite e durante a madrugada de 17 de novembro de 1926. Amanhece e os brigadianos avançam em direção aos quartéis do 7º R.I. e do 5º R.A.M., abandonando pelos rebeldes. A batalha está encerrada, e os brigadianos retornam ao quartel do 1º R.C. da Brigada Militar, sob vovra da população (BELTRÃO, 2013; LOPES SOBRINHO, 2000).



Bombardeio de um prédio durante a batalha. (Foto: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1926).



Edição do jornal O Castilista de 17/11/1926, relatando o fim da batalha. (Foto: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1926).



Rua Dr. Bozano após o fim da batalha. (Foto: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1926).

O término da batalha. Texto ilustrado por imagens dos brigadianos na Rua Dr. Bozano após o combate, por frente e verso de folhinha de calendário de 16/11/1926, além da vista da Rua Dr. Bozano do alto do quartel do 7º R.I.

A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA: NOVOEMBRO DE 1926

Repercussão na imprensa local

Após a batalha, os jornais santa-marienses da época noticiam a revolta militar. Com base na edição de 21/11/1926 do Correio da Serra, que descreve os estragos causados por metralhadoras e canhões em Santa Maria, corte dos serviços telefônicos, de eletricidade e de abastecimento alimentício, mortes e desaparecimentos. A mesma edição afirma ter-se salvado algumas famílias percorrendo de seis a oito leguas para fugir da cidade, chegando a municípios vizinhos (LOPES, 2000).



Edição do jornal O Correio da Serra de 21/11/1926, relatando a revolta militar. (Foto: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1926).



Edição do jornal O Diário do Interior de 17/11/1926, relatando a revolta militar. (Foto: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1926).




Edição do jornal O Gaspar Martins de 27/12/1926, relatando a revolta militar. (Foto: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1926).

A repercussão da revolta na imprensa de Santa Maria, com destaque para a capa do Correio da Serra de 21/11/1926 e para o retrato dos proprietários desse jornal, Elvira e Arnaldo Mello. Abaixo, imagens de notas do Correio da Serra em 23/11/1926 e 26/11/1926.


A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA: NOVOEMBRO DE 1926

Repercussão na imprensa local

Outros jornais de Santa Maria também repercutem a batalha. Na capa de edição do dia 27 de novembro de 1926, O Castilista critica os militares rebeldes e afirma que Santa Maria deve gratidão à Brigada Militar (DELINQUENTES, 1926). Na página 3 dessa edição, O Castilista relata o planejamento de uma homenagem aos brigadianos, descreve a morte em combate do capitão Mário Trucê e transmite um discurso do então governador do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, que minimiza a participação de militares na revolta (VARIAS, 1926).



Edição do jornal O Castilista de 27/11/1926, relatando a revolta militar. (Foto: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1926).




Edição do jornal O Gaspar Martins de 27/12/1926, relatando a revolta militar. (Foto: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1926).

Narrativa das informações e opiniões da imprensa de Santa Maria acerca da revolta militar de 1926. Aparecem de forma separada a capa e a página 2 do O Castilista de 27/11/1926 (acima), além da capa do Gaspar Martins de 27/12/1926, jornais de onde foram extraídas as informações do texto deste banner.

A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA: NOVOEMBRO DE 1926

Repercussão na imprensa local

Já em 17/07/1927, a capa do Diário do Interior relata o julgamento de 81 militares do Exército que participaram da revolta, após o desfecho. Desses, dois foram condenados, 47 absolvidos e 32 castiçados do Exército (CONSELHO, 1927).



Edição do jornal O Diário do Interior de 17/07/1927, relatando o julgamento dos militares rebeldes. (Foto: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1927).


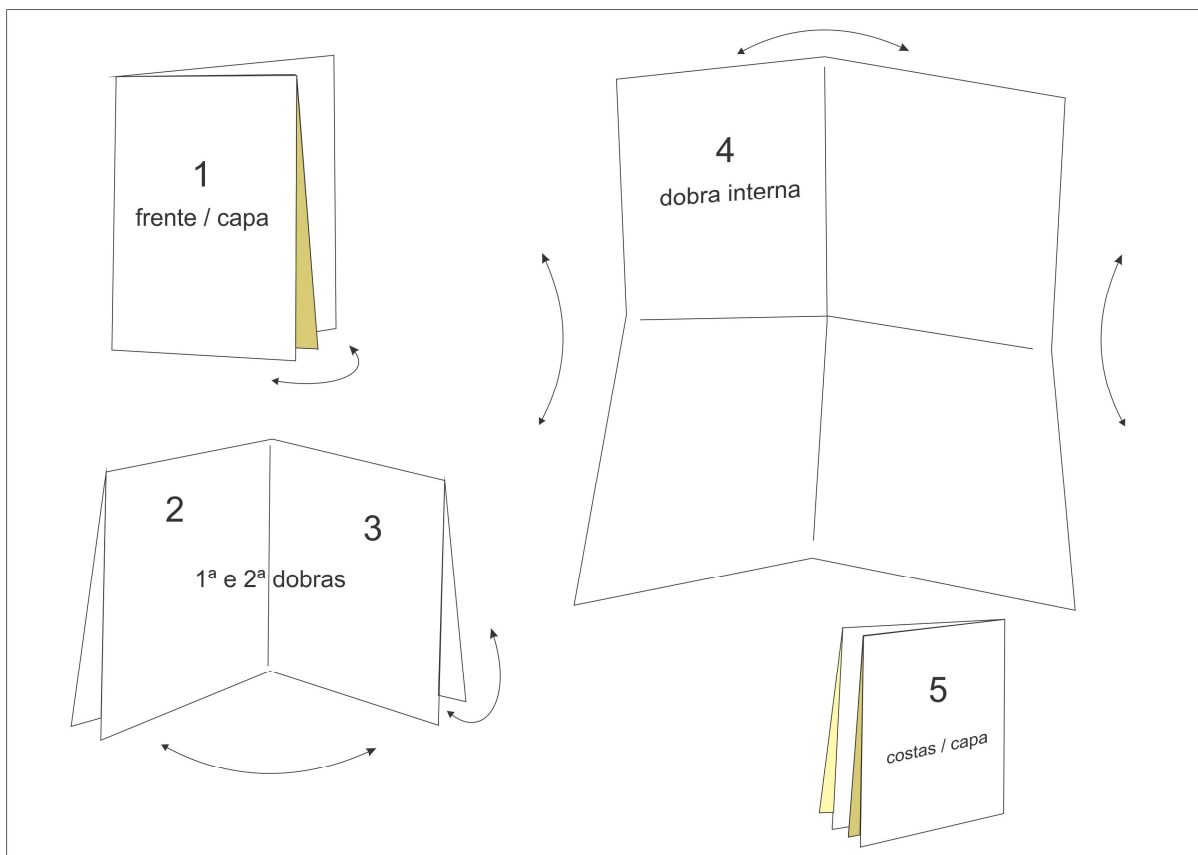


Foto de amigos e colaboradores do Diário do Interior. (Foto: Arquivo Histórico Militar do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1927).

Ainda a repercussão da revolta, estampada na capa do Diário do Interior de 01/07/1927, e em notícias destacadas no quadro à direita do banner, edições do Diário do Interior de 01/07/1927 (à esquerda) e de 17/11/1927 (à direita), além do O Castilista de 19/11/1927 (ao centro). Mais abaixo, foto de amigos e colaboradores do Diário do Interior.

Imagem 19 ó Esquema de dobras do catálogo



Fonte: BYRATA; SANTOS, W. S. dos. **Esquema de dobras**. Altura: 2484 pixels. Largura: 3512 pixels. 281 KB. Formato JPEG. 2015. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

4.3 CONVITE

O caráter itinerante da exposição fotográfica levou à criação de um convite (Imagem 20) que informasse todos os locais onde ela poderia ser visitada, com as respectivas datas e horários. Em destaque, o título da exposição, com a mesma fonte tipográfica nele empregada no *banner* de abertura da mostra fotográfica. A foto¹¹⁸ no plano de fundo e as fontes tipográficas da respectiva legenda e do texto do convite são as mesmas utilizadas no referido *banner*. A intenção foi manter a padronização visual entre o convite, o catálogo e o *banner* de abertura da exposição. Por fim, o papel escolhido para a impressão dos convites foi o *couchê* de 300 g/m², gramatura que confere resistência ao papel, dificultando a ocorrência de amassaduras, as quais prejudicariam o aspecto dos convites.

¹¹⁸ SANTOS, W. S. dos. **Manequim com réplica da farda õPapo Roxoõ da Brigada Militar**. 2014. 1 fotografia, sépia, digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Manequim e farda pertencentes ao acervo do Centro Histórico Coronel Pillar.

Imagem 20 ó Convite para a exposição fotográfica



CONVITE

Wagner Serafini dos Santos e o Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da UFSM convidam para a exposição fotográfica:

A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA: NOVEMBRO DE 1926

Locais, datas e horários:

Hall da Reitoria da UFSM
9 a 20 de novembro de 2015
Segunda a sexta-feira,
das 8h às 19h

Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria
23 de novembro a
11 de dezembro de 2015
Segunda a sexta-feira,
das 8h às 16h

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria
(2º andar)
14 a 31 de dezembro de 2015
Segunda a quinta-feira,
das 8h às 12h e das
13h30min às 17h30min
Sexta-feira, das 7h30min
às 13h30min

Manequim vestido com réplica de farda utilizada pela Brigada Militar na década de 1920. Encontra-se no Museu do Centro Histórico Coronel Pillar - Foto: Wagner Serafini dos Santos (2014)

4.4 A EXPOSIÇÃO MONTADA

A exposição *A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926* foi por nós fotografada em todos os locais onde ela esteve: *hall* da Reitoria da UFSM (Imagens 21 e 22), Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (Imagens 23 e 24) e segundo andar da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria (Imagens 25 a 28). Em cada local, a exposição foi montada de acordo com o espaço físico disponível, variando a forma de distribuição dos *banners*, embora mantendo a correta sequência de exposição deles. Três livros foram utilizados para o recolhimento de assinaturas dos visitantes: o livro do Centro Histórico Coronel Pillar (no lançamento da exposição, no Clube Recreativo Dores, e depois na Reitoria da UFSM), o do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (no próprio Arquivo Histórico) e o da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria (na própria Câmara).

Imagem 21 ó Exposição no *hall* da Reitoria da UFSM (01)



Fonte: SANTOS, W. S. dos. **Exposição na Reitoria da UFSM 03 (16.11.2015)**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

Imagem 22 ó Exposição no *hall* da Reitoria da UFSM (02)

Fonte: SANTOS, W. S. dos. **Exposição na Reitoria da UFSM 04 (16.11.2015)**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

Imagem 23 ó Exposição no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (01)



Fonte: SANTOS, W. S. dos. **Exposição no Arquivo Histórico 01 (23.11.2015)**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

Imagem 24 ó Exposição no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (02)



Fonte: SANTOS, W. S. dos. **Exposição no Arquivo Histórico 02 (23.11.2015)**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

Imagem 25 ó Exposição na Câmara de Vereadores de Santa Maria (01)



Fonte: SANTOS, W. S. dos. **Exposição na Câmara de Vereadores 01 (21.12.2015)**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

Imagem 26 ó Exposição na Câmara de Vereadores de Santa Maria (02)



Fonte: SANTOS, W. S. dos. **Exposição na Câmara de Vereadores 02 (21.12.2015)**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

Imagem 27 ó Exposição na Câmara de Vereadores de Santa Maria (03)



Fonte: SANTOS, W. S. dos. **Exposição na Câmara de Vereadores 03 (21.12.2015)**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

Imagem 28 ó Exposição na Câmara de Vereadores de Santa Maria (04)



Fonte: SANTOS, W. S. dos. **Exposição na Câmara de Vereadores 04 (21.12.2015)**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

5 CONCLUSÃO

A execução deste trabalho exigiu uma pesquisa maior do que o inicialmente previsto, a fim de chegarmos a um resultado bem fundamentado e o mais completo possível. Por isso, recorremos a obras de diferentes áreas do conhecimento, incluindo Antropologia, História, Linguística, Museologia, dentre outras, para tratarmos sobre as questões referentes à cultura, história, patrimônio e exposições fotográficas. A riqueza de fontes relativas à história da revolta militar de novembro de 1926 em Santa Maria, encontradas nos acervos consultados, foi a maior responsável pela grande proporção tomada pela nossa pesquisa. Acreditamos que poderíamos encontrar ainda mais informações relativas à história dessa revolta, caso tivéssemos tempo de continuar pesquisando. De toda forma, conseguimos redigir um relato satisfatório acerca desse tema, fornecendo uma visão geral e detalhada sobre os acontecimentos de novembro de 1926 em uma exposição. Chegamos a esse resultado apresentando a história da revolta militar a partir dos enfoques dos jornais santa-marienses, da Brigada Militar, dos líderes da revolta e dos autores da bibliografia sobre o passado santa-mariense, como produto do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural da UFSM.

O projeto que originou este trabalho previa somente a consulta aos acervos do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, da Casa de Memória Edmundo Cardoso e do Centro Histórico Coronel Pillar, pela certeza que tínhamos de encontrar fontes de pesquisa nesses locais. Por esse motivo, o projeto surgiu com o aval dessas instituições para a nossa consulta aos documentos que elas detêm, fornecendo-nos o apoio para a realização da pesquisa. Como forma de retribuição espontânea, incluímos no planejamento deste trabalho a doação do material da exposição fotográfica *A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926* para as três instituições. Retribuição motivada tanto pelo apoio à pesquisa quanto pela colaboração do Arquivo Histórico, da Casa de Memória e do Centro Histórico para a criação e montagem da exposição. Concretizamos a doação através da impressão de três cópias de cada um dos *banners* da exposição fotográfica, possibilitando a cada referida instituição receber a versão completa dessa mesma exposição. Além de enriquecer os acervos, os *banners* poderão ser utilizados pelo Arquivo Histórico, pela Casa de Memória e pelo Centro Histórico para novas montagens da exposição *A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926*.

Apesar da riqueza documental dos acervos inicialmente pesquisados, tivemos dificuldade para encontrar fotografias diretamente ligadas à revolta militar. Até então havíamos localizado apenas uma, pertencente ao Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, na qual aparece o efetivo da Brigada Militar atravessando o cruzamento das ruas Dr.

Bozano e do Acampamento, após o fim do combate aos rebelados. Por isso buscamos mais imagens em outros locais: Biblioteca Irmão Daniel (pertencente ao Colégio Marista Santa Maria), Memorial Mallet e Museu Educativo Gama de Eça. Infelizmente, não descobrimos novas imagens da revolta militar nem da batalha travada, mas a pesquisa em todas as instituições obteve imagens de personalidades que fazem parte da história daquela revolta, de jornais da época e outros documentos, bem como da própria cidade de Santa Maria naquele tempo e de antigos armamentos. Por isso, consideramos que o resultado da pesquisa de imagens foi suficiente para ilustrar a história apresentada pela exposição fotográfica. Como retribuição pela utilização das imagens, doamos exemplares do catálogo da exposição a todas as instituições onde a pesquisa foi realizada.

Outra dificuldade foi a procura pelas edições do jornal *Diário do Interior* de novembro e dezembro de 1926. Não localizamos nenhum exemplar desse período nos acervos consultados em Santa Maria, mas descobrimos a existência de alguns exemplares no Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, em Porto Alegre. Infelizmente, a equipe desse museu não conseguiu localizar em tempo hábil para o nosso trabalho os exemplares do *Diário do Interior*, devido à mudança de uma parte do acervo de jornais para outra sala do prédio. Lamentamos o fato, porque as referidas edições possivelmente contêm informações que poderiam ter sido utilizadas neste trabalho. Talvez uma futura pesquisa consiga obter acesso ao *Diário do Interior* de novembro e dezembro de 1926.

Tanto a pesquisa quanto a criação da exposição fotográfica seguiram o cronograma estabelecido pelo nosso projeto quase até o fim. Pelo cronograma, tanto a exposição quanto o trabalho de conclusão de mestrado deveriam estar prontos até o fim de dezembro de 2015, porém, a dificuldade para encontrar algumas fontes bibliográficas e contratemplos de ordem pessoal atrasaram a finalização deste trabalho, concluído no início de 2016. De toda forma, a exposição ficou pronta dentro do prazo estipulado no cronograma, sendo realizada ao longo dos meses de novembro e dezembro de 2015 com êxito: sem adiamentos, com divulgação (por jornais, rádio e Internet) e chamando a atenção do público devido ao tema, às imagens e ao trabalho gráfico nos *banners*, conforme pudemos constatar ao conversarmos com visitantes da exposição. Aqueles com quem travamos diálogo expressaram surpresa por saberem que houve uma revolta militar em Santa Maria, confirmando nossa constatação de que a exposição serviria (como serviu) para divulgar uma etapa da história local até então desconhecida pela maior parte do público.

A utilização das fotografias na exposição comprovou a importância delas como elemento enriquecedor na divulgação do conhecimento. Isoladamente, cada uma é

insuficiente para transmitir informações, porque todas precisam de identificações para fazer sentido a quem desconhece o significado das imagens por si só. Mas quando identificadas e usadas em consonância com os textos, ilustram a narrativa, tornando-a mais atrativa ao público ao chamar a atenção para o aspecto de elementos citados na exposição: personalidades, jornais, armas, documentos diversos e lugares de Santa Maria no passado. A atração exercida pelas imagens leva os visitantes a se aproximarem do material exposto e, conseqüentemente, a lerem a narrativa (ou pelo menos uma parte dela). Da mesma forma, o projeto gráfico elaborado por Jorge Ubiratã da Silva Lopes (Byrata) teve sua importância para chamar a atenção do público, através da forma como textos e imagens foram dispostos nos *banners* e também pela escolha das cores e dos recursos gráficos, tornando a exposição visualmente agradável.

Com relação ao público, foram coletadas assinaturas em todos os locais por onde a mostra fotográfica passou. Acompanhando os *banners* doados ao Centro Histórico Coronel Pillar, foi utilizado o livro de assinaturas dessa instituição no dia do lançamento da exposição e também na Reitoria da UFSM. No lançamento, 23 visitantes assinaram o livro do Centro Histórico, enquanto na Reitoria o número subiu para 42 assinaturas. Já no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria foi utilizado o livro do próprio Arquivo, assinado por 34 visitantes. Por último, na Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria foi usado o livro de assinaturas da própria Câmara, o qual recebeu 17 assinaturas. Temos a noção de que o público visitante foi maior do que o número de assinaturas coletadas, pois, segundo as equipes do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, da Casa de Memória Edmundo Cardoso e do Centro Histórico Coronel Pillar, nem todos os visitantes assinam os livros nas exposições. Por isso, embora a coleta de assinaturas seja um registro da exposição, não representa a totalidade do público que a visitou.

Difundir o conhecimento histórico por meio da exposição fotográfica permitiu-nos trabalhar com elementos culturais do passado santa-mariense, de forma a integrá-lo ao patrimônio cultural de Santa Maria, a partir do momento em que deixou de estar somente ao alcance de pesquisadores de história e passou a ser conhecido por mais pessoas. A receptividade dos visitantes com os quais conversamos, em relação à exposição, abre margem para futuras montagens dela, prolongando a utilidade dos *banners* doados ao Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, à Casa de Memória Edmundo Cardoso e ao Centro Histórico Coronel Pillar. Ao mesmo tempo, novas montagens permitirão que a exposição continue divulgando a história da revolta militar de 1926, perenizando esse conhecimento e os elementos culturais pesquisados como integrantes do patrimônio cultural santa-mariense.

Ao trabalharmos a história da revolta militar em Santa Maria (RS, Brasil), por meio de imagens, na exposição, acabamos trabalhando com a memória, elemento que integra o patrimônio cultural, como ressalta o artigo 216 da Constituição do Brasil (BRASIL, 2001, p. 127). Em outras palavras, trabalhamos com um elemento que faz parte do patrimônio de toda sociedade: a sua memória. Desse modo, a exposição fotográfica *A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926* tem por base a revalorização e a relembração de um acontecimento que se encontra na memória local santa-mariense.

Desta forma, tratar as fontes pesquisadas e o conhecimento histórico sobre a revolta militar de 1926 como patrimônio cultural de Santa Maria leva-nos a perceber as semelhanças conceituais entre o que é patrimônio histórico e o que é patrimônio cultural, sendo o primeiro visto como um segmento do segundo, dependendo da linha de pensamento adotada. Esta pode variar dependendo dos autores aos quais um estudo recorre para concluir se determinados elementos podem ser um patrimônio cultural ou não. O certo é que os autores pesquisados para este trabalho não estabelecem exatamente as mesmas características ao justificarem o que é patrimônio, abrindo margem para diferentes interpretações. Mesmo a questão da preservação dos bens patrimoniais por um número significativo de uma população não é bem clara, uma vez que não fica estabelecido o que seria esse número significativo. Portanto, esse é um critério subjetivo, possibilitando interpretações variadas em torno desse ponto.

Outra questão é a identidade vinculada a um determinado patrimônio cultural. Qual deve ser o alcance dessa identidade entre os habitantes de uma cidade, uma região, um estado ou um país? Nem todos se identificarão com um mesmo patrimônio, o que não o invalida como tal perante quem nele se identifica. A bem da verdade, não existe uma lista única reunindo todas as características obrigatórias para a classificação de um bem cultural como patrimônio. Se houvesse, todos os autores que estudam o assunto trariam as mesmas definições para afirmar quando algo se torna patrimônio histórico e/ou cultural.

Com relação à história da revolta militar de 1926 e às fontes históricas pesquisadas, pode-se discordar do alcance gerado pela exposição fotográfica para considerá-las elementos do patrimônio cultural de Santa Maria. Por ser um critério subjetivo, existe a possibilidade de outras visões acerca desse tema. Entretanto, como as instituições que receberam os *banners* da exposição poderão montá-los para o público novamente, quantas vezes quiserem, esse episódio da história local continuará chegando ao conhecimento de mais habitantes de Santa Maria, reforçando o alcance desse conhecimento e das fontes pesquisadas entre a população santa-mariense. Isso reforçará o caráter patrimonial dessa história e das respectivas fontes ao longo do tempo.

Independente das possíveis opiniões em torno dessa discussão, a revolta militar de 1926 é praticamente uma efeméride na história de Santa Maria, pela proporção que tomou e pela forma que afetou a rotina dos habitantes da cidade, conforme narrado neste trabalho. Apesar da curta duração, a revolta causou mortes e destruição, mobilizou militares, brigadianos e civis, provocou a vinda de forças combatentes de fora de Santa Maria, foi comunicada ao governo sul-rio-grandense e noticiada pela imprensa local em 1926 e 1927. Além disso, teve registros em boletins da Brigada Militar e do Exército Brasileiro, levou os líderes rebeldes ao exílio, recebeu descrições em fontes bibliográficas e voltou a ser noticiada pelos jornais santa-marienses em pleno século XXI. Todos estes fatores comprovam a gravidade tomada pela revolta, mostrando que ela foi um grande acontecimento na história de Santa Maria e, por isso mesmo, uma efeméride. A tal ponto que mereceu o nosso estudo e a criação da exposição fotográfica *A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926*. E poderá suscitar novas pesquisas e, quem sabe, medidas para evidenciar a importância dessa efeméride, como por exemplo, a sua inclusão no cronograma das datas históricas do Município de Santa Maria.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. G. Arte pública e lugares de memória. In: UNIVERSIDADE DO PORTO. Faculdade de Letras. **Ciências e técnicas do património**: revista da Faculdade de Letras, Porto, Portugal, I série, v. IV, p. 215-234, 2005. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4944.pdf>>. Acesso em: 14/12/2014.

ABREU, J. P. de (Org.). **Álbum ilustrado comemorativo do 1º centenário da emancipação política do município de Santa Maria (Rio Grande do Sul)**: 17 de maio de 1858 ó 17 de maio de 1958. Porto Alegre: Metrópole, 1958.

A CENSURA. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 1, 26 nov. 1926.

A FAZENDA do sr. Ilo Bicca não foi saqueada. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 4, 23 nov. 1926.

A FITA oficial. **Gaspar Martins**, Santa Maria, p. 1-2, 22 nov. 1926.

_____. **Gaspar Martins**, Santa Maria, p. 1, 29 nov. 1926.

AINDA a dissolução do 16º C.A. **O Castilhist**, Santa Maria, p. 1, 4 fev. 1927.

A INTERNAÇÃO dos revolucionários brasileiros. **Gaspar Martins**, Santa Maria, p. 1, 9 jan. 1927.

ALENCAR, E. de. **O carnaval carioca através da música**. 3. ed. Rio de Janeiro: F. Alves; Brasília: INL, 1979. 639 p.

AMARAL, A. C. M. do. **Regimento Mallet**: cento e setenta anos de seu dia a dia. Santa Maria: Pallotti, 2007. 256 p.

AMENDOLA, A. M. (Org.). **Regimento Mallet**: síntese histórica do 3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado. Santa Maria: Pallotti, 2010. 392 p.

A MORTE de um bandido. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 1-4, 23 nov. 1926.

ANDRADE, C. Lugar de memória... memórias de um lugar: patrimônio imaterial de Igatu, Andaraí, BA. In: UNIVERSIDAD DE LAS PALMAS DE GRAN CANÁRIA. Doctorado em Turismo Integral, Interculturalidad y Desarrollo Sostenible. **Pasos**: revista de turismo y turismo cultural, Las Palmas de Gran Canaria, Las Palmas, Espanha, v. 6, n. 3, p. 569-590, 2008.

A ORDEM do Dia. **Gaspar Martins**, Santa Maria, p. 1-2, 29 nov. 1926.

A REVOLTA. **Gaspar Martins**, Santa Maria, p. 2, 22 nov. 1926.

_____. **Gaspar Martins**, Santa Maria, p. 1, 6 dez. 1926.

A REVOLUÇÃO neste Estado: um comunicado oficial. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 1, 4 nov. 1927.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. [A **exposição ãA revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926õ** estará no **Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria...**]. Santa Maria, 10 nov. 2015. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/arquivohistoricosm/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Histórico**. Santa Maria, 2015. Disponível em: <<http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/index.php/historico>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. 232 p.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Núcleo Regional de São Paulo. Centro Nacional de Desenvolvimento do Gerenciamento da Informação. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. São Paulo, 1990. 164 p.

BARBEIRO, H.; LIMA, P. R. de. **Manual de radiojornalismo**: produção, ética e internet. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 192 p.

BARBOSA, F. D. **História do Rio Grande do Sul**. 4. ed. rev. e at. Porto Alegre: Edições Est, 1995, 204 p.

BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2012. 328 p.

BEBER, C. C. **Santa Maria 200 anos**: história da economia do município. Santa Maria: Pallotti, 1998. 316 p.

BELÉM, J. **História do município de Santa Maria**: 1797-1933. 3. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000. 309 p.

BELTRÃO, R. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho**: 1787-1930. 3. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013. 776 p.

BLAYA PEREZ, C. **Santa Maria em preto e branco**. Santa Maria: UFSM, 1999. 138 p.

BORGES, V. P. **O que é história**. 2. ed. 12. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2013. 88 p. (Coleção Primeiros Passos, 17).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n. 31, de 14-12-2000. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. 338 p. (Coleção Saraiva de Legislação).

BREITMAN, S. **Álbum ilustrado da cidade de Santa Maria**. Organização: Casa Aurora. Porto Alegre: Globo, [193-]. Não paginado.

BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL. Comando da Brigada Militar. **Boletim n.º 01**. Porto Alegre, 1927. p. 1-14.

_____. **Boletim n.º 21**. Porto Alegre, 1927. p. 187-192.

_____. **Boletim n.º 24**. Porto Alegre, 1927. p. 213-223.

_____. **Boletim n.º 28**. Porto Alegre, 1927. p. 251-257.

_____. **Boletim n.º 30**. Porto Alegre, 1927. p. 267-271.

_____. **Boletim n.º 36**. Porto Alegre, 1927. p. 321-328.

_____. **Boletim n.º 54**. Porto Alegre, 1927. p. 455-472.

_____. Primeiro Regimento de Cavalaria. **Boletim n.º 312**. Santa Maria, 1926. 2 f. Datilografado.

_____. **Boletim n.º 320**. Santa Maria, 1926. 1 f. Não paginado. Datilografado.

_____. **Boletim n.º 324**. Santa Maria, 1926. 4 f. Datilografado.

_____. **Boletim n.º 326**. Santa Maria, 1926. 3 f. Datilografado.

_____. **Boletim n.º 333**. Santa Maria, 1926. 4 f. Datilografado.

_____. **Boletim n.º 335**. Santa Maria, 1926. 2 f. Datilografado.

_____. **Boletim n.º 336**. Santa Maria, 1926. 2 f. Datilografado.

BRIZUELA, Natalia. **Fotografia e Império**: paisagens de um Brasil moderno. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Letras; [São Paulo]: Instituto Moreira Salles, 2012. 248 p.

BRUSADIN, L. B. O turismo e a história sob a ótica do patrimônio cultural: interlocuções entre os campos do saber, práticas e representações. In: CHUVA, M.; NOGUEIRA, A. G. R. (Org.). **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012. p. 35-46.

BUENO, E. **Brasil**: uma história: cinco séculos de um país em construção. 2. reimpr. Rio de Janeiro: Leya, 2013. 480 p.

BYRATA. **A revolta militar de Santa Maria**: novembro de 1926. Santa Maria, 09 nov. 2015. Disponível em: <<http://byrata.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

CAMINHÃO abandonado. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 4, 23 nov. 1926.

CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Tradução: Mauricio Santana Dias. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, [S. l.], n. 23, p. 95-115, 1994. Disponível em:

<<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8429&pesq=>>. Acesso em: 24 dez. 2014.

CARDOSO, E. **Santa Maria**: vivências e memórias de Edmundo Cardoso. Organização: Therezinha de Jesus Pires Santos e Gilda May Cardoso Santos. Santa Maria: Anatterra, 2008. 120 p.

CARVALHO, A. de. Um bravo. **O Castilhist**a, Santa Maria, p. 1, 4 dez. 1926.

CASA DE MEMÓRIA EDMUNDO CARDOSO. **Convite para exposição fotográfica ãA revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926**ö. Santa Maria, 04 nov. 2015. Disponível em: <<https://casamemoriaedmundo.wordpress.com/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

CENTRO HISTÓRICO CORONEL PILLAR. **Missão, visão e atividades**. Santa Maria, 2013a. Disponível em: <<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Estrutura/Chcp/missao.php.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. **[Nas comemorações de aniversário da Brigada Militar...]**. Santa Maria, 15 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/centrohistoricocoronelpillar>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

_____. **Nossa história**. Santa Maria, 2013b. Disponível em: <<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Estrutura/Chcp/nossahistoria.php.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. **Quem somos**. Santa Maria, 2013c. Disponível em: <<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Estrutura/Chcp/quemsomos.php.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

CHAUI, M. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación**: revista latino-americana de ciencias sociales, Buenos Aires: Clacso, ano 1, n. 1, p. 53-76, jun. 2008.

CHEGOU quarta-feira o intendente eleito sr. Celso Penna de Moraes. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 3, 21 nov. 1926.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. 4. ed. São Paulo: UNESP, 2006. 288 p.

COLÉGIO MARISTA SANTA MARIA. **Sobre a biblioteca**. Santa Maria, 2015. Disponível em: <<http://colegiomarista.org.br/santamaria/biblioteca/sobre>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

COMANDO DA 3ª REGIÃO MILITAR. Região Dom Diogo de Souza. **Hospitais**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://www.3rm.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=category&id=12&Itemid=133>. Acesso em: 13 set. 2015.

CONSELHO de Justiça Militar. **Diário do Interior**, Santa Maria, p. 1, 1 jul. 1927.

CORREIA, M. R. dos S. Projeto Oficina de Estudos da Preservação: um lugar de memória. In: QUEIROZ, A. C. de B.; OLIVEIRA, A. J. B. (Org.). **Universidade e lugares de memória II**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p. 231-246.

CURY, M. X. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2006. 162 p.

DALAMBERT, C. C.; MONTEIRO, M. G. **Exposição**: materiais e técnicas de montagem. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990. 86 p.

DELINQUENTES. **O Castilhistas**, Santa Maria, p. 1, 27 nov. 1926.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (Ed.). **Conceitos-chave de museologia**. Tradução e comentários: Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. 100 p. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf>. Acesso em: 13/02/2015.

DIABO os entenda. **Gaspar Martins**, Santa Maria, p. 3, 22 nov. 1926.

DI BLASI, L. Educação patrimonial ou uma questão de cidadania? In: CONGRESSO ABRACOR, 13., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Conservadores ó Restauradores de Bens Culturais, 2009, p. 299-302.

DISSOLUÇÃO da ala do 16º Corpo. **O Castilhistas**, Santa Maria, p. 3, 22 jan. 1927.

DOZE CANHÕES bombardeiam Santa Maria. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 4, 21 nov. 1926.

ECOS da revolta militar de novembro. **Diário do Interior**, Santa Maria, p. 2, 17 nov. 1927.

EDITAL. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 4, 21 nov. 1926.

ELIOT, T. S. **Notas para a definição de cultura**. Tradução: Eduardo Wolf. São Paulo: É Realizações, 2011. 144 p. (Coleção Abertura Cultural).

ESCÂNDALO na Intendência Municipal. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 4, 21 nov. 1926.

FALTA de crédito. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 1, 25 nov. 1926.

FAUSTO, B. Brasil: estrutura social e política da Primeira República, 1889-1930. In: BETHELL, L. (Org.). **História da América Latina**: de 1870 a 1930: v. V. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 2008. p. 761-812.

_____. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012. 328 p.

FENALTI, N. M. da S. **Gaspar Silveira Martins e o município õSilveira Martinsö**: memória, identidade e patrimônio. 2011. 133 p. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) ó Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

FERNANDES, C. **A vida de Agueda Brazzale Leal**: a grande mestra da educação de Santa Maria. Santa Maria: Pallotti, 2011. 248 p.

FERRARETTO, L. A. **Rádio**: o veículo, a história e a técnica. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000. 376 p.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Coordenação e edição: Marina Baird Ferreira e Margarida dos Anjos. 5. ed. 2. impr. Curitiba: Positivo, 2010. 2272 p.

_____. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, 1840 p.

FIGUEIREDO, O. S. **As revoluções da República**: 1889-1932. Santa Maria: Pallotti, 1995. 280 p.

FILHOS da revolta. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 4, 21 nov. 1926.

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-79.

FREUND, G. **Fotografia e sociedade**. Tradução: Pedro Miguel Frade. Lisboa: Vega, 1989. 216 p.

FRÖHLICH, S. S. **Longa jornada**: com a FEB na Itália. Brasília: EGGCF, 2011. 80 p.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE. **Montagem de exposições fotográficas**: guia de normas básicas. [S.l.]: 1986. Não paginado.

GABINETE DO REITOR UFSM. **Exposição fotográfica apresenta a Revolta Militar em Santa Maria**. Santa Maria, 06 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Gabinete-do-Reitor-UFSM-1605595669671255/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

GBOEX PREVIDÊNCIA E SEGURO DE PESSOAS. **Uma viagem pelo tempo**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://gboexcentenario.com.br/a-nossa-historia-em-imagens/>>. Acesso em: 13 set. 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

HAHN, Irmão R. **Horizontes dos meus 70**. Santa Maria: Pallotti, 2013. 68 p.

HAIGERT, C. G. Patrimônio cultural: interagindo com a comunidade. In: MILDNER, S. E. S. (Org.). **As várias faces do patrimônio**. Santa Maria: Pallotti, 2006, p. 141-167.

HANDEM, P. de C.; MATIOLI, C. P.; PEREIRA, F. G. C.; NASCIMENTO, M. A. de L. Metodologia: interpretando autores. In: FIGUEIREDO, N. M. A. de (Org.). **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2007. cap. 6, p. 89-116.

HOMENAGEM à Brigada Militar. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 4, 21 nov. 1926.

_____. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 4, 23 nov. 1926.

HORAS de horror! Revoltadas as forças federais, travaram violentíssimo combate com a Brigada Militar do Estado... **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 1-4, 21 nov. 1926.

INESPERADAMENTE chegou quarta-feira o nosso redator-chefe. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 2, 21 nov. 1926.

IRONIAS e verdades. **Gaspar Martins**, Santa Maria, p. 2, 20 dez. 1926.

JACQUES, V. Praça dos Bombeiros: mais um logradouro público revitalizado é entregue à comunidade. In: INSTITUTO de Planejamento de Santa Maria. Santa Maria: Prefeitura Municipal de Santa Maria, 2011. Disponível em: <<https://www.santamaria.rs.gov.br/escritorio/noticias/2621-praca-dos-bombeiros-mais-um-logradouro-publico-revitalizado-e-entregue-a-comunidade>>. Acesso em: 2 mai. 2015.

KENNEDY, N. Diretrizes para a exposição de fotografias. Tradução: Patrícia Tate. In: CENTRO DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO FOTOGRÁFICA DA FUNARTE (Org.). **Cadernos técnicos de conservação fotográfica 2**. 3. ed. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2004. p. 1-7.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 313-350.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. 26. reimpr. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2014. 120 p.

LEMONS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. 2. ed. 2. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2013. 128 p. (Coleção Primeiros Passos, 51).

LOPES SOBRINHO, H. **Revolta em Santa Maria: 16 de novembro de 1926**. Santa Maria: Infograph, 2000. 220 p.

LUFT, C. P. **Mini dicionário Luft**. Revisão e ampliação: Francisco de Assis Barbosa e Manuel da Cunha Pereira. 3. ed. [São Paulo]: Ática; São Paulo: Scipione, 1991. 654 p.

MAGALHÃES, J. Humildes ponderações. **Gaspar Martins**, Santa Maria, p. 1-2, 20 dez. 1926.

_____. Humildes ponderações. **Gaspar Martins**, Santa Maria, p. 1-2, 27 dez. 1926.

_____. Repetição. **Gaspar Martins**, Santa Maria, p. 2, 3 jan. 1927.

_____. Venha para cá. **Gaspar Martins**, Santa Maria, p. 2-3, 29 nov. 1926.

MARCHIORI, J. N. C.; MACHADO, P. F. dos S.; NOAL FILHO, V. A. (Org.). **Do céu de Santa Maria**. Santa Maria: Prefeitura Municipal de Santa Maria, 2008. 252 p.

MARCHIORI, J. N. C.; NOAL FILHO, V. A. (Org.). **Santa Maria**: relatos e impressões de viagem. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1997. 296 p.

_____. **Santa Maria**: relatos e impressões de viagem. 2. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008. 300 p.

MARCONI, M de A; PRESOTTO, Z. M. N. 7. ed. 7. reimpr. **Antropologia**: uma introdução. São Paulo: Atlas, 2015. 360 p.

MARIO Druck. **O Castilhista**, Santa Maria, p. 3, 19 nov. 1927.

MEDEIROS, M. C. de; SURYA, L. A importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio. In: CHUVA, M.; NOGUEIRA, A. G. R. (Org.). **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012. p. 293-301.

MELLO, A. Cinismo ou ignorância?... **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 1, 24 dez. 1926.

MEMORANDUM. **O Castilhista**, Santa Maria, p. 1, 27 nov. 1926.

MENDONÇA, S. R. Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, M. Y. (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. 10. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, p. 316-326.

MESQUITA, R. M. **Gramática da língua portuguesa**. 9. ed. 1. tir. São Paulo: Saraiva, 2007. 736 p.

MILDER, C. R. **Por debaixo dos panos**: a construção da imagem da prenda tradicionalista por meio de exposição fotográfica do Departamento de Tradições Gaúchas Noel Guarany. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) ó Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

MUSEUMS AND GALLERIES COMMISSION. **Planejamento de exposições**. Tradução: Maria Luiza Pacheco Fernandes. São Paulo: Edusp, 2001. 34 p. (Série Museologia, 2).

NETO, L. **Getúlio**: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930). 4. reimpr. São Paulo: Letras, 2013. 632 p.

NOME errado. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 1, 23 nov. 1926.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. In: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. Programa de Estudos Pós-Graduados em História. Departamento de História. **Projeto história**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 08/12/2014.

NORBERTO, Irmão. Dia do bombardeio. In: DAMIÃO, Irmão E. **Histórico da província do Brasil meridional**. Porto Alegre: Champagnat, 1950, p. 247-249.

NOVO guia e mapa informativo de Santa Maria: cidade cultura. 41. ed. Santa Maria: Guimapa, 2007. 1 mapa, color., 100 cm. Escala 1:25.000.

NOVOS Provisórios. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 1, 25 nov. 1926.

O ANIVERSÁRIO DA República: como será comemorado nesta cidade. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 1, 14 nov. 1926.

O ANIVERSÁRIO DO bárbaro bombardeio de Santa Maria. **O Castilhistas**, Santa Maria, p. 2, 19 nov. 1927.

OLIVEIRA, A. J. B. de; ORRICO, E. G. D. Memória, discursos e instituição: entre caminhos e fronteiras. In: QUEIROZ, A. C. de B.; OLIVEIRA, A. J. B. (Org.). **Universidade e lugares de memória II**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p. 109-130.

OLIVEIRA, L. A história a partir de fotos. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 09 nov. 2015. Diário 2, p. 16.

_____. -A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926 começa nesta segunda-feira, na reitoria. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 09 nov. 2015. Disponível em: <<http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/cultura-e-lazer/noticia/2015/11/a-revolta-militar-de-santa-maria-novembro-de-1926-comeca-nesta-segunda-feira-na-reitoria-4896160.html>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

ONDE estão os revoltosos de Santa Maria e São Gabriel? **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 4, 25 jan. 1927.

O PROVISÓRIO de Santa Maria. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 4, 24 nov. 1926.

O REAPARECIMENTO do Correio da Serra. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 2, 21 nov. 1926.

O SENHOR FORTUNATO está despeitado. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 4, 23 nov. 1926.

OS HERÓIS da revolta. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 1, 26 nov. 1926.

PALAVRAS autorizadas e eloquentes. **O Castilhistas**, Santa Maria, p. 2, 27 nov. 1926.

PAOLI, P. S. de. Patrimônio material, patrimônio imaterial: dois momentos da construção da noção de patrimônio histórico no Brasil. In: CHUVA, M.; NOGUEIRA, A. G. R. (Org.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012. p. 181-190.

PARADA, M. **Rádio**: 24 horas de jornalismo. São Paulo: Panda, 2000. 141 p.

PEDIDO de notícias. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 1, 28 nov. 1926.

PEREIRA, M. J. F. da C. O Arquivo Público enquanto lugar de memória. In: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Programa de Pós-Graduação em História. **Em tempo de histórias**, Brasília, n. 10, p. 94-116, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/download/2625/2175>>. Acesso em: 13/12/2014.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 9. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2014. 138 p.

_____. **História e história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 132 p. (Coleção História &... Reflexões, 5).

PETARDO. Homenagens no tinteiro. **O Castilhist**, Santa Maria, p. 1, 23 jul. 1927.

PILAGALLO, O. **A história do Brasil no século 20: 1920-1940**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2009. 104 p. (Folha Explica).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Secretaria de Município da Cultura. **Arquivo Histórico Municipal**. Santa Maria, 2013. Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/cultura/48-arquivo-historico-municipal>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

PRESTES, A. L. **Os militares e a Reação Republicana: as origens do tenentismo**. Petrópolis: Vozes, 1994. 96 p.

PROMOÇÕES na Brigada. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 1, 23 nov. 1926.

QUAL o resultado do balanço do Tesouro Municipal? **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 4, 17 dez. 1926.

QUE susto! **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 2, 5 dez. 1926.

RECHIA, A. **Santa Maria: panorama histórico-cultural**. Santa Maria: Associação Santa-Mariense de Letras, 1999. 312 p.

RESPINGOS... Fatos eloquentes. **O Castilhist**, Santa Maria, p. 3, 27 nov. 1926.

REVOLTA em Santa Maria: livro será lançado hoje na Biblioteca Pública. **A Razão**, Santa Maria, 18 abr. 2000. Segundo A Razão, p. 1.

RITZEL, R. Eles estavam na batalha de Santa Maria. **A Razão**, Santa Maria, p. 5, 16 nov. 2006.

_____. 16 de novembro de 1926. **APUSM**: periódico mensal da Associação dos Professores Universitários de Santa Maria, Santa Maria, n. 20, p. 14-15, out. 2014.

ROUBOS avultados. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 4, 21 nov. 1926.

SABEMOS... **O Castilhist**, Santa Maria, p. 1, 27 ago. 1927.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, ano I, n. I, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2013.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. Organização: Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. 1. reimpr. São Paulo: Cultrix, 2013. 312 p.

SCHILING, G. **Getulíada ou a odisseia de uma frustração**. Porto Alegre: 1955. Inédito. Datilografado. 84 p.

SEDUFMS ANDES-SN. [**Exposição fotográfica...**]. Santa Maria, 09 nov. 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/sedufsm?_rd=1>. Acesso em: 15 nov. 2015.

SÉTIMO BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADO. **Resumo Histórico**. Santa Cruz do Sul, 2015. Disponível em: <www.7bib.eb.mil.br/index.php/resumo-historico>. Acesso em: 09 fev. 2015.

SEVERIANO, J.; MELLO, Z. H. de. **A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras**, v. 1: 1901-1957. 4. ed. São Paulo: Ed. 34, 1999. 368 p.

SILVA, F. de A. **História do Brasil: colônia, império, república**. São Paulo: Moderna, 1996. 336 p.

SIMÕES, G. D. **Guia do arquivo da Casa de Memória Edmundo Cardoso**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2011. 86 p. Disponível em: <<http://casamemoriaedmundo.wordpress.com/instrumento-de-pesquisa/>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

SOLDADOS como formigas. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 4, 24 nov. 1926.

SONTAG, S. **Sobre fotografia**. Tradução: Rubens Figueiredo. 7. reimpr. São Paulo: Letras, 2013. 224 p.

SOUZA, I. S. de; MARTIARENA, A. M. A questão da qualidade em gestão cultural, do ponto de vista das necessidades de disseminação da ciência e da tecnologia na sociedade. In: OOSTERBEEK, L.; BUCO, C. (Coord.). **Arkeos: perspectivas em diálogo**, n° 25. Tomar: CEIPHAR, 2008. p. 9-16.

SOUZA, S. B. Identidade e nacionalismo no processo de integração da fronteira uruguaia no final do século XIX. **Humanas: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS**, Porto Alegre, v. 18, n. 1/2, p. 151-169, jan./dez. 1995.

TEVE guerra por aqui. **A Razão**, Santa Maria, 23 nov. 2015. Segundo A Razão, p. 1.

TEVE guerra por aqui em 1926. **A Razão**, Santa Maria, 23 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.arazao.com.br/noticia/73582/teve-guerra-por-aqui-em-1926/>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

TTE. CEL. ANNIBAL Barão. **O Castilhist**, Santa Maria, p. 2, 14 fev. 1927.

TTE. SERAFIM Souza. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 4, 21 nov. 1926.

ÚLTIMA hora. **Gaspar Martins**, Santa Maria, p. 3, 10 jan. 1927.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Exposição fotográfica resgata revolta militar de 1926**. Santa Maria, 2015. Disponível em: <<http://site.ufsm.br/noticias/exibir/exposicao-fotografica-resgata-revolta-militar-de-1>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Museu Educativo Gama de Eça. **Museu Educativo**. Santa Maria, 2015. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/mgd/intro.html>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

VALLE, H. Um herói da atualidade. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 1, 13 fev. 1927.

_____. Um herói da atualidade. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 1, 15 fev. 1927.

VANNUCCHI, A. **Cultura brasileira: o que é, como se faz**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1999. 144 p.

VÁRIAS notícias referentes ao criminoso levante militar nesta cidade. **O Castilhist**, Santa Maria, p. 2, 27 nov. 1926.

VOLTOU ontem o 1º Regimento. **Correio da Serra**, Santa Maria, p. 2, 18 jan. 1927.

WEBER, B. T. Apresentação. In: BELTRÃO, R. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1787-1930**. 3. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013. p. 9-17.

WERNECK, A. M. A. F.; COSTA, T. C.; PEREIRA, A. G. de F. **Planejamento e gestão de exposições em museus: caderno 03**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura: Superintendência de Museus e Artes Visuais de Minas Gerais, 2010. 28 p. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/images/2015/Sumav/miolo_planejamento_exposicao_1.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2015.

16º CORPO Auxiliar: a sua organização. **O Castilhist**, Santa Maria, p. 2, 25 dez. 1926.

Referências das imagens:

AMAURI Lenz. 1935. 1 fotografia, sépia. Acervo do Colégio Marista Santa Maria. Reprodução fotográfica digital: Wagner Serafini dos Santos, 2015.

ANÍBAL Garcia Barão. [19--]. 1 fotografia, sépia. Acervo do Centro Histórico Coronel Pillar.

ASTROGILDO César de Azevedo. [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo do Museu Educativo Gama de Eça.

BREITMAN, S. Aspecto panorâmico da cidade. [193-]. 1 fotografia, p&b. In: _____. **Álbum ilustrado da cidade de Santa Maria**. Organização: Casa Aurora. Porto Alegre: Globo, [193-]. Não paginado. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso. Reprodução fotográfica digital: Wagner Serafini dos Santos, 2014.

_____. Estação da Viação Férrea. [193-]. 1 fotografia, p&b. In: _____. **Álbum ilustrado da cidade de Santa Maria**. Organização: Casa Aurora. Porto Alegre: Globo, [193-]. Não paginado. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso. Reprodução fotográfica digital: Wagner Serafini dos Santos, 2014.

_____. Hospital Militar. [193-]. 1 fotografia, p&b. In: _____. **Álbum ilustrado da cidade de Santa Maria**. Organização: Casa Aurora. Porto Alegre: Globo, [193-]. Não paginado. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso. Reprodução fotográfica digital: Wagner Serafini dos Santos, 2014.

BYRATA; SANTOS, W. S. dos. **Esquema de dobras**. Altura: 2484 pixels. Largura: 3512 pixels. 281 KB. Formato JPEG. 2015. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

EDITORA JOSÉ REGINA. **Rua Floriano Peixoto - S. Maria - R. G. do Sul, Brasil**. [19--] 1 fotografia, p&b. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

ELVIRA e Arnaldo Mello. [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

FOLHINHA comercial - 1926 - novembro - 16. 1926. 1 folha de calendário, frente. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

FOLHINHA comercial - 1926 - novembro - 16. 1926. 1 folha de calendário, verso. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

FRANCISCO Mariano da Rocha. [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo do Museu Educativo Gama de Eça.

HOSPITAL de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo. 1905. 1 fotografia, p&b. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

LAMPERT, M. **Vista aérea da Av. Rio Branco**. 1935. 1 fotografia, p&b. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

_____. **7º Regimento de Infantaria**. 1935. 1 fotografia, sépia. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

MARX, F. C. **Diário do Interior**, de Santa Maria. 1916. 1 fotografia, p&b. In: COSTA, A. R. da. **O Rio Grande do Sul**: completo estudo sobre o estado, v. 1. Porto Alegre: Globo, 1922. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso. Reprodução fotográfica digital: Wagner Serafini dos Santos, 2015.

PLANTA da cidade de Santa Maria. In: BELÉM, J. **História do município de Santa Maria: 1797-1933**. Porto Alegre: Selbach, 1933. Acervo do Colégio Marista Santa Maria. Reprodução fotográfica digital: Wagner Serafini dos Santos, 2015.

REVISTA DO GLOBO. Capitão Nelson Etchegoyen. 1930. 1 fotografia, sépia. In: **Revista do Globo**. Porto Alegre: Globo, ano II, n. 20, 1930. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso. Reprodução fotográfica digital: Wagner Serafini dos Santos, 2014.

_____. Coronel Alcides Etchegoyen. 1930. 1 fotografia, sépia. In: **Revista do Globo**. Porto Alegre: Globo, ano II, n. 20, 1930. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso. Reprodução fotográfica digital: Wagner Serafini dos Santos, 2014.

SANTOS, W. S. dos. **A censura**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Nota da página 1 (capa) do jornal Correio da Serra de 26/11/1926. Acervo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Jornal pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

_____. **A Razão (Segundo A Razão) de 23/11/2015**. 2016. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Banner CAPA alta resolução**. Altura: 3150 pixels. Largura: 2362 pixels. 6,86 MB. Formato JPEG. 2016. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Banner 1**. Altura: 1182 pixels. Largura: 886 pixels. 1,89 MB. Formato JPEG. 2015. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Banner 2**. Altura: 1193 pixels. Largura: 886 pixels. 1,79 MB. Formato JPEG. 2015. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Banner 3**. Altura: 1181 pixels. Largura: 886 pixels. 1,91 MB. Formato JPEG. 2015. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Banner 4**. Altura: 1182 pixels. Largura: 886 pixels. 1,83 MB. Formato JPEG. 2015. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Banner 5**. Altura: 1181 pixels. Largura: 886 pixels. 1,70 MB. Formato JPEG. 2015. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Banner 6**. Altura: 1182 pixels. Largura: 886 pixels. 1,79 MB. Formato JPEG. 2015. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Banner 7**. Altura: 1181 pixels. Largura: 886 pixels. 2,00 MB. Formato JPEG. 2015. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Banner 8**. Altura: 1181 pixels. Largura: 886 pixels. 2,05 MB. Formato JPEG. 2015. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Banner 9**. Altura: 1181 pixels. Largura: 886 pixels. 1,88 MB. Formato JPEG. 2015. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Boletim N.º 320 do 1º Regimento de Cavalaria**. 2014. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Boletim pertencente ao acervo do Centro Histórico Coronel Pillar.

_____. **Canhão Krupp 75mm C-28 modelo 1908**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Canhão pertencente ao acervo do Memorial Mallet.

_____. **Capa do jornal Correio da Serra de 21/11/1926**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Jornal pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

_____. **Capa do jornal Diário do Interior de 01/07/1927**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Jornal pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

_____. **Capa do jornal Gaspar Martins de 27/12/1926**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Jornal pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

_____. **Capa do jornal O Castilhistas de 27/11/1926**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Jornal pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

_____. **Catálogo 1**. Altura: 4714 pixels. Largura: 3333 pixels. 12,2 MB. Formato JPEG. 2015. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Catálogo 2**. Altura: 4714 pixels. Largura: 3333 pixels. 18,7 MB. Formato JPEG. 2015. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Conselho de Justiça Militar**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Notícia da página 1 (capa) do jornal Diário do Interior de 01/07/1927. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Jornal pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

_____. **Convite**. Altura: 1250 pixels. Largura: 827 pixels. 765 KB. Formato JPEG. 2015. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Diário de Santa Maria (Diário 2) de 09/11/2015**. 2016. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Ecos da revolta militar de novembro**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Notícia da página 2 do jornal Diário do Interior de 17/11/1927. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Jornal pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

_____. **Exposição na Câmara de Vereadores 01 (21.12.2015)**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Exposição na Câmara de Vereadores 02 (21.12.2015)**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Exposição na Câmara de Vereadores 03 (21.12.2015)**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Exposição na Câmara de Vereadores 04 (21.12.2015)**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Exposição na Reitoria da UFSM 03 (16.11.2015)**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Exposição na Reitoria da UFSM 04 (16.11.2015)**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Exposição no Arquivo Histórico 01 (23.11.2015)**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Exposição no Arquivo Histórico 02 (23.11.2015)**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos.

_____. **Manequim com réplica da farda õPapo Roxoõ da Brigada Militar**. 2014. 1 fotografia, sépia, digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Manequim e farda pertencentes ao acervo do Centro Histórico Coronel Pillar.

_____. **Metralhadora Hotchkiss modelo 1914**. 2014. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Metralhadora pertencente ao acervo do Centro Histórico Coronel Pillar.

_____. **Metralhadoras Colt-Browning modelo 1895**. 2014. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Metralhadoras pertencentes ao acervo do Centro Histórico Coronel Pillar.

_____. **O aniversário do bárbaro bombardeio de S. Maria**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Nota da página 2 do jornal O Castilhista de 19/11/1927. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Jornal pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

_____. **Página 2 do jornal O Castilhista de 27/11/1926**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Jornal pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

_____. **Pistola Mauser modelo 1896 (C 96) e grampos de carga**. 2014. 1 fotografia, color., digital. Arquivo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Pistola e grampos pertencentes ao acervo do Centro Histórico Coronel Pillar.

_____. **Promoções na Brigada**. 2015. 1 fotografia, color., digital. Nota da página 1 (capa) do jornal Correio da Serra de 23/11/1926. Acervo pessoal de Wagner Serafini dos Santos. Jornal pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

SCHLEINIGER, V. **Av. Rio Branco em 1931**. 1931. 1 fotografia, sépia. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

_____. **Av. Rio Branco, Praça Saldanha Marinho e Largo da Acampamento**. 1925. 1 fotografia, p&b. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

_____. **Cândido Alves de Mesquita**. [19--]. 1 fotografia, sépia. Acervo do Centro Histórico Coronel Pillar.

_____. **Primeiro Batalhão de Cavalaria da Brigada Militar, em desfile pela Rua Dr. Bozano**. 1926. 1 fotografia, p&b. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

VIDAL, S. **Olavo Antunes de Oliveira**. 1927. 1 fotografia, sépia. Acervo do Colégio Marista Santa Maria. Reprodução fotográfica digital: Wagner Serafini dos Santos, 2015.

1º Regimento de Cavalaria. [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

5º Regimento de Artilharia Montada. 1930. 1 fotografia, sépia. Acervo do Memorial Mallet.

APÊNDICE A 6 TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS DE ACERVO: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS DE ACERVO Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

Neste ato, em consonância com a Lei n.º 8159 de 08/01/1991 e com a Lei n.º 12.527 de 18/11/2011, autorizo expressamente a reprodução de imagens pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, em caráter definitivo e gratuito, para serem utilizadas em exposição fotográfica sem fins lucrativos, integrante de Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissional de Wagner Serafini dos Santos (RG 9117546714), do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), conforme os dados abaixo:

Título da exposição: “A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926”.

Acadêmico: Wagner Serafini dos Santos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin.

Objetivo da exposição: Divulgar a história da revolta militar ocorrida nos dias 16 e 17 de novembro de 1926 no município de Santa Maria (RS), bem como a repercussão nos jornais da época, a partir de pesquisa bibliográfica e documental. A exposição é destinada ao público interessado em história, e mostra que a revolta foi iniciada por contingentes rebelados de quartéis do Exército em Santa Maria, os quais entraram em choque com as forças locais da Brigada Militar, resultando em uma batalha na região central da cidade. O texto da exposição descreve que a revolta não foi um movimento do Exército Brasileiro, mas sim de uma parte do efetivo militar local, vencido pela resistência da Brigada Militar, auxiliada por militares do Exército contrários ao levante e também por civis. Juntamente ao texto, são exibidas reproduções de fotos que ilustram a narrativa da história para o público.

Reproduções digitalizadas de fotografias liberadas para a exposição:

- img015 (Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo em 1905);
- img057 (Av. Rio Branco, Rua do Acampamento e Praça Saldanha Marinho em 1925);
- img063 (1º Batalhão da Brigada Militar desfilando na Rua Dr. Bozano em 1926).

Reproduções fotográficas de jornais do acervo liberadas para a exposição:

- Capa do jornal *Correio da Serra* de 21/11/1926;
- Nota “Promoções na Brigada”, da capa do jornal *Correio da Serra* de 23/11/1926;
- Nota “A censura”, do jornal *Correio da Serra* de 26/11/1926;
- Capa do jornal *O Castilhistas* de 27/11/1926;
- Página 2 do jornal *O Castilhistas* de 27/11/1926;
- Capa do jornal *Gaspar Martins* de 27/12/1926;
- Capa do jornal *Diário do Interior* de 01/07/1927;
- Nota “Ecos da revolta militar...”, do jornal *Diário do Interior* de 17/11/1927;
- Nota “O 1º aniversário do bárbaro bombardeio de S. Maria”, do jornal *O Castilhistas* de 19/11/1927.

ID-009
MS

(Termo de autorização de reprodução de imagens de acervo – continuação):

As imagens poderão ainda ser exibidas no Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissional de Wagner Serafini dos Santos, na apresentação audiovisual deste, em publicações e divulgações acadêmicas, na divulgação e no catálogo da exposição fotográfica, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na Internet, fazendo-se constar os devidos créditos. O acadêmico supracitado compromete-se em usar adequadamente as imagens conforme o disposto neste termo.



Danièle Xavier Calil
Diretora do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria



Wagner Serafini dos Santos
Acadêmico da UFSM

Santa Maria, RS, 28/09/2015.

APÊNDICE B ó TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS DE ACERVO: CASA DE MEMÓRIA EDMUNDO CARDOSO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS DE ACERVO Casa de Memória Edmundo Cardoso

Neste ato, em consonância com a Lei n.º 9.610 de 19/02/1998 e com a Lei n.º 12.853 de 14/08/2013, autorizo expressamente a reprodução de imagens pertencentes ao acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso, em caráter definitivo e gratuito, para serem utilizadas em exposição fotográfica sem fins lucrativos, integrante de Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissional de Wagner Serafini dos Santos (RG 9117546714), do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), conforme os dados abaixo:

Título da exposição: “A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926”.

Acadêmico: Wagner Serafini dos Santos.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Medianeira Padoin.

Objetivo da exposição: Divulgar a história da revolta militar ocorrida nos dias 16 e 17 de novembro de 1926 no município de Santa Maria (RS), bem como a repercussão nos jornais da época, a partir de pesquisa bibliográfica e documental. A exposição é destinada ao público interessado em história, e mostra que a revolta foi iniciada por contingentes rebelados de quartéis do Exército em Santa Maria, os quais entraram em choque com as forças locais da Brigada Militar, resultando em uma batalha na região central da cidade. O texto da exposição descreve que a revolta não foi um movimento do Exército Brasileiro, mas sim de uma parte do efetivo militar local, vencido pela resistência da Brigada Militar, auxiliada por militares do Exército contrários ao levante e também por civis. Juntamente ao texto, são exibidas reproduções de fotos que ilustram a narrativa da história para o público.

Reproduções digitalizadas de fotografias liberadas para a exposição:

- Antigo quartel do 1º Regimento de Cavalaria, sem data;
- Vista aérea do 7º Regimento de Infantaria em 1935;
- Vista aérea da Avenida Rio Branco em 1935;
- Cruzamento da Avenida Rio Branco com a Rua Vale Machado em 1931;
- Rua Floriano Peixoto, nas proximidades da Av. Presidente Vargas, sem data;
- Casal Elvira e Arnaldo Mello, sem data.

Reproduções fotográficas de itens do acervo liberadas para a exposição:

- Foto de Alcides Etchegoyen publicada na *Revista do Globo* n.º 20;
- Foto de Nelson Etchegoyen publicada na *Revista do Globo* n.º 20;
- Foto da Estação Ferroviária de Santa Maria publicada no *Álbum ilustrado da cidade de Santa Maria* na década de 1930;
- Foto do Hospital Militar do Exército publicada no *Álbum ilustrado da cidade de Santa Maria* na década de 1930;
- Foto com vista panorâmica da Rua Dr. Bozano publicada no *Álbum ilustrado da*

MS
SP

(Termo de autorização de reprodução de imagens de acervo – continuação):

cidade de Santa Maria na década de 1930;
- Foto da redação do jornal *Diário do Interior* publicada na página 139 do livro *O Rio Grande do Sul – vol. I* em 1922;

Reproduções digitalizadas de item do acervo liberadas para a exposição:

- Frente e verso de folhinha de calendário do dia 26/11/1926.

As imagens poderão ainda ser exibidas no Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissional de Wagner Serafini dos Santos, na apresentação audiovisual deste, em publicações e divulgações acadêmicas, na divulgação e no catálogo da exposição fotográfica, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na Internet, fazendo-se constar os devidos créditos. O acadêmico supracitado compromete-se em usar adequadamente as imagens conforme o disposto neste termo.



Therezinha de Jesus Pirès Santos
Coordenadora da Casa de Memória Edmundo Cardoso



Wagner Serafini dos Santos
Acadêmico da UFSM

Santa Maria, RS, 29/09/2015.

APÊNDICE C 6 TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS DE ACERVO: 1º RPMON / CENTRO HISTÓRICO CORONEL PILLAR

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS DE ACERVO 1º Regimento de Polícia Montada (1º RPMon) Centro Histórico Coronel Pillar

Neste ato, em consonância com a Lei n.º 8159 de 08/01/1991 e com a Lei n.º 12.527 de 18/11/2011, autorizo expressamente a reprodução de imagens pertencentes ao acervo do Centro Histórico Coronel Pillar, em caráter definitivo e gratuito, para serem utilizadas em exposição fotográfica sem fins lucrativos, integrante de Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissional de Wagner Serafini dos Santos (RG 9117546714), do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), conforme os dados abaixo:

Título da exposição: “A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926”.

Acadêmico: Wagner Serafini dos Santos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin.

Objetivo da exposição: Divulgar a história da revolta militar ocorrida nos dias 16 e 17 de novembro de 1926 no município de Santa Maria (RS), bem como a repercussão nos jornais da época, a partir de pesquisa bibliográfica e documental. A exposição é destinada ao público interessado em história, e mostra que a revolta foi iniciada por contingentes rebelados de quartéis do Exército em Santa Maria, os quais entraram em choque com as forças locais da Brigada Militar, resultando em uma batalha na região central da cidade. O texto da exposição descreve que a revolta não foi um movimento do Exército Brasileiro, mas sim de uma parte do efetivo militar local, vencido pela resistência da Brigada Militar, auxiliada por militares do Exército contrários ao levante e também por civis. Juntamente ao texto, são exibidas reproduções de fotos que ilustram a narrativa da história para o público.

Reproduções digitalizadas de fotografias liberadas para a exposição:

- Ten.-Cel. Cândido Alves de Mesquita (galeria dos ex-comandantes do 1º RPMon);
- Cel. Aníbal Garcia Barão (galeria dos ex-comandantes do 1º RPMon).

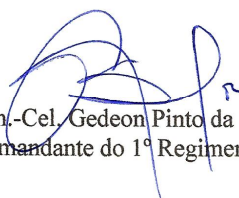
Reproduções fotográficas de itens do acervo liberadas para a exposição:

- Boletim n.º 320 do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, de 16/11/1926;
- Manequim com réplica da farda “Papo Roxo” da Brigada Militar;
- Metralhadora Hotchkiss modelo 1914;
- Metralhadoras Colt-Browning modelo 1895;
- Pistola Mauser modelo 1896 (C96) e respectivos grampos de carga.


As imagens poderão ainda ser exibidas no Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissional de Wagner Serafini dos Santos, na apresentação audiovisual deste, em publicações e divulgações acadêmicas, na divulgação e no catálogo da exposição

(Termo de autorização de reprodução de imagens de acervo – continuação):

fotográfica, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na Internet, fazendo-se constar os devidos créditos. O acadêmico supracitado compromete-se em usar adequadamente as imagens conforme o disposto neste termo.



Ten.-Cel. Gedeon Pinto da Silva
Comandante do 1º Regimento de Polícia Montada



Wagner Serafini dos Santos
Acadêmico da UFSM

Santa Maria, RS, 01/10/2015.

APÊNDICE D 6 TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS DE ACERVO: COLÉGIO MARISTA SANTA MARIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS DE ACERVO Colégio Marista Santa Maria

Neste ato, em consonância com a Lei n.º 9.610 de 19/02/1998 e com a Lei n.º 12.853 de 14/08/2013, autorizo expressamente a reprodução de imagens pertencentes ao acervo do Colégio Marista Santa Maria, em caráter definitivo e gratuito, para serem utilizadas em exposição fotográfica sem fins lucrativos, integrante de Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissional de Wagner Serafini dos Santos (RG 9117546714), do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), conforme os dados abaixo:

Título da exposição: “A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926”.

Acadêmico: Wagner Serafini dos Santos.


Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Medianeira Padoin.

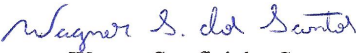
Objetivo da exposição: Divulgar a história da revolta militar ocorrida nos dias 16 e 17 de novembro de 1926 no município de Santa Maria (RS), bem como a repercussão nos jornais da época, a partir de pesquisa bibliográfica e documental. A exposição é destinada ao público interessado em história, e mostra que a revolta foi iniciada por contingentes rebelados de quartéis do Exército em Santa Maria, os quais entraram em choque com as forças locais da Brigada Militar, resultando em uma batalha na região central da cidade. O texto da exposição descreve que a revolta não foi um movimento do Exército Brasileiro, mas sim de uma parte do efetivo militar local, vencido pela resistência da Brigada Militar, auxiliada por militares do Exército contrários ao levante e também por civis. Juntamente ao texto, são exibidas reproduções de fotos que ilustram a narrativa da história para o público.

Reproduções fotográficas de itens do acervo liberadas para a exposição:

- Foto de Amauri Lenz em 1935;
- Foto de Olavo Antunes de Oliveira em 1927;
- Mapa da cidade de Santa Maria publicado na pág. 157 do livro *História do município de Santa Maria: 1797-1933*, de João Belém, em 1933.

As imagens poderão ainda ser exibidas no Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissional de Wagner Serafini dos Santos, na apresentação audiovisual deste, em publicações e divulgações acadêmicas, na divulgação e no catálogo da exposição fotográfica, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na Internet, fazendo-se constar os devidos créditos. O acadêmico supracitado compromete-se em usar adequadamente as imagens conforme o disposto neste termo.


Carlos Henrique Pires Sardi
Diretor do Colégio Marista Santa Maria


Wagner Serafini dos Santos
Acadêmico da UFSM

Santa Maria, RS, 05/10/2015.

APÊNDICE E 6 TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS DE ACERVO: 3º GAC AP / MEMORIAL MALLET

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS DE ACERVO 3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (3º GAC AP) Regimento Mallet – Memorial Mallet

Neste ato, em consonância com a Lei n.º 8159 de 08/01/1991 e com a Lei n.º 12.527 de 18/11/2011, autorizo expressamente a reprodução de imagens pertencentes ao acervo do Memorial Mallet, do 3º GAC AP – Regimento Mallet, em caráter definitivo e gratuito, para serem utilizadas em exposição fotográfica sem fins lucrativos, integrante de Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissional de Wagner Serafini dos Santos (RG 9117546714), do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), conforme os dados abaixo:

Título da exposição: “A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926”.

Acadêmico: Wagner Serafini dos Santos.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Medianeira Padoin.

Objetivo da exposição: Divulgar a história da revolta militar ocorrida nos dias 16 e 17 de novembro de 1926 no município de Santa Maria (RS), bem como a repercussão nos jornais da época, a partir de pesquisa bibliográfica e documental. A exposição é destinada ao público interessado em história, e mostra que a revolta foi iniciada por contingentes rebeldes de quartéis do Exército em Santa Maria, os quais entraram em choque com as forças locais da Brigada Militar, resultando em uma batalha na região central da cidade. O texto da exposição descreve que a revolta não foi um movimento do Exército Brasileiro, mas sim de uma parte do efetivo militar local, vencido pela resistência da Brigada Militar, auxiliada por militares do Exército contrários ao levante e também por civis. Juntamente ao texto, são exibidas reproduções de fotos que ilustram a narrativa da história para o público.


Reprodução digitalizada de fotografia do acervo liberada para a exposição:


- Foto com vista aérea do 5º Regimento de Artilharia Montada (5º R.A.M.) em 1930.

Reprodução fotográfica de item do acervo liberada para a exposição:

- Canhão Krupp 75 mm modelo C-28 1908 exposto a céu aberto.

As imagens poderão ainda ser exibidas no Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissional de Wagner Serafini dos Santos, na apresentação audiovisual deste, em publicações e divulgações acadêmicas, na divulgação e no catálogo da exposição fotográfica, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na Internet, fazendo-se constar os devidos créditos. O acadêmico supracitado compromete-se em usar adequadamente as imagens conforme o disposto neste termo.


Ten.-Cel. Carlos Marcelo Teixeira Costa
Comandante do 3º GAC AP – Regimento Mallet


Wagner Serafini dos Santos
Acadêmico da UFSM

Santa Maria, RS, 29/09/2015.

APÊNDICE F 6 TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS DE ACERVO: MUSEU EDUCATIVO GAMA D'EÇA 6 UFSM

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS DE ACERVO Museu Educativo Gama d'Eça - UFSM

Neste ato, em consonância com a Lei n.º 8159 de 08/01/1991 e com a Lei n.º 12.527 de 18/11/2011, autorizo expressamente a reprodução de imagens pertencentes ao acervo do Museu Educativo Gama d'Eça, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em caráter definitivo e gratuito, para serem utilizadas em exposição fotográfica sem fins lucrativos, integrante de Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissional de Wagner Serafini dos Santos (RG 9117546714), do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), conforme os dados abaixo:

Título da exposição: "A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926".

Acadêmico: Wagner Serafini dos Santos.


Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Medianeira Padoin.


Objetivo da exposição: Divulgar a história da revolta militar ocorrida nos dias 16 e 17 de novembro de 1926 no município de Santa Maria (RS), bem como a repercussão nos jornais da época, a partir de pesquisa bibliográfica e documental. A exposição é destinada ao público interessado em história, e mostra que a revolta foi iniciada por contingentes rebelados de quartéis do Exército em Santa Maria, os quais entraram em choque com as forças locais da Brigada Militar, resultando em uma batalha na região central da cidade. O texto da exposição descreve que a revolta não foi um movimento do Exército Brasileiro, mas sim de uma parte do efetivo militar local, vencido pela resistência da Brigada Militar, auxiliada por militares do Exército contrários ao levante e também por civis. Juntamente ao texto, são exibidas reproduções de fotos que ilustram a narrativa da história para o público.

Reproduções digitalizadas de fotografias do acervo liberadas para a exposição:

- Foto de Astrogildo César de Azevedo;
- Foto de Francisco Mariano da Rocha.

As imagens poderão ainda ser exibidas no Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissional de Wagner Serafini dos Santos, na apresentação audiovisual deste, em publicações e divulgações acadêmicas, na divulgação e no catálogo da exposição fotográfica, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na Internet, fazendo-se constar os devidos créditos. O acadêmico supracitado compromete-se em usar adequadamente as imagens conforme o disposto neste termo.


Maria Izabel Mariano da Rocha Duarte
Diretora do Museu Educativo Gama d'Eça


Wagner Serafini dos Santos
Acadêmico da UFSM

Santa Maria, RS, 29/09/2015.

APÊNDICE G 6 TEXTO PARA O LANÇAMENTO DA EXPOSIÇÃO

TEXTO PARA LANÇAMENTO DA EXPOSIÇÃO:

A exposição fotográfica **A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926** faz parte do trabalho de conclusão de mestrado de Wagner Serafini dos Santos, aluno do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural da UFSM e realizador da exposição. A orientação desse trabalho é da Professora Doutora Maria Medianeira Padoin, e o projeto gráfico é do cartunista Jorge Ubiratã da Silva Lopes, o Byrata. As imagens provêm do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, da Casa de Memória Edmundo Cardoso, do Centro Histórico Coronel Pillar, do Colégio Marista Santa Maria, do Memorial Mallet e do Museu Educativo Gama d'Eça.

A exposição é composta por dez **banners**, e conta a história da revolta militar ocorrida em Santa Maria, nos dias 16 e 17 de novembro de 1926, quando uma parte do efetivo local do Exército Brasileiro se rebelou contra o governo federal. Os rebeldes foram combatidos pelo 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, atual 1º Regimento de Polícia Montada, auxiliado por militares contrários à revolta, por civis e pelo Esquadrão Auxiliar de Cachoeira do Sul. A batalha foi travada no centro urbano de Santa Maria, e terminou com a desistência dos revoltosos, que se retiraram da cidade. Os acontecimentos foram repercutidos em 1926 e 1927, pelos jornais santamarienses **Correio da Serra, Diário do Interior, Gaspar Martins e O Castilhistas**. A história da revolta militar também é narrada nas obras de João Belém, Romeu Beltrão, Hermito Lopes Sobrinho, dentre outros.

A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926 é uma exposição itinerante, que passará por três locais nos meses de novembro e dezembro de 2015. Inicialmente, ela estará no **hall** da Reitoria da UFSM, entre os dias 9 e 20 de novembro. Depois, irá para o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, onde permanecerá de 23 de novembro a 11 de dezembro. Por fim, a exposição ficará no segundo andar da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, entre os dias 14 e 31 de dezembro de 2015.

APÊNDICE H ó TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE *BANNERS* DE EXPOSIÇÃO: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE *BANNERS* DE EXPOSIÇÃO

Neste ato, autorizo expressamente o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, em caráter definitivo e gratuito, a utilizar os *banners* com imagens de exposição fotográfica integrante de Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissional de Wagner Serafini dos Santos (RG 9117546714), do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), conforme os dados abaixo:

Título da exposição: “A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926”.

Acadêmico: Wagner Serafini dos Santos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin.

Objetivo da exposição: Divulgar a história da revolta militar ocorrida nos dias 16 e 17 de novembro de 1926 no município de Santa Maria (RS), bem como a repercussão nos jornais da época, a partir de pesquisa bibliográfica e documental. A exposição é destinada ao público interessado em história, e mostra que a revolta foi iniciada por contingentes rebelados de quartéis do Exército em Santa Maria, os quais entraram em choque com as forças locais da Brigada Militar, resultando em uma batalha na região central da cidade. O texto da exposição descreve que a revolta não foi um movimento do Exército Brasileiro, mas sim de uma parte do efetivo militar local, vencido pela resistência da Brigada Militar, auxiliada por militares do Exército contrários ao levante e também por civis. Juntamente ao texto, são exibidas reproduções de fotos que ilustram a narrativa da história para o público.

Os *banners* poderão ser utilizados para montagens da referida exposição sob responsabilidade do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, sem fins lucrativos, em qualquer tempo, dando os devidos créditos.



Wagner Serafini dos Santos

Curador e criador da exposição “A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926”

Santa Maria, RS, 28/12/2015.

APÊNDICE I 6 TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE *BANNERS* DE EXPOSIÇÃO: CASA DE MEMÓRIA EDMUNDO CARDOSO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE *BANNERS* DE EXPOSIÇÃO

Neste ato, autorizo expressamente a Casa de Memória Edmundo Cardoso, em caráter definitivo e gratuito, a utilizar os *banners* com imagens de exposição fotográfica integrante de Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissional de Wagner Serafini dos Santos (RG 9117546714), do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), conforme os dados abaixo:


Título da exposição: “A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926”.

Acadêmico: Wagner Serafini dos Santos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin.

Objetivo da exposição: Divulgar a história da revolta militar ocorrida nos dias 16 e 17 de novembro de 1926 no município de Santa Maria (RS), bem como a repercussão nos jornais da época, a partir de pesquisa bibliográfica e documental. A exposição é destinada ao público interessado em história, e mostra que a revolta foi iniciada por contingentes rebeldes de quartéis do Exército em Santa Maria, os quais entraram em choque com as forças locais da Brigada Militar, resultando em uma batalha na região central da cidade. O texto da exposição descreve que a revolta não foi um movimento do Exército Brasileiro, mas sim de uma parte do efetivo militar local, vencido pela resistência da Brigada Militar, auxiliada por militares do Exército contrários ao levante e também por civis. Juntamente ao texto, são exibidas reproduções de fotos que ilustram a narrativa da história para o público.

Os *banners* poderão ser utilizados para montagens da referida exposição sob responsabilidade da Casa de Memória Edmundo Cardoso, sem fins lucrativos, em qualquer tempo, dando os devidos créditos.



Wagner Serafini dos Santos

Curador e criador da exposição “A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926”

Santa Maria, RS, 28/12/2015.

APÊNDICE J 6 TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE *BANNERS* DE EXPOSIÇÃO: CENTRO HISTÓRICO CORONEL PILLAR

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE *BANNERS* DE EXPOSIÇÃO

Neste ato, autorizo expressamente o Centro Histórico Coronel Pillar, em caráter definitivo e gratuito, a utilizar os *banners* com imagens de exposição fotográfica integrante de Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissional de Wagner Serafini dos Santos (RG 9117546714), do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), conforme os dados abaixo:

Título da exposição: “A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926”.

Acadêmico: Wagner Serafini dos Santos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin.

Objetivo da exposição: Divulgar a história da revolta militar ocorrida nos dias 16 e 17 de novembro de 1926 no município de Santa Maria (RS), bem como a repercussão nos jornais da época, a partir de pesquisa bibliográfica e documental. A exposição é destinada ao público interessado em história, e mostra que a revolta foi iniciada por contingentes rebeldes de quartéis do Exército em Santa Maria, os quais entraram em choque com as forças locais da Brigada Militar, resultando em uma batalha na região central da cidade. O texto da exposição descreve que a revolta não foi um movimento do Exército Brasileiro, mas sim de uma parte do efetivo militar local, vencido pela resistência da Brigada Militar, auxiliada por militares do Exército contrários ao levante e também por civis. Juntamente ao texto, são exibidas reproduções de fotos que ilustram a narrativa da história para o público.

Os *banners* poderão ser utilizados para montagens da referida exposição sob responsabilidade do Centro Histórico Coronel Pillar, sem fins lucrativos, em qualquer tempo, dando os devidos créditos.



Wagner Serafini dos Santos

Curador e criador da exposição “A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926”

Santa Maria, RS, 03/11/2015.

APÊNDICE K 6 EXEMPLAR DO CATÁLOGO

Conhecendo a exposição

Ao longo de nove banners, a exposição fotográfica **A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926** apresenta a história da batalha entre militares rebeldes e brigadistas. Cada banner é identificado na parte superior pelo título da exposição e por um subtítulo específico para o conteúdo apresentado, que inclui textos, legendas e imagens. Visitando a uma boa visibilidade desse conteúdo, foi adotado o formato de 0,90m X 1,20m para todos os banners.

Introdução:

A exposição fotográfica *A revolta militar de Santa Maria: novembro de 1926* surgiu a partir de uma pesquisa de Wagner Scariati dos Santos, sob orientação da Profa. Dr.ª Maria Márcia de Souza, professora de História do Departamento de História do Instituto de Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

A pesquisa buscou informações bibliográficas e documentais para narrar a história da revolta militar e para divulgá-la por meio da exposição fotográfica. No total, foram pesquisados o acervo de seis instituições, às quais agradecemos o apoio: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, Casa de Memória Edmundo Cardoso, Centro Histórico Coronel Pillar, Coleção Maistria Santa Maria, Memorial Malet e Museu Educativo Gama d’Ega.

De caráter itinerante, a exposição foi planejada para ser montada na Reitoria da UFSM (09/11/15 a 20/11/15), no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (23/11/15 a 04/12/15), na Biblioteca de Ciências Exatas da UFSM (07/12/15 a 31/12/15) e, a seguir, um resumo da história da revolta militar de 1926.



A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA: NOVENBRO DE 1926

A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA: NOVENBRO DE 1926

Coordenação, pesquisa e textos:
Wagner Scariati dos Santos
Profa. Dra.ª Maria Márcia Medianeira Paulin

Projeto gráfico:
Jorge Uhartzi da Silva Lepes (Byrara)

Apoio:
Museu de Patrimônio Cultural da UFSM
Casa de Memória Edmundo Cardoso
Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

Imagens cedidas por:
Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria
Casa de Memória Edmundo Cardoso
Centro Histórico Coronel Pillar
Coleção Maistria Santa Maria
Memorial Malet
Museu Educativo Gama d’Ega



Em Santa Maria, os combatentes rebeldes são combatidos pelo 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar (atual 1º Regimento de Polícia Montada), comandado pelo então major Aníbal Garcia Barato, chefe do Estado-Maior, e pelo então capitão Carlos Augusto de Aguiar, comandante do Estado-Maior. O Estado-Maior também é auxiliado pelo 7º Regimento de Infantaria (atual 7º Batalhão de Infantaria Blindada – Regimento Gomes Carneiro), para impedir a posse do presidente Washington Luis. A revolta fazia parte do Tenentismo, movimento armado nascido no Rio de Janeiro em 1924 e que mobilizou uma parcela do Exército Brasileiro (BELEMI, 2000; BELTRAO, 2013; FUCHIENHO, 1993).

Na madrugada de 16/11/1926 os primeiros tenentes Alcides Gonçalves Eichengreen, Nelson Correias Eichengreen, Heitor Lobo Leite e Jandirton Pereira cercam um quartel no 3º Regimento de Artilharia (atual 3º Batalhão de Artilharia Blindada – Regimento de Autoproteção – Regimento Malet) e no 7º Regimento de Infantaria (atual 7º Batalhão de Infantaria Blindada – Regimento Gomes Carneiro), para impedir a posse do presidente Washington Luis. A revolta fazia parte do Tenentismo, movimento armado nascido no Rio de Janeiro em 1924 e que mobilizou uma parcela do Exército Brasileiro (BELEMI, 2000; BELTRAO, 2013; FUCHIENHO, 1993).

A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA: NOVENBRO DE 1926

Em Santa Maria, os combatentes rebeldes são combatidos pelo 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar (atual 1º Regimento de Polícia Montada), comandado pelo então major Aníbal Garcia Barato, chefe do Estado-Maior, e pelo então capitão Carlos Augusto de Aguiar, comandante do Estado-Maior. O Estado-Maior também é auxiliado pelo 7º Regimento de Infantaria (atual 7º Batalhão de Artilharia Blindada – Regimento Gomes Carneiro), para impedir a posse do presidente Washington Luis. A revolta fazia parte do Tenentismo, movimento armado nascido no Rio de Janeiro em 1924 e que mobilizou uma parcela do Exército Brasileiro (BELEMI, 2000; BELTRAO, 2013; FUCHIENHO, 1993).

Diagnos de câmbios pelos rebeldes tentam em vão reverter o quadro de forças. O centro da cidade é bombardeado, danificado prédios, residências e a usina elétrica local, provocando falta de luz e a fuga de uma parte da população. Ocorrem mortes de brigadistas, militares rebeldes e civis. Diante da resistência da Brigada, os rebeldes desistem do confronto e se retiram de Santa Maria, terminando a revolta em 20/11/1926. A revolta militar de 1926 é considerada uma das mais importantes do movimento tenentista. A revolta militar de 1926 é considerada uma das mais importantes do movimento tenentista. A revolta militar de 1926 é considerada uma das mais importantes do movimento tenentista.

Referências:
ALVES, Alexandre. *Os militares rebeldes de 1926: o movimento tenentista em Santa Maria*. Santa Maria: UFSM, 2000.
BELTRAO, 2013. *Os militares rebeldes de 1926: o movimento tenentista em Santa Maria*. Santa Maria: UFSM, 2013.
FUCHIENHO, 1993. *Os militares rebeldes de 1926: o movimento tenentista em Santa Maria*. Santa Maria: UFSM, 1993.
LUIZ, Washington. *Os militares rebeldes de 1926: o movimento tenentista em Santa Maria*. Santa Maria: UFSM, 1926.

Manequim montado em réplica de foto oficial da Brigada Militar em data de 1926. Escultura em madeira do Centro Histórico Comemorativo - Foto: Jorge Uhartzi dos Santos (2014)

APÊNDICE L 6 EXEMPLAR DO CONVITE

CONVITE

Wagner Serafini dos Santos e o Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da UFSM convidam para a exposição fotográfica:

A REVOLTA MILITAR DE SANTA MARIA: NOVEMBRO DE 1926

Locais, datas e horários:

Hall da Reitoria da UFSM
9 a 20 de novembro de 2015
Segunda a sexta-feira,
das 8h às 19h

Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria
23 de novembro a
11 de dezembro de 2015
Segunda a sexta-feira,
das 8h às 16h

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria
(2º andar)
14 a 31 de dezembro de 2015
Segunda a quinta-feira,
das 8h às 12h e das
13h30min às 17h30min
Sexta-feira, das 7h30min
às 13h30min

Manequim vestido com réplica de farda utilizada pela Brigada Militar na década de 1920. Encontra-se no Museu do Centro Histórico Coronel Pillar - Foto: Wagner Serafini dos Santos (2014)

ANEXO A ó DECLARAÇÃO: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que o acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria está à disposição para a realização de pesquisa proposta pelo Sr. Wagner Serafini dos Santos acerca de episódio da história da cidade.

Desde já registramos a importância de um projeto que enaltece parte da história de Santa Maria e que seus resultados poderão ser de extrema utilidade para outros pesquisadores e também para enriquecer o próprio acervo do Arquivo Histórico.

Santa Maria, 19 de julho de 2013.

Atenciosamente,



Danièle Xavier Calil

Diretora do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

Prefeitura Municipal de Santa Maria
Secretaria de Município da Cultura
Arquivo Histórico Municipal

ANEXO B 6 OFÍCIO N.º 14/CHCP/2013

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
BRIGADA MILITAR
1º RPRMON "RGT CEL PILLAR"

Of. N.º 14/CHCP/2013


Santa Maria, 24 de julho de 2013.

Prezado Senhor:

Ao cumprimentá-lo, informamos a autorização da pesquisa acerca dos acontecimentos ocorridos na década de 20, especialmente os que resultaram no episódio chamado "Revolta em Santa Maria", de 16 de novembro de 1926, junto ao acervo do Centro Histórico Coronel Pillar (CHCP).

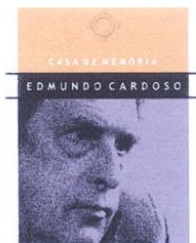
Igualmente, manifestamos que pesquisas como essa, bem como de outros temas atinentes à história da Brigada Militar são desejadas e incentivadas, vindo ao encontro da missão do CHCP.

Atenciosamente,



Paulo Antônio Flores de Oliveira – Major QOEM
Resp. p/ Comando do 1º RP Mon/ Direção do CHCP

Ilmo. Sr.
Wagner Serafini dos Santos
Assistente em Administração
Divisão de Protocolo/ DAG/UFSM
Santa Maria - RS

ANEXO C ó DECLARAÇÃO: CASA DE MEMÓRIA EDMUNDO CARDOSO**DECLARAÇÃO**

Declaramos para os devidos fins que o acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso está á disposição para a realização de pesquisa proposta pelo Sr. Wagner Serafini dos Santos acerca de acontecimentos ocorridos na década de 1920, mais especificamente, sobre o episódio denominado “Revolta em Santa Maria”, de 16 de novembro de 1926.

Desde já manifestamos a importância de um projeto que retrata parte da história de Santa Maria e que seus resultados poderão contribuir para outras pesquisas e para enriquecer o acervo da instituição.

Santa Maria, 11 de setembro de 2013.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Therezinha de Jesus Pires Santos'.

Therezinha de Jesus Pires Santos
Coordenadora da CMEC

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Gilda May Cardoso Santos'.

Gilda May Cardoso Santos
Coordenadora adjunta da CMEC